

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

ISA COELHO STACCIARINI

**O *WHATSAPP* COMO FERRAMENTA DE APURAÇÃO:
ERROS JORNALÍSTICOS ORIGINADOS EM GRUPOS RESTRITOS A REPÓRTERES E
FONTES NA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF**

BRASÍLIA

2019

ISA COELHO STACCIARINI

**O *WHATSAPP* COMO FERRAMENTA DE APURAÇÃO:
ERROS JORNALÍSTICOS ORIGINADOS EM GRUPOS RESTRITOS A REPÓRTERES E
FONTES NA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília (UnB) como requisito para a obtenção do título de doutor.

Linha de pesquisa: Jornalismo e Sociedade
Orientadora: Prof^ª. Dra. Célia Ladeira Mota
Co-orientador: Prof. Dr. Solano Nascimento

BRASÍLIA

2019

ISA COELHO STACCIARINI

**O WHATSAPP COMO FERRAMENTA DE APURAÇÃO:
ERROS JORNALÍSTICOS ORIGINADOS EM GRUPOS RESTRITOS A REPÓRTERES E
FONTES NA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF**

Tese apresentada ao PPG/FAC/UnB para obtenção do grau de Doutor em Comunicação.
Linha de pesquisa: Jornalismo e Sociedade

Aprovada em 28/06/2019

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dra. Célia Maria dos Santos Ladeira Mota (Presidente)
Programa de Pós-Graduação da Universidade de Brasília (FAC/UnB)

Prof^ª. Dra. Dione Oliveira Moura (Examinadora interna)
Programa de Pós-Graduação da Universidade de Brasília (PPG/FAC/UnB)

Prof^ª. Dra. Rafiza Luziani Varão Ribeiro Carvalho (Examinadora externa ao programa)
Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (FAC/UnB)

Prof^ª. Dra. Katrine Tokarski Boaventura (Examinadora externa)
Centro Universitário de Brasília (UniCEUB)

Prof^ª. Dra. Thaís de Mendonça Jorge (Suplente)
Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (FAC/UnB)

FICHA CATALOGRÁFICA

STACCIARINI, I.C.

O *WhatsApp* como ferramenta de apuração: erros jornalísticos originados em grupos restritos a repórteres e fontes na área de segurança pública do DF. [Distrito Federal] 2019. 265p., 210 x 297 mm (FAC/UnB, Doutor, Comunicação Social, 2019).

Tese de Doutorado – Universidade de Brasília. Faculdade de Comunicação.

1. *WhatsApp*

2. Apuração

3. Notícia

4. Checagem

I. FAC/UnB

II. Título (série)

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

STACCIARINI, Isa Coelho. **O *WhatsApp* como ferramenta de apuração:** erros jornalísticos originados em grupos restritos a repórteres e fontes na área de segurança pública do DF. 265 f. 2019. Tese (Doutorado). Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

CESSÃO DE DIREITOS

AUTORA: Isa Coelho Stacciarini

TÍTULO: O *WhatsApp* como ferramenta de apuração: erros jornalísticos originados em grupos restritos a repórteres e fontes na área de segurança pública do DF

GRAU: Doutor

ANO: 2019

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta tese de doutorado e para emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. A autora reserva outros direitos de publicação.

Isa Coelho Stacciarini

Universidade de Brasília – Faculdade de Comunicação Social

Campos Universitário Darcy Ribeiro – Instituto Central de Ciências Norte (ICC Norte)

70.910-900 Brasília – DF – Brasil.

Para minha mãe, que no meu jardim de infância segurava minha mão, na régua, para que eu pudesse riscar as margens dos meus trabalhos de escola entregues em caderno e cartolina. Nunca sonhei que chegaria até aqui!

Agradecimentos

A Deus, pela força durante as noites e madrugadas. Sempre foi Ele que segurou minha mão quando eu escrevia esta tese. Não tenho dúvidas disso.

Aos meus pais, por tanto que depositaram em mim. São as minhas melhores referências de luta. Não chegaria aqui sem eles. Sem a minha irmã, minha parceira. Sem o suporte de minha família. A eles, tudo o que sou.

Ao Felipe. Em seis anos de namoro, meu companheiro e amigo acompanhou minha trajetória acadêmica. Me viu virar mestre, estive ao meu lado no doutorado e chega comigo até essa etapa de conclusão de um processo longo e difícil. Há sete meses tornou-se meu marido. Eu não poderia ter tido um apoio mais fiel.

Ao meu eterno e sempre orientador de doutorado, professor Solano Nascimento. Generoso, parceiro, correto e sempre detalhista, ele me instruiu com análises pertinentes e observações sensatas ao longo desses três anos e meio. Em meio às mudanças no programa da Pós, não me abandonou um segundo. Pelo contrário, caminhou meus passos até aqui. Eu sou, para sempre, grata. Nunca me esquecerei. Obrigada, Solano! Palavras não são suficientes, muito menos este espaço aqui destinado, para meus agradecimentos eternos.

A minha orientadora de mestrado e, na reta final, também de doutorado, professora Célia Ladeira. Mesmo diante das adversidades que enfrentou nos últimos meses, Célia me acompanhou e, por vezes, manifestou palavras de carinho. Aqui amplio minha gratidão à docente que marcou o meu caminho na UnB: professora Dione Moura.

A minha banca inspiradora, formada por pesquisadoras mulheres, que teceu análises pertinentes e leitura atenta. Meu muito obrigada às professoras Dione Moura, Rafiza Varão e Katrine Boaventura.

Aos meus colegas e amigos de profissão que tanto me encorajaram. Aos meus colegas do UniCEUB. Aos meus alunos, entusiastas do jornalismo, que me fazem acreditar numa geração de profissionais mais corretos e competentes.

RESUMO

Esta tese analisa erros jornalísticos publicados em matérias de três portais de notícias do Distrito Federal: *Correio Braziliense*, *G1DF* e *Metrópoles*. Os conteúdos jornalísticos estudados são somente os que surgiram a partir de alguma informação transmitida em grupos de *WhatsApp* instituídos entre fontes da área de segurança pública de Brasília com jornalistas. Ao todo, foram analisadas 23 notícias no período de novembro de 2016 a dezembro de 2018. O referencial teórico tem como base conceitos de apuração jornalística, fontes de informação e *WhatsApp* como ferramenta de apuração. Já a metodologia combinou a pesquisa qualitativa descritiva e a netnografia. Foram ainda realizadas entrevistas com repórteres e editores dos veículos estudados. Como resultado, chega-se à conclusão de que a pressa pela publicação da notícia e a confiança em conteúdos disponibilizados por fontes oficiais provocam falhas em ao menos uma das etapas de apuração jornalística: a de checagem da informação e/ou de cruzamento de dados. O rompimento em um desses processos é fator preponderante para o surgimento do erro.

Palavras-chave: *WhatsApp*, apuração, notícia, checagem, erro

ABSTRACT

This thesis analyzes journalistic mistakes published in three News sites of the Federal District: Correio Braziliense, G1DF and Metr opoles. The journalistic contents studied are those that have origin from information transmitted in groups of WhatsApp between sources of public security area in Brasília with journalists. In total, 23 news were analyzed in the period of November 2016, until December 2018. The theoretical framework is based on journalistic investigation, information sources and WhatsApp as a verification tool. The methodology used combines qualitative descriptive research and netnography. The researcher also conducted interviews with reporters and editors of the vehicles studied. As a result, the rush to publish News and an unrestricted trust in the information posted in the groups, by official sources led to errors in at least one of the stages of journalistic verification: the information checking and/or the data crossing. The break of this process is a preponderant factor for the appearance of the errors.

Keywords: WhatsApp, counting, news, checking, error

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – A organização das fontes em um contexto macro	71
Figura 2 – Matéria <i>GIDF</i> a respeito da repercussão de depoimento de delegado	111
Figura 3 – <i>Storyline</i> demonstra evolução da apuração jornalística feita pelo <i>WhatsApp</i>	112
Figura 4 – Comentário de internauta na página do <i>Facebook</i> do <i>Correio Braziliense</i>	159

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabelas

Tabela 1 – Quadro comparativo entre notícia e reportagem, segundo João de Deus	17
Tabela 2 – Demonstrativo gráfico da análise ao longo do ano de 2018	153
Tabela 3 – Demonstrativo gráfico da análise ao longo do ano de 2017	180
Tabela 4 – Demonstrativo gráfico da análise ao longo do 2º/2016	187
Tabela 5 – Fases do questionário aplicado para repórteres e editores entrevistados	188
Tabela 6 – Vinculação de repórteres e editores conforme o veículo em que atuam	189

Quadros

Quadro 1 – Tipos de fontes e erro jornalístico na matéria <i>Bandidos roubam carro e ameaçam levar criança junto no Guará</i>	130
Quadro 2 – Tipos de fontes e erro jornalístico na matéria <i>Homem mata mulher e comete suicídio em seguida na Asa Sul</i>	132
Quadro 3 – Tipos de fontes e erro jornalístico na matéria <i>PM prende traficante com 13 kg de cocaína, avaliados em R\$ 1,3 milhão</i>	134
Quadro 4 – Tipos de fontes e erro jornalístico na matéria <i>PMDF prende homem apontado como um dos maiores traficantes de Ceilândia</i>	136
Quadro 5 – Tipos de fontes e erro jornalístico na matéria <i>Traficante que escondia droga sob cama de criança é preso em Ceilândia, no DF; vídeo</i>	138
Quadro 6 – Tipos de fontes e erro jornalístico na matéria <i>Motorista é morto e passageiro fica ferido em novo tiroteio em Ceilândia</i>	141
Quadro 7 – Tipos de fontes e erro jornalístico na matéria <i>Motorista é morto a tiros em cruzamento de Ceilândia</i>	142
Quadro 8 – Tipos de fontes e erro jornalístico na matéria <i>PMs sofrem acidente em Pajero da corporação na BR-020</i>	145
Quadro 9 – Tipos de fontes e erro jornalístico na matéria <i>Vídeo. Viatura da PM capota na BR-020 e dois policiais ficam feridos</i>	147
Quadro 10 – Tipos de fontes e erro jornalístico na matéria <i>Carro da PM capota sozinho na BR-020, no DF, e deixa dois feridos graves</i>	148
Quadro 11 – Tipos de fontes e erro jornalístico na matéria <i>Briga de vizinho por som alto termina em morte na madrugada de Natal</i>	156
Quadro 12 – Tipos de fontes e erro jornalístico na matéria <i>Briga entre vizinhos por som alto provoca morte em Ceilândia</i>	157

Quadro 13 – Tipos de fontes e erro jornalístico na matéria <i>Moradores encontram feto dentro de preservativo na quadra 313 Sul</i>	160
Quadro 14 – Tipos de fontes e erro jornalístico na matéria <i>Moradores encontram suposto feto na 313 Sul</i>	161
Quadro 15 – Tipos de fontes e erro jornalístico na matéria <i>Polícia Militar procura “onça” que invadiu Palácio do Itamaraty</i>	163
Quadro 16 – Tipos de fontes e erro jornalístico na matéria <i>Onça invade prédio do Itamaraty em Brasília após incêndio em mata próxima</i>	164
Quadro 17 – Tipos de fontes e erro jornalístico na matéria <i>Batalhão ambiental faz buscas a uma onça em anexo do Palácio do Itamaraty</i>	165
Quadro 18 – Tipos de fontes e erro jornalístico na matéria <i>Menina de 14 anos é estuprada em Santa Maria</i>	167
Quadro 19 – Tipos de fontes e erro jornalístico na matéria <i>Motorista do Uber é preso por tráfico; ele confessou que entregava drogas a clientes</i>	169
Quadro 20 – Tipos de fontes e erro jornalístico na matéria <i>Homem se passava por motorista do Uber para entregar drogas</i>	171
Quadro 21 – Tipos de fontes e erro jornalístico na matéria <i>Família morre após ser atropelada por um adolescente no Gama</i>	174
Quadro 22 – Tipos de fontes e erro jornalístico na matéria <i>Policial é baleado na cabeça durante assalto em Ceilândia</i>	183
Quadro 23 – Tipos de fontes e erro jornalístico na matéria <i>Após confirmar morte de PM, PCDF diz que servidor está em estado grave</i>	184

LISTA DE SIGLAS

WEB – World Wide Web

DETRAN – Departamento de Trânsito

PRF – Polícia Rodoviária Federal

CAR – Computer Assisted Report

RAC – Reportagem Assistida por Computador

PM – Polícia Militar

CBMDF – Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal

DER-DF – Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal

DIVICOM – Divisão de Comunicação da Polícia Civil

PCDF – Polícia Civil do Distrito Federal

SEO – Search Engine Optimization

DCA – Delegacia da Criança e do Adolescente

SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
Justificativa da pesquisa	19
Hipóteses	21
Objetivos da pesquisa	22
CAPÍTULO I	24
AS TRANSFORMAÇÕES NAS ETAPAS DE APURAÇÃO JORNALÍSTICA	24
1.1 Apuração jornalística com computador	30
1.2 A técnica Computer Assisted Report (CAR) e o jornalismo de dados.....	32
1.3 Análise do jornalismo de dados.....	36
1.4 Os computadores ligados à rede mundial	40
1.5 Apuração jornalística na internet.....	41
1.6 A apuração nas redes sociais midiáticas.....	50
1.7 As novas mídias, o atual modelo comunicacional e a relação com as organizações midiáticas.....	55
CAPÍTULO II.....	58
AS FONTES JORNALÍSTICAS E A IMPORTÂNCIA DELAS NA NARRATIVA.....	58
2.1 A relação entre jornalista e fonte.....	64
2.2 Categorização de fontes e as formas de uso nas reportagens	66
2.2.1 As fontes quanto à categoria.....	71
2.2.2 Quanto ao tipo de ação	74
2.2.3 Quanto à qualificação do entrevistado.....	75
2.2.4 Quanto ao tipo de entrevista	76
2.3 O uso das declarações oficiais e o vínculo de credibilidade atribuído a esses entrevistados	78
2.4 Disseminação de fontes em um momento de diversificação da apuração.....	84
CAPÍTULO III	92
O WHATSAPP COMO FERRAMENTA DE APURAÇÃO JORNALÍSTICA E AS NOTÍCIAS DA WEB	92
3.1 Grupos instituídos entre informantes e jornalistas na rede.....	96
3.2 A narrativa jornalística na web.....	99
3.3 Características da narrativa digital	101
CAPÍTULO IV.....	107
OBJETO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	107
4.1 Os grupos analisados	112
4.1.1 Grupo Sala de Imprensa PMDF (Polícia Militar do Distrito Federal)	113
4.1.2 Infos operacionais – CBMDF (Corpo de Bombeiros do Distrito Federal).....	115
4.1.3 Grupo DER em Foco (Departamento de Estradas de Rodagem do DF)	117
4.1.4 Grupo Comunicação PCDF (Polícia Civil do Distrito Federal)	119
4.2 O método do estudo.....	120
4.3 Ferramentas de análise.....	124
CAPÍTULO V	127
ANÁLISE EMPÍRICA DAS MATÉRIAS E OBSERVAÇÕES	127
5.1 Matérias com erros identificados e publicadas em 2018.....	127

5.1.1	Matérias com informações originadas no grupo Sala de Imprensa PMDF – (Polícia Militar do Distrito Federal; segurança pública)	127
5.1.2	Matérias com informações originadas no grupo Sala de Imprensa PMDF e Infos Operacionais — CBMDF	142
5.1.3	Análise das matérias publicadas em 2018	149
5.2	Matérias com erros identificados e publicadas em 2017	154
5.2.1	Matérias com informações originadas no grupo Sala de Imprensa PMDF – (Polícia Militar do Distrito Federal; segurança pública)	154
5.2.2	Matérias com informações originadas no grupo DER em Foco – Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal (DER-DF; trânsito)	171
5.2.3	Análise das matérias publicadas em 2017	175
5.3	Matérias com erros identificados e publicadas no 2º/2016	181
5.3.1	Matérias com informações originadas no grupo Comunicação PCDF.....	181
5.3.2	Análise das matérias publicadas em 2016	185
CAPÍTULO VI.....		188
O USO DO WHATSAPP COMO FERRAMENTA DE APURAÇÃO SOB A ÓTICA DE REPÓRTERES E EDITORES.....		188
6.1	O relacionamento dos jornalistas com as fontes e a participação de repórteres nos grupos de <i>WhatsApp</i>	190
6.2	A pressa pela publicação da notícia e a consequente ausência de checagem da informação/cruzamento de dados	194
6.3	Os problemas decorrentes das informações que circulam em grupos de <i>WhatsApp</i> entre fontes e jornalistas	199
CONCLUSÃO.....		203
REFERÊNCIAS		211
APÊNDICES		219
ANEXOS		240

INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, as mudanças tecnológicas transformaram a maneira como o jornalismo se estrutura. O avanço da internet, a convergência midiática e a decorrente evolução dos processos comunicativos, com informativos antes manuscritos, depois impressos e agora digitais, provocaram, sobretudo, mudanças na forma de produção e da construção da notícia para atingir o público. O modelo de comunicação virtual causou impacto nos negócios, na política, na economia e nas ciências sociais. No campo profissional jornalístico, a elaboração de uma notícia passou a ser orientada, muitas vezes, a partir de contatos estabelecidos em rede.

Se antes repórteres precisavam fazer pesquisas em acervos da organização midiática para recuperar um fato ou esperar o pronunciamento de uma fonte para iniciar a apuração de uma reportagem, em um ambiente conectado essas duas formas passaram a fazer parte de uma atuação profissional ultrapassada. A partir de acessos on-line, etapas vinculadas ao processo produtivo foram agilizadas, como a busca pela confirmação de uma história, pesquisas por fontes e personagens da notícia até a realização ou o agendamento de entrevistas pelo meio digital, além da possibilidade de checagem de informação e cruzamento de dados. A evolução das tecnologias impactou a forma de produção de jornalistas de todos os veículos. Desde a chegada da web, potencializada pelo uso acentuado das redes sociais midiáticas, vive-se um momento do jornalismo que busca agilidade nos processos organizacionais e, conseqüentemente, provoca riscos na qualidade do produto, potencializa falhas no processo de apuração jornalística e evidencia erros em parte da história narrada.

Como colaboração ao trabalho de reportagem, surgiram os grupos organizados entre fontes e jornalistas pelo aplicativo *WhatsApp*, disponível em sistemas *Android* e *IoS* de *smartphones*. Especialmente na área de segurança pública, forças policiais criaram canais de compartilhamento de informações com profissionais de imprensa, inclusive corporações do Distrito Federal. Os ambientes servem para transmissão de dados a respeito de crimes, acidentes, operações policiais, interdição do trânsito de vias importantes na cidade até divulgação de ações de visibilidade das instituições.

Assim, desde que os dispositivos começaram a ser utilizados na rotina profissional, no início de 2012, ocorreram mudanças na forma de apuração de notícias relacionadas à área de segurança pública, principalmente na chamada ronda.¹ Jornalistas passaram a ter contato mais próximo com as informações na palma da mão, pela tela do celular, sem a necessidade de ligar

¹ Jargão jornalístico usado para explicar a ação dos repórteres de entrar em contato com as instituições e forças de segurança pública para ir em busca de ocorrências que possam virar pauta.

para os informantes ou ir pessoalmente ao encontro das fontes para saber quais acontecimentos eram passíveis de virar notícia.

Antes da entrada do *WhatsApp* nas redações, jornalistas precisavam entrar em contato por telefone com batalhões da Polícia Militar, delegacias, quartéis do Corpo de Bombeiros para saber o que tinha acontecido de mais importante e avaliar se haveria fatos que pudessem ser transformados em notícia. Profissionais de imprensa também procuravam por equipes de plantão do Departamento de Trânsito (Detran), da Polícia Rodoviária Federal (PRF) e da Defesa Civil. Esse caminho era cumprido especialmente, no começo da manhã, no fim da tarde e durante a noite. Mas com o surgimento do *WhatsApp* – aplicativo de troca de mensagens instantâneas entre internautas a partir de uma conexão em rede, seja de *WiFi* ou internet móvel –, começaram a surgir, ainda em 2012, grupos² no aplicativo, constituídos por jornalistas e agentes de segurança pública.

Inicialmente esses canais eram informais e extraoficiais, mas, a partir de 2013, impulsionada pelas históricas manifestações³ de junho, a maioria dos grupos se tornou institucional e oficializada pelas assessorias de imprensa das instituições, que perceberam a necessidade de um contato mais rápido em razão da urgência em transmitir uma informação à mídia. As mensagens compartilhadas comunicavam sobre a quantidade de manifestantes no protesto e apresentavam detalhamento da ação da polícia.

Desde então, passou a surgir um novo modelo de produção em que as informações das ocorrências começaram a ser transmitidas via grupos de *WhatsApp*. Com isso, as chamadas rondas se adaptaram para esses canais, com jornalistas indagando diariamente fatos de destaque jornalístico para serem noticiados pela imprensa. As ligações antes feitas aos batalhões acabaram substituídas por mensagens compartilhadas nos ambientes restritos a fontes e jornalistas no *WhatsApp*. Os próprios contatos via e-mail entre profissionais de imprensa e assessores passaram a ser feitos em casos de demandas específicas, histórias exclusivas e pautas mais aprofundadas.

Esta pesquisa, portanto, está alicerçada sob a ótica das mudanças na rotina de apuração jornalística, referente aos casos de segurança pública, a partir do surgimento dos grupos de

² Os grupos no *WhatsApp* são constituídos por mais de duas pessoas que interagem entre si dentro do mesmo canal de comunicação. Mas há, também, a possibilidade de conversa apenas entre duas pessoas de forma privada, sem a participação em grupo. Neste caso, abre-se uma nova janela de comunicação;

³ Os protestos começaram em São Paulo contra o aumento das passagens de ônibus. Depois, espalharam-se por cidades do Brasil, como Brasília, com pautas de melhorias na saúde; educação; transporte e segurança pública. A maioria era jovens, mas, com a repercussão e notoriedade das manifestações, crianças e idosos também se uniram a causa.

mensagens instantâneas no canal de comunicação. Essa forma de interação entre fontes e jornalistas no *WhatsApp* é tamanha que, nas três vezes em que o aplicativo ficou fora do ar, em maio e julho de 2016, e em dezembro de 2015, por determinação dos Tribunais de Justiça de Sergipe, do Rio de Janeiro e de São Paulo, grupos alternativos entre informantes e profissionais de imprensa surgiram no aplicativo *Telegram*, programa semelhante ao primeiro, mas que alcançou recordes de acessos em um único dia⁴. Eles continuam ativos, porém sem uso, porque os canais estabelecidos no *WhatsApp* imperam.

No *WhatsApp* também existem os grupos extraoficiais restritos a policiais, bombeiros e agentes de trânsito, dos quais só participam servidores da área de segurança pública. Contudo, em alguns deles, muito específicos, há inserção de determinados jornalistas da confiança dos administradores e autorizados a fazer parte desse ambiente. Nesses casos, os repórteres são setoristas da área, pessoas reconhecidas pelas fontes ou profissionais de imprensa que atuam em programas jornalísticos policiais, como alguns de emissoras de TV e rádio. Embora não sejam contatos oficiais, esses grupos ajudam jornalistas a ter um primeiro acesso às ocorrências que circulam inicialmente entre os servidores da área para, depois, os porta-vozes das corporações divulgarem-nas à imprensa na comunidade específica consolidada com jornalistas.

Mas, se por um lado, as facilidades no acesso à informação contribuíram para agilizar etapas de apuração de uma notícia, por outro os meios eletrônicos potencializaram uma postura menos ativa de repórteres que se tornaram reféns de um aparato cada vez mais multimídia, em que a informação é disponibilizada em um texto preliminar, seguido de fotos e vídeos. Em razão da urgência de se publicar a notícia ou por causa do vínculo de confiança atribuído a fonte oficial — duas das hipóteses que circundam essa tese —, em casos específicos o profissional de imprensa não checa a informação repassada no grupo com outras pessoas e órgãos envolvidos na cobertura, como demonstra a análise empírica das matérias.

Para confirmar essas duas suspeitas ou uma delas, esta tese analisa erros jornalísticos derivados da publicação de notícias que surgiram em grupos restritos criados entre fontes e jornalistas no *WhatsApp*. Para isso, só entram como objeto desta pesquisa as primeiras versões das matérias que tiveram origem nesses ambientes. Para certificar que a narrativa surgiu a partir de um conteúdo compartilhado no aplicativo, a pesquisadora confronta o horário da publicação da matéria com a hora do conteúdo disponibilizado aos jornalistas: o que varia, em média, 20 minutos, conforme demonstra o estudo empírico. Além disso, os dois textos – o da divulgação

⁴ Telegram tem 1 milhão de novos usuários após bloqueio de *WhatsApp*. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/05/1766899-telegram-tem-lentidao-para-ativar-novos-usuarios-apos-bloqueio-do-whatsapp.shtml>. Acesso em 28 mar. 2017.

do fato no grupo de *WhatsApp* e o da notícia – pouco se diferem. Em alguns, inclusive, há reprodução da mesma sequência dos fatos, inclusive com vícios de linguagem utilizados por policiais, o que demonstra não ter ocorrido transformação da mensagem vinculada aos critérios jornalísticos.

Assim, ao longo deste estudo, interessa entender a cobertura realizada por três diferentes veículos de mídia local a respeito das informações divulgadas em grupos de *WhatsApp* entre fontes e jornalistas. O foco está na publicação de notícias com erros de informação identificados e, portanto, essas matérias se diferem de reportagem.

A notícia – de interesse desta tese – tem relação com fatos pontuais, casos momentâneos. A reportagem, por sua vez, trabalha com o aprofundamento, a contextualização, a pauta pensada a partir de um planejamento, e que propõe reflexões. João de Deus (apud PENA, 2015, p. 76), elaborou um quadro explicativo com a demonstração de diferenças entre notícia e reportagem:

Tabela 1 – Quadro comparativo entre notícia e reportagem, segundo João de Deus

A notícia apura fatos	A reportagem lida com assuntos sobre fatos
A notícia tem com referência a imparcialidade	A reportagem trabalha com o enfoque, a interpretação
A notícia opera em um movimento típico da indução (do particular para o geral)	A reportagem, com a dedução (do geral, que é o tema, ao particular – os fatos)
A notícia atém-se à compreensão imediata dos dados essenciais	A reportagem converte fatos em assunto, traz a repercussão, o desdobramento; aprofunda
A notícia independe da intenção do veículo (apesar de não ser imune a ela)	A reportagem é produto da intenção de passar uma “visão” interpretativa
A notícia trabalha muito com o singular (ela se dedica a cada caso que ocorre)	A reportagem focaliza a repetição, a abrangência (transforma vários fatos em tema)
A notícia relata formal e secamente – a pretexto de comunicar com imparcialidade	A reportagem procura envolver, usa a criatividade como recurso para seduzir o receptor
A notícia tem pauta centrada no essencial que recompõe um acontecimento	A reportagem trabalha com pautas mais complexa, pois aponta para causas, contextos, consequências, novas fontes

Fonte: João de Deus (apud Felipe Pena, 2015, p. 76)

As matérias analisadas, portanto, são aquelas publicadas pelo site do *Correio Braziliense* (veículo reconhecido pelo jornal impresso em Brasília); da página do *GIDF* (mídia das organizações Globo), bem como as notícias do portal *Metrópoles* (nova plataforma midiática que surgiu em setembro de 2015 — a mais recente das três estudadas). A escolha das

três organizações midiáticas se justifica em razão da notoriedade dos veículos em abrangência local, Distrito Federal, e da relevância de cada um deles enquanto integrantes de empresas de comunicação.

A pergunta central desta pesquisa, norteadora do estudo, é se, ao apurar uma informação repassada em um grupo de *WhatsApp* restrito a fontes e jornalistas da área de segurança pública, o repórter responsável pela matéria checa ou cruza o dado com outras fontes ou pessoas envolvidas na cobertura? É nessa perspectiva de mudança na produção da notícia e, ao mesmo tempo, do jornalismo enquanto prática de interesse público que essa tese está fundamentada.

Para cumprir o caminho proposto, a pesquisadora contextualiza teorias que dão suporte à pesquisa, promove reflexões acerca do objeto e dos procedimentos que permeiam esse estudo e realiza uma análise empírica para debater esse novo momento do jornalismo, considerando que o impacto tecnológico modificou as etapas do trabalho do repórter desde a concepção da pauta até o processo de produção da notícia.

Esta tese está, portanto, dividida em seis capítulos. A primeira parte, introdutória, situa o leitor dos aspectos principais, com detalhamento das justificativas, hipóteses e objetivos desta tese. É a fase de contextualização do estudo para o leitor e que dá início a discussão.

O capítulo 1, por sua vez, traz uma reflexão teórica a respeito da apuração jornalística, passando pelo jornalismo de dados, até a produção da notícia utilizando as redes sociais midiáticas⁵. No capítulo 2 se apresentam conceitos sobre fontes de informação e os motivos que levam jornalistas a confiarem em uma informação transmitida por instituição oficial.

Já o capítulo 3 discute o uso do *WhatsApp* como ferramenta de apuração, a atuação do aplicativo como mensageiro e como facilitador para troca de informação e, portanto, não classificado pela pesquisadora como rede social midiática. É nesta parte que também são apresentadas as características de textos jornalísticos voltados para a web, visto que o objeto desta pesquisa são matérias construídas em plataformas digitais.

No capítulo 4 é demonstrado de forma detalhada o corpus da pesquisa. A pesquisadora traça uma retrospectiva a respeito dos grupos de *WhatsApp* entre fontes e jornalistas da área de segurança pública do Distrito Federal e esmiúça a metodologia científica que dá suporte a esta análise.

⁵ Considerando que os relacionamentos interpessoais são anteriores a internet, e devido as diversas terminologias recorridas para classificar redes sociais, a pesquisadora prefere recorrer ao uso de redes sociais midiáticas ao longo desta tese para marcar aquilo que se conhece como *Facebook*, *Twitter*, entre outras formas de contato pessoal mediado pela conexão da web.

Na penúltima parte desta tese, chamada de capítulo 5, entram as análises das matérias coletadas entre novembro de 2016 a dezembro de 2018 totalizando, assim, 26 meses de pesquisa. Ao fim de cada ano, a pesquisadora detalha os resultados obtidos dentro do período.

No capítulo 6 constam os pontos principais das entrevistas realizadas com jornalistas (repórteres e editores) dos veículos analisados. Nesta parte a pesquisadora apresenta, em forma de narrativa textual, a opinião dos profissionais de imprensa a respeito do uso do *WhatsApp* como ferramenta de apuração nas redações de jornal.

Por fim, o estudo é encerrado com as considerações finais e as discussões do caminho percorrido pela pesquisadora, seguido de referências bibliográficas, apêndices, onde constam as entrevistas na íntegra em formato do questionário aplicado a repórteres e editores, e os anexos das matérias analisadas.

Justificativa da pesquisa

São inúmeros e incontáveis os benefícios que as novas tecnologias trouxeram ao campo comunicacional, desde a evolução do processo de impressão do jornal, a adaptação das ligações antes feitas por cabines de telefone instaladas nas redações dos jornais até a chegada dos computadores de mão, o chamado e popularizado *smartphone*. Mas, ao mesmo tempo em que as atualizações facilitaram o processo produtivo da notícia, elas também provocaram passividade de jornalistas frente aos recursos oferecidos. Assim, ao passo em que a internet abrange a possibilidade de uma produção da notícia de forma integrada, com multiplicidade de fontes, oportunidade de checagem dos fatos e de realização de cruzamento de dados, os avanços tecnológicos também causam prejuízos à rotina de construção de uma notícia quando profissionais de imprensa se tornam dependentes exclusivamente de ferramentas digitais.

Nesta tese, o importante é desvendar se o trabalho de apuração dos jornalistas se transformou em apenas transmitir ao leitor o que é distribuído nos grupos de *WhatsApp* como notícia, em uma espécie de transposição do boletim de ocorrência policial em noticiário, incorrendo na possibilidade de erro jornalístico por falha em uma das etapas de apuração. Wolton (2004, p. 312) classifica a simples coleta de dados como notícia em “informação-comentário”. A classificação, segundo o autor, “transforma o jornalista em simples comentarista e pseudo-ordenador dos acontecimentos da atualidade”.

O jornalismo, porém, vai além de profissionais com a capacidade de redigir informações oficiais. Construir uma notícia exige aprofundamento, análises do fenômeno, compreensão e interpretação das informações, levantamento de críticas e questionamentos, uma

vez que, para simplesmente divulgar um fato como acontecimento, sem desdobramentos e/ou contextualizações, robôs têm adotado essa nova função e passaram a escrever matérias em sites como o da *Forbes*. A empresa *Narrative Science* criou programas de computador capazes de redigirem textos jornalísticos. Uma reportagem da *Super Interessante*⁶ (on-line) mostra que “grandes marcas internacionais têm usado esse recurso para criar notícias simples como os resultados de jogos de basquete ou um resumo do que aconteceu na bolsa de valores”.

Diante da substituição de repórteres com longa trajetória profissional por estagiários e jornalistas recém-formados, além da pressão do fechamento da matéria, da competitividade entre os veículos de comunicação e da notícia tratada como critério mercadológico por empresas midiáticas, se faz necessário entender como as novas mídias têm contribuído para o processo de produção da notícia e, ao mesmo tempo, de que forma os recursos digitais tornaram jornalistas dependentes da ferramenta tecnológica. Para isso, analisar matérias de diferentes portais (com erro de informação identificado), cuja notícia foi compartilhada em grupos de *WhatsApp* entre fontes e repórteres, se torna relevante. Nesse sentido, a pesquisa se justifica especialmente em face das novas rotinas de trabalho, principalmente nas etapas de pré-produção e produção da notícia, apuração, checagem, cruzamento de dados, revisão das informações até a etapa de publicação do material.

Mas esta tese se mostra pertinente não apenas em virtude do momento em que é apresentada — tempo em que jornalistas se adaptaram às novas mídias como forma de produção da notícia —, mas se justifica também em razão das mudanças no perfil de repórteres que recorrem aos aplicativos de mensagens instantâneas, a exemplo do *WhatsApp*, para ir em busca de pauta, personagens, entrevistados e desdobramentos da notícia. Trata-se de jovens e adultos conectados, integrantes das redes sociais midiáticas, com formação acadêmica específica, que dominam as ferramentas multimídias e conhecem as potencialidades dos aplicativos. Mas que, em algumas redações de jornal, substituem repórteres antigos, recebendo baixa remuneração e se submetendo à cultura profissional da empresa, como denomina a teoria organizacional (BREED, 2009).

Entretanto, para além do perfil exclusivo de jornalista, o profissional de imprensa no período atual domina outras áreas do conhecimento, é especializado e conhece as ferramentas disponíveis para aprimorar a rede de trabalho. No portal *Metrópoles*, um dos veículos estudados nesta tese, há, inclusive, uma editoria específica que monitora redes com um jornalista

⁶ Disponível em: <<https://super.abril.com.br/blog/newsgames/robos-ja-escrevem-noticias-e-podem-mudar-a-cara-do-jornalismo/>> Acesso em: 12 de outubro de 2017.

coordenador que acompanha as informações mais requisitadas, lidas e procuradas pelos internautas, bem como as palavras-chaves mais acessadas no *Google*, o que também serve como instrumento norteador da cobertura realizada pelo veículo de comunicação.

Diante da velocidade de acesso à informação, haverá sempre uma ferramenta que ajude jornalistas a minimizar o impacto da rotina, a pressão pela notícia e as horas de fechamento. Se nos anos anteriores — e ainda hoje — eram/são as redes sociais midiáticas, a exemplo do *Orkut* e ainda hoje o *Facebook*, junto do *Twitter*, com diversos trabalhos acadêmicos científicos nesse sentido, o que torna esta tese nova, do ponto de vista da contribuição para a ciência, é o novo fenômeno de ambientes fechados entre jornalistas e fontes no *WhatsApp*.

A maioria dos artigos científicos e da literatura sobre o uso do *WhatsApp* na produção de notícia vai ao encontro do chamado jornalismo cidadão, quando leitores participam do processo de produção da notícia enviando fotos, vídeos e encaminhando sugestões de pauta aos veículos de comunicação a partir do número de celular divulgado pelas organizações midiáticas. Mas há poucas referências de grupos criados entre fontes e profissionais de imprensa com matérias originadas a partir dessa comunicação (a exemplo desta tese), bem como o erro jornalístico derivado dessa troca de informação.

Não significa dizer que o *WhatsApp* mudou a prática jornalística de tal forma que faz com que os veículos de imprensa errem mais. Casos emblemáticos de equívocos graves, como a cobertura da Escola Base⁷, na década de 1990, demonstram que as falhas são anteriores a tecnologia recorrida pelos repórteres. Contudo, a rapidez com que um fato chega a conhecimento público através do aplicativo tem mudado a forma de trabalho de profissionais de imprensa.

Hipóteses

A principal hipótese desta tese é que os erros jornalísticos publicados a partir de informações originadas em grupos de *WhatsApp* entre fontes e jornalistas têm relação com

⁷ O caso Escola Base foi uma cobertura midiática originada de uma denúncia feita por duas mães de alunos de 4 anos que acusaram os proprietários da Escola de Educação Infantil Base, um motorista de transporte escolar e um casal de pais de abuso sexual contra os alunos. O episódio aconteceu em março de 1994, no bairro de Aclimação, em São Paulo. A queixa foi aceita pelo delegado de polícia Edécio Lemos. A imprensa passou a cobrir a história em que os protagonistas eram crianças de apenas 4 anos com as versões apresentadas pelo investigador. A escola e a casa de uma das professoras, sócia da instituição de ensino, foram invadidas e depredadas. Além dos donos da escola e de um casal de sócios, a polícia acusou os pais de um aluno de que haviam recebido as crianças na casa para fotografar momentos de envolvimento sexual. No entanto, todos os indícios foram apontados como inverídicos e infundados. Sem provas, o inquérito policial foi arquivado.

possível falha na etapa de apuração. Ao ter acesso aos dados das ocorrências, transmitidos por mensagens repassadas por agentes de segurança pública, o jornalista adota o conteúdo compartilhado como verdadeiro, porque foi compartilhado por uma fonte oficial e dentro de um canal de comunicação de *WhatsApp* institucional da corporação. Em razão do vínculo de confiança atribuído à fonte oficial, jornalistas têm o costume de não checar ou cruzar os detalhes (talvez por falta de tempo, talvez pelo excesso de trabalho) com todas as demais fontes ou órgãos envolvidos na cobertura. Ao fazer uma apuração deficiente, apenas com um dos lados, o profissional de imprensa acaba incorrendo no erro.

Dentre as prováveis razões para essa conduta, destaca-se a necessidade em publicar a informação em tempo célere, mesmo com aval do editor, e a concorrência entre os veículos, o que gera pressa em publicar o material com mais rapidez para ele ser anunciado nas redes sociais midiáticas, ser acessado por internautas e angariar cliques. Essa, portanto, é uma segunda hipótese que permeia a pesquisa.

Em meio à concorrência dos veículos de imprensa por acessos, que gera fidelização do público e, por conseguinte, anunciantes e publicidades paga, dois fatores jornalísticos são alvo de disputa mercadológica: o imediatismo e a instantaneidade em publicar a notícia.

Bonilla (2002) explica a diferença entre eles. Enquanto a instantaneidade se refere à publicação da notícia minutos após o seu conhecimento, o imediatismo significa a postagem em tempo real do que está acontecendo, como ocorre em algumas coberturas de votações importantes no Congresso Nacional e manifestações ou marchas feitas por ativistas na Esplanada dos Ministérios, em Brasília.

Objetivos da pesquisa

O principal objetivo da pesquisa é identificar e analisar erros de informação originados em matérias jornalísticas oriundas em grupos de *WhatsApp* entre fontes da área de segurança pública do Distrito Federal e jornalistas. O erro provoca desinformação e, portanto, é contrário a uma das principais prerrogativas do jornalismo: a de conceder a sociedade informações de interesse público.

O que importa é descobrir se profissionais de imprensa têm substituído etapas de apuração, que compreendem observação do jornalista, coleta de dados, levantamento da informação, checagem, análises de outros casos e pesquisa acerca do assunto de cobertura, pela publicação instantânea do conteúdo compartilhado nos canais entre jornalistas e fontes no *WhatsApp*.

Para atender aos objetivos principais, foram elencados os seguintes objetivos específicos:

- 1) Descobrir se existem falhas no trabalho de apuração jornalística, como ausência do cumprimento de uma das fases, principalmente a de checagem e a de cruzamento de dados;
- 2) Entender se o que é repassado por uma fonte oficial recebe a confiança irrestrita de jornalistas por uma convenção de que todos os dados oriundos de uma autoridade pública são credíveis, uma vez que as informações foram repassadas por pessoas com notoriedade e, portanto, com o mito de não ter chance de erro;
- 3) Compreender qual é a forma de contato estabelecida nos grupos de *WhatsApp* entre jornalistas e fontes, ou seja, se as informações são compartilhadas exclusivamente pelo assessor de comunicação da instituição ou se todos os policiais, bombeiros e agentes de trânsito compartilham o conteúdo, alguns ainda no local do fato, o que potencializa a chance de erro, uma vez que se tratam de dados ainda preliminares;
- 4) Conhecer qual é a opinião de repórteres e editores dos portais analisados sobre o uso de *WhatsApp* como ferramenta de apuração jornalística;
- 5) Construir um paralelo do referencial teórico trabalhado nesta tese com o resultado obtido a partir da análise empírica das matérias, uma vez que a discussão de autores lança luz ao trabalho de apuração jornalística, detalha a histórica confiança atribuída por jornalistas às fontes de informação oficiais e discute o uso do *WhatsApp* como aliado ao trabalho de reportagem.

CAPÍTULO I

AS TRANSFORMAÇÕES NAS ETAPAS DE APURAÇÃO JORNALÍSTICA

No processo de produção da notícia, a apuração jornalística é o método central utilizado por profissionais da imprensa para reunir informações precisas acerca de um fato. Essa é uma das fases de maior importância, se não for a maior, do trabalho jornalístico. O princípio da apuração é saber detalhes de um acontecimento, conferir dados, desdobrar a ocorrência, analisar os impactos e procurar observações e reflexões plurais de um episódio. Na rotina da atividade jornalística, para a produção de uma reportagem, a apuração tem como ponto de partida a pauta. No modelo ideal, a pauta trata da abordagem do assunto, daquilo que foi publicado sobre o conteúdo, da metodologia que será aplicada para a cobertura da notícia, além das fontes às quais recorrer. Uma vez estruturada, ela fornece subsídios para o repórter abordar o material, auxilia na localização dos dados de pesquisas e orienta o jornalista nos questionamentos que serão feitos aos entrevistados.

Conforme destaca Guirado (2004, p. 65), “apesar da pauta, quem deve assumir a investigação é o repórter, que pode começar pelo arquivo buscando informações anteriores ao caso em questão”. Embora parte dos teóricos da área insista em considerar investigação e apuração como sinônimos, as atribuições são diferentes. Investigar está atrelado a descobrir aquilo que está oculto, escondido, que parece ilegal ou irregular. Parte de um fato para revelar outro e o repórter assume o trabalho de investigação jornalística de interesse público. O exercício de apuração jornalística, por sua vez, por mais profundo que seja, consiste em procurar informações, levantar dados, analisar o cenário, ouvir os envolvidos, buscar críticas e trazer observações de especialistas acerca do fato que está sendo construído.

O jornalismo diário requer apuração em todas as reportagens, mas não se trata de realizar um trabalho de investigação em cada uma das matérias — existem trabalhos investigativos publicados, mas eles têm conteúdo diferenciado. Em uma pauta sobre o apoio que o Executivo pode ter na Câmara dos Deputados para aprovar um projeto, o jornalista contextualizará o histórico de proposições aceitas e rejeitadas no Poder Legislativo; calculará a quantidade de parlamentares aliados e opositores ao governo; procurará informações de bastidores sobre quem deve votar a favor e contra a proposta; analisará o cenário para a votação do projeto; entrevistará deputados e procurará o Executivo. Ao seguir esse caminho, o repórter faz a apuração da reportagem — por mais detalhada que ela seja dentro da proposta de ser uma

reportagem —, mas não exerce uma atividade de investigação que demanda revelar uma história até então oculta.

Partindo do pressuposto de que nem todas as matérias jornalísticas são investigativas, Nascimento (2007) destaca que, na prática, a maioria das reportagens não tem cunho de investigação, mas, mesmo assim, são conteúdos jornalísticos:

No mundo real, a maioria das matérias publicadas pela imprensa não são investigativas, mas ainda assim são matérias jornalísticas. Dessa forma, como só algumas matérias jornalísticas são investigativas, é fato que o jornalismo investigativo existe e se diferencia do jornalismo diário e de outras formas mais comuns de se fazer jornalismo (NASCIMENTO, 2007, p. 18).

Ao longo deste capítulo e, em toda esta tese, os conceitos de apuração e investigação serão adotados como distintos, o que de fato são, mas, vez ou outra, serão trazidos ao debate estudiosos que tratam os critérios como semelhantes para poder contextualizar e debater as formas de apuração da notícia. É o caso do pensamento de Pereira Júnior (2006, p.73). Na visão dele, semelhante à investigação, a apuração pode estar associada ao processo de procurar a verdade com a exposição de opiniões distintas. “Na apuração de informações, a investigação é a pedra de toque da imprensa, seu álibi, a condição que faz um relato impresso ser jornalismo, não literatura. É a espinha dorsal do trabalho jornalístico”.

A ideia é semelhante à de Wolton (2004, p. 312), que defende que investigar significa, em primeiro lugar, “sair dos trilhos, tentar entender, não se contentar com os discursos oficiais, cotejar informações”. Segundo o autor, o jornalista é o “repórter”, o que relata ao público o fruto de sua investigação.

Método original em relação às outras profissões, intervindo no campo da informação, que ainda faz a especificidade da profissão: ir conferir. Assim, a investigação jornalística é prima da outra grande investigação, a das ciências sociais. A investigação permite também esclarecer as qualidades do trabalho jornalístico: independência de espírito, curiosidade, espírito crítico, subjetividade (WOLTON, 2004, p. 312).

É a partir da averiguação de informações, da checagem e do cruzamento dos dados que se dá à notícia o estatuto de credibilidade e se distancia a ficção da informação jornalística. Os três processos podem garantir a elaboração de uma reportagem fiel aos fatos. A notícia, no processo de apuração, procura representar a realidade de um fato a partir da pluralidade de embasamentos, entrevistas, coleta de dados, cruzamento de informação e checagem dos fatos. Portanto, a etapa de apuração é a que confere credibilidade à reportagem e, no processo de verificação dos fatos, jornalistas adotam métodos e regras que podem ser escolhidos segundo

critérios pessoais para testar a verificação daquilo que pretendem transformar em texto jornalístico.

Como destacam Kovach e Rosenstiel (2003, p. 112), a essência do jornalismo é a disciplina da verificação e, para se chegar a ela, podem ser adotados modelos particulares e idiossincráticos. Para os autores, é a verificação que separa o jornalismo do entretenimento, da propaganda, da literatura ou da arte, já que o jornalismo se concentra, primeiro, em registrar o que de fato aconteceu. “Essa disciplina consiste, entre outras práticas, procurar várias testemunhas de um fato, descobrir novas fontes, indagar sobre os vários lados de uma questão”.

Enquanto a dupla de cientistas ressalta que o “processo jornalístico de verificação deve considerar os dois lados da questão” (KOVACH; ROSENTIEL, 2003, p. 114), considera-se que é o maior número de vozes que pode garantir a construção de histórias completas. Isso porque um fato, por mais simples ou complexo que seja, nunca tem só dois lados. Além disso, para garantir a confiabilidade do texto, já que o repórter figura como alguém que está onde o leitor não pode ir, é importante adotar uma conduta crítica, questionadora e observadora, como destaca Abramo (1988, p. 191): “O jornalista deve ter uma atitude cética diante das coisas, deve duvidar, às vezes, do que ouve e do que vê, não pode encarar as coisas de maneira simples, pois elas nunca são apenas como se apresentam, são mais complexas”.

Segundo Sousa Pinto (2009, p. 89), uma boa reportagem deve se apoiar em quatro pilares: pesquisa, observação, entrevista e documentação. “A própria entrevista perde qualidade sem pesquisa e observação — e, dependendo do caso, sem documentação prévia. Pouco informado, o repórter limita-se a ouvir a fonte e reproduzir suas falas”. Com base na reflexão da jornalista, há de se considerar a importância de um banco de dados pessoal alimentado pelo repórter que pode servir como ponto de partida para uma apuração.

Um setorista de segurança pública, por exemplo, editoria cujas matérias são alvo de análise nesta pesquisa, que mantém um arquivo atualizado de crimes violentos ocorridos em determinado período do ano, pode contestar o levantamento oficial quando divulgado pela Secretaria de Segurança Pública do Estado ou do Distrito Federal. Além do mais, a contagem própria pode provocar construção de reportagens que demonstram divergência entre as informações do governo apresentadas e/ou pautas sobre o aumento ou a diminuição da criminalidade na data em que se realizou o estudo próprio do veículo de imprensa. Além de servir como pesquisa, auxilia o profissional de imprensa na hora de confrontar as informações oficiais.

João de Deus (apud PENA, 2015, p. 55) considera seis processos como métodos do caminho de uma pesquisa. O autor compara uma pesquisa científica, seja ela quantitativa ou qualitativa, com o trabalho do repórter. As duas funções — de jornalista e de estudioso — se tornariam semelhantes a partir das classificações de etapas propostas pelo teórico. A primeira etapa do levantamento, seguindo o autor, é a observação direta, o que consiste na análise do objeto sem influências, ou seja, uma reflexão particular do sujeito sem a participação de outras pessoas envolvidas no processo nem interferências externas. “No jornalismo ocorre quando se presencia o fato para a produção de notícia ou reportagem”. Antes de produzir a notícia, o repórter se relaciona com o objeto e constrói, de forma individual, as próprias considerações acerca do fato com pensamentos particulares a partir de pesquisas, levantamentos e leituras a respeito do tema, mas sem a influência de outras pessoas ou atores envolvidos no caso.

O segundo passo é a observação direta participativa. Nessa fase, no caso de um estudo, o pesquisador se envolve com o objeto a ser analisado e se sensibiliza com as dinâmicas. Ao fazer um paralelo com o jornalismo, Pena (2015, p. 55-56) destaca que essa etapa se torna “presente em reportagens rigorosamente sigilosas”, associadas ao levantamento da informação com outras fontes, a partir das investigações. São os casos de matérias mais elaboradas, ou que tratam de denúncias, em que os repórteres conseguem acesso às informações a partir dos vínculos externos com pessoas que têm, de uma forma ou outra, algum tipo de envolvimento com a história e fornecem elementos que servem como ponto de partida de uma fase inicial de apuração.

A observação indireta entra em terceiro lugar, como parte de análises de intermediários que atuam como participantes da observação e repassam os dados reunidos para o pesquisador. Segundo Pena (2015, p. 56), “é usada pelos jornalistas quando os fatos ocorrem de modo inacessível a eles, ou como estratégia de coletas”. É o recurso utilizado em casos de coberturas que envolvem bastidores de um assunto coberto pela mídia. A partir das fontes estabelecidas entre repórter e a sua rede de contato, é possível ter acesso às novidades de um caso, seja quando o jornalista procura pelo informante, seja quando, por um vínculo de confiança já pré-estabelecido, o próprio denunciante procura o profissional de imprensa para relatar o acontecido.

Em seguida, surge o momento da coleta. Nessa fase, o pesquisador tem acesso aos dados ou partes do estudo a partir de fontes. Ou seja: ele apenas conquista e reúne informações já prontas, em princípio de forma acrítica, como mencionado por Pena (2015, p. 56), sem ter de apanhá-las: “No jornalismo, são comuns os relatórios contábeis das empresas (balanços) e os

press-releases, oferecidos por assessores de imprensa ou de comunicação, cada vez mais habilitados tecnicamente, pois são jornalistas”. É o caso dos informativos enviados pelas assessorias de imprensa, acesso às pesquisas em *sites* ou levantamentos repassados por fontes a partir de um contato com o repórter. Quando convém, são os próprios informantes que procuram os jornalistas.

No momento seguinte, faz-se o levantamento. Desconfiado dos dados obtidos, da fonte, do personagem, da assessoria de imprensa e das declarações apresentadas, o repórter investiga aquilo que pode estar deturpado, escondido, negado ou omitido pela fonte. No caso da atribuição jornalística, refere-se à investigação autêntica feita pela própria equipe de reportagem e que resulta, na maior parte das vezes, em trabalhos premiados. Como menciona Pena (2015, p. 56), é um procedimento padrão no caso de boas e grandes reportagens. Contudo, o autor pondera que há riscos e destaca a importância da prudência.

É preciso ter cuidado e contar com a cobertura estratégica do veículo para quem se trabalha, pois, frequentemente, as fontes incomodadas reagem. Aconteceu algumas vezes com o jornalista Tim Lopes até que, em 2 de junho de 2002, foi torturado e morto ao levantar dados sobre exploração sexual em bailes funk de uma favela carioca. Em outras reportagens, ele já havia denunciado a atuação de quadrilhas de traficantes em uma feira de drogas ao ar livre (PENA, 2015, p. 56).

A penúltima fase é a da análise. O autor destaca a análise como a mais rigorosa dentre as etapas mencionadas, já que é o momento em que o jornalista se desdobra para assegurar a coerência de cada elemento colhido ou observado. Além disso, o repórter certifica a coesão dos elementos com os outros conteúdos que formam, com ele, um todo. No caso jornalístico, é uma etapa cumprida quando se pretende mergulhar nos pormenores da cobertura, com a busca de comparações, associações e resgates de casos passados para demonstrar como se refletem no contexto da atualidade. É a etapa mencionada de checagem pela pesquisadora durante toda a tese e que, aparentemente, não é cumprida em parte das notícias analisadas e que surgem a partir das informações compartilhadas em grupos de *WhatsApp* entre jornalistas e fontes da área de segurança pública do Distrito Federal.

Esse método costuma ser muito eficaz para contornar as deficiências dos demais. É uma espécie de “prova real” para a autenticidade dos outros métodos. É muito empregado na elaboração de artigos, editoriais e crônicas e, principalmente, em reportagens, nas quais se busca a profundidade, a articulação de causas, contextos e consequências e se lida com um volume expressivo de fontes, depoimentos e dados a serem checados antes de serem interpretados como confiáveis. (PENA, 2015, p. 56-57)

Por último, está o momento da pesquisa. É nessa etapa que se enquadra, de fato, o levantamento. Segundo Pena, após conhecer o objeto e avaliar qual método é mais eficaz para os objetivos a que se propõe, o pesquisador entra em ação, aplicando o senso de responsabilidade e a concentração da maneira mais rigorosa, com vistas à produção segura do conhecimento desejado. Dessa forma, na visão do autor, a pesquisa é muito mais valiosa quando é feita pelo próprio jornalista, mas desde que ele tenha noção do percurso apresentado. Pena (2015, p. 57) destaca que, ao atuar dessa forma, “o repórter deixa de ser um passivo veiculador de métodos aplicados por terceiros e se envolve diretamente na tarefa”.

A apuração, portanto, segundo Bahia (1990, p. 40), é um processo que antecede a notícia e conduz à formulação do texto: “É o mais importante para a notícia, da mesma forma como a notícia é o mais importante para o jornalismo”. O caminho percorrido pela notícia vai desde a apuração até a publicação. Jorge (2012) ressalta que a apuração pode acontecer de forma direta ou indireta. Na primeira opção, o repórter realiza o trabalho a partir de conversas com fontes, sem intermediários. A forma indireta envolve outros caminhos para se conseguir uma informação, quando não é possível obtê-la a partir de fonte. Uma das opções seria o *off the record*, utilizado como *off*, no jargão jornalístico, além da consulta a outros meios.

Cada situação exige uma conduta diferenciada. A apuração é um trabalho de detalhe, conduzido pela curiosidade do repórter. Quanto mais informações tiver, mais segurança mostrará na hora de redigir o texto. Uma apuração falha se torna problemática diante do computador [...] (JORGE, 2012, p. 110)

De acordo com a postura adotada por Jorge, a apuração pode ser classificada como ativa ou passiva, conforme classifica Negrine (*apud* WAISBORD, 2000, p. XVI). A forma ativa de apuração acontece quando o repórter reúne, entre os materiais que acumula, recortes, detalhes, desdobramentos e resolução de fatos escondidos como se fosse a construção do quebra-cabeça de notícia. Nesse contexto, jornalistas criam *links* entre fatos até então desconhecidos a partir de potenciais explorados.

Na forma de apuração passiva, jornalistas atuam basicamente como receptores da informação (como o que acontece com o vazamento de algum detalhe por meio de fonte), sem contestar o dado repassado, checá-lo ou fazer o cruzamento de detalhes por outros meios.

A checagem, portanto, entraria em um segundo momento, após a fase da apuração. Terminada a coleta de dados, essa etapa seria uma espécie de cruzamento das informações com outras fontes, adicionando credibilidade ou confiabilidade àquele material a partir de visões distintas. Inicialmente, o repórter faz um compilado de informações sobre a história, seguido do cruzamento desses dados. Após o material certificado em mãos, o jornalista recorre à

checagem para garantir a confiabilidade dos levantamentos realizados e confirmar a existência de uma notícia a partir dos dados. É, portanto, um momento de conferência de tudo o que foi reunido na apuração. Embora essa etapa tenha sido popularizada pelas agências de checagem, trata-se de uma das etapas do trabalho jornalístico.

Contudo, segundo Kovach e Rosenstiel (2003), a moderna cultura da imprensa, de maneira geral, enfraquece o método de verificação criado pelos jornalistas. E, segundo os autores, a internet é parte disso.

Nesta era de notícias 24 horas, os jornalistas agora passam mais tempo procurando alguma coisa para acrescentar as suas matérias, geralmente interpretação, em lugar de tentar descobrir e checar, de forma independente, novos fatos [...]. Enquanto gastam mais tempo tentando sintetizar a enorme massa de informação que tiram dos portais da internet, os jornalistas correm o risco de se tornarem mais passivos, recebendo mais do que procurando saber. Para ajudar a combater esse risco só existe um caminho: um melhor entendimento do significado original de objetividade, que daria maior solidez à informação (KOVACH; ROSENTIEL, 2003, p. 119)

Para os autores, a isenção e o equilíbrio ganham um novo significado e, em vez de serem considerados como altos princípios, são técnicas e recursos que ajudam jornalistas no desenvolvimento e na verificação dos relatos jornalísticos:

Uma disciplina mais consciente da verificação é o melhor antídoto para evitar que o velho jornalismo de verificação seja atropelado pelo novo jornalismo de afirmação, e forneceria aos cidadãos uma base para confiar nos relatos jornalísticos (KOVACH; ROSENTIEL, 2003, p. 122)

1.1 Apuração jornalística com computador

A entrada gradual dos microcomputadores no universo das redações e o uso das máquinas aliado à apuração jornalística se tornaram realidade nos Estados Unidos até ser ampliado para outros países, como no Brasil. Em menos de cinco décadas, a computação, na apuração jornalística, percorreu um caminho que foi de um IBM a uma rede social em um celular na palma da mão. O primeiro computador pessoal, chamado de PC na sigla em inglês, surgiu em 12 de agosto de 1981. Em uma conferência em Nova Iorque, a empresa americana IBM anunciou o Personal Computer (IBM 5.150), pelo preço de US\$ 1.565. A versão mais barata continha apenas teclado, já que a tela da televisão podia ser usada como monitor, sem *drive* de disquete e com apenas 16 kB de memória RAM. Mesmo assim, foi considerado “o computador que todos sempre quiseram no sistema pessoal no escritório, no *campus*

universitário ou em casa”, afirmou o presidente à imprensa no dia do lançamento.⁸ Era o mais avançado e acessível PC pessoal do mercado. Em 2005, a IBM abandonou a fabricação e vendeu o setor de negócios à Lenovo.

O pioneiro que recorreu à tecnologia para produzir reportagem foi o estudioso Philip Meyer, professor da Universidade da Carolina do Norte. Em 1967, quando atuou como repórter, ele utilizou, pela primeira vez, um modelo de computador da IBM para fazer um levantamento com cidadãos americanos de ascendência africana durante os distúrbios que explodiram em Detroit, cidade do estado norte-americano do Michigan, em 23 e 28 de julho daquele ano. Os confrontos deixaram 43 mortos e mais de 2 mil feridos. Ao longo de 1967, 83 pessoas morreram em ataques de violência racial em 128 cidades. Naquela época, um computador da IBM precisava de 1 km² de espaço, ar-condicionado e uma equipe de 60 pessoas para operá-lo.

O trabalho de Meyer, utilizando técnica que depois seria chamada de *Computer Assisted Report* (CAR), denominada no Brasil de Reportagem Assistida por Computador (RAC), recebeu o Prêmio Pulitzer: o mais respeitado título concedido ao jornalismo norte-americano. Segundo Lima Júnior (2007, p. 6), para produzir trabalhos de alta qualidade com a junção da tecnologia atrelada ao jornalismo, Meyer recorreu às técnicas de pesquisa de ciência social no jornalismo e, em fevereiro de 1973, participou de outra apuração para o jornal americano *The Philadelphia Inquirer*. Juntamente com outros dois jornalistas, Meyer analisou a tendência de um julgamento quando introduziu os registros no computador. “Essa foi a primeira experiência de Meyer na análise desse tipo”.

Cinco anos depois, em 1978, ele entrou mais uma vez em ação como assistente em uma apuração para o *The Miami Herald* a partir de um banco de dados informatizado. O trabalho de dois jornalistas consistia em revelar discrepâncias nas avaliações dos valores das propriedades no município de Dade, na Flórida, para checar se existiam sobrepreços em uma área de Miami (LIMA JÚNIOR, 2007).

Embora os projetos de informatização tenham começado a entrar em pauta a partir de 1960, foi só em 1980 que os computadores passaram, de fato, a ser utilizados no ambiente das redações. Machado (2003) destaca que a introdução dos computadores se tornou uma das maiores transformações no campo jornalístico. Até então, o instrumento de trabalho dos jornalistas era a máquina de escrever, e o surgimento do novo equipamento tecnológico, de início, substituiu apenas o recurso anterior para a digitalização dos textos. Mesmo assim, o

⁸ Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/tecnologia/hardware-e-software/criacao-da-ibm-primeiro-computador-pessoal-completa-30-anos,15e88a19d13ea310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 12 out. 2017.

surgimento do computador nas redações, segundo Baldessar (2001), facilitou a execução de tarefas e melhorou o ambiente de trabalho, obrigando os profissionais a se ajustarem às novas exigências profissionais, com a cobrança de capacitação, especialização e conhecimento das novas formas de trabalho.

Lima Júnior (2006, p. 8) lembra que a informatização das redações aconteceu de forma gradual: “Primeiro, repórteres, individualmente, adquiriram os seus próprios computadores. Mais tarde, as organizações compraram para uso dos próprios profissionais”. Segundo Vianna (*apud* LIMA JÚNIOR, 2006), a *Folha de S. Paulo* foi o primeiro jornal no Brasil a introduzir terminais de computadores na redação, em 1983, mas não para todos os profissionais.

Contrariamente, os grandes conglomerados de mídia ofereciam uma quantidade de computadores em cabines de acesso rotativas. Dessa forma, repórteres utilizavam os equipamentos muito mais para breves pesquisas e coleta de informações do que com exclusividade do novo sistema. Seguindo o exemplo da pioneira *Folha*, os demais jornais começaram a se adaptar à nova era por meio da informática. Foi o caso de *O Globo*, *Diário Catarinense*, *A Tribuna*, *Zero Hora*, *NH* e *O Estado de S. Paulo*.

Para Lage (2001), a informatização constituía um diferencial entre o jornalista que operava e dominava a máquina e aquele que não tinha familiaridade com o computador. Hoje, é quase inimaginável considerar as práticas jornalísticas sem a utilização dos equipamentos tecnológicos em todas as fases do processo de produção.

Inicialmente foram os programas de produção: editores de texto, softwares de editoração, processamento de fotografias e gráficos. Agora, os editores não-lineares de som e vídeo e, especificamente para a reportagem, o uso da internet, planilha de cálculo, os gerenciadores de banco de dados, o acesso a métodos avançados de pesquisa (LAGE, 2001, p. 154)

1.2 A técnica Computer Assisted Report (CAR) e o jornalismo de dados

Segundo Lima Júnior (2006, p. 9), “o conceito de *Computer Assisted Reporting* (CAR) é bastante amplo. Ele compreende qualquer coisa que usa o computador para ajudar no processo de obtenção de notícias, como *softwares*, banco de dados ou redes”. Pena (2015) é mais específico ao dizer que:

Por meio delas [das RAC], os jornalistas contextualizam informações, conferem números, encontram novos indícios, ilustram reportagens com gráficos e tabelas, checam dados e até produzem pesquisas qualitativas. Essas técnicas, aliadas a métodos científicos de investigação social e psicossocial, formam o que o professor Philip Meyer chama de jornalismo de precisão, cuja

base conceitual é considerar o profissional da informação não apenas intérprete e transmissor, mas administrador e analista de dados. (PENA, 2015, p. 174-175)

Houston (1996) destaca que a prática de CAR mudou ao longo do tempo, assim como as ferramentas e o ambiente no mundo digital mudaram. O especialista em uso de CAR explicou que a adoção da tecnologia começou no fim dos anos 1960. Depois, passou para os computadores, que aumentaram a velocidade e a flexibilidade de análise e apresentação e, por fim, migrou para o universo da web, o que acelerou a capacidade de coletar, analisar e apresentar dados.

A teoria de Meyer (1973) quanto ao jornalismo de precisão, ou *precision journalism*, sugere a utilização de técnicas das ciências, ou seja, metodologia científica na prática do jornalismo diário. Padrinho desse movimento, Meyer descreve o segmento de CAR que lida com estatísticas e com o uso de métodos de ciências sociais na busca por notícias: a prática do jornalismo de precisão consiste em tratar o jornalismo como se fosse uma ciência, o que implica adoção de metodologia, pesquisa, contextualização, teorização, análises e estudos empíricos. A escolha de regras a serem seguidas faz parte do processo de evolução do pensamento crítico. Isso porque o autor parte do princípio de que o repórter atua cada vez mais como mero emissor da notícia sem entender os dados obtidos nem os interpretar ou compreender.

Meyer (2002, p. 7) fez seis recomendações para o profissional de imprensa se apropriar e divulgar adequadamente as informações coletadas: “conhecer o que fazer com os dados é a essência do novo jornalismo de precisão”. A primeira delas é reunir⁹ os dados. “Vale sempre a pena lembrar, como o professor H. Douglas Price me disse em Harvard na primavera de 1967, que os ‘dados não vêm da cegonha’”.

Em seguida, armazenam-se¹⁰ as informações. “Os jornalistas antigos armazenam dados em pilhas de papel em suas mesas, nos cantos de seus escritórios e, se eles são realmente bem organizados, em *clip-files*. Computadores são melhores” (MEYER, 2002, p. 7).

Em terceiro lugar, recuperam-se¹¹ os dados usando alguma ferramenta. “As ferramentas de jornalismo de precisão podem ajudá-lo a recuperar dados que você coletou e

⁹ Collect it. Whether or not you ever try to emulate scientists in their data-collection methods, you can profit from knowing some of their tricks. It is always Worth remembering, as Professor H. Douglas Price told me at Harvard in the spring of 1967, that “data do not come from the stork.”

¹⁰ Store it. Old-time journalists stored data on stacks of paper on their desks, in corners of their offices, and, if they were really well organized, in clip-files. Computers are better.

¹¹ Retrieve it. The tools of precision journalism can help you retrieve data that you collected and stored yourself, data that someone else stored with a user like you ind mind, or data that someone else stored for reasons completely unrelated to your interest, perhaps with no earthly idea that a journalist or public user would ever retrieve it.

armazenou, dados que alguém armazenou, ou dados que alguém armazenou por razões completamente sem relação com seu interesse”. (MEYER, 2002, p. 7).

Depois, chega o momento de analisá-los.¹² “Análise jornalística geralmente consiste em meramente classificar para encontrar e listar os desvios interessantes. Mas também pode envolver pesquisas de causalidade implícita, para os padrões que sugerem que diferentes fenômenos variam juntos por razões interessantes” (MEYER, 2002, p. 7).

Como penúltima fase, reduzem-se¹³ os dados a fim de garantir objetividade. “A redução de dados se tornou uma habilidade tão importante no jornalismo quanto a coleta de dados. Uma boa notícia é definida pelo que se deixa de fora, bem como o que se inclui” (MEYER, 2002, p. 7). Por fim, comunicam-se¹⁴ as informações. “Um relatório não lido ou não compreendido é um relatório desperdiçado. Você pode fazer um caso filosófico que, como o som de uma árvore que cai na floresta, não existe em absoluto” (MEYER, 2002, p. 7).

Hierarquização semelhante propõem Bogoni e Kraemer (2015, p.7), mas tratando das quatro novas exigências profissionais para utilizar as bases do jornalismo de precisão. São elas: como buscar acesso às informações; como interpretá-las; de que forma publicá-las para que sejam eficientes ao público interessado; e, por último, como determinar exatidão às histórias contadas pelo jornalismo. “Os dados, que se constituem na matéria-prima das produções jornalísticas, além dos relatos das entrevistas, devem ser abordados de forma atenciosa. Para Meyer, saber como utilizá-los é essencial na prática do Jornalismo de Precisão” (BOGONI; KRAEMER, 2015, p. 7). Para as autoras, em consonância com Meyer, existem duas etapas da produção de reportagens: a coleta e análise de dados e a comunicação desses elementos.

Segundo Araújo (2014, p. 154), praticamente, não existem diferenças entre o jornalismo de precisão e o trabalho feito atualmente, já que “ambas as práticas baseiam-se na busca por nomes, números e outros tipos de mensagens que estão presentes na realidade”. No entanto, a forma de busca de informação jornalística mudou em razão dos recursos tecnológicos ofertados, como acesso rápido aos dados. É preciso dominar o ambiente: conhecer onde está o material, como consultá-lo, de que forma utilizá-lo, como compará-lo e quais as melhores ferramentas para a divulgação.

¹² Analyze it. Journalistic analysis often consists of merely sorting to find and list the interesting deviance. But it can also involve searches for implied causation, for patterns that suggest that diferente phenomena vary together for interesting reasons, or even to evaluate the effective-ness of public policy.

¹³ Reduce it. Data reduction has become as important a skill in journalism as data collection. A good new story is defined by what it leaves out, as well as by what it includes.

¹⁴ Communicate it. A report unread or not understood is a report wasted. You can make a philosophical case that like the sound of a tree falling in the forest, it does not exist at all.

A CAR, portanto, é um recurso eficiente em reportagens especializadas, de cunho investigativo, detalhadas e aprofundadas. “Trata-se de colher e processar informação primária ou, pelo menos, intermediária entre a constatação empírica da realidade e a produção de mensagens compreensíveis para o público” (LAGE, 2001, p. 156). Para Pena (2015), “o jornalista precisa se aproximar ao máximo da precisão, e a mediação das estruturas tecnológicas é imprescindível nesse processo”.

O que se espera, então, de um jornalista inserido em um contexto da RAC é um rigor científico capaz de fornecer uma organização da informação realmente alinhada com a necessidade do público, além da substituição da objetividade baseada em depoimentos contraditórios pela objetividade baseada em investigação contextualizada. A tarefa não é fácil. Os problemas estão na base epistemológica da profissão. Conferir ao jornalismo o epíteto de ciência está longe de ser uma unanimidade. Entretanto, o próprio desenvolvimento tecnológico contribui para a diminuição das resistências. Com o vertiginoso aumento da disponibilidade de informações pelo mundo, sua administração só pode ser viabilizada por métodos científicos. Não há outro caminho. (PENA, 2015, p. 175)

Alex Howard (2012)¹⁵ destaca que os chamados jornalistas de dados estão cada vez mais interessados em reportagens. A análise de dados por meio de planilhas contextualizadas pode ser feita com rigor e oferecer provas contundentes de uma hipótese. Uma averiguação minuciosa pode, inclusive, pôr à prova declarações ou discursos de fontes oficiais.

Em uma reportagem sobre violência contra mulheres, a ordenação dos dados sobre a taxa de ocorrências registradas por vítimas em um ano pode revelar o perfil do público feminino que sofre agressão, os dias de mais queixa, as características do agressor, a idade de vítimas e dos culpados, a classe social, quantos foram presos, quantas mulheres foram beneficiadas com a medida protetiva e assim por diante. Segundo Lage (2001, p. 161), “onde a RAC parece mais promissora é na produção de matérias mais analíticas e profundas – isto é, mais críticas e consistentes”.

A idéia de um repórter que navega pelo ciberespaço sem limites, para fora de sua base de atuação, consulta arquivos variados por todo o mundo e constrói seu próprio acervo de informações privilegiadas pode estar muito distante da imagem tradicional do fofoqueiro, do libertário ou do contestador, com seu caderninho de notas e um brutal e crescente ceticismo diante do poder – qualquer poder. Mas a ela que nos conduz a RAC, reportagem assistida por computador. (LAGE, 2001, p. 162)

¹⁵ Disponível em: < <http://radar.oreilly.com/2012/03/rise-of-the-data-journalists.html> > Acesso em: 16 nov. 2016.

De acordo com o *Investigative Reporters and Editors (IRE)*, o *National Institute for Computer-Assisted Reporting (Nicar)* foi fundado em 1989. Desde então, o instituto treinou milhares de jornalistas em como achar, coletar e publicar informações eletrônicas. Houston (1996), ex-diretor executivo da IRE, destacou que as conferências do Nicar ajudam jornalistas, *hackers* e programadores a entender as melhores práticas, os métodos e as ferramentas digitais para fazer um jornalismo que envolva análise de dados e reportagem clássica de campo.

Segundo Lage (2001, p. 159), a RAC se baseia na utilização de técnicas instrumentais: navegação e busca na internet, utilização de planilhas de cálculo e de banco de dados: “Trata-se de colher e processar informação primária, ou, pelo menos, intermediária entre a constatação empírica da realidade e a produção de mensagens compreensíveis para o público”.

Rebêlo (2008)¹⁶ enfatiza a importância de os jornalistas manterem um arquivo pessoal próprio para consultas. A prática é eficiente, principalmente, para profissionais recém-formados e que ainda não estabeleceram uma relação de confiança entre fontes para ter acesso às informações de bastidor. Na visão de Paul (*apud* MACHADO, 2003), quatro etapas estão interligadas ao jornalismo assistido por computador: reportagem, pesquisa, referência e encontro.

Na fase da reportagem, o uso do computador pode auxiliar o acesso às fontes primárias para entrevistas. Na pesquisa, o acesso serve para a localização de fontes secundárias que forneçam elementos de investigação e busca. Na referência, buscam-se elementos disponíveis na rede que ajudem na construção do material, como dicionários, datas, localizações etc. Por último, o encontro é possível a partir da integração das redes sociais midiáticas, no fim de 1990, com *e-mails* e conversas *on-line* em *sites* de bate-papo, objeto de discussão nas seções seguintes.

Para Lima Júnior (2006, p. 11), “a importância da introdução do CAR no processo de produção do jornalismo denota-se na melhoria da qualidade do material produzido pelos veículos de comunicação, principalmente no quesito precisão”.

1.3 Análise do jornalismo de dados

¹⁶ Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/eno020920032.htm>> Acesso em: 15 nov. 2016.

Conforme descreve Howard (2012),¹⁷ CAR tende a ser um termo guarda-chuva, já que inclui jornalismo de precisão, jornalismo de dados, visualizações e apresentação de dados eficazes. Mas uma das principais mudanças aconteceu quando computadores foram conectados à internet, na década de 1990.

Exemplos de atividades em computador que auxiliam reportagens pode ser o cruzamento de dados em planilhas eletrônicas, buscas na web e em bancos de dados públicos, raspagem de dados na internet, geração de gráficos, mapas e outros tipos de representações gráficas que podem ajudar na interpretação dos números e em buscas nas redes sociais midiáticas, inclusive permitindo a fiscalização de políticas públicas.

Kraemer e Nascimento (2013, p. 2) vão além e destacam que “técnicas de RAC são úteis para reportagens em diversas frentes, podendo ser usadas tanto para investigar condutas de determinada empresa quanto para avaliar a evolução patrimonial de um parlamentar”.

Houston (*apud* KRAEMER; NASCIMENTO, 2013) divide RAC em aproveitamento básico e avançado. O básico se subdivide em três níveis:

- 1) Uso de bases públicas de dados *on-line*, como saúde, meio ambiente, censos;
- 2) Utilização de planilhas eletrônicas;
- 3) Domínio de gerenciadores de banco de dados.

A RAC avançada também se subdivide em três etapas e, segundo Kraemer e Nascimento (2013), se relaciona a cruzamentos estatísticos e visualizações de informações:

- 1) Utilização de ferramentas de georreferenciamento e *softwares* para visualizar grande volume de informações por meio de mapas;
- 2) *Softwares* estatísticos para análise de grandes quantidades de dados que ajudam os jornalistas a encontrar causalidade para os eventos reportados;
- 3) Uso de *softwares* para análises de redes sociais físicas que envolvem também grande volume de informações, por exemplo, investigações sobre organizações sociais e terroristas e recursos financeiros de comitês de campanha para candidatos.

¹⁷ Disponível em: < <http://radar.oreilly.com/2012/03/rise-of-the-data-journalists.html> > Acesso em: 16 nov. 2016.

No entanto, se o jornalista não interpreta dados, ele se resume a reproduzir o discurso oficial como mero receptor de números. Houston (*apud* KRAEMER; NASCIMENTO, 2013) já detalhava as dificuldades de envolver mais jornalistas no trabalho de reportagens assistidas por computador.

É a resistência natural que muitos têm frente a novos métodos de trabalho, e a consequente necessidade de treinamento para estes novos modelos. A fobia à matemática e a falta de equipamentos adequados para trabalhar – máquinas que processam rapidamente a informação e aplicativos mais sofisticados também colaboram (KRAEMER; NASCIMENTO, 2013, p. 5)

Não saber trabalhar com dados significa deixar esse trabalho para aqueles que sabem, comprometendo, consideravelmente, a autonomia jornalística para contestar pontos de vistas, sustentar hipóteses ou derrubá-las. Koch (*apud* MACHADO, 2003) defende que o uso dos bancos de dados eletrônicos lança os alicerces de um novo tipo de jornalismo que liberta os profissionais dos pontos de vista limitados, expressos por especialistas e fontes oficiais. Mas, ao mesmo tempo em que essa seja uma posição do próprio autor, há de se considerar que, apesar de as planilhas proporcionarem uma nova interpretação e análise dos fatos, fontes *experts* e oficiais ainda são recorridas por jornalistas para contextualizar a história que está sendo contada.

Ao mesmo tempo, a análise de dados por meio da matemática e da estatística pode fornecer provas sólidas para sustentar (ou desarticular) uma hipótese, como o caso de pautas sobre a força dos governadores dos estados ou do Distrito Federal na Câmara dos Deputados, ou o índice de desemprego nas classes mais baixas se comparado com as regiões de classe alta e média alta. Uma análise bem-feita dificilmente vai ser desconstruída pelas autoridades. O jornalista de dados não precisa ser um matemático para lidar com números, mas fazer análises para conduzir investigações em dados pode diferenciar o material.

Por essa razão, organizações de comunicação têm investido em treinamento e habilitação dos profissionais da imprensa em busca de informações em ambiente digital. Além de capacitar os próprios jornalistas, empresas com mais recurso investem em contratar especialistas da área de exatas, como estatística e matemática, para analisar e aprofundar notícias oriundas de jornalismo de dados e visualização.

Hoje é muito difícil achar jornalistas diplomados que, ao mesmo tempo, tenham conhecimentos científicos ou técnicos profundos. Não é só que o jornalista médio não saiba mexer com dados; é que não sabe nem ler uma tabela de números, contextualizá-los e extrair histórias, o que é muito mais importante. Como consequência, a grande mídia precisa contar com

especialistas (cientistas, economistas, sociólogos, etc.) como repórteres e editores, e também com profissionais de ciências da computação para colaborar na análise profunda e na gestão de dados.¹⁸

Para Machado (2003, p. 4-9), “no entorno descentralizado das redes digitais, o jornalista, acostumado aos métodos convencionais de apuração, fica sem condições de fornecer os conteúdos especializados demandados pelos participantes dos sistemas de circulação de notícias”. Identifica-se como práticas de descentralização do processo de apuração um modelo mais horizontal de produção do jornalismo, com o auxílio dos conteúdos em circulação no ciberespaço para produção de matérias (MACHADO, 2003, p. 79).

Embora as ferramentas e os meios estejam evoluindo, ainda há desafios pela frente no que se refere à tecnologia e ao treinamento das redações. Segundo Gordon (*apud* HOWARD, 2012),¹⁹ apesar de nem todos os jornalistas quererem aprender programação, é importante que se compreenda ao menos o que a ferramenta é capaz de oferecer, inclusive para tornar a análise de dados mais bem estruturada, mais fácil e rápida de fazer.

Machado (2003) reconhece que todas as etapas do trabalho jornalístico sofreram alterações com o aparecimento das redes. Se antes jornalistas demoravam horas para obter uma informação, no ciberespaço, esse acesso reduziu o tempo despendido para a confirmação de uma notícia. Marcondes Filho (2002) sustenta que o aparecimento dos computadores, além do acesso aos sistemas de rede e à internet, provocou uma reformulação do sistema de trabalho. Essas alterações, na visão desse autor, promoveram a rapidez na circulação de informações e desencadearam a exigência de agilidade do repórter, que precisou trabalhar pressionado pela agilidade do sistema e pelo tempo.

Jornalismo tornou-se um disciplinamento técnico, antes que uma habilidade investigativa ou linguística. Bom jornalista passou a ser mais aquele que consegue, em tempo hábil, dar conta das exigências de produção de notícias do que aquele que mais sabe ou que melhor escreve. Ele deve ser uma peça que funciona bem, “universal”, seja, acoplável a qualquer altura do sistema de produção de informações (MARCONDES FILHO, 2002, p.36).

Nesse contexto, a apuração jornalística por meio da *web* trouxe infinitos resultados positivos, como a facilitação do trabalho jornalístico, mas, ao mesmo tempo, as novas tecnologias oferecem armadilhas que obrigam o jornalista a se aprofundar nos trabalhos de verificação e análises se quiser evitar ser alvo delas.

¹⁸ Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/tendencias/redacoes-multidisciplinares/>> Acesso em: 16 abr. 2016.

¹⁹ Disponível em: <<http://radar.oreilly.com/2012/03/rise-of-the-data-journalists.html>> Acesso em: 16 nov. 2016.

1.4 Os computadores ligados à rede mundial

Passado o momento em que os computadores somente substituíram as velhas formas de escrever nas redações de jornal, as máquinas foram ligadas à rede mundial de informatização. Primeiro, os equipamentos foram conectados em redes internas que ofereceram a possibilidade do acesso aos bancos de dados para pesquisa. Depois, se tornou possível a conexão cibernética. Foi a partir do acesso à internet que o trabalho cotidiano dos jornalistas acabou profundamente alterado com a possibilidade de contato entre indivíduos do meio interno — dentro de uma comunidade, endereço ou região — e do meio externo — pessoas de diferentes localidades e moradores de outros países, por exemplo.

Castells (1999) explica que a internet é uma iniciativa norte-americana de âmbito mundial que teve apoio militar e foi criada por empresas de informática financiadas pelo governo norte-americano para criar um clube mundial de usuários de computadores e banco de dados. A rede começou a ser utilizada entre 1970 e 1980 por acadêmicos americanos para estudos na área de segurança e defesa, mas, a partir de 1990, com o surgimento da *World Wide Web* (WWW), a internet se expandiu e passou a ser usada pelo usuário comum. Também para fins jornalísticos, só começou a ser utilizada na década de 1990, com o desenvolvimento da rede, segundo Mielniczuk (2001).

Palacios *et.al.* (2002)²⁰ explica que, antes da invenção da WWW, a rede já era utilizada para a divulgação de informações jornalísticas, mas os serviços eram segmentados para um público muito específico por meio de *e-mails* e boletins disponibilizados através de um sistema que comportava apenas textos, chamado, na época, de *Gopher*. Esse sistema possibilitava o acesso às informações mantidas em diversos computadores da rede. “A internet passa a ser utilizada, de forma mais expressiva, para atender finalidades jornalísticas, a partir de sua utilização comercial, que se dá com o desenvolvimento da Web no início dos anos 90” (PALACIOS, 2002, p. 2).

De acordo com Ferrari (2003), o número de computadores conectados ao redor do mundo pulou de 1,7 milhão, em 1993, para 20 milhões, em 1997. Em abril de 2016, já eram 244 milhões só de dispositivos móveis conectados à internet no Brasil (*notebooks, tablets e smartphones*), segundo pesquisa do 27º Relatório Anual de Tecnologia da Informação, feita pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas.²¹

²⁰ Disponível em: <https://grupojol.files.wordpress.com/2011/04/2002_palacios_mapeamentojol.pdf> Acesso em: 15 nov. 2016.

²¹ Disponível em: <<http://eaesp.fgvsp.br/ensinoeconhecimento/centros/cia/pesquisa>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

Estudos como esses mostram uma sociedade cada vez mais conectada em rede. A informatização trouxe profundas modificações na vida cotidiana e transformou atividades corriqueiras do dia a dia. Portanto, o campo da comunicação foi apenas mais um transformado pelo advento tecnológico. Conforme destacado por Lage (2001, p. 155), “a informática penetrou na gestão de empresas e governos de tal forma que altera relações sociais importantes para a mídia”. Para o autor, o processo de mudança que ocorreu a partir da introdução dos computadores no ambiente jornalístico está longe de chegar ao fim e será uma prática permanente.

Para Cardoso (2007, p. 29), a sociedade em rede, como definida pelo sociólogo Manuel Castells, se “caracteriza por uma mudança na sua forma de organização social, possibilitada pelo surgimento das tecnologias de informação num período de mudanças econômica e social”.

1.5 Apuração jornalística na internet

A internet revolucionou a atividade jornalística. A possibilidade de acesso às ferramentas do ciberespaço proporcionou aos profissionais o contato com um infinito volume de informações sem a necessidade do deslocamento físico. O advento da internet provocou adaptações e mudanças dos processos de produção da notícia. Traquina (2001, p. 126) afirma que no início do século XXI as inovações tecnológicas, em especial a rede global de computadores interligados pela internet, modificaram as práticas jornalísticas. Assim, o fenômeno marca a chamada era da comunicação digital, como destacado por estudiosos da área.

A introdução da internet nas redações, segundo Cardoso (2007, p. 200), “não originou apenas a presença online de meios de comunicação de massa tradicionais, mas foi, também, dominada pelo acesso dos jornalistas a arquivos pesquisáveis à base de dados e às fontes”. O surgimento da rede, portanto, contribuiu para aumentar o impacto do imediatismo. Com a popularização da internet, o processo de fazer pesquisa, reunir informações, apurá-las, transformá-las em conteúdo jornalístico e divulgá-las foi completamente alterado.

McNair (*apud* TRAQUINA, 2001) ressalta que o acesso à *web* acelerou ainda mais a velocidade dos processos de produção das notícias, corroendo as barreiras do tempo e do espaço, globalizando as notícias e as audiências e criando novos canais de acesso aos membros da comunidade profissional. A busca dos fatos acompanhou uma crescente obsessão com o tempo e uma maior orientação por parte da imprensa para os acontecimentos. O impacto tecnológico marcou o jornalismo do século XIX como marcaria toda a história do jornalismo ao longo do século XX até o presente (TRAQUINA, 2005).

A digitalização do jornalismo, as novas capacidades que a internet oferece aos jornalistas na obtenção de dados e de acesso à informação, a proliferação de canais e a explosão de locais de comunicação e de informação, nomeadamente os milhares de sites no ciberespaço, a nova e potencialmente revolucionária dinâmica da interatividade, em particular entre jornalistas e fontes e jornalistas e público, as novas oportunidades de acesso aos jornalistas para as vozes alternativas da sociedade são fatores que apontam para a debilitação do controle político dos mídia noticiosos e para a existência dum campo jornalístico que é cada vez mais uma arena disputada entre todos os membros da sociedade. (TRAQUINA, 2001, p. 126)

Se, nos modelos tradicionais de apuração, repórteres se tornaram dependentes do telefone fixo e do celular, agora, na nova era de produção alternativa, a internet se tornou a grande aliada dos jornalistas, especialmente para aqueles que trabalham diariamente com a produção da notícia. Em uma rápida busca na rede mundial de computadores, conectados em um universo *on-line*, profissionais da imprensa começam a reunir o material necessário para a construção da reportagem. Com a multiplicação dos canais de acesso à informação, os contatos com as produções em uma escala global são ilimitados.

Cardoso (2007, p. 190) considera que “a internet apresentou-se como uma tecnologia mais moldável às necessidades jornalísticas, capaz de agregar uma massa de público potencial”. Colombo e Regan (2000 *apud* Cardoso, 2007, p. 190) reforçam que, por essas razões, a tecnologia não questionou o modelo jornalístico nem substituiu todos os outros modelos de acesso à informação, “tendo, no entanto, ajudado a transformar, até certo ponto, essa relação entre produtor e usuário de informação, bem como em outros níveis como as fontes” (CARDOSO, 2007, p. 190).

Koch (*apud* MACHADO, 2003, p. 24) lembra que, antes da construção da narrativa jornalística, “repórteres consultam dados armazenados ou fontes disponíveis no ciberespaço, entrevistam os sujeitos dos fatos e avaliam o conteúdo das declarações tanto no espaço eletrônico quanto nas páginas impressas”. O autor apresenta um diagnóstico do sistema de produção do jornalismo nas sociedades contemporâneas que revela a existência de dois tipos diferentes de uso das redes telemáticas:

No primeiro, as redes são concebidas como ferramenta auxiliar para a elaboração de conteúdos para os meios clássicos, ainda abastecidos com métodos clássicos de coleta de dados, enquanto que, no segundo, todas as etapas do sistema jornalístico de produção – desde a pesquisa e apuração até a circulação dos conteúdos – estão circunscritas às fronteiras do ciberespaço. Sem incorporar as particularidades do jornalismo digital, o primeiro modelo representa a aplicação do conceito de jornalismo assistido por computador, que permite o uso dos conteúdos das redes nos meios convencionais sem

alterações essenciais no conjunto das práticas de todos profissionais dentro das redações. (MACHADO, 2003, p. 22)

Se antes um jornalista passava horas à espera da declaração de uma fonte, por exemplo, hoje a possibilidade de acesso às informações permite pesquisas e aprofundamento no tema antes da realização da entrevista e que podem reforçar os dados colhidos. Um exemplo é a averiguação de quanto um(a) candidato(a) à eleição presidencial recebeu de doação de verba para a campanha política. A partir do acesso às informações disponíveis no *site* do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), é possível encontrar o montante oferecido a ele(a); as fontes que doaram mais dinheiro; o registro total dos gastos da campanha; a prestação de contas; a divulgação de bens do(a) candidato(a); e informações relativas à sua vida política. Dessa forma, no momento da entrevista, o depoimento do(a) pretendente ao cargo de presidente da República se enquadraria muito mais como complemento da apuração, relacionada ao direito de resposta da fonte, do que como dependência por parte do repórter das informações pessoais repassadas pelo(a) entrevistado(a) – que, em muitos casos, omite informações mais sensíveis.

Houston (1996, p. 186) defende que, na *web*, os jornalistas podem percorrer caminhos e rotas alternativas das agendas oficiais para realizar seu trabalho com mais profundidade, detalhamento e responsabilidade, elaborando as notícias com articulações de pesquisas cada vez mais aprofundadas e exatas. A partir do uso da rede no processo de produção da notícia, começaram a surgir diversas denominações para o uso da internet no campo da comunicação. Jornalismo digital, webjornalismo, jornalismo *on-line*, jornalismo eletrônico e ciberjornalismo são apenas alguns dos exemplos de nomenclaturas que passaram a caracterizar este novo processo.

Mas, ao mesmo tempo em que mecanismos de busca permitem o acesso instantâneo às informações, muitas vezes, quando encontradas, essas informações não estão fundamentadas e acabam sendo oferecidas em um contexto abrangente. Dessa forma, análises, contextualizações, comparações, cruzamento da informação e imersão de checagem assumem o segundo momento na apuração em um contexto cibernético. Isso porque, segundo Castells (1999, p. 438), a arquitetura da rede “é e continuará sendo aberta do ponto de vista tecnológico, possibilitando amplo acesso público”.

Sem que o repórter precise estar presente no local do fato para construir a notícia, cidadãos comuns, que não pertencem à comunidade jornalística, ocupam cada vez mais espaço no chamado jornalismo participativo ou, conforme mencionado por Traquina, no “novo jornalismo” (2002, p. 171).

Bowman e Willis (2003, p. 9) explicam o conceito desse tipo de jornalismo como um ato de um cidadão ou grupo de cidadãos que desempenha um papel ativo no processo de coletar, reportar, analisar e disseminar informação. “A intenção dessa participação é fornecer a informação independente, confiável, exata, ampla e relevante que a democracia requer”.

Sem a necessidade da presença dos jornalistas no local, a redação do jornal digital ocupa o lugar de um centro de gravidade para onde converge o fluxo de matérias enviadas pelos profissionais, colaboradores e usuários do sistema. Em vez da divisão em editorias específicas, como ocorre no jornalismo convencional nas redações digitais, os membros da publicação são dispostos de forma mais livre para facilitar o trabalho em torno de uma temática comum. (MACHADO, 2003, p. 27)

Hoje, com a ampla propagação de elementos noticiosos, qualquer internauta com uma conta *on-line* produz conteúdo, mas não produz conteúdo jornalístico, atividade essa voltada a profissionais de comunicação com formação específica para tal. Assim sendo, ao passo em que as consolidadas empresas jornalísticas tradicionais não mais detêm o monopólio da informação, ocorre uma alteração de produção de notícia impulsionada pela popularização da internet, pela nova forma de consumir notícia e por pessoas da sociedade civil disseminando dados em toda a parte do mundo.

No jornalismo, a mais recente função desempenhada por profissionais de imprensa é a de curadoria. Em um espaço digital, esse jornalista volta a sua publicação para um usuário segmentado e oferece ao público novas experiências de leitura personalizada a partir da multiplicidade de fontes, de pesquisa e de diversidade informativa. O serviço propõe aos leitores acesso rápido aquilo que o interessa, a partir de boletins informativos, com dicas para novas abas de navegação, estimulando conhecimento e agregando conteúdo.

Desta forma, há uma passagem do *gatekeeper* para o *gatewatching*. Isso significa, segundo Bruns (2003, p. 19), a transformação do método que antes, nas mídias tradicionais, “selecionavam” as notícias para, em um universo atual de mídias alternativas, destacar as informações mais importantes na web. Ele denomina essa etapa de *publicizing*, ou seja, publicização. Refere-se em fornecer hiperlinks que conduzam o internauta a acessar documentos relacionados aquela notícia dentro da própria lista de conteúdos com temas próximos. São transformações que deixam o *gatekeeping* para trás e inicia uma nova prática batizada como *gatewatching*

Naturalmente, os usuários envolvidos em organizar e fazer a *curation* da torrente das matérias noticiosas disponíveis e das informações que têm valor como notícias que estão atualmente disponíveis em uma multidão de canais, não têm condições de guardar – de controlar – os portões de quaisquer destes

canais; entretanto, o que eles têm condições de fazer é de participar em um esforço distribuído e folgadoamente organizado de observar – de acompanhar – quais as informações que passam por estes canais; quais são os comunicados para imprensa que são feitos pelos atores públicos, quais são os relatórios que são publicados pelos pesquisadores acadêmicos ou pelas organizações da indústria, quais são as intervenções que são feitas pelos lobistas e políticos (BRUNS, 2011, p. 124)

Segundo o autor, o jornalista, na web, deixa de atuar apenas e exclusivamente como repórter, já que na rede qualquer pessoa pode produzir informação — como já vimos — para ir em busca de documentos e links externos com a intenção de conduzir o público a assuntos com base em seus interesses. Bruns (apud WEBER, 2010) explica, portanto, que *gatewatcher* seriam as pessoas que:

Observam o material que está disponível, avaliam se é interessante, e identificam se há novas informações úteis com o objetivo de canalizar este material para atualizar e estruturar notícias que possam apontar direções para conteúdos de relevância e outras partes do material selecionado (BRUNS apud WEBER, 2010, p. 10)

As mudanças atuais na conjuntura do mercado já eram previstas por Redig, em 2008. A autora escreveu, há mais de uma década, que, em breve, o jornalista não seria mais o “dono” da informação, da fonte e do furo. Assim, o que se observa são cidadãos da sociedade civil cada vez mais conectados com *smartphones* que gravam, tiram foto e fazem vídeo. Dessa forma, conteúdos produzidos por indivíduos fora da comunidade jornalística acabam sendo noticiados pela mídia de massa.

O advento das redes colaborou para que os veículos de comunicação revisassem o seu papel como meio de comunicação de massa. Jenkins (2009) alerta para o fato de que as velhas mídias não morreram, a relação do público com elas é que morreu. No entanto, ao mesmo tempo em que a internet abrange a produção integrada e a possibilidade de apuração rápida, diminuindo drasticamente o tempo de buscas, os avanços tecnológicos oferecem riscos no que se refere à credibilidade e confiança dos dados durante a pesquisa da atividade jornalística. Em razão da multiplicação de *sites*, proliferação de *blogs*, aumento no número de acessos, ampliação da exposição na rede e crescimento da interação com a *web*, nem sempre o que é disponível tem critério de confiança. Portanto, um dos principais desafios dos jornalistas é coletar e armazenar dados seguros na *web* sem cair em informações falsas.

Na tarefa de levantar detalhes em pesquisas na internet para posterior cruzamento das informações e análises, um dos principais problemas é saber em quais páginas confiar. Assim sendo, como fazer uma apuração segura na rede? Essa é uma das principais inquietações para

repórteres que visam a busca de dados de qualidade. Segundo Lima Júnior (2007), no universo da informação digital, o jornalista enfrenta um trabalho cada vez mais complexo na busca de obtenção de informações. Na visão do autor, “apesar da aparente facilidade mostrada por esses dispositivos, torna-se complexo o trabalho de se obter informações consolidadas e contextualizadas” (LIMA JÚNIOR, 2006, p. 3).

Em qualquer pesquisa inicial na *web*, a imprecisão dos dados e a grande oferta de fontes levantam dúvidas a respeito da confiabilidade da informação. Além disso, ao ir em busca daquilo que se pretende encontrar, nem sempre o internauta tem como retorno a exatidão da informação pesquisada. Ou seja, na abrangência dos dados na rede, a oferta nem sempre é aquela de pretensão do jornalista. Em uma pesquisa sobre a história do ex-presidente Juscelino Kubitschek o *Google* pode oferecer como resultado, em vez da biografia do político brasileiro, dados a respeito do Aeroporto Internacional de Brasília Juscelino Kubitschek em razão do mesmo nome digitado na caixa de busca. É claro que, com o avanço da tecnologia, é cada vez menor a probabilidade dessas ocorrências, uma vez que *sites* especializados, como o *Google*, já oferecem aos usuários as informações mais procuradas a partir dos filtros e históricos de pesquisas anteriores com base nos assuntos mais buscados pelo internauta.

Júlio Tognolli é um dos primeiros usuários do *Google* no Brasil, segundo o autor Lima Júnior. “A informação do surgimento do mecanismo de busca (*Google*) foi trazida por uma amiga jornalista americana [de Tognolli] que visitava o País. Ele afirma que, ‘hoje, vem a certeza: ninguém pode investigar um caso sem antes ter passado pelo menos duas horas em um desses sites de busca’” (LIMA JÚNIOR, 2006, p. 122).

Bastos (*apud* LIMA JÚNIOR, 2006) lista cinco passos da habilidade de pesquisa *on-line* que podem oferecer mais eficiência e eficácia na busca de informações em um universo digital. O primeiro nível, segundo o autor, é a análise da questão, ou seja, restringir e definir aquilo que se pretende ter como resultado. No segundo, é importante definir os possíveis contribuintes no que se refere a indicar os tipos de fontes de informação que podem ser utilizadas. No terceiro, encontram-se as entrevistas para discutir as informações encontradas de modo a trazer mais detalhes sobre o assunto. No quarto e no quinto, a seleção e a síntese, momentos em que se copia a informação e junta a ela fatos, ideias, interpretações e pontos de vista.

Data Mining é uma potencialidade de buscas. Segundo Fayyad (*apud* LIMA JÚNIOR, 2006, p. 7), trata-se do “processo não-trivial de identificar, em dados, padrões válidos, novos, potencialmente úteis e ultimamente compreensíveis”. É um sistema utilizado por praticamente

todos os setores da sociedade nos Estados Unidos que recorre a um programa de banco de dados capaz de identificar tendências, perfis e tipos de consumo das pessoas, analisando as tarefas particulares dos envolvidos e produzindo as características das suas atividades. Em outras palavras, faz um rastreamento das informações pelo tipo de dados.

Ao pesquisar dados de violência doméstica, o Data Mining pode apontar que os fins de semana são os dias em que as mulheres mais sofrem agressões dos companheiros em razão da ingestão de bebida alcoólica e saídas independentes. No momento em que o homem volta para casa, esses dois fatores poderiam gerar discussões entre o casal e desencadear crime de violência contra a mulher. “Portanto, as ferramentas de Data Mining são utilizadas para prever futuras tendências e comportamentos” (LIMA JÚNIOR, 2006, p. 9).

No entanto, segundo o autor, o sistema requer uma articulação forte com analistas humanos que são os responsáveis pela determinação do valor dos padrões encontrados. Navega (2002 *apud* LIMA JÚNIOR) prevê o futuro do Data Mining associado com sistemas de inteligência artificial.

Um dos conceitos importantes: encontrar padrões requer que os dados brutos sejam sistematicamente “simplificados”, de forma a desconsiderar aquilo que é específico e privilegiar aquilo que é genérico. Para que o processo dê certo, é necessário, sim, desprezar os eventos particulares para só manter aquilo que é genérico. (NAVEGA *apud* LIMA JÚNIOR, 2006, p. 125)

Lima Júnior (2006) explica, portanto, a importância de ser genérico para “perder” um pouco dos dados e só conservar a essência da informação, o que significa que, no primeiro momento de busca, os elementos encontrados são generalistas e, à medida que se atém aos métodos, as informações vão sendo tratadas, se tornando seletivas, até que se encontra o resultado com exatidão daquilo que estava se buscando. Quando encontradas, filtram-se os elementos de interesse para que possam ser confrontadas com outros dados e, assim, publicadas em matérias jornalísticas.

Essas opções de pesquisa na internet, apesar de não garantirem a exatidão das buscas, fornecem um caminho para a fuga das informações disponíveis em rede que são imprecisas, inverídicas e duvidosas. Martino (2015, p. 29) salienta que, entre as características do ciberespaço, está a arquitetura aberta, ou seja, a capacidade de crescer indefinidamente: “É fluído, em constantes movimentos — dados são acrescentados e desaparecem, conexões são criadas e desfeitas em um fluxo constante”. Em um ambiente de inteira conexão, em que vínculos são rapidamente construídos e desfeitos, é importante conhecer, entre os critérios de credibilidade, aqueles que garantem a confiabilidade das informações na rede: objetividade,

transparência, autoria, atualidade e precisão. Isso porque, segundo ressalta Martino (2015, p. 29), “cada pessoa com acesso à internet faz parte do ciberespaço quando troca informações, compartilha dados, publica alguma informação, enfim, usa essa estrutura técnica”. Para o autor, “embora seja possível estabelecer algumas distinções mais sutis, pode-se dizer que, ao conectar à internet, o indivíduo está presente no ciberespaço”.

Na *web*, a objetividade pode ser verificada na maneira como o assunto é tratado e de que forma é divulgado. Informações fundamentadas, levantamentos oficiais, dados respaldados em legislações e entrevistas que corroboram a afirmação publicada tendem a ser avaliados sem juízos de valor. A objetividade também está alinhada com o critério de imparcialidade. Portanto, é importante averiguar se o dado é tendencioso e se há, de forma explícita ou velada, a inserção de publicidade atrelada ao fato noticioso.

A transparência, por sua vez, pode ser notada quando há pluralidade de versões. Além disso, geralmente, são relembrados fatos conectando hiperlinks do mesmo assunto, publicados em ocasiões anteriores de forma a atestar a permanência exata do que foi tratado anteriormente. É importante, ainda, observar de que forma os dados foram dispostos, quais informações e em que contextos estão incluídos, se estão disponíveis em mais de um formato de acesso, qual o nível de profundidade explorado e como os tópicos foram dispostos.

A autoria diz respeito à identificação de onde partiu a informação e quem é o autor dos dados. Além disso, é adequado verificar se a página é institucional ou pessoal, se há caminhos que possibilitem o contato do internauta com o emissor da informação, se há possibilidade de conhecer mais do perfil do autor, se ele mantém vínculos com a instituição, *site* ou empresa que publicou o conteúdo, além de verificar a autenticidade do dado.

Quanto à atualidade, pode ser observada a data em que o conteúdo foi postado na internet, o horário em que entrou no ar, quando foi atualizado e há quantos dias aquela notícia está na rede. Podem-se verificar, ainda, as interconexões com assuntos momentâneos, bem como analisar o conteúdo para se certificar de que é atual e de que existem apontadores para a informação mais antiga e para aquela mais recente.

Por fim, a precisão pode ser constatada quando se observa a linearidade do texto, o sentido das informações dispostas, a correção gramatical, ortográfica e de pontuação, além das conexões com autores conhecidos da área e levantamentos numéricos transparentes e de significado objetivo, claro e disposto sem sentido dúbio. É importante, ainda, constatar se a informação é válida, segura e de confiança, se os fatos foram checados antes da publicação e se

a notícia se compara com alguma outra da área, estabelecendo pontes ou interconexões com outras linhas de pensamento do mesmo tema.

O rigor na apuração de informações deve partir de premissa muito simples, nem sempre considerada: cada afirmação, de cada linha, só deve ser mantida depois de respaldada. Apurar pode resumir-se a um jogo de evidências confrontadas a outras. Só a consciência delas garante o relato, mesmo que saibamos que tal consistência só foi obtida pela sobreposição de relatos que corroborem uma mesma versão, como no caso da cobertura do 11 de setembro. Colocar evidências em confronto implica, por isso, critérios de escolha – critérios éticos, de aplicação sistemática – ou a realidade que virá à luz será apenas o reflexo, espiralado, sinuoso e sem fim, de espelhos colocados uns diante dos outros. (PEREIRA JÚNIOR, 2006, p. 72)

Em um contexto em que cada vez mais jornalistas são pressionados pela rapidez, a probabilidade de erros se torna ainda maior. Machado (2003) alerta para o fato de que a estrutura do ciberespaço impõe dificuldades no trabalho de apuração dos jornalistas nas redes em razão da multiplicação das fontes sem tradição especializada no tratamento das notícias espalhadas em uma escala global. Ele explica que, nos modelos tradicionais de produção jornalística, a preferência acaba sendo pelas fontes oficiais, porque isso “representa uma estratégia dos profissionais para obter dados fidedignos de personalidades reconhecidas, respaldadas pelo exercício de uma função pública” (MACHADO, 2003, p. 7). No entanto, o autor faz o contraponto de que, de maneira geral, esses entrevistados arriscam a credibilidade da publicação pelo tom oficialista, como veremos no próximo capítulo.

Na medida em que a arquitetura descentralizada do ciberespaço desarticula o modelo clássico, o exercício do jornalismo nas redes telemáticas depende do estabelecimento de critérios capazes de garantir a confiabilidade do sistema de apuração dentro de um entorno com as especificidades do mundo digital. (MACHADO, 2003, p. 4)

Especialista em jornalismo digital, o autor ensina que a capacitação dos profissionais acaba se tornando uma condição em um universo com especificidades técnicas de apuração oferecidas em uma rede conectada. Assim, a apuração na internet exige, como uma das etapas iniciais, cautela, observação, pesquisa fundamentada, consciência quanto à multiplicação de informações na web e cuidado no que se refere à credibilidade e confiança dos dados achados na interface tecnológica. Para Machado (2003), o treinamento dos jornalistas e dos usuários se torna uma pré-condição devido às particularidades das técnicas de apuração e das funções desempenhadas pelos diversos atores sociais nas redes telemáticas.

Para desenvolver o trabalho jornalístico em um entorno cada vez mais amplo e complexo como o mundo digital, tanto o profissional quanto o usuário das redes telemáticas devem dominar técnicas adequadas para avaliar dados muito diversos, com valor desigual e propósitos distintos que cada cidadão pode publicar sem qualquer tipo de restrição prévia. (MACHADO, 2003, p. 7)

Bastos (*apud* LIMA JÚNIOR, 2006) sublinha a necessidade de maior checagem dos materiais que circulam na rede. Segundo o autor, muita informação oficial que circula pela internet deve ser verificada com atenção redobrada. “Informação de qualidade, fiável e credível coexiste com grandes quantidades de informação falsa ou pouco rigorosa. A informação on-line é uma mistura e deve ser tratada da mesma forma que os jornalistas tratam outra informação” (LIMA JÚNIOR, 2006, p. 13).

1.6 A apuração nas redes sociais midiáticas

Fato é que o conceito de informação tem assumido novos formatos. Com o advento das mídias sociais, internautas com perfis no *Facebook*, *Twitter*, *Instagram*, *WhatsApp*, *blogs* publicam e compartilham na rede de relacionamento acontecimentos da vida pública, particular e profissional. Com instrumentos de visualização e interação da postagem na rede, a informação ganha larga escala em tempo recorde, o que pode gerar acesso de jornalistas. Martino (2015) oferece amplos conceitos de rede, como sendo um conjunto de nós interconectados que se comunicam entre si. “E, por conta disso, toda rede é uma estrutura complexa de comunicação, na qual os vários nós interagem em múltiplas ligações” (MARTINO, 2015, p. 100).

Segundo o autor, a organização em rede tem três características principais: flexibilidade, ou seja, a possibilidade de expandir ou reduzir o número de conexões; escala, que significa a opção de mudar de tamanho sem que as especificidades principais sejam afetadas; e, por último, a sobrevivência, cuja definição se refere a operar em vários tipos de configuração.

Em uma rede social digital, por exemplo, cada pessoa é um nó. Cada página ou comunidade, por sua vez, é outro nó. E, finalmente, o site de uma rede social é uma espécie de “nó dos nós”, mas, ao mesmo tempo, também é um nó quando pensado no conjunto da internet — que, não custa lembrar, é uma “rede de redes”. A interconexão entre os nós é uma característica fundamental de qualquer rede. (MARTINO, 2015, p. 100)

Dessa forma, é cada vez mais comum o uso dessas plataformas de mídias na elaboração de matérias baseadas em dados divulgados em contas sociais. Fotos, vídeos, áudios, comentários viralizam em um universo digital e, a partir do momento em que os conteúdos são replicados, comentados, curtidos e visualizados, ganham repercussão na mídia. Assim,

repórteres extraem de perfis nas redes sociais midiáticas informações possíveis em uma era de mudanças no processo de produção jornalística marcada pela rapidez e pela pressão do imediatismo com a divulgação instantânea e quase em tempo real das informações. O que é compartilhado em formatos multimídias rapidamente ganha repercussões em larga escala.

De acordo com Martino (2015, p. 56), “nas redes sociais, os vínculos entre os indivíduos tendem a ser fluídos, rápidos, estabelecidos conforme a necessidade em um momento e desmanchado no instante seguinte”. Os dados, portanto, repercutem nos canais de contato inicialmente na informalidade. Em poucas horas, uma postagem é capaz de estar entre os noticiários das páginas de jornal e entre os assuntos mais lidos, comentados, compartilhados e interagidos. “Trata-se de uma situação de interatividade e de reflexividade inédita na história que obriga os produtores de conteúdo a ajustarem rapidamente sua produção para os leitores e para os concorrentes” (ADGHIRNI, 2012, p. 66).

Segundo Castells (2016), as tecnologias digitais da informação mudaram significativamente a organização social e a relação entre indivíduos. Isso porque, na comunidade virtual, os vínculos entre os indivíduos acontecem a partir de interesses em comum, identidades semelhantes, temas de afinidade e valores. A partir do compartilhamento instantâneo de informações por fontes que utilizam as redes sociais midiáticas e demais aplicativos de mensagens instantâneas, a exemplo do *WhatsApp* e do *Telegram*, jornalistas produzem conteúdo noticioso. Pressionados pelo relógio, repórteres recorrem às alternativas imediatas para transmitir de forma direta o acontecimento. Como salienta Traquina (2005), o jornalismo é um negócio, e as notícias, uma mercadoria que alimenta o desenvolvimento de companhias altamente lucrativas. Num universo digital, são utilizados cada vez mais recursos de visualização e instrumentos para que uma mensagem seja mais acessada e, ao mesmo tempo, difundida. Assim, recursos com vínculo de patrocinadores, interações de comentários e interatividade com a mensagem levam a postagem para o topo das mais vistas.

Martino (2015, p. 58) exemplifica que ao mesmo tempo em que as ações nas redes sociais on-line e na vida cotidiana se articulam de maneira cada vez mais próxima, os fatores políticos, sociais e econômicos podem ganhar em relevância. “Afinal, quem participa das redes online são seres humanos ligados às redes do mundo desconectado, e as interferências entre os dois ambientes, até certo ponto, são inevitáveis”. E acrescenta: “Assim como o mundo real é levado para as mídias digitais, as discussões online têm o potencial de gerar atitudes e ações no mundo físico”.

Ferramentas tecnológicas utilizadas no contexto atual pelos jornalistas para apuração de informações, sugestões de pauta, contatos com fontes e personagens são as redes sociais midiáticas e os aplicativos de troca de mensagens instantâneas restritas à comunidade de profissionais. As redes sociais midiáticas surgiram na década de 1990, com o lançamento do *GeoCities*, que reunia *sites* pessoais sobre diversas áreas e as pessoas conseguiam criar suas próprias páginas na *web* de acordo com a sua localização. A ferramenta chegou a ter 38 milhões de usuários, foi comprada pelo *Yahoo* e encerrou as atividades em 2009, após 15 anos. O portal reunia resultados de trabalhos de pesquisas dos internautas, tutoriais, dicas e, inclusive, teve características copiadas por diversos outros *sites*.

Em 1995, outras duas plataformas surgiram com a proposta de interação das pessoas na rede: o *The Globe* e o *Classmates*. O primeiro permitia que os internautas compartilhassem experiências com a publicação de conteúdos pessoais e a conexão com outras pessoas com interesse comum. O *Classmates* tinha o objetivo de reunir colegas de escolas e faculdades para reencontros e chegou a ter 50 milhões de cadastros.

Com o *boom* da internet e as facilidades de manter contato com pessoas próximas e distantes, cresceu a quantidade de adeptos a redes sociais midiáticas. Na década de 2000, surgiram novos sites especializados em conectar pessoas: conhecida como a era da disseminação das redes sociais midiáticas. Foi o caso do *Fotolog* e do *Friendster*, em 2002. O *Fotolog* oferecia a possibilidade de o internauta publicar fotos com reflexões pessoais e seguir outras pessoas com interesse em comum. Mas o *Friendster* recebeu o título de rede social por permitir a localização dos amigos reais no ambiente virtual. Em apenas três meses, reuniu 3 milhões de adeptos. Depois, em 2003, surgiram as redes *LinkedIn*, voltada para contatos profissionais, que até hoje continua no ar, e *MySpace*, também em operação.

Segundo sites especializados em tecnologia, 2004 foi considerado o ano das redes sociais midiáticas com o aparecimento de *Flickr*, *Orkut* e *Facebook*, os mais populares. O primeiro oferece a possibilidade de inserção de fotos em álbuns com interações e comentários. O *Orkut* permitia contato com pessoas do círculo de amizade pela internet. Contava, ainda, com comunidades com as quais os participantes se identificavam, por isso as “seguiram”, e tinha também um perfil onde se acrescentavam informações pessoais. Contudo, em 2011, a rede começou a perder público para o *Facebook*, um dos principais canais de conexão do mundo que começou a se popularizar a partir de 2006. O *Orkut* foi extinto em 30 de setembro de 2014, mas, no fim de sua operação, cerca de 29 milhões de pessoas ainda utilizavam a rede, segundo *sites* especializados. Em março de 2017, o *Facebook* informou que cerca de 1,94 bilhão de

peças usavam a rede mensalmente em uma contagem feita até 31 de março daquele ano. Os usuários ativos mensais chegavam a 1,91 bilhão,²² segundo a empresa de análise de dados *FactSet*, mas o uso da rede tem diminuído em uma escala progressiva devido às outras ferramentas de comunicação. Por essa razão, entre os internautas, há uma consonância de que o *Facebook* se tornou um canal mais de contatos profissionais, como estratégia de *networking*, do que para relacionamentos interpessoais entre amigos e conhecidos.

O *WhatsApp*, criado em 2009 como um aplicativo de mensagens de dispositivos móveis, conseguiu conectar 1 bilhão de pessoas e cresceu mais rápido que o *Facebook* em quatro anos. Em 2014, segundo notícias, 450 milhões de pessoas usavam o aplicativo e, durante os quatro primeiros anos iniciais, eram 145 milhões. Por causa da notoriedade, o *Facebook* anunciou a compra do *WhatsApp* por US\$ 16 bilhões. Hoje o aplicativo é usado para troca de mensagens pessoais, corporativas e políticas. Outros aplicativos de mensagens populares apareceram no Brasil, mas caíram em desuso em razão da popularidade do *WhatsApp*. Outros foram extintos. É o caso do *ICQ Messenger*, *MSN Messenger*, *BBM*, *Line*, *Wechat*.

No jornalismo, mensagens circuladas em grupos de *WhatsApp* tornaram-se busca de informação para grande parte dos jornalistas, principalmente para aqueles que atuam na reportagem em veículos de circulação diária. Na prática, para minimizar as dificuldades do processo de produção da notícia, jornalistas e fontes compartilham em plataformas multimídias integradas informações de pauta, contatos e sugestões de matéria em grande escala. Mas as relações não se limitam ao contato de fonte *versus* profissionais da imprensa. Existem, ainda, grupos restritos apenas à comunidade profissional. Ali, jornalistas, assessores de imprensa, publicitários e profissionais de relações públicas trocam contatos, indicam entrevistados, sugerem fontes, repassam personagens e até pedem sugestão de pauta, como forma de minimizar o impacto da rotina.

Relação semelhante acontece nas redes sociais midiáticas, como no *Facebook* e no *Twitter*. A página *Jornalistas de Brasília*, no *Facebook*, fundada em 2012, tinha, até o início de outubro de 2015, 5.307 membros. Em 5 de janeiro de 2017, eram 5.653 integrantes e, em 19 de outubro de 2017, 5.826. Na última consulta, feita em 10 de abril de 2019, eram 5.892 participantes. Para além do *Facebook*, os organizadores da página criaram, em 6 de fevereiro de 2019, um grupo de *WhatsApp* entre profissionais de comunicação, intitulado, também, como

²² Uma matéria do portal *GI* mostra que o lucro líquido atribuível aos acionistas do Facebook subiu para US\$ 3,06 bilhões, ou US\$ 1,04 por ação, no primeiro trimestre de 2017, ante US\$ 1,73 bilhão, ou US\$ 0,60 por papel, no mesmo período de 2016: um aumento de 76,6%. Disponível em: <<https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/facebook-quega-a-194-bilhao-de-usuarios-em-todo-o-mundo-no-1-trimestre-de-2017.ghtml>>. Acesso em: 12 out. 2017.

Jornalistas de Brasília. Em 10 de abril de 2019, eram 256 internautas, atingindo a capacidade máxima de pessoas em um mesmo grupo. O ambiente serve para compartilhamento de contatos de fontes, divulgação de oportunidade de vaga para jornalistas, e divulgação de pautas por assessores de imprensa.

Outro grupo fechado na mesma rede, intitulado *Jornalistas de Brasília – Utilidade*, foi inaugurado no primeiro semestre de 2014 como concorrente da primeira página e, até o 1º dia de outubro de 2015, contava com 2.632 participantes. No início de janeiro de 2017, alcançou 3.616 pessoas e, em 19 de outubro de 2017, eram 3.748 membros. Na última consulta, em 10 de abril de 2019, eram 3.990 participantes. No *Twitter*, existe a conta *@ajudeumrepórter*, com 24,2 mil seguidores em 19 de outubro de 2017 e 24,4 mil *tweets* (postagens) de pedidos de especialista, personagens, entrevistados e fontes para jornalistas que recorrem à página (consulta também efetuada em outubro). Em 10 de abril de 2019, eram 22,9 mil seguidores e 24,5 mil *tweets*. A articulação é tão profissional que se divulga, inclusive, o *deadline* para retorno.

Com a popularidade das redes sociais midiáticas, internautas com contas e perfis em páginas de relacionamento passam a ser importantes colaboradores para a produção da notícia. Na visão de D’Andrea e Maciel (2010), essa interação entre indivíduos da sociedade civil e jornalistas por meio das novas mídias é possível, principalmente, devido às novas tecnologias que permitem e oferecem essa conectividade por meio de acessos fixos e móveis, aumentando a dinâmica da troca de informações e a rapidez do contato.

Para Recuero (2009), as mídias sociais permitem maior interação e diversidade de fluxos de informação entre os participantes e, assim, incentivam a emergência de redes sociais midiáticas. Storch (2007) ressalta que as redes sociais midiáticas ajudam no fluxo de informações, auxiliam a construção do conhecimento e é uma aliada na propagação de opiniões. Isso porque a troca de ideias em um ambiente conectado estimula a diversidade, a difusão de pensamentos e debates.

Para Martino (2015), os nós estabelecidos nas redes são entre pessoas, organizações e empresas com um alto número de conexões que transitam entre vários grupos. Assim, torna-se um potencial para reunir internautas de diversos níveis sociais.

Quando um grupo considerável de pessoas está acessando um determinado portal, por exemplo, há uma tendência de que seus conhecidos também se interessem por isso, aumentando de maneira exponencial a audiência a partir de conexões ramificadas, não horizontais. Isso ajuda a explicar, por exemplo, o crescimento rápido de virais: quanto mais uma informação é divulgada,

maior será sua divulgação, em uma perspectiva circular. Quanto mais um livro é lido e comentado, mais será lido e comentado. (MARTINO, 2015, p. 80)

O autor detalha que, enquanto uma relação pessoal é mantida entre duas pessoas, nas redes sociais midiáticas, esses contatos não são aditivos, mas combinatórios. Isso quer dizer que, quando alguém interage em uma mídia específica, não está apenas sendo mais um no conjunto já existente, mas multiplicando as possibilidades de conexões e impedindo, por exemplo, o controle do compartilhamento das informações entre uma comunidade.

“A partir desse princípio, pode-se entender, por exemplo, por que em redes sociais online de alcance mundial é muito difícil controlar uma informação: há um número incalculável de relações possíveis, o que virtualmente dificulta formas específicas de controle” (MARTINO, 2015, p. 73).

1.7 As novas mídias, o atual modelo comunicacional e a relação com as organizações midiáticas

Para Cardoso (2007), as novas mídias são interativas e participativas. O surgimento das redes sociais midiáticas e o uso delas no processo de produção jornalística, portanto, contribuíram, também, para novas exigências das empresas jornalísticas quanto às habilidades necessárias do jornalista. É cada vez mais frequente organizações midiáticas investirem em contratar profissionais de comunicação para o setor de mídias digitais. Muitos assumem função de editor de redes sociais midiáticas, coordenador de novas mídias, produtor de conteúdo multimídia e, também, jornalistas que supervisionam as páginas *on-line* dos *sites* de relacionamento público. Kovach e Rosenstiel (2001, p. 192) alertavam, há 16 anos, que “a revolução tecnológica e a organização econômica por ela propiciada estão criando novas oportunidades”.

Assim, novas funções têm sido criadas em razão da emergência de uma nova tendência: a popularidade das redes sociais midiáticas, o consumo de informação por essas plataformas e a produção de conteúdo voltada para esse novo meio. Bradshaw (*apud* LIMA JÚNIOR, 2010) destaca que a exigência tem imposto aos profissionais não apenas conhecer e dominar a própria área de conhecimento, mas também interagir no ambiente de rede, subindo vídeos, compartilhando *bookmark* e comentando no universo da blogosfera.

Recuero (2009, p. 1) ressalta que o contexto onde informações circulam todos os dias por meio de novas ferramentas foi impulsionado pelos efeitos das redes sociais midiáticas: “Essas redes, propiciadas pelas ferramentas da internet, formaram uma teia informativa, onde

as conexões estabelecidas entre os milhares de indivíduos passam a ser caminhos por onde a informação pode ser produzida, circulada e filtrada”. A autora explica que redes são constituídas por representações de atores sociais e suas conexões e compara o fenômeno a um bate-papo como canal de comunicação utilizado para expressão de sentimentos, ideias, manifestações e movimentos no meio digital.

Com as novas formas de produção e consumo da informação, as organizações midiáticas de massa têm sido cada vez mais afetadas com redução de receitas, perda de audiência e possível redução na qualidade do conteúdo. Se hoje mudaram as formas de construir uma notícia, o público também adotou uma postura diferenciada em face do noticiário. Com o impacto das redes e o imediatismo das informações, não mais impera uma postura passiva do receptor. Nesse cenário de um novo perfil de leitores, telespectadores e ouvintes, são cada vez mais comuns a reação e o ativismo dos cidadãos da sociedade civil nas redes. Esse novo comportamento, inclusive, tem pautado os veículos de mídia e alterando a lógica comunicacional de Lasswell (1948) que propunha a escala emissor → mensagem → canal → receptor.

Com o surgimento das tecnologias digitais e com a perspectiva transmissionista, leitores, em sua grande maioria, não seguem a narrativa a partir da estrutura pensada por Lasswell. Internautas leem trechos de diversas páginas da internet e conseguem ser informados. Além disso, cidadãos comuns têm produzido e divulgado informação a partir das novas ferramentas tecnológicas. Assim, o novo modelo inaugurado passa a ser emissor/receptor → mensagem/canal → emissor/receptor.

Desde o final da década de 1980, teve início a popularização da palavra multimídia, tecnologia que engloba som, imagem e movimento, e que ficou conhecida pelos CD-ROM, capaz de reunir enciclopédias inteiras em um único disco óptico (FERRARI, 2003). Dessa forma, a própria leitura não linear proporciona outra forma de interpretação do conteúdo. Inclusive o processo de observação se baseia na retórica, uma vez que, no ato retórico, as palavras se tornam o foco da narrativa e a própria forma como são utilizadas contribui para a significação total do texto. É a linguagem que, ao final, indica percepções de emoções, valores e ações. É importante lembrar, aqui, que, para Aristóteles (1999), a retórica é o uso do argumento para persuasão.

Ao contrário da teoria de Maxwell McCombs e Donald Shaw, do *agenda setting*, em que o noticiário da grande mídia dominava as conversas nas relações sociais e pessoais entre indivíduos, influenciando a população, enfrenta-se a realidade do contra-agendamento:

indivíduos pautando as organizações midiáticas. Embora a prática já ocorresse antes das redes sociais midiáticas, agora a postagem que alcança a internet se expande em rápida escala e chega ao conhecimento de jornalistas com maior velocidade.

As manifestações de julho de 2013 seguiram esse comportamento, momento em que grande parte da população brasileira ocupou as ruas para cobrar redução do preço das passagens do transporte público, melhoria na educação e saúde, além do investimento em segurança pública.

Grupos criados no *Facebook* e eventos agendados pelas redes sociais midiáticas passaram a ser monitorados pela grande mídia para cobertura jornalística. As informações postadas nos *sites* de relacionamento se tornavam elementos noticiosos nas matérias. Era o caso das mensagens de mobilização, número de participantes confirmando presença e recomendações postadas por organizadores aos manifestantes.

Granovetter (*apud* RECUERO, 2009) trata do valor informativo das redes sociais midiáticas, tanto na produção quanto na circulação de conteúdo. Recuero (2009) complementa e reforça a variedade dos tipos de conexões estabelecidas por essas redes sociais que permitem a expansão das informações, o recebimento e o envio de conteúdos mesmo *off-line*:

Isso significa que na internet as redes sociais tornam-se mais amplas, mais interconectadas e com uma variedade maior de tipos de conexões, além de conexões mais permanentes. São vias de informação permanentemente abertas. Nos sites de rede social, são os sistemas de mediação que sustentam as conexões, tornando-as ativas e capazes de receber e enviar informações mesmo quando os atores não se encontram online. (RECUERO, 2009, p. 5)

O advento das redes contribuiu para que a produção da notícia fosse radicalmente transformada. Assim, o processo produtivo não termina quando a notícia é publicada. Ao contrário, ela se desenvolve a partir das interações nas redes, da participação do público em comentários, postagens em fóruns, reações nas mídias sociais, entre outras formas de interatividade.

CAPÍTULO II

AS FONTES JORNALÍSTICAS E A IMPORTÂNCIA DELAS NA NARRATIVA

Na atividade jornalística, a imprensa é, notadamente, dependente das fontes informacionais. São elas que reforçam a credibilidade do público ao discurso narrado e, assim, garantiriam as místicas “isenção” e “objetividade” buscadas pelo trabalho de reportagem. Ao destacar a fala de um entrevistado, na maioria das vezes, retira-se uma possível responsabilidade dos efeitos daquele discurso vinculado a fala do jornal ou do repórter. Dessa forma, a citação de um trecho entre aspas credita e vincula a informação ao nome da pessoa responsável pela declaração, livrando o veículo ou o profissional do carimbo de parcialidade. Nessa perspectiva, o semiólogo francês Mouillaud (2002) aborda a estratégia dos jornais em relação às fontes quando, por exemplo, a mídia assume uma afirmação como própria, sem atribuí-la a nenhuma pessoa, e quando a assertiva é uma conclusão do posicionamento de alguém.

O autor ressalta que o jornal tem voz própria. Assim, a relação entre a fala do veículo e outras falas se transformou com a mudança do lugar e da função da imprensa. Surgiu, então, a imprensa reflexo (de acontecimentos) e a imprensa-eco (de vozes que não são a sua).

Os diferentes jornais dão o mesmo tratamento a suas fontes. Citando explicitamente seus informantes, um jornal como o *Le Monde* mostra que conserva suas distâncias com relação a enunciados dos quais não é a origem: mantendo uma certa distância, preserva sua identidade. Aliás, como é possível perceber, o jornal que cita suas fontes é igualmente aquele que deixa a assinatura das mesmas a seus jornalistas. Lida-se então com uma sobreposição e uma hierarquia de vozes. O nome do jornal aparece como aquele de um arquitecutor que, quando, muito, remete os enunciados de seus jornalistas como citações (o que se manifesta explicitamente nas formulações: “segundo nosso enviado especial...”, “segundo nosso correspondente...”) (MOUILLAUD, 2002, p. 119)

Parte-se, portanto, da premissa de que as fontes legitimam a narrativa jornalística com relatos, dados, informações e contextualizações. E os tipos de entrevistados diferem quanto à pessoa que fala, a forma como jornalistas a procuram e ao tipo de discurso. São várias as classificações que teóricos usam para determinar fontes. De forma geral, seguindo a ideia de Fontcuberta (1996), as fontes podem ser pessoas, instituições e organizações que ajudam na informação que os veículos de imprensa precisam para propagar a notícia.

Neveu (2006) segue o mesmo pensamento. Segundo o autor, as fontes são a origem de uma informação, repassada para os jornalistas, por meio de uma pessoa, de uma instituição ou

até de um documento. Assim, uma notícia só é produzida a partir do que as fontes dizem. Chaparro (1996, p. 148) destaca que elas são a base essencial da ação jornalística. “Sem elas, não há notícia nem noticiário”. Assim, da mesma forma que acontece com os tipos de notícia, as fontes têm naturezas diferentes, como está apresentado nas páginas a seguir, inclusive de forma gráfica, em um organograma próprio.

Schmitz (2011, p. 23) defende que a maioria das informações jornalísticas é plural, pois emana de vários tipos de fontes que o jornalista utiliza para reforçar ou confirmar a verdade no relato dos fatos. “Por isso, hierarquizar as fontes é essencial na atividade jornalística, pois a notícia polifônica converge da diversidade de opiniões, relatos, testemunhos e mídias”.

Sob a ótica de Herbert Gans (1980), as fontes são as primeiras pessoas a quem o jornalista recorre, observa e entrevista, e são elas as responsáveis por fornecer informações como integrantes e representantes de grupos, organizados ou não, e por prestar declarações de utilidade pública ou de outros setores da sociedade. Assim, além de se creditar uma declaração à fonte, jornalistas as procuram em busca da pluralidade de versões, reportagens balanceadas, contextualização dos fatos e humanização das matérias a partir de relatos de personagens da notícia.

O uso das fontes no jornalismo, portanto, é paradoxal. Se, de um lado, procura-se ouvi-las com o intuito de vincular uma declaração ao entrevistado e, portanto, revelar outros discursos que livram o jornal e o repórter da responsabilidade da fala, de outro, elas são, conforme avaliação de Wolf (2003, p. 223), “um fator determinante para a qualidade da informação produzida pelo *mass media*”. As entrevistas, portanto, constituem um recurso a ser utilizado na estratégia da verdade e da legitimidade. Parte das notícias publicadas na mídia advém de conversas com entrevistados, personagens, organizações e instituições.

Para Erbolato (1991), tudo o que o jornal publica é obtido das fontes de informação. No entanto, o acesso a elas não é igualitário, assim como as fontes não são todas iguais nem estão distribuídas uniformemente. Segundo Wolf (2003, p. 223), a rede de contatos que os veículos estabelecem com as fontes reflete, por um lado, a estrutura de poder existente e, por outro, as exigências de adequação dos processos produtivos: “As fontes que se situam à margem destas duas determinações muito dificilmente podem influir, de forma eficaz, na cobertura informativa”.

A teoria dos definidores primários, também chamada de teoria estruturalista, vai ao encontro dessa perspectiva. Segundo Pena (2006), os definidores primários são os primeiros entrevistados a que os jornalistas recorrem, portanto se tornam poderosos na construção da

notícia a partir do momento em que as opiniões particulares dos entrevistados moldam a narrativa jornalística do repórter, que fica refém dos discursos dessas fontes específicas. As interpretações dadas por esses entrevistados norteiam a construção do discurso. Geralmente, esse tipo de entrevistado são autoridades no assunto, fontes oficiais, porta-vozes ligados à instituição ou órgãos do governo, além de pessoas qualificadas no tema abordado e entrevistados privilegiados, como está exemplificado na seção destinada às fontes oficiais, a seguir. “A preferência pela opinião dos poderosos funciona, na verdade, como uma defesa para o jornalista. Ao colher um depoimento que legitima a informação, ele se esconde atrás da palavra do outro” (PENA, 2006, p.154).

Ao fazer um paralelo com as notícias de polícia, confirma-se que, enquanto nos outros espaços dos impressos os entrevistados são, basicamente, quem tem representação na sociedade, decisão, poder e ação legítima, como políticos, economistas, especialistas, professores universitários, cientistas, nas reportagens de violência, os personagens centrais são aqueles cujo aparecimento nas outras partes se torna secundário. Assim, nos assuntos de crimes, essas pessoas surgem como entrevistados ou informantes. Explica Serra (1980, p. 19) que o local destinado ao crime e à violência é onde se desenvolve a representação de personagens referentes a uma região social determinada, a um estilo de vida: “Em relação ao espaço total do jornal, eles são ‘desviantes’: marginais, ladrões, assassinos, traficantes, desonestos, homossexuais, prostitutas, menores delinquentes, em grupo, organizados ou individualmente”.

Gans (1980) também destaca os diversos fatores que influenciam a dominância de determinadas fontes sobre outras. Além da confiabilidade, estaria em jogo o poder, a credibilidade e a proximidade dos entrevistados em relação aos jornalistas. Assim, repórteres escolhem os que terão voz na narrativa a partir da conveniência, da facilidade no acesso e daqueles que falam ou confirmam o que já foi preestabelecido pelo jornalista como verdade. A opção da mídia, portanto, em primeiro lugar, é com os entrevistados que já mantêm algum tipo de contato com a imprensa e que conseguem desenvolver a linearidade do seu discurso em uma ordem coerente de entendimento.

Aqueles que detêm o poder econômico ou político podem, facilmente, ter acesso aos jornalistas e são acessíveis a estes; aqueles que não têm qualquer poder, mais dificilmente se transformam em fontes, e não são procurados pelos jornalistas até as suas ações produzirem efeitos noticiáveis enquanto moral ou socialmente negativos (GANS, 1980, p. 81)

Contudo, mais do que a procura do repórter pelas fontes, de alguma maneira, há uma articulação entre os próprios entrevistados para ganhar visibilidade na mídia e, assim, pautar a

imprensa com a estratégia de ganhar espaço. O sociólogo britânico Philip Schlesinger (1978) acredita que as fontes, em casos específicos, competem e desenvolvem ações para terem acesso aos meios jornalísticos. Partindo desse pensamento, o autor pontua três articulações das fontes para destaque na mídia: 1) a sensibilização dos jornalistas a partir do sucesso de comunicação da fonte; 2) a seleção apropriada do discurso; e 3) a adequação as técnicas jornalísticas, como critérios de noticiabilidade.

Nesse sentido, existe uma arquitetura e uma organização dos entrevistados, seja de forma independente ou orientado por assessorias para serem procurados pela mídia. Dessa forma, para que as ideias de um sejam pautadas e as do concorrente minimizadas, as fontes agem para ter destaque nas organizações midiáticas a partir da oferta de informações de relevância noticiosa para o jornalista. Com isso, aquelas que pleiteiam o destaque na mídia atuam a partir de um discurso organizado e enquadrado em termos de valor-notícia, adequando-se às regras comunicacionais que justifiquem a pertinência do seu depoimento na narrativa jornalística. Atrelado à estratégia da informação, está o bom relacionamento da fonte com a imprensa e o destaque da notoriedade da pessoa no assunto abordado, cultivando a importância do entrevistado no que está sendo tratado e reforçando as boas condições de comunicação de sucesso.

Sousa (2006) lista as inúmeras diferenças entre as fontes. Na visão do autor, elas não são iguais em relevância social, em critérios de destaque, na qualidade das informações que emitem, nas formas de acesso e no poder de influência. Mas, segundo o autor, se assemelham em um único aspecto: a pretensão da atenção midiática: “Muitas vezes as fontes competem entre si pela atenção dos meios de comunicação e pelos significados dos acontecimentos” (SOUSA, 2006, p. 266).

Nessa vertente, é preciso considerar os cinco tipos de pauta classificados por Sousa Pinto (2009): a que cobre um fato quente, ou seja, um assunto factual; a que se desdobra de um fato, gerando o que se chama no jornalismo de suíte; a que usa um fato como ganho; a que parte da percepção do repórter na rua, sendo uma pauta independente; e a que surge a partir do contato com a fonte, quando a informação está vinculada à fonte.

Essa última é a que demonstra o poder dos entrevistados em pautar a mídia. Quando a fonte tem credibilidade, está respaldada com documentos que comprovam o fato, tem o contato de envolvidos na história e já é recorrente informante do repórter a partir da fidelização preestabelecida entre o declarante e o profissional de imprensa, há mais chances de a ocorrência

repassada ser transformada em notícia, se comparada a um informante que não tem contato com a imprensa e fornece documentos para uma matéria.

Segundo Molotch e Lester (1999), existem os chamados promotores de notícias (*news promoters*), definidos como indivíduos que transformam um fato como de relevância social, garantindo espaço no processo jornalístico, e os jornalistas (*news assemblers*), identificados como todos os profissionais de imprensa que transformam uma ocorrência em acontecimento público por via da divulgação. No processo de produção jornalística, os *news promoters* são as fontes que identificam e tornam observável uma ocorrência como especial (TRAQUINA, 2001). Os *news assemblers* são aqueles que “transformam um perceptível conjunto finito de ocorrências promovidas em acontecimentos públicos através de publicação ou radiodifusão” (MOLOTCH; LESTER, 1999, *apud* TRAQUINA, 2005, p. 184). Assim, segundo Schmitz (2011, p. 10), “mesmo quando os jornalistas (*news assemblers*) produzem as notícias, são pressionados pelas fontes (*news promoters*) a alterar o enfoque ou aceitar as notícias produzidas por elas, principalmente quando apresentadas no enquadramento (*frame*) de interesse do público”.

Aliás, “os promotores de notícias” passaram a interferir de forma decisiva no processo jornalístico, sendo também produtores ostensivos de conteúdos com qualidade de notícias, garantindo o seu espaço nos processos jornalísticos. Enfim, têm o poder e a capacidade de criar acontecimentos públicos adaptados à noticiabilidade. Partem das práticas e critérios dos jornalistas e tratam de oferecer conteúdos que atendam aos requisitos que tornam um acontecimento, uma notícia irrecusável (SCHMITZ, 2011, p. 10)

São, portanto, pessoas que têm autonomia para organizar fatos de interesse público adaptados a critérios de noticiabilidade para, assim, ganhar a cobertura midiática. Traquina (2001) ressalta que as notícias são o resultado de processos complexos de interação entre agentes sociais. Entre eles, estão jornalistas e fontes de informação. Seguindo a interpretação de Wolf (1995, p. 223), embora a ideia inicial sugira um processo linear, a relação entre entrevistados, jornalistas e públicos existe dentro de um sistema “que se assemelha mais ao jogo da corda”. “No entanto, os jogos da corda são decididos pela força: e as notícias são, entre outras coisas, o exercício do poder sobre a interpretação da realidade” (SCHLESINGER, 1972; GANS *apud* WOLF, 1995, p. 223).

Em razão dos interesses particulares de cada fonte, Traquina (2001) estabelece critérios para avaliar a confiabilidade das informações fornecidas. São elas: a autoridade, a produtividade e a credibilidade. A autoridade está vinculada à posição social do indivíduo que repassa a informação. Segundo a ideologia jornalística, quanto mais prestigiosa é a fonte,

maiores são as chances de as informações fornecidas serem confiáveis em razão do posicionamento hierárquico da pessoa que fala. Essa é uma das razões que justificaria a preferência e a recorrente utilização das fontes oficiais pelos jornalistas, como descrito de forma mais aprofundada nas seções a seguir.

A produtividade está ligada a uma produção preestabelecida do conteúdo pela fonte, seja por meio de assessorias de imprensa, seja de uma forma independente. Um material consolidado repassado antes da entrevista aos repórteres auxilia na preparação do profissional para a conversa com a fonte. Traquina (2001) vai além. Para o autor, essa conduta “permite que os jornalistas não tenham de recorrer a demasiadas fontes para obter dados ou elementos necessários” (TRAQUINA, 2001, p. 106). A conduta também evitaria que o repórter incorresse em erro ao consultar um material não oficial.

A credibilidade, por sua vez, está relacionada ao fator da veracidade das informações já repassadas pela mesma pessoa, o que significa que, se, em ocasiões anteriores, a fonte prestou um dado confiável, haverá, de maneira recorrente, a procura do repórter pelo entrevistado. Traquina (2001) ressalta que, se a credibilidade da história não pode ser checada ou confirmada com rapidez, repórteres se baseiam na honestidade e na credibilidade das fontes que vivenciaram o momento, analisaram o fato ou testemunharam de alguma forma a ocorrência. Portanto, esse fator está ligado a observações anteriores do jornalista dos discursos proferidos pelos entrevistados.

Nessa mesma linha, Sigal (1973) ressalta a origem das notícias. Na visão dele, os conteúdos informativos se originam sob a ótica do que as fontes dizem e do tipo de entrevistados consultados. A entrevista, portanto, segundo Lage (2001, p. 73), é um procedimento clássico de apuração: “É uma expansão de consulta às fontes, objetivando, geralmente, a coleta de interpretações e a reconstituição de fatos”. De acordo com sua classificação, a entrevista engloba três aspectos: a) qualquer procedimento que vise à apuração de uma fonte a partir de um diálogo; b) uma conversa em um tempo expressivo com algum personagem considerável ou pessoa que tem informação de interesse para o público; e c) a matéria publicada com as informações colhidas.

Schmitz (2001), no entanto, diferencia fontes de informação e de notícia. Segundo o autor, as fontes de informação podem ser qualquer pessoa, uma vez que toda informação está disponível a alguém. “Já a fonte de notícia necessita de um meio de transmissão, de um mediador, que faça circular o seu conhecimento ou saber” (SCHMITZ, 2001, p. 9). Essa diferenciação também é seguida por Charaudeau (2006), que defende que, enquanto a

informação está disponível a qualquer um que recebe o dado, a fonte da notícia precisa de um mediador, no caso um emissor (o repórter ou o jornal), que faça circular o saber do entrevistado para outras pessoas.

As fontes de informação, portanto, assumem relevância desde a concepção da pauta, com sugestões de reportagens, até em observações e entrevistas que complementam a cobertura. No exercício profissional de jornalista, elas são tão respeitadas que, por um direito constitucional, disposto no art. 5º, inciso XIV, da Constituição Federal de 1988, podem ser mantidas em sigilo e não ter revelada a identidade: “É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional” (CONSTITUIÇÃO, 1988).

2.1 A relação entre jornalista e fonte

As fontes de informação são, portanto, pessoas capacitadas a ofertar algum tipo de informação para o repórter sobre determinado assunto e/ou documentos que atestam o acontecimento de um fato. Na visão de Alsina (2009, p. 162), os entrevistados são pessoas importantes no processo de produção de uma notícia: “O elo entre acontecimento-fonte-notícia é básico para a construção da realidade jornalística”. O jornalista necessita das fontes e, por isso, deve manter uma boa relação com elas. No entanto, na cadeia de contato entre entrevistado e jornalista, é importante considerar os interesses particulares de cada um deles.

Segundo Gans (1980), a relação entre repórteres e fontes se assemelha a uma dança no momento em que jornalistas tentam aproximar-se delas e estas, por sua vez, também insistem em ter acesso aos profissionais de imprensa. Wolf (2003) complementa ainda que, muitas vezes, a dança é conduzida pelas próprias fontes, porque, do ponto de vista da autonomia da fonte na relação com jornalistas, repórteres recorrem a elas em busca de garantia do discurso, da credibilidade da informação, do respeito do entrevistado diante do assunto e da oportunidade de recorrer antecipadamente a ele em uma agenda previamente estabelecida.

Embora respaldada diante de um assunto, no entanto, uma fonte sempre constrói relações de poder, tem interesses particulares na divulgação de um fato ou uma intenção a partir do contato que estabelece com o repórter. Por essa razão, o que um declarante diz é importante ser checado com outros envolvidos na história. Assim, se desvincula uma possível articulação da fonte naquela ocorrência ou mesmo se minimiza a influência da fonte quanto a maximizar seu discurso. Gieber e Johnson (*apud* ALSINA, 2009) tratam da relação dos informantes com

jornalistas. Segundo Alsina (2009), há, pelo menos, três tipos de vinculação: total independência, cooperação ou produção de notícia pela fonte.

A independência tem relação com a total liberdade entre os dois atores (jornalista e entrevistado) e o distanciamento entre os dois em relação ao tratamento da notícia, o que equivale a dizer que a fonte repassa a informação sem nenhuma proximidade nem critério de empatia pelo repórter e este, por sua vez, trata o fato e o transforma em notícia sem se relacionar de forma íntima com a pessoa que prestou detalhes.

Já a cooperação se refere à necessidade de ambos: o repórter precisa da informação e, portanto, a corteja, e o entrevistado encaixa no discurso algum interesse particular em dar publicidade ao fato ou destacar vieses de relevância particular.

A produção da notícia pela fonte, por sua vez, se dá quando a fonte pauta o repórter, ou seja, quando a cobertura midiática acontece a partir de uma informação influenciada pelo participante da notícia. É o caso das fontes oficiais ou de parlamentares que agem, em determinadas situações, em prol de visibilidade na mídia.

Outro exemplo é o que Chaparro (2007) chama de revolução das fontes. Segundo o autor, o jornalismo do século XXI é marcado pela denominação a partir das novas tecnologias que permitiram a produção da notícia por parte das fontes. Nesse novo cenário, o poder da notícia não pertence mais apenas às redações, mas, também, aos sujeitos sociais produtores dos acontecimentos. Segundo o autor, as fontes passaram a gerar conteúdo noticioso e a pautar os veículos de mídia, “transformando o jornalismo em espaço público dos conflitos em que se movimentam, usando-o para agir e interagir no mundo, à luz dos seus interesses, provavelmente legítimos” (CHAPARRO, 2007, p. 14).

Ao mesmo tempo, o jornalista necessita das fontes, por isso deve manter boa relação com elas. Nesse vínculo embaraçoso entre informante e profissional de imprensa, a jornalista Eliane Cantanhêde (2006, p. 185) alerta sobre os riscos da promiscuidade: “Os jornalistas devem estar próximos o suficiente das fontes para ter informação e longe também o suficiente para não haver promiscuidade”. Refere-se a jornalista ao cuidado nas relações entre repórteres e entrevistados, uma vez que, enquanto um profissional presta serviço de interesse público e, portanto, pode se deparar com um escândalo que envolve a fonte e, por bem, deveria cobri-lo, o outro trabalha em prol de minimizar os efeitos de uma ocorrência ou de um impacto com o qual pode estar envolvido.

Portanto, nessa vinculação entre repórter e fonte, não cabe proteção jornalística a uma determinada pessoa pelo critério de vínculo entre os dois. Na visão do também jornalista

Leandro Fortes (2008), as fontes não são amigas do repórter; elas buscam a veiculação de seus interesses ou dos interesses de seus grupos, por isso o jornalista não pode e não deve ser influenciado por elas.

Repórter que frequenta festinhas e se aninha na vida pessoal das fontes, e vice-versa, comete um pecado profissional de consequências quase sempre desastrosas. É possível e desejável que jornalistas saibam diferenciar essas circunstâncias para evitar, no fim das contas, relacionamentos incestuosos como o que ocorrem, por exemplo, na cobertura política tradicional de Brasília. O único resultado possível dessa relação é um noticiário viciado e sem credibilidade, para não falar do habitual vexame público de chamar autoridades por apelidos carinhosos e, assim, forçar uma intimidade tão tola quanto inexistente (FORTES, 2008, p. 31)

2.2 Categorização de fontes e as formas de uso nas reportagens

Com efeito, existem, nas regras profissionais, diversas classificações para fontes de notícia. A partir do grau de confiabilidade de cada uma das fontes, Lage (2001) as classifica em três categorias, podendo ser mais ou menos confiáveis a partir do relato de pessoas, depoimento de instituições ou dados documentais. Seguindo a tipificação do autor, encontram-se as fontes oficiais, oficiosas, independentes, primárias, secundárias, *experts* e testemunhas.

A primeira é definida como representantes de órgãos governamentais, empresas, instituições e organizações autorizadas a falar com a imprensa. Assim, o entrevistado figura como porta-voz da associação que representa. Na visão de Lage (2001, p. 65), os discursos delas “são mais confiáveis”. No entanto, nas seções seguintes, serão reveladas as místicas legitimidade e veracidade das informações repassadas por esse tipo de fonte, uma vez que ela representa o Estado ou o estabelecimento privado para o qual trabalha. Portanto, em grande parte, a intenção delas é minimizar, amenizar e até esconder ou maquiagem os impactos da informação que envolve a empresa ou organização.

A segunda, relacionada a fontes oficiosas, está ligada a pessoas envolvidas com empresas, órgãos ou instituições oficiais, mas que não têm autorização para falar em nome do órgão, da instituição ou do personagem. Por essa razão, Lage (2001) defende que a declaração de uma fonte oficiosa pode ser desmentida pela fonte oficial. No entanto, essas são as que detêm as informações, por vezes, mais importantes por revelar ações escondidas em bastidor. Além disso, o que é repassado por uma fonte oficiosa tem relevância, uma vez que se referem a informações de dentro da instituição. Geralmente, porém, os discursos são mantidos em *off the record* (*off*) até o momento do pedido do entrevistado ou se resguarda o sigilo da fonte com o objetivo de preservá-la em razão de possíveis sanções ou prejuízos que a pessoa pode sofrer por

revelar dados até então escondidos ou não repassados pela fonte oficial. Apesar de, em geral, ser notícia de grande relevância social, o que é dito por um entrevistado dessa categoria precisa ser apurado e tratado com cautela em razão de haver interesses particulares na divulgação do fato.

A terceira categoria, de fontes independentes, se adequa aos entrevistados que não se envolvem no jogo de poder. São, portanto, pessoas que não têm intenção de atacar oposição ou defender aliados, não têm interesse próprio na história nem vínculo direto com a ocorrência, como Organizações Não Governamentais (ONG) ou associações independentes. Embora os representantes possam fazer uma análise ou analogia a respeito do fato em pauta, o discurso não é feito em prol de nenhuma das partes e, portanto, a posição é de neutralidade. É o caso de uma pauta que analisa as contas públicas de deputados da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Ao ouvir envolvidos no fato, o repórter pode querer dar voz, por exemplo, a uma ONG que estuda ou faz a análise de gastos públicos dos distritais, do valor das emendas parlamentares, com o que eles mais gastaram ou economizaram. Portanto, a intenção não é defender nem acusar nenhum dos lados, mas promover reflexões, levantar números e destacar pesquisas que contribuam para o debate acerca do tema.

Outra definição de Lage (2001) é sobre as chamadas fontes primárias, ou seja, os entrevistados aos quais os repórteres recorrem todos os dias para o início da apuração de uma pauta. Acontece com frequência com jornalistas que fazem a chamada ronda policial, ou seja, o acompanhamento de ocorrências criminais ou de acidentes que podem virar notícia. As fontes primárias, na definição de Lage, seriam, portanto, os batalhões da Polícia Militar, os quartéis do Corpo de Bombeiros, os agentes do Departamento de Trânsito (Detran) e do Departamento de Estradas de Rodagem (DER-DF), inspetores da Polícia Rodoviária Federal, servidores da Defesa Civil e policiais civis a quem os profissionais de imprensa recorrem diariamente com a intenção de procurar novidades ou possíveis fatos que saiam da rotina.

Quando o assunto checado com uma fonte primária se torna pauta e vira notícia, a pessoa que repassou a informação ao repórter e que tenha ligação direta com a ocorrência pode se tornar uma fonte oficial ao falar sobre as investigações do caso e as medidas que serão tomadas em nome do órgão. Ou o informante pode ser enquadrado na categoria de fonte oficiosa quando se trata de um policial que tenha dado uma declaração ao jornalista, mas não o delegado responsável pela investigação, por exemplo. É o que acontece na maioria dos grupos de *WhatsApp* entre jornalistas e fontes, já que esses ambientes substituíram as formas de contato antes feitas por telefone.

As fontes secundárias são aquelas a quem os jornalistas recorrem quando a pauta é muito específica e exige alguém que comente o fato. Um repórter que esteja produzindo uma matéria sobre direito das mulheres pode procurar, além de todos os outros envolvidos na história, movimentos sociais, grupos de trabalho sobre o tema, organizações que debatem o assunto ou instituições que acolhem pessoas que já foram vítimas da violência doméstica. Elas não se enquadram nas categorias oficiais, oficiais ou independentes. São grupos autônomos que lidam com a história e são ouvidos quando se trata de uma cobertura especial ou quando há uma pauta mais aprofundada que busca diversos pontos de vista e discussões acerca do assunto. Sendo assim, as fontes secundárias também se desdobram em *experts* e testemunhas e, com isso, fecham a tipificação de Lage (2001).

As fontes *experts* são, geralmente, as fontes secundárias procuradas para dar versões ou interpretações de acontecimentos. São elas que colaboram com o debate e trazem reflexões, comparações, analogias, críticas, análises, averiguações e inspirações de modelo para a pauta. É o caso de especialistas, pesquisadores, estudiosos, cientistas, médicos, professores, escritores, cientistas políticos, filósofos, antropólogos, psicólogos, comunicadores, entre outros que podem se encaixar no debate como pesquisador da área.

No entanto, segundo alerta Lage (2001), é importante que o repórter ouça mais de um especialista em razão de muitos deles serem assessorados e de a empresa à qual estão vinculados ter interesse particular em que o pesquisador fale e defenda uma das vertentes em que a organização acredita. Assim, o entrevistado poderia estar vinculado muito mais aos interesses midiáticos do que à contribuição do tema.

De toda sorte, é conveniente ouvir mais de um especialista e variar os especialistas que se ouvem – evitando, por exemplo, que a interpretação de matérias sobre direito tributário seja sempre a de um assessor de grandes empresas, do governo ou de um grupo de sindicatos. Um dos truques dos assessores de imprensa para influir na linha editorial dos jornais é indicar *experts* – sempre simpáticos e disponíveis –, que darão a quaisquer fatos a interpretação conveniente à instituição assessorada (LAGE, 2001, p. 68)

Por fim, as fontes testemunhais são as pessoas que assistiram a algum fato ou acontecimento. Pode ser considerada fonte testemunha uma pessoa que presenciou um acidente entre dois carros ou que assistiu a um assalto à casa vizinha. No entanto, é importante que o repórter dê preferência, sempre, a duas ou mais testemunhas. Isso porque elas podem divergir sobre o que viram e apenas uma fonte oficial, como um investigador, pode falar sobre a hipótese mais confiável.

Para ilustrar esse entendimento, pode-se utilizar uma pauta que trate de um acidente em alguma via principal da cidade. Apesar de não haver morte ou vítimas feridas, a batida interferiu no trânsito. Por esse motivo, virou notícia. Quando o repórter chega ao local do fato, ele pode falar com uma testemunha que aponte como causa do acidente a alta velocidade do motorista do veículo de trás que não conseguiu parar a tempo no semáforo vermelho e atingiu a traseira do carro da frente. Outra testemunha pode declarar que o suposto condutor autor da ocorrência só colidiu com o automóvel da frente porque o primeiro motorista invadiu a pista contrária. Por essa razão, é importante que os dois discursos estejam presentes na matéria. Para evitar contradições, Lage (2001, p. 67) aponta que “o testemunho mais confiável é o mais imediato”. Ou seja: o depoimento de maior credibilidade é de quem estava presente e assistiu ao momento exato da colisão dos dois veículos, assim são as testemunhas oculares. São essas pessoas que podem fornecer as informações mais precisas, legítimas e confiáveis.

Além da classificação de Lage, o campo de tipificação das fontes é variável e depende da forma de interferência delas no processo jornalístico. Diversos autores propõem uma variedade de categorizações para estabelecer o uso delas conforme a necessidade dos jornalistas e o posicionamento dos entrevistados na estrutura e hierarquização da pauta. Gans (1980), por exemplo, acredita que existem as fontes institucionais, oficiais, oficiosas, provisórias, passivas, ativas, conhecidas e desconhecidas. Chaparro (2009) trata de uma teoria das fontes ao detalhar a existência das fontes organizadas, informais, aliadas, de aferição, de referência, documentais e bibliográficas.

Seguindo a organização do cientista luso-brasileiro, as fontes organizadas estão ligadas a alguma organização que produz informação noticiável e distribui à imprensa, oferecendo aos veículos de mídia o contato com o entrevistado. São, portanto, as assessorias de imprensa que encaminham *releases* e colocam especialistas à disposição para falar com jornalistas a respeito da pauta que está sendo produzida pela equipe. As fontes informais são pessoas que falam de forma independente e isolada, ou seja, entrevistados autônomos que independem de uma ação orquestrada por uma organização que lida diretamente com os *mass media*.

As aliadas, por sua vez, são os entrevistados que já estabeleceram relação de confiança com os jornalistas e, pelo critério de fidelidade, os procuram para adiantar uma informação ou repassar um dado de interesse público para ser transformado em notícia pelo repórter. As fontes de aferição são conhecidas como especialistas ou pessoas que dominam certo tema ou cenário. São procuradas pelos repórteres quando há necessidade de uma análise mais profunda. Os entrevistados denominados como de referência são pessoas com domínio do assunto, sábias ou

que estão vinculadas a instituições detentoras do conhecimento. Não necessariamente são pesquisadores ou estudiosos, mas, sim, pessoa que têm autonomia para falar sobre o assunto em razão do contato que têm com o tema.

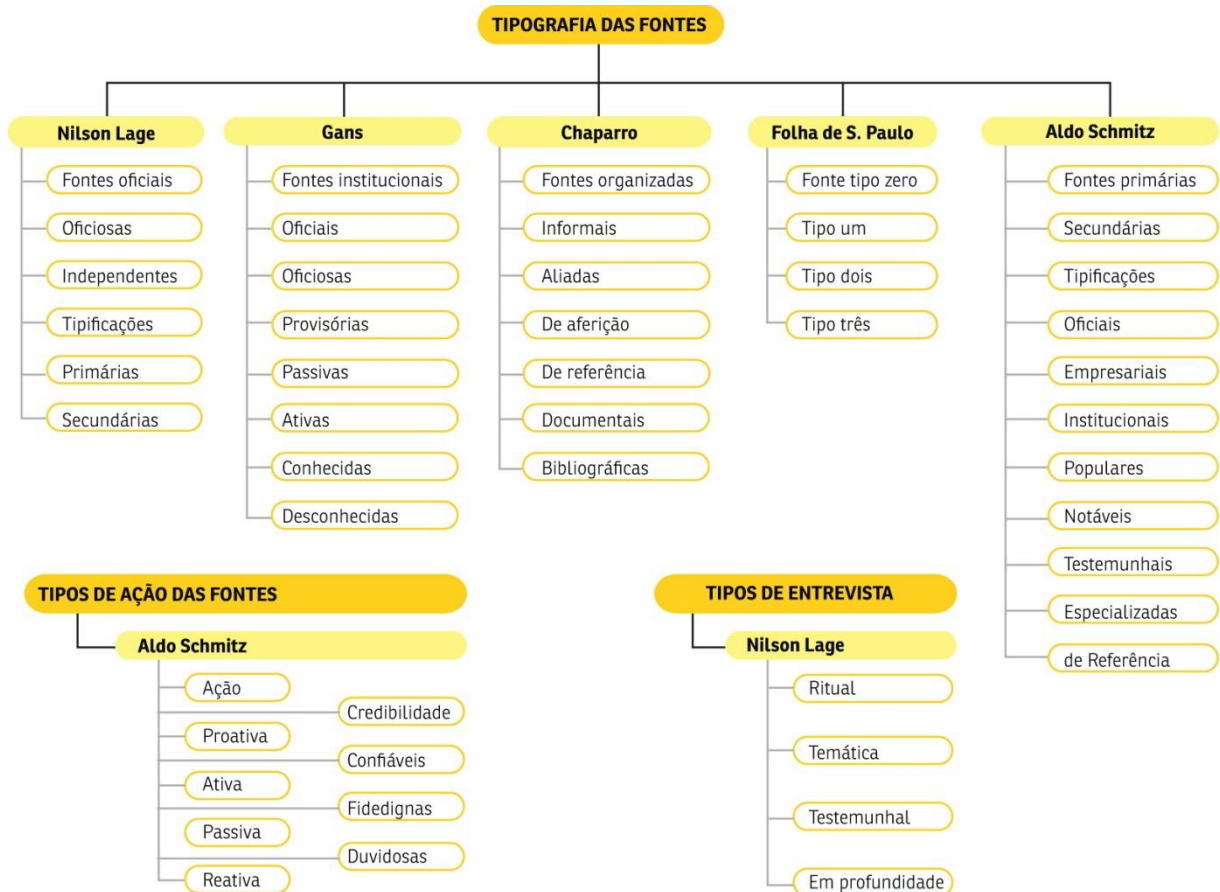
As documentais e bibliográficas, por fim, se referem às pesquisas documentais, estudos, teses científicas, livros, artigos. Em razão de o jornalismo narrar a história do presente, o importante é consultar os acervos para que os dados coletados corroborem e reforcem o discurso atual. Caso contrário, a reportagem será baseada nos relatos do passado e, em vez de se debruçar sobre a atualidade, reforçaria a historiografia. A primeira, documental, é baseada em documentos de origem confiável e identificada. É o caso de se consultar a base de dados do Arquivo Público ao se fazer uma matéria sobre os anos da ditadura. A bibliográfica se enquadra no que já foi registrado em livros, dissertações, teses, artigos científicos, enciclopédias e documentos registrados sobre a história da ditadura no Brasil e o impacto do golpe militar na sociedade da época.

Ainda no campo referencial das fontes, há classificação do *Manual da Folha de S. Paulo* (2010) que prevê o cruzamento de todas as tipificações para validar e confirmar as informações recebidas. São quatro categorias: a fonte tipo zero, um, dois e três. A primeira tem relação com tudo aquilo que é documental: pesquisas, estudos, enciclopédias, documentos oficiais, imagens, vídeos. Ou seja: são materiais que não deixam dúvidas quanto à credibilidade. No entanto, segundo o manual, é importante que toda fonte tipo zero seja cruzada com, pelo menos, uma do tipo um, que se refere à pessoa que tem fala. Quanto à confiabilidade, os entrevistados classificados como fonte tipo um são os mais respeitados quando se trata de indivíduo. São os especialistas ou pessoas com histórico de confiança, como cientistas e historiadores. Também têm histórico de conhecimento de causa.

A *Folha de S. Paulo*, no entanto, prevê a importância de cruzar as informações com as fontes tipo dois. Enquadram-se, nessa categoria, pessoas com histórico de confiabilidade menos restrito. Podem ser, portanto personagens, testemunhas e indivíduos desconhecidos. Elas têm todos os atributos de uma fonte tipo um, menos o histórico de confiança. Por último, encontram-se as fontes do tipo três, que são pessoas com claros interesses particulares na divulgação do fato. Têm intenções políticas e econômicas explícitas, como empresas, instituições, órgãos oficiais. No entanto, os incluídos nessa categoria são bem informados. Assim, o que é repassado por uma fonte tipo três deve ser checado, confirmado, apurado e cruzado com todas as demais tipificações. Servem, portanto, apenas como ponto de partida para apuração de um relato, mas o que passam não pode ser desmerecido ou rejeitado.

São, portanto, quatro grandes estudiosos da área que, de acordo com a sua escola reflexiva, organizaram uma tipologia diferente, não apenas quanto à classificação das fontes, mas também quanto ao tipo de ação dos entrevistados e as formas de contato com essas pessoas. É o que mostra o organograma a seguir, legendado como figura 1.

Figura 1 – A organização das fontes em um contexto macro



Fonte: autoria própria

2.2.1 As fontes quanto à categoria

Schmitz (2011) traça uma matriz de classificação de fontes de notícia a partir das categorias, grupos a que estão ligadas, ação dos entrevistados, créditos e qualificação entre fontes fidedignas ou duvidosas. Na primeira parte, de categorização, o autor distingue os entrevistados em primários ou secundários. Buscando as classificações da historiografia, biblioteconomia e outras áreas das ciências, Schmitz (2011) traça os contextos de cada uma das pessoas que fala nas matérias. As fontes primárias, segundo o autor, são aquelas que fornecem informações e dados em primeira mão para o repórter. Além disso, são pessoas que estão

próximas ou na origem da informação e, por essa razão, revelam fatos essenciais para a produção de uma matéria com a consolidação de versões e números. No entanto, o que é repassado por esse tipo de fonte pode ser confrontado com os depoimentos de fontes secundárias. Nesses casos, são pessoas que interpretam e analisam a informação, fornecendo elementos de comparações, analogias e reflexões. Schmitz (2011, p. 24) ressalta que, geralmente, “é com quem o repórter repercute os desdobramentos de uma notícia (suíte). Também consultada no planejamento de uma pauta”.

No segundo momento, o autor aborda o grupo a que as fontes de informação estão relacionadas uma vez que, em seu entendimento, “toda informação tem uma origem ou contextualização. Quem informa é reconhecido pela notoriedade, testemunha ou especialização” (SCHMITZ, 2011, p. 24). É nesse momento que se encontram as oito tipificações: entrevistados classificados como oficiais, empresariais, institucionais, populares, notáveis, testemunhais, especializadas e de referência. A representação desses indivíduos pode ser mediada, por exemplo, por uma assessoria de imprensa que, apesar de não ser fonte, organiza o contato entre os porta-vozes ou informantes autorizados a prestar declarações para a imprensa.

Embora possam parecer semelhantes, as fontes oficiais, empresariais e institucionais se diferem sob a ótica de Schmitz. A primeira categorização, da fonte oficial, se iguala à tipificação de Lage (2001). São pessoas mantidas pelo Estado ou ligadas a organizações. No entanto, Schmitz (2011) ressalta que, embora seja a preferência da mídia, podem falsear a realidade para preservar os interesses particulares ou do grupo político, conforme apresentado a seguir.

As fontes empresariais, por sua vez, são os entrevistados que têm relação com corporações empresariais da indústria, comércio, serviços ou do agronegócio. Têm interesses comerciais e estabelecem contato com a grande mídia em busca de manter a reputação e a credibilidade da empresa. Referem-se, portanto, a grandes grupos empresariais que se relacionam com a imprensa por meio das assessorias de comunicação da firma e se destacam no *mass media* quando a informação que repassa reúne critérios de noticiabilidade, segundo a ordenação de Wolf.

As institucionais são pessoas que representam um grupo social ou uma organização sem fins lucrativos. Os entrevistados são considerados desvinculados de qualquer interesse próprio e, normalmente, buscam a mídia, na visão do autor, para “sensibilizar e mobilizar o seu grupo social ou a sociedade como um todo e o poder público, para defender uma causa social

ou política, tendo os meios de comunicação como parceiros” (SCHMITZ, 2011, p. 25). Fazendo uma analogia com a definição de Lage, poderiam ser as fontes consideradas independentes na visão do segundo autor. Ou seja, pessoas ligadas a ONG ou associações que não têm relação de poder atrelada à sua postura.

Desvinculadas a órgãos governamentais, empresas, instituições, organizações e associações, há pessoas que falam e se manifestam por si mesmas. É o caso das fontes populares, notáveis e testemunhais. As primeiras são pessoas que não defendem nenhuma causa própria. Pode ser um indivíduo que se torna vítima de alguma ocorrência, um cidadão reivindicador ou uma testemunha.

A figura da vítima é carregada de noticiabilidade, pois o público se interessa pelo sofrimento, injustiçado ou pela desgraça do destino. Já o cidadão busca visibilidade para reivindicar os seus direitos. Além de testemunhar algum fato, essa fonte também é utilizada para contextualizar uma informação na vida cotidiana (SCHMITZ, 2011, p. 26)

As fontes notáveis são entrevistados que gozam de algum critério de notoriedade atrelado à sua imagem. São pessoas com alguma relevância social, política, artística ou musical. Referem-se, segundo o autor, a artistas, escritores, esportistas, personalidades políticas, profissionais liberais que falam de si e do seu ofício.

As testemunhais, por sua vez, são pessoas que presenciaram um acontecimento e relatam o ocorrido conforme aquilo que viram. Geralmente, não se suspeita de que esse tipo de entrevistado oculte os fatos, pois é considerado independente mesmo que não relate com exatidão e fidelidade o ocorrido. “Funciona como álibi para a imprensa, pois representa aquilo que viu ou ouviu, como partícipe ou observadora” (SCHMITZ, 2011, p. 26).

Por último, estão as fontes especializadas e de referência. A especializada é a pessoa que detém conhecimento sobre o assunto reconhecido. Segundo o autor, geralmente está relacionada a uma profissão, especialidade ou área de atuação. Quando ouvida, analisa as possíveis consequências das ações, faz comparações e estabelece conexões para interpretar a complexidade do tema. Esse tipo de entrevistado é recorrido em coberturas de temas de grande impacto social, complexos ou confusos. São as chamadas fontes *experts* na classificação de Lage (2001).

As de referência estão relacionadas às consultas bibliográficas e documentais. Englobam livros, artigos, teses, dossiês, documentos oficiais que comprovam uma denúncia, delações, ocorrências timbradas, produções científicas, culturais e tecnológicas, ou seja, todo material de pesquisas, incluindo levantamentos e estudos que legitimam a narrativa e fornecem

confiabilidade. “Trata-se de um referencial que fundamenta os conteúdos jornalísticos e recheia a narrativa, agregando razões e ideias” (SCHMITZ, 2011, p. 27).

2.2.2 Quanto ao tipo de ação

Após a categorização das fontes, Schmitz (2011) ressalta quatro tipos de ação dos entrevistados para explicar que eles agem conforme sua conveniência, representatividade e qualificações. A primeira ação é a proativa. São entrevistados articulados que se organizam para oferecer a informação antecipada por uma ação estratégica de visibilidade e agendamento de suas ideias, produtos ou serviços na mídia com a intenção de minimizar concorrentes e adversários, criando uma identidade positiva. Essas fontes, portanto, atuam para antecipar uma informação ao jornalista, de acordo com o interesse público e critérios de noticiabilidade, com o fim de garantir a divulgação de seus fatos e interesses, mantendo a notoriedade e o reconhecimento. Portanto, usam o jornalismo para interferir na esfera pública.

A segunda ação é a ativa, característica de fontes interessadas que se organizam de forma a criar canais de cobertura jornalística com a distribuição de *releases*, marcação de entrevistas exclusivas ou coletivas, mídias sociais, contatos com os veículos de imprensa, sala de comunicação no *site* da organização e material de apoio à produção de notícias com o objetivo de auxiliar no trabalho dos jornalistas.

Embora menos ostensiva, a fonte ativa mantém uma regularidade no relacionamento com a mídia e uma estrutura profissional de comunicação. Age de forma equilibrada, utilizando a mídia para defender os seus interesses e gerir a sua imagem e reputação perante os seus públicos (stakeholders) e a sociedade. (SCHMITZ, 2011, p. 28)

Elas ainda podem ter uma ação passiva, como o caso de documentos consultados e bibliografias checadas pelos jornalistas na apuração ou produção de uma pauta. No entanto, segundo o autor, organizações, grupos, instituições, empresas e órgãos governamentais também podem adotar uma postura passiva ao se manifestar apenas quando procurados pelos veículos de imprensa, fornecendo só as informações que foram solicitadas.

A última classificação de ação das fontes é a reativa, típica de pessoas que agem na tentativa de evitar chamar atenção ou se escondem da cobertura midiática. Por essa razão, atuam discretamente, sem despertar a atenção da mídia, seja para evitar a invasão da privacidade, seja para não revelar informações relevantes e de interesse público. Essa ação se justifica, segundo Schmitz (2011), pela interpretação de Malcolm (1990): no entendimento de algumas fontes, o repórter só vai em busca de notícias sensacionalistas, distorcendo os fatos e destacando o

negativo. “Uma espécie de confidente, que se nutre da vaidade, da ignorância ou da solidão das pessoas” (MALCOLM *apud* SCHMITZ, 2011, p. 29). Por outro lado, Schmitz (2011, p. 29) destaca que, “quando a fonte limita-se a dizer ‘nada a declarar’, geralmente tem mais a esconder do que a declarar. A sua posição inerte pode-se alterar, embora sua estratégia seja essencialmente preventiva e defensiva”.

2.2.3 Quanto à qualificação do entrevistado

Após as categorizações e ações das fontes, destacam-se as qualificações dos entrevistados que justificam a credibilidade das fontes, a proximidade e a relação com os jornalistas. A primeira tipificação é a confiável. Nesse caso, refere-se aos entrevistados que mantêm relação estável com o jornalista a partir de confiança mútua. Portanto, há uma credibilidade estabelecida pelo histórico da veracidade das declarações, além de o entrevistado ser acessível e articulado.

As fontes fidedignas são os entrevistados que exercem poder pela posição social, inserção ou proximidade ao fato. Apesar de não ter histórico de confiança mútua com o jornalista, esse tipo de entrevistado é procurado para legitimar a narrativa como verdadeira. Portanto, são pessoas que estão acima de qualquer suspeita.

Em último lugar, estão as fontes duvidosas, ou os entrevistados que levantam suspeitas das informações prestadas. Segundo Schmitz (2011), a posição pode até conferir crédito ao dado repassado, mas o jornalista considera a informação como provisoriamente verdadeira até que seja checada, apurada e cruzada com outras fontes. “O grau de confiança não está atrelado à verdade ou mentira. A fonte coopera com a mídia para ser aceita socialmente e o jornalista é cético por natureza e técnica” (SCHMITZ, 2011, p. 32).

Segundo a nossa pesquisa, considerando a média ponderada, conclui-se que para os jornalistas brasileiros, as fontes que merecem maior crédito são os especialistas, seguidos pelas fontes de referência, testemunhal, institucional, empresarial, oficial e popular, nessa ordem decrescente. (SCHMITZ, 2011, p. 32)

Por fim, o que um entrevistado diz pode identificar a fonte e, assim, a informação é tratada em *on*; caso contrário, mantém o sigilo da fonte e os dados são repassados em *off*. No primeiro caso, ao prestar uma informação em *on*, o jornalista acredita que a identificação da fonte não seja um problema até que o próprio entrevistado se manifeste como contrário. Na identificação, procura-se destacar que a citação é do declarante, por isso há o nome completo,

a profissão, o cargo ou função que ocupa, além da idade, quando se refere a personagem da notícia.

A informação tratada em *off* está vinculada a relação de confiança estabelecida entre o entrevistado e a fonte que inclui o compromisso de preservar a origem da informação. “Essa relação envolve questões legais, éticas e deontológicas. Trata-se do sigilo de fonte, em que o jornalista não é obrigado a revelar sua fonte, o que é assegurado na legislação das democracias contemporânea” (SCHMITZ, 2011, p. 30-31).

2.2.4 Quanto ao tipo de entrevista

A técnica da entrevista, por sua vez, é uma das etapas de maior importância no trabalho de apuração, porque são os discursos e a pluralidade de vozes que conferem legitimidade à narrativa. A entrevista, portanto, é a forma de se chegar ao relato de alguém a partir da coleta de interpretações e reconstituição dos fatos (LAGE, 2001). Assim, o autor divide as formas de entrevista em quatro: ritual, temática, testemunhal e em profundidade.

Na primeira – a ritual –, a importância não está no que a fonte tem a dizer, mas, sim, na representatividade da pessoa para aquele assunto. Geralmente, é um momento breve em que a intenção está na fonte enquanto representante, e não no discurso que tem a oferecer. O objetivo está ligado à exposição do entrevistado. É o caso do discurso do presidente ou do governador a respeito de um assunto específico. Embora as falas sejam, muitas vezes, carregadas de oficialismos e defesa da gestão, jornalistas repercutem alguns trechos em razão de ser aquilo chefe do Executivo declarou. Além das fontes oficiais, podem se encaixar nesse exemplo entrevistas com jogadores de futebol logo após o jogo, ainda no campo; com ministros do Superior Tribunal Federal (STF) e pessoas importantes do meio jurídico, político ou econômico.

Na entrevista temática, por sua vez, o interesse está em um assunto específico que é tratado no momento do debate. Nessa circunstância, a fonte se posiciona acerca do tema. Geralmente, são as pautas que envolvem abordagens polêmicas, como crise hídrica, violência contra a mulher, reforma previdenciária. Segundo Lage (2001, p. 74), “geralmente consiste na exposição de versões ou interpretações de acontecimentos. Pode servir para ajudar na compreensão de um problema, expor um ponto de vista, reiterar uma linha editorial com o argumento de autoridade (a validação pelo entrevistado), etc.”.

A entrevista testemunhal, assim como na classificação de fontes, consiste em ouvir pessoas que presenciaram um episódio. No entanto, Lage (2001) considera que a testemunha

mais legítima é aquela que estava no momento em que o fato ocorreu e que viu a cena com os próprios olhos, ou seja, ninguém lhe contou nem ela soube por depoimentos de terceiros. Quando a equipe de jornalistas não consegue identificar se, de fato, a pessoa testemunhou a realidade, procura-se ouvir mais de uma fonte para buscar homogeneidade do discurso entre os entrevistados, conforme visto na seção anterior de classificação dos entrevistados.

Por último, aparece a entrevista de profundidade, cujo interesse está na construção de mundo e na representação social que o entrevistado tem. Nesse caso, o objetivo não é um tema específico nem no acontecimento em si, mas sim na vida do personagem, na atividade que ele desenvolve, nas considerações que ele tem a fazer a respeito de uma observação. “Procura-se construir uma novela ou um ensaio sobre o personagem a partir de seus próprios depoimentos e impressões” (LAGE, 2001, p. 75). É o caso da entrevista da filha do arquiteto e urbanista Lucio Costa, Maria Elisa Costa, em uma matéria que aborda a história de Brasília.

Seguindo a teoria de Lage (2001), as circunstâncias das entrevistas podem, ainda, acontecer em um ambiente ocasional, de confronto, coletiva, dialogal ou individual. A primeira acontece quando a conversa não foi programada. Assim, a fonte, em muitos casos, é surpreendida com perguntas e questionamentos dos repórteres, pois não houve tempo de formular as respostas nem se preparar para a entrevista. Lage (2001) considera que esses momentos resultam em posições de grande interesse público, porque, sem ter se preparado, o entrevistado vai apresentar respostas mais sinceras ou menos cautelosas do que daria caso houvesse tido um treinamento antes. É o que acontece em uma circunstância de conversa informal com um delegado a respeito da investigação e dos desdobramentos de um crime quando o repórter não agendou a conversa com a fonte.

A entrevista confronto, por sua vez, acontece quando o repórter assume uma posição de rebater as respostas do entrevistado a partir de uma postura questionadora, provocativa e de ataque. Nessas circunstâncias, os resultados são acalorados, seja em razão da atitude do jornalista, seja em função do posicionamento do entrevistado, que também acaba reagindo aos posicionamentos que são levantados. Lage (2001) explica que uma das circunstâncias é quando se quer ouvir o outro lado sem lhe dar chances de expor os pontos de vista. É o momento em que o repórter entrevista o advogado de um dos envolvidos em um crime. Apesar de oferecer a vez de falar ao acusado, repórteres adotam uma posição de confrontar e questionar a postura da defesa.

A entrevista coletiva é o momento em que o entrevistado reúne a imprensa, em um mesmo dia, horário e local, para fazer uma declaração, repassar uma informação ou se

posicionar diante de algum assunto. Esse momento é organizado pela assessoria de imprensa, que prepara a fonte oficial por meio de um *media training* para conceder entrevista aos jornalistas. Na coletiva, podem ocorrer duas situações: o entrevistado apenas fazer uma declaração e não responder pontualmente às perguntas do jornalista ou a fonte ter um momento de interlocução com os repórteres em que se posiciona sobre os questionamentos abertos para os jornalistas. Quando o entrevistado é ainda mais flexível, há o momento do quebra-queixo, situação em que o entrevistado é colocado em frente às câmeras e responde, de forma objetiva, às perguntas dos profissionais de comunicação. As coletivas são agendadas em situações de grande repercussão pública ou de impacto social significativo, como o caso de alguma etapa da operação Lava-Jato, por exemplo.

Na entrevista dialogal, o ambiente é preparado anteriormente, mas, ao contrário da coletiva, a fonte fala apenas com o repórter que agendou a conversa. Nesse caso, a assessoria de imprensa realiza um treinamento com o entrevistado para possíveis questionamentos a serem feitos e o repórter também domina o assunto a partir de pesquisa prévia. “Entrevistador e entrevistado constroem o tom de sua conversa, que evolui a partir de questões propostas pelo primeiro, mas não se limitam a esses tópicos: permite-se o aprofundamento e o detalhamento dos pontos abordados” (LAGE, 2001, p. 76). É o caso em que se agenda uma entrevista com um juiz para tratar de alguma pauta especial, por exemplo.

A entrevista individual é a mais exclusiva. É aquela em que o repórter consegue a declaração do entrevistado apenas para o veículo para o qual trabalha. Como contrapartida, tem a fidelização da fonte, que vai falar só com aquele jornalista.

2.3 O uso das declarações oficiais e o vínculo de credibilidade atribuído a esses entrevistados

Os entrevistados atribuem à notícia o rito da credibilidade a partir da importância de quem fala. No entanto, por uma cultura arraigada no campo comunicacional, deu-se às fontes oficiais e aos porta-vozes o crédito de detentores da informação confiável. Seriam, sob um primeiro olhar, os entrevistados mais recorridos pelos jornalistas para confirmar informação, checar dados, solicitar estatísticas e receber respostas supostamente mais respaldadas.

Entretanto, porta-vozes de órgãos governamentais e empresas, quando autorizados a falar com a imprensa, defendem os interesses de quem eles representam. Portanto, seria contestado que na prática eles fossem considerados os mais fidedignos, porque o intuito da fala dessas pessoas seria minimizar, reduzir e até esconder ou maquiagem os impactos que afetam as

organizações para as quais trabalham. Mas, então, por que, ao longo da prática profissional, se atribuiu a essas fontes o vínculo da veracidade e precisão? O oficialismo nas redações não advém de hoje. Teóricos como Cook (1986), Hackett (1993) e Rodrigues (1993) já tratavam dessa abordagem há anos. Entre os motivos estão o respaldo do vínculo formal atribuído a essas pessoas, além de um contato facilitado por meio da assessoria de imprensa dos entrevistados e a garantia do jornalista de divulgar uma informação atestada pelo órgão. Tuchman (1993) reforça esse último item. Segundo o autor, jornalistas recorrem a esses entrevistados para garantir que os dados vieram de uma fonte oficial com autoridade indiscutível e, portanto, com o vínculo de precisão atribuído.

Cook (2005) também atesta que, a partir da setorização dos repórteres que cobrem e se especializam em um tipo de assunto, o acesso às fontes oficiais se torna mais rotineiro. Isso porque, segundo o autor, o jornalista, na política, acaba oferecendo espaço para instituições e ângulos que favoreçam as fontes, em especial aquelas de maior poder nas hierarquias dos processos (COOK, 2005). Neveu (2006) também tenta justificar o recorrente uso das fontes vinculadas a alguma organização, empresa ou governo. Em sua visão, jornalistas procuram esses entrevistados, uma vez que eles têm uma influência importante capaz de definir, inclusive, o enquadramento de questões e alterar rotinas e etapas processuais.

Nessa cadeia de relação de poder, sabendo que são procurados pelos profissionais de imprensa, entrevistados oficiais adotam uma postura ativa e se articulam para chamar atenção para questões que lhes interessam. Neveu (2006) destaca que eles desenvolvem uma capacidade de antecipar rotinas e práticas jornalísticas para abastecer os veículos de comunicação. É o caso de um parlamentar que, com um interesse específico, pauta um determinado repórter com uma história de denúncia. Ao ter acesso às informações, o jornalista o entrevistaria e, assim, o objetivo do político teria sido alcançado: o destaque na mídia e os interesses pautados. Como resultado, os *mass media* reproduzem o discurso carregado de relações de poder instituídas no meio social.

É no espaço de passividade dos veículos de imprensa que as fontes institucionais agem por meio da oferta de informações de interesse público, amplo acesso e contato facilitado. Muitos dos entrevistados se apresentam à mídia por meio das assessorias de imprensa, que fazem um pré-contato com as organizações midiáticas em prol de antecipar uma notícia ou se colocar à disposição do veículo. Segundo Hall *et al.* (apud TRAQUINA, 2005), as pressões práticas de trabalho constantes e as exigências profissionais de imparcialidade e objetividade – mitológicas no jornalismo – combinam-se para produzir um exagerado acesso sistematicamente

estruturado aos *media* por parte dos que detêm posições institucionalizadas privilegiadas. “O resultado desta preferência estruturada dada pelos *media* às opiniões dos poderosos é que estes ‘porta vozes’ se transformam no que se apelidam de ‘definidores primários’” (TRAQUINA, 2005, p. 178).

Assim, sob a teoria de Hall, os veículos de imprensa apenas reproduzem o discurso daqueles que têm acesso privilegiado como “fontes acreditadas”. “Nesta perspectiva, no momento da produção jornalística, os *media* colocam-se numa posição de subordinação estruturada aos *primary definers*” (HALL *et al. apud* TRAQUINA, 2005, p. 179). Tais definidores seriam os chamados porta-vozes que ocupam, muitas vezes, posição privilegiada e têm *status* social. Nessa vertente, eles também são chamados de fontes poderosas. Segundo Traquina (2005, p. 179), “é esta relação estrutural – entre os *media* e suas fontes ‘poderosas’ – que se começa a esclarecer a questão negligenciada do papel ideológico dos *media*”.

É o que acontece quando as relações entre jornalistas e fontes esbarram na reprodução dos discursos das fontes oficiais sem checar a credibilidade da informação nem cruzar os dados com outras possíveis fontes. O caso Escola Base, por exemplo, se tornou o símbolo de sucessivos erros jornalísticos cometidos por veículos de imprensa em razão de os jornais tratarem apenas a versão da fonte oficial, no caso, o delegado da época, que se sentia à vontade com a imprensa e detalhava uma série de fatos que, sem serem checados, eram reproduzidos pelas organizações midiáticas em um grande espetáculo liderado pelo investigador. Dessa forma, conforme reforça Traquina (2005, p. 180), “as fontes oficiais são encaradas como um bloco unido e uniforme” e “a existência de disputas entre os membros das fontes oficiais é minimizada”.

Além de apenas reproduzirem os discursos institucionais, em algumas situações jornalistas assumem o papel de não desafiar essas fontes. A relação se torna unidirecional, comandada pelos entrevistados, como forma de explicitarem seus interesses. São eles que tomam a frente da ação e quase nunca são questionados. Dessa forma, profissionais de imprensa perdem autonomia e passam a atuar em prol da fonte. Gans (1980) ressalta que a forte ligação entre jornalistas e entidades oficiais conduz a mídia a apresentar uma imagem muito específica de uma sociedade e das suas instituições. Diante disso, as assessorias de imprensa se organizam para pautar a mídia, propagando aquilo que convém ao entrevistado, conforme o enfoque pretendido, sem que o jornalista dê um novo enquadramento, recorte ou tente obter informações que os entrevistados escondem.

Segundo Santos (1997), os dados comprometedores ou que podem prejudicar a imagem da instituição são tratados pelas fontes oficiais “em território privado” (SANTOS, 1997, p. 34). É sob esse viés que as assessorias de imprensa atuam para tentar direcionar a abordagem dos veículos de imprensa àquilo que pode ser falado e manter em sigilo ou escondido os pontos que vão ser ocultados para não prejudicar ou comprometer a imagem da instituição. Assim, porta-vozes de órgãos governamentais e empresas, quando autorizados a falar com a imprensa, defendem os interesses daqueles que estão representando. Portanto, não podem ser consideradas as mais fidedignas em razão do propósito de minimizar e defender os objetivos da corporação.

Serrano (1999) destaca que jornalistas e suas fontes se articulam e definem suas relações, reproduzindo as estruturas do poder e do saber. Isso explica, de alguma forma, o uso recorrente dos entrevistados oficiais. Assim, profissionais de imprensa conferem maior destaque a quem assume cargos ou funções estratégicas, de relevância social, política e econômica, apoiando a notícia em estruturas institucionais e reproduzindo discursos prontos.

Segundo Lage (2001), o hábito de procurar esses entrevistados acontece em razão de essas fontes ocuparem lugares estratégicos nas intervenções de personalidades ou instituições. Por essa razão, há a ideia de que os entrevistados oficiais fornecem a legitimidade da informação. No entanto, vinculados a poderes institucionais, podem defender medidas particulares ou coletivas, a depender da manifestação da vontade. “Mesmo com a comprovação da parcialidade dos detentores dos poderes sociais, a estrutura centralizada do jornalismo convencional gera uma supremacia absoluta das fontes oficiais” (MACHADO, 2003, p. 5).

Dessa forma, as fontes oficiais são dominantes nas notícias, em razão do peso do seu estatuto social, e têm função determinante na agenda midiática no momento em que pautam a mídia sobre assuntos a partir de canais próprios de circulação da informação. Segundo Schlesinger (*apud* SANTOS, 2006), as fontes oficiais criam cada qual a sua agenda de atividades, que se destaca na importância ou na oportunidade para ter acesso imediato aos jornalistas ou aos veículos de imprensa e, assim, serem ouvidos pelos repórteres e ganharem destaque na agenda de entrevistados. Contudo, profissionais da imprensa adotam critérios de prioridade e seleções, conforme destacado por Santos, em razão da preferência e da posição de hierarquia dos envolvidos. “Ministros com motivos de maior informação, ministros mais simpáticos ou com gabinetes de imprensa [...] tornam uns mais visíveis que outros” (SANTOS, 2006, p. 77).

Com efeito, na relação entre jornalistas e fontes oficiais, os entrevistados institucionais conseguem, por vezes, exercer poder e dominação sobre jornalistas na medida em que revelam partes das informações como moeda de troca do seu aparecimento na imprensa ou escondem os dados parcialmente e até mesmo na integralidade em prol da defesa institucional da empresa ou de seus interesses específicos. No entanto, por uma relação de confiança já estabelecida com o entrevistado, para o profissional de comunicação é mais valioso a declaração das fontes do que a busca de novos fatos e outros personagens do contexto. Além disso, a facilidade do contato com esse tipo de entrevistado e a disposição dele em falar com a imprensa minimizam os impactos da rotina produtiva no momento em que jornalistas não precisam ir em busca de outras pessoas para o assunto.

Em virtude desses fatores, de uma relação estreita e de confiabilidade com a fonte, repórteres já acostumados a fazer contato com aquele mesmo entrevistado acabam por não verificar as informações que são passadas pela fonte nem checar ou cruzar os dados com outras. No entanto, essa situação pode se revelar perigosa já que, ao notar a credibilidade que conquistou na mídia, o entrevistado pode adotar uma postura de falsear um dado ou transmitir uma informação que não seja confiável na totalidade com a intenção de provocar reações ou atacar adversários. Assim, sem confirmar a informação, o jornalista corre o risco de seguir na declaração do entrevistado, com quem tem estreita relação de contato, e publicar a versão do entrevistado que faltou com a verdade. Esse é um exemplo prático do que acontece em grupos restritos criados entre a comunidade jornalísticas e fontes oficiais no *WhatsApp*.

Por estarem habituados a sempre recorrerem às fontes oficiais, jornalistas procuram um representante institucional ou com autorização para falar com a imprensa até mesmo em casos sociais. É quando, por exemplo, um veículo de imprensa faz a cobertura de uma manifestação ou de um protesto que interdita parte da via e causa transtorno no acesso ao centro da cidade. Ao chegar ao local, o jornalista procura pelo responsável ou organizador do movimento. Sigal (*apud* SANTOS, 1997) destaca que, em vez de dar visibilidade a outros atores sociais, como manifestantes, os jornalistas recorrem aos promotores diretos do caso ou aos representantes da situação. Essa postura reflete uma prática em que ouvir pessoas desconhecidas é sempre deixado em segundo plano. Para o teórico, isso só acontece em situações em que “há um desvio, uma quebra de rotina, acidentes ou ações espetaculares. Ao escolherem os *quem*, os jornalistas preferem os conhecidos aos desconhecidos e, quando não há conhecidos, eles criam-nos” (SIGAL *apud* SANTOS, 1997, p. 29).

Desse modo, agentes sociais com posições mais elevadas, com histórico de dominação e representatividade, bem como pessoas com poder de emitir opiniões representando uma situação, são vistos pelos *media* como sendo as que têm informações de maior credibilidade, embasadas e completas, uma vez que são os entrevistados oficiais que atuam como porta-vozes de uma realidade. Assim, a mídia tende a reproduzir os discursos oficiais como posição predominante acerca do fato, sem dar voz aos personagens e possíveis outros atores envolvidos no assunto. É no que acredita Schlesinger (*apud* SANTOS, 1997, p. 30) ao considerar que “os meios de comunicação ajudam a reproduzir e manter as definições da situação que favorece os poderosos não apenas por recrutarem estes nos estádios iniciais em que os assuntos são estruturados, mas favorecendo certos modos de colocar os temas e manter uma estratégia de áreas de silêncio”.

Em razão disso, via de regra, os demais agentes sociais aparecem no discurso quando o caso envolve uma comunidade específica, uma região delimitada ou quando pessoas de determinada localidade são impactadas diretamente com o efeito da ocorrência. Caso contrário, as fontes oficiais permanecem dominantes na narrativa jornalística em razão do poder e da posição estratégica de hierarquia.

Assim sendo, os mais poderosos e com posições mais elevadas no campo da notícia têm prioridade em detrimento dos mais fragilizados, dos que sofrem com a falta de assistência social e dos esquecidos. Estes últimos têm voz quando a abordagem da matéria é a população, a humanização do discurso, a história dos personagens e a demonstração de quem são as pessoas afetadas com a notícia, além de quando a cobertura é para uma grande reportagem.

Segundo Stuart Hall (*apud* SANTOS, 1997), a posição que os definidores ocupam na hierarquia de credibilidade condiciona todas as interpretações dos acontecimentos. Dessa forma, os *media* reproduzem a visão de mundo desses entrevistados, enquanto as fontes oficiais e o discurso delas predominam, seja mantendo as definições, seja a partir do momento em que se adota uma postura passiva de ocultação de um dos lados, silêncio ou ausência de questionamento. “Na teorização de Noelle-Neumann, os meios de comunicação tendem a consagrar mais espaço às opiniões dominantes reforçando-as, consensualizando-as e contribuindo para ‘calar’ as minorias, pelo isolamento que votam as opiniões minoritárias ou marginais” (SOUSA, 2006, p. 261).

Com efeito, enquanto priorizam as fontes oficiais, os veículos de imprensa reproduzem uma visão de mundo e uma versão da realidade sob a ótica dos mais favorecidos, poderosos, com *status* social elevado e reconhecidos. A partir das vozes institucionais priorizadas no

discurso jornalístico, os *media* protegem interesses particulares de uma classe, sociedade ou empresa em uma disputa permanente do que pode ou deve ser mostrado e aquilo que é ou não escondido para que a fonte não seja exposta ou tenha suas estratégias de jogo reveladas. Dependendo de quem é a fonte, ela, inclusive, define a abordagem ou o enquadramento da notícia por meio da própria articulação ou do assessoramento.

Nessa estratégia negocial, a autonomia do jornalista ou da própria organização midiática é posta em xeque em função de não perder a confiança, fidelidade e acesso ao entrevistado, que acaba por intervir nas agendas midiáticas, pautando e conduzindo, inclusive, o viés da cobertura de um assunto que lhe interessa. Isso demonstra, portanto, uma subordinação dos meios de comunicação às fontes oficiais em uma estrutura verticalizada em que os entrevistados institucionais têm maior destaque.

2.4 Disseminação de fontes em um momento de diversificação da apuração

As fontes se propagaram e as formas de acesso a elas mudaram a partir dos contatos estabelecidos na rede. O modelo tradicional de contato com os entrevistados se transformou com as formas de comunicação na internet, uma vez que no ciberespaço as relações são fluidas, estabelecidas a partir da interação na rede, conectadas e amarradas por meio de nós. Na *web*, houve uma multiplicação de entrevistados provocada pela facilidade de obtenção de dados. A partir dos recursos tecnológicos, passou a ocorrer maior frequência nas relações que auxilia a criar um vínculo próximo com a fonte. Como visto no capítulo anterior, dedicado às formas de apuração, as tecnologias alteraram profundamente as etapas na rotina de produção. O computador, a internet e as mídias sociais contribuíram para as mudanças no formato de interação com as fontes e se integraram à difusão de informação, possibilitando a interatividade da comunidade.

Se no jornalismo a preferência é pelas fontes oficiais, em razão de uma estratégia de comportamento dos entrevistados e da postura midiática de creditar confiabilidade aos dados repassados por quem tem posição de autonomia (como abordado na seção passada), no atual cenário de informação independente no ciberespaço surgem novas fontes a partir da disseminação dos dados. Na medida em que a arquitetura descentralizada da rede permite uma interatividade com o próprio público, novos critérios são necessários para apuração e, conseqüentemente, mudam as formas de contato com os entrevistados. Sob essa ótica, cresce a multiplicação de fontes, aumenta o número de produtores de discursos e novos atores são inseridos na cena social que obriga as organizações midiáticas a se reestruturarem em torno de

mudanças no processo de produção jornalística. Ainda no início das redes sociais midiáticas, Mattelard (1999, p. 9) já dizia que “a proliferação das tecnologias e a profissionalização das práticas acrescentaram novas vozes à polifonia dos múltiplos sentidos gerados pela comunicação”.

A partir da reflexão do autor, entende-se que, no jornalismo atual, as formas de produção de conteúdo retiram dos meios de comunicação o monopólio do conteúdo noticioso. Assim, se nos moldes tradicionais uma notícia precisava de uma declaração para existir e, conseqüentemente, do depoimento de uma fonte, nos novos formatos de apuração a fala serve como ponto de partida para a produção da informação e os discursos reforçam a credibilidade da notícia que já é construída independentemente da declaração de um entrevistado. Portanto, dar voz a uma fonte pode configurar apenas como exercício do direito de resposta, uma vez que a notícia pode existir antes mesmo de ser divulgada oficialmente ou independentemente de o entrevistado falar ou não com a imprensa, o que reflete um novo momento em que jornalistas não mais ficam reféns dos discursos oficiais.

Com as novas perspectivas de contato e os atuais formatos de interação e interatividade entre jornalistas e fontes, multiplica-se o número de entrevistados, sejam eles tradicionais ou não, formais ou alternativos. Assim, verificar a credibilidade da fonte é uma das principais funções do repórter. Machado (2003, p. 4) ressalta que “a estrutura descentralizada do ciberespaço complica o trabalho de apuração dos jornalistas nas redes devido à multiplicação das fontes sem tradição especializada no tratamento de notícias, espalhadas agora em escala mundial”.

Diante da proliferação de “especialistas” em assuntos diversificados, exigem-se dos profissionais de comunicação novas competências de discernimento e de avaliação da credibilidade da informação e do entrevistado que fornece o dado. Kovach e Rosenstiel (2003, p. 41) já diziam que, independentemente da ocasião, “os jornalistas necessitam de habilidade para olhar as coisas sob múltiplos pontos de vista e habilidade para chegar ao fundo”.

A partir das estratégias de visibilidade das fontes, elas não mais se limitam à própria mídia, por isso exige-se cada vez mais que as organizações midiáticas exerçam o papel de filtrar as informações e analisá-las de forma contextual e analítica. Isso porque, no ciberespaço, os entrevistados zelam por sua imagem e interesses específicos. Assim, as fontes oficiais, como empresas, organizações, parlamentares, associações e órgãos governamentais, se articulam de forma independente para acessar o público e, sem precisar dos jornalistas, zelar pelos seus interesses, tornando pública a informação que querem propagar. Em meio a tantas ofertas de

entrevistados que dominam os mais variados temas, fazer um filtro dos mais fidedignos torna-se desafio para profissionais de comunicação. Nesse universo, novas problemáticas se apresentam à prática jornalística, o que requer adaptação conforme a articulação das fontes visando ao acesso.

Para Machado (2003), a novidade nesse jornalismo é o fato de que a internet concede a todos os usuários o *status* de possíveis entrevistados para jornalistas. Por essa razão, nos atuais formatos, jornalistas que adotam uma postura passiva diante do que lhe é ofertado passam a ter menos credibilidade. Cada vez mais se exige uma posição reativa do profissional de imprensa com perfil crítico diante do que lhe é apresentado para garantir que a informação ou o entrevistado com voz no discurso seja de confiança.

Com efeito, a teoria de Chaparro (1994) sobre revolução das fontes faz sentido no cenário atual. Nesse contexto, jornalistas precisam se organizar para perceber quando a postura do entrevistado é estratégia de *marketing* ou quando existe importância de reprodução na fala da fonte. No meio digital, essa articulação precisa ser ainda mais potencializada.

Seguindo a linha de Machado (2003), se cada pessoa ou instituição pode produzir informação no ciberespaço, fica clara a diluição do papel do profissional de comunicação como único intermediário para filtrar as mensagens autorizadas a entrar em domínio público e das fontes institucionais como detentoras do quase monopólio de acesso aos jornalistas.

Com a multiplicação das fontes provocada pela facilidade de obtenção de dados armazenados nas páginas individuais, nos bancos de dados públicos e nas redes de circulação de notícias aumenta a chance de ocorrer um deslocamento do lugar das fontes da esfera do oficial ou do oficioso para o domínio público. Enquanto o sistema de cobertura setorializada dos meios convencionais, alicerçado numa estrutura de redação centralizada dividida em editorias reforça o vício do recurso as fontes oficiais, uma redação descentralizada que opera dentro de um projeto de afinidades temáticas estimula a diversificação das fontes. (MACHADO, 2003, p. 5)

Assim, em razão da multiplicação de fontes no ciberespaço, internautas com acesso aos meios digitais, leitores, usuários da rede e pessoas até então desconhecidas que utilizam a internet como forma de comunicação tornam-se entrevistados em potencial. Segundo Machado (2003), a inclusão dessas pessoas como fontes alerta para um novo campo: as responsabilidades dos usuários da internet como fontes para jornalistas. O autor destaca que a notícia que chega ao público depende de uma negociação direta entre jornalistas e fontes, cabendo ao leitor, ouvinte e telespectador a função de consumidor dos conteúdos.

Daqui para frente é provável que, cada vez mais o cidadão comum disponha de condições para entrar no circuito de produção da notícia. Em contrapartida, do mesmo modo que o jornalista no exercício da profissão deve cumprir com o código de ética que resume os procedimentos deontológicos, a participação do usuário enquanto fonte ou colaborador revela a necessidade de uma atualização dos códigos de ética profissional com a definição dos direitos e deveres dos usuários como fontes, alargando um processo antes restrito aos jornalistas e aos membros do público detentores de cargos oficiais ou envolvidos nos fatos. (MACHADO, 2003, p. 7)

Para Sales e Almeida (2007), as tecnologias favoreceram o surgimento rápido e mutável de fontes de informação, principalmente no que se refere à rede. Assim, o comportamento dos entrevistados se modificou, sobretudo, em razão de um acesso facilitado. Os modelos e parâmetros adotados pelas fontes de informação se ampliaram e se modificaram, tornando-se acessíveis, eficientes, com posturas abrangentes.

Segundo Campello *et al.* (2000, p. 23), esse novo perfil das fontes vence as barreiras geográficas, hierárquicas e financeiras. Em decorrência do crescente desenvolvimento das tecnologias utilizadas para informar, as fontes estão mais presentes na rede internacional de computadores, quer sejam internautas com acesso a esse universo ou fontes oficiais, independentes ou *experts*, como visto na classificação de Lage (2001). Isso porque uma pessoa com perfil em uma rede social pode se transformar em fonte quando publica uma informação de interesse público ou quando adota uma atitude de relevância jornalística. Por consequência, um especialista que mantém um *site* especializado, uma ONG que tem uma página na internet e uma fonte institucional que se manifesta publicamente podem também se transformar em potenciais entrevistados quando adotam atitude de relevância e destaque. Tal ambiente conectado faz aumentar o acesso a essas fontes, transformando o comportamento do jornalista e do entrevistado ao buscar e disponibilizar informação.

No entanto, com maior acesso às fontes de informação viabilizadas na internet, torna-se essencial jornalistas avaliarem a qualidade do que é divulgado por essas pessoas na rede, uma vez que, não sendo checada, a informação pode ser publicada com dados inconsistentes, imprecisos e desatualizada. Tomáel *et al.* (2004, p. 19) reforçam essa necessidade ao dizer que “a importância de avaliar-se a informação disponível na internet é bastante significativa para quem a utiliza com a finalidade de pesquisa e é de extrema relevância para enfatizar a inconstância da qualidade das informações encontradas”.

Apesar da grande quantidade de fontes no ciberespaço, encontrar um entrevistado específico e eficiente na internet é tarefa que requer apuração, cruzamento de dados, checagem do material e verificação dos dados apresentados. Lopes (2004) considera que o advento das

novas tecnologias, ao mesmo tempo em que trouxe benefícios para a informação e comunicação, está permitindo que qualquer pessoa com acesso à internet exponha seus trabalhos sem nenhum (ou quase nenhum) controle profissional, o que coloca em risco a qualidade do conteúdo disponibilizado.

Para Tomáel *et al.* (2004), as fontes de informação disponíveis na internet devem ser utilizadas com cautela e aquelas selecionadas para o uso ser filtradas por critérios de avaliação que analisam tanto o conteúdo quanto a apresentação da informação. As autoras citam Koehler (1999) ao ressaltar que as páginas na internet exibem dois tipos de comportamento relacionados à longevidade da informação: permanência e constância. A primeira se refere à capacidade de um documento se manter acessível mesmo ao longo do tempo, e a segunda diz respeito à estabilidade dos documentos com o passar do tempo. “Com raras exceções os conteúdos são modificados no período de um ano” (TOMÁEL *et al.*, 2001, p. 4). Entre teóricos da área, como McLachlan (1999), Henderson (1999), Cooker (1995), há destaque para três itens principais ao avaliar o conteúdo das fontes: autoridade, atualidade das informações e precisão.

A autoridade está relacionada a quem é a fonte, o que ela publicou sobre o assunto e qual é a referência da pessoa no tema abordado para certificar o domínio do entrevistado sobre o caso, sua competência diante da abordagem e o que já escreveu ou declarou a respeito da pauta. Por essa razão, Cooker (1995 *apud* TOMÁEL *et al.*) destaca a importância de a fonte se organizar em uma apresentação, explicitando seus objetivos e identificando tendências e propósitos.

A atualidade da informação se refere a revisão constante do material e a atualização sobre o assunto, uma vez que a perenidade na internet oferece, por meio de busca, conteúdos ainda antigos sobre assuntos que se adaptaram. Portanto, quanto mais recente, maiores as chances de o conteúdo ser atual. Entre os parâmetros para checar se o conteúdo é um dos últimos disponíveis, Kirk (2000) aponta a verificação da data em que a informação foi coletada, período em que foi disponibilizada e atualizada e a indicação da periodicidade de atualização da fonte.

A precisão, por sua vez, está relacionada ao fato de a fonte apresentar clareza, organização das informações e coerência com os propósitos do usuário, além de disponibilização de endereços para contato. “Em resumo, é essencial determinar a responsabilidade intelectual da fonte, bem como identificar quem está disseminando essa informação ou quem a está disponibilizando, além da data em que a fonte foi publicada no site e atualizada” (TOMÁEL *et al.*, 2004, p. 6).

Machado (2003) reforça que o treinamento de jornalistas e usuários se torna pré-condição para o acesso das fontes ao ciberespaço em razão das particularidades, das técnicas de apuração e das funções desempenhadas pelos envolvidos nas redes. Pinto (2000 *apud* MACHADO, 2003, p. 7) defende que a multiplicação dos entrevistados representa uma “complexificação da vida social como consequência do desdobramento das instâncias produtoras de discursos e iniciativas, que revela a entrada de novos atores na cena social e exige uma estrutura distinta das organizações jornalísticas”. Isso significa que as formas clássicas de apuração jornalística, quando repórteres saíam em busca de uma fonte para coletar uma declaração, têm sido substituídas no modelo atual.

Enquanto no jornalismo convencional, muitas vezes, a notícia consiste na própria declaração, o jornalismo nas redes possibilita que a declaração seja um dos elementos que reforça a credibilidade da notícia, quando permite aos envolvidos o direito de expressar comentários sobre o caso. A inversão no processo produtivo nada tem a ver com a substituição dos postos clássicos de cobertura como prefeituras, câmaras de vereadores, assembleias legislativas, governos estaduais ou federal, câmara federal, senado ou federações empresariais e sindicais pelas variadas fontes independentes acessíveis no ciberespaço. (MACHADO, 2003, p. 8)

Com o vertiginoso desenvolvimento das tecnologias da comunicação, cresceu o acesso às fontes de informação na rede. Assim, Tomaél *et al.* (2004) criaram formas de avaliação dessas pessoas na internet. São nove critérios subdivididos em itens que servem para checar a confiabilidade de uma informação e garantir a legitimidade do entrevistado e dos dados prestados. Entre as classificações estão informação de identificação, consistência das informações, confiabilidade das fontes, links, facilidades de uso, layouts das fontes, restrições percebidas, suportes aos usuários e demais informações percebidas.

Vinculado ao primeiro item, o de informação de identificação da fonte, consta tudo aquilo que pode reconhecer a pessoa ou o *site* que oferece os dados, além dos meios de acesso, como endereço eletrônico da página e da fonte de informação, e-mail da organização que disponibiliza a fonte, bem como objetivos do conteúdo e a que público se destina. Os itens auxiliam o acesso ao entrevistado, o contato e a própria segmentação da notícia a partir do momento em que o jornalista conhece as intenções e a qual grupo se adequa.

Quanto ao segundo critério, de consistência das informações, relaciona-se à validade do conteúdo divulgado, como resumos ou informações complementares, coerência na apresentação dos dados, oferta de informações filtradas ou com agregação de valor ou mesmo apresentação de informação original. São etapas que permitem que, no momento de produzir uma reportagem, o jornalista se sinta confiante ao cruzar as informações e certificar a

legitimidade delas.

À confiabilidade da fonte estão associados itens que certificam o conhecimento do entrevistado sobre o assunto a partir do domínio que demonstra ter, do que já pesquisou ou debateu sobre o tema, além da sua especialidade na área. Pode-se ir em busca dessas informações ao identificar a forma de atuação da fonte, o conteúdo relacionado com sua área de atuação, além da observância de outras informações, como referências bibliográficas do trabalho da fonte, origem da informação e verificação de datas.

Os links estão relacionados ao que é oferecido na rede por meio de sites. Assim, segundo os autores, é importante se certificar da clareza de para onde essas páginas conduzem, das atualizações dos links, além de conferir informações complementares, ilustrações e revisões dos conteúdos. Essa avaliação é importante, uma vez que fornece os caminhos para que jornalistas verifiquem quais sites ou portais são passíveis de confiança a partir do tratamento que é dado à informação.

As facilidades de uso, por sua vez, estão vinculadas com aquilo que apresenta fácil movimentação e acesso por parte dos jornalistas, ou seja, que permite avançar ou retroceder no dado, que não oferece quantidade expressiva de cliques para acessar a informação e que dispõe os recursos de busca e pesquisa na fonte com opções auxiliares para essa procura, como glossários, mapas do site, ajuda na pesquisa, instruções de uso, entre outros. Segundo Tomaél *et al.* (2004, p. 77), “da página inicial até a fonte são recomendados três cliques”.

Segundo os autores, o layout da fonte também é importante para averiguar a qualidade da informação, na medida em que os tipos de mídia utilizados refletem a forma como o conteúdo foi tratado a partir da coerência entre as apresentações; as imagens com função complementar à informação, e não apenas com a intenção de ilustrar; a pertinência com os propósitos da fonte; a legibilidade e a clara identificação do que é apresentado.

Na estrutura do layout e arranjo é importante que haja coerência na utilização de padrões, os recursos sirvam a um propósito e não apenas decoração, as imagens facilitem a navegação, o design do menu seja estruturado para facilitar a busca, a criatividade contribua para a qualidade e evite-se o frame, que limita o uso da fonte. (TOMÁEL *et al.*, 2004, p. 78)

No tocante às restrições percebidas, citam-se a importância de identificar a pequena quantidade de acessos simultâneos, o alto custo de acesso à fonte de informação e mensagens de erro durante a navegação, além dos direitos autorais que impedem o acesso à informação completa. No penúltimo critério, referente ao suporte do usuário, consta o contato do internauta com o produtor da fonte e a possibilidade de acessar informações de ajuda na interface, seguido

do último item relacionado a recursos que auxiliam o deficiente no uso da fonte e informações de ajuda na plataforma.

Assim, as fontes de informação se moldaram em novos espaços a partir do contato estabelecido em rede e se adaptaram, adquirindo novas características, peculiaridades e formas de acesso. Vive-se hoje em uma sociedade afetada pela revolução das tecnologias que transformou de forma incontestável a informação e o acesso às notícias.

O surgimento acelerado de inovações e de ferramentas digitais potencializou o aparecimento de fontes de informação e os modelos de acesso a elas. Segundo Tomáel *et al.* (2000, p. 5), “nenhuma tecnologia da informação teve impacto tão forte nos profissionais de informação como a internet”. Diante disso, com a potencialidade de entrevistados na *web*, é adequado que jornalistas se certifiquem da qualificação do internauta como fonte.

Portanto, uma vez que as fontes assumiram novos papéis em face das tradicionais, torna-se necessário identificá-las como declarantes em potencial na narrativa jornalística em razão da disseminação da informação, da apropriação de conteúdo por internautas na rede e da multiplicação do número de informantes na *web* que, em muitos casos, não têm legitimidade.

CAPÍTULO III

O WHATSAPP COMO FERRAMENTA DE APURAÇÃO JORNALÍSTICA E AS NOTÍCIAS DA WEB

Em meio a uma sociedade em constante evolução, o aparecimento de novas formas de comunicação abre espaço para relacionamentos em rede e muda grande parte da história humana. Alterando a ordem do tempo e do espaço, os acontecimentos são capazes de reestruturar o comportamento do indivíduo em torno do assunto em pauta (CASTELLS, 1999). Diante da necessidade de comunicação, cidadãos pós-modernos se unem por intermédio da internet. Surgem, assim, as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's): um conjunto de recursos tecnológicos atrelados às diversas áreas do conhecimento, como comércio, educação, serviços, setor de investimentos e indústria. Vinculado a elas, encontra-se o *WhatsApp*, classificado, ao longo deste estudo, como um canal de troca de mensagens e, portanto, mensageiro e não uma rede social, pois o objetivo central é a facilitação da comunicação entre interlocutores e não uma plataforma de entretenimento, diversão ou passatempo – embora alguns internautas utilizem para isso.

O aplicativo é o maior programa on-line que permite a interação social entre indivíduos. Mas, para além do impacto nas formas de comunicação e nos relacionamentos interpessoais, o *WhatsApp* reconfigurou até mesmo as formas de consumo da notícia. Frente a um cenário em que as plataformas disponíveis são adaptadas para atender às necessidades pessoais, a ferramenta se consolidou em ambientes profissionais, científicos e até nos meios de comunicação. Empresas midiáticas passaram a ofertar conteúdo pelo aplicativo e endereçar notícias para internautas com interesse em receber conteúdo informativo pelo celular como uma espécie de *newsletter*.

Portanto, a era contemporânea se firmou como um período de acessos e visibilidade midiática (THOMPSON, 2012). Para o sociólogo, os fatos só existem quando são acessados pela comunidade por meio dos canais de comunicação. Nesse sentido, algo só é real quando é tratado pela mídia. Também sociólogo, Wolton (2003) reforça esse pensamento. Na visão dele, “o espaço público contemporâneo pode ser chamado de espaço público mediático, na medida em que é funcionalmente e normativamente indissociável do papel da mídia” (2003, p. 22). Significa que na sociedade pós-moderna impera a constante troca de mensagens relativas a eventos e acontecimentos a partir de uma interação entre indivíduos. E com a democratização da informação, aliada a inclusão digital, uma mensagem é capaz de repercutir a ponto de não se ter mais controle sobre ela quando alcança a rede.

Em meio aos novos contextos, a própria produção de conteúdo se modificou na medida em que o *WhatsApp* permitiu aos usuários a interação de diferentes pessoas com agilidade na comunicação. Ao encontro dessa realidade, conversas entre jornalistas/fontes e jornalistas/jornalistas (no caso de repórteres e assessores de imprensa) passaram a ocorrer nesse ambiente de troca de mensagens. Criado em 2009, o aplicativo alcançou a marca de 1 bilhão de pessoas ativas diariamente no mundo inteiro em julho de 2017. O aplicativo se firmou como modelo de negócio quando, em abril de 2016, anunciou a criptografia²³ das mensagens no aplicativo. Entre os usuários da plataforma, estão profissionais de comunicação que adaptaram o uso da ferramenta para atender às necessidades de trabalho, como o contato com entrevistados, a apuração de notícias e acesso às histórias que circulam por meio do canal. As respostas obtidas com as entrevistas realizadas com cinco jornalistas, três repórteres e dois editores dos veículos de mídia analisados nesta tese (e publicadas nos apêndices), comprovam o fato.

Não significa, porém, que o *WhatsApp* substituiu por completo etapas importantes do processo produtivo de uma notícia, como a do encontro pessoal com alguns tipos de personagens da notícia, mas o aplicativo multiplataforma passou a ser integrado no dia a dia da rotina de repórteres nas redações de jornais e fora dela, em casa, em outros locais de circulação e inclusive nos momentos de lazer. Dessa forma, jornalistas têm se distanciado cada vez mais da interação face a face com as pessoas, quem quer que seja — personagens ou fontes —, em busca da interação mediada de forma mais veloz e facilitada por meios tecnológicos.

A interação mediada se estende no espaço e no tempo, adquirindo assim um número de características que a diferenciam da primeira. Enquanto a interação face a face acontece num contexto de copresença, os participantes de uma interação mediada podem estar em contextos espaciais ou temporais distintos. (THOMPSON, 2012, p.121)

Ao permitir o compartilhamento de mensagens de texto, áudio, fotos, vídeos e arquivos de documentos, o dispositivo se tornou uma ferramenta usual para jornalistas que recorrem aos grupos criados entre fontes e profissionais de imprensa diariamente. A partir do aplicativo, repórteres interagem com assessores de imprensa de diversos órgãos e mantêm contato com essas fontes. Mas, muito além das formas de relacionamento entre jornalista/jornalista e jornalista/fonte, o aplicativo permite o relacionamento do público na construção da notícia. É o

²³ O recurso protege a comunicação entre os usuários e os conteúdos ficam restritos a emissor e receptor. Significa que as mensagens não passam por um servidor. Além disso, os textos possuem uma chave de acesso que só é liberada entre quem envia e quem recebe os conteúdos. Depois, esse código volta a ser embaralhado.

chamado *intercast* (BOWMAN; WILLIS, 2003), ou seja, a possibilidade de um indivíduo ou de um grupo de cidadãos atuarem como partícipes do processo de reportagem, desde a coleta do material até a publicação da notícia. Dessa forma, a mídia não é só utilizada como canal de conhecimento por quem a consome, mas, também, de poder estruturante da vida social.

Os canais colaborativos criados por empresas jornalísticas vão ao encontro dessa perspectiva. A partir de um número de telefone de *WhatsApp* da empresa jornalística divulgado ao público, telespectadores, ouvintes e leitores enviam fotos, vídeos e informação de um acontecimento na cidade ou de um fato presenciado. A depender da amplitude da história, o caso vira notícia. A popularidade alcançada com a participação do público no chamado jornalismo cidadão, cívico ou *open source* (TRAQUINA, 2003) é tão expressiva em algumas emissoras de televisão e de rádio que redações de jornais já consolidaram a existência de uma equipe de jornalistas responsável exclusivamente por filtrar as mensagens que chegam pelo *WhatsApp*, analisar a relevância jornalística da ocorrência e responder os internautas, como é o caso da *TV Globo* no Distrito Federal.

O *feedback* dado ao informante, muitas das vezes, o fideliza ao canal de notícias. Dessa forma, o internauta se torna agente informador de assuntos transformados em pauta. Inclusive nos telejornais é anunciado o número de telefone de *WhatsApp* para que os telespectadores enviem fotos e vídeos da comunidade onde mora que possam se tornar objeto de pauta jornalística. Assim, o público torna-se representante de um assunto perante a sociedade, seja em um universo global ou mesmo no meio social da comunidade em que vive.

Segundo Fonseca e Lindemann (2007), o receptor deixa de ser apenas um agente passivo e passa a atuar como agente produtor. “A ideia de participação é, justamente, descentralizar a emissão, oportunizando que mais vozes tenham vez no espaço público” (FONSECA; LINDERMANN, 2007, p. 88). Cunha e Formiga (2014) também vão ao encontro dessa perspectiva ao dizer que:

Cada vez mais o usuário aumenta o seu poder como emissor, participando, interagindo, comunicando mais, o que pode ser visto nas próprias redes sociais, nas notícias na *web*, onde o usuário participa deixando seus comentários e, assim tornando-se um sujeito ativo. No *WhatsApp*, o envio de mensagens e compartilhamentos são inúmeros (CUNHA; FORMIGA, 2014, p.8)

E, para além do contato do jornalista com o público externo, seja com fontes, personagens ou com o próprio público, a estrutura de organização do *WhatsApp* e a necessidade de uma comunicação célere fez com que profissionais de imprensa inserissem o uso do

aplicativo em funções corriqueiras do dia a dia. Por meio do dispositivo profissionais de imprensa ouvem o outro lado de uma cobertura jornalística; fazem checagem rápida de informações recebidas que chegam, em sua maioria, também via *WhatsApp*; realizam entrevistas e acessam diretamente o contato de uma fonte.

Em razão de ser um canal de mensagens mais direto, o *WhatsApp* tem sido até mais utilizado que o próprio e-mail que, embora ainda usual nas redações de jornal, está sendo mais recorrido na hora de se fazer um contato formal com assessorias de imprensa. Pode-se afirmar, portanto, que a facilidade da comunicação pelo dispositivo faz com que profissionais de imprensa recorram ao *WhatsApp* para uso simples do dia a dia e que vai além dos grupos consolidados entre jornalistas e fontes oficiais.

Foi pelo *WhatsApp* que, menos de 24 horas depois da prisão do então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), em 19 de outubro de 2016, jornalistas souberam da exclusão dele em um grupo formado pela bancada do então PMDB na Casa legislativa, como demonstra matéria do Estadão²⁴ publicada no dia seguinte à prisão de Cunha.

Também foi pelo canal de mensagens que alguns repórteres suspeitaram da prisão de Eduardo Cunha, ainda no início da manhã de 19 de outubro de 2016, por causa do último horário em que ele esteve *on-line* no aplicativo. Acessível, o ex-deputado costumava responder a jornalistas pelo dispositivo. Quando desde a madrugada ele não visualizava mais o *WhatsApp*, alguns repórteres passaram a suspeitar que o parlamentar tinha sido alvo da operação da Polícia Federal até se confirmar a notícia com fontes da corporação, também por troca de mensagens pelo *WhatsApp*, em vez de ligações diretas.

Por outro lado, ao passo em que o aplicativo tornou-se útil para a execução do trabalho do repórter em contato com entrevistados e fontes, a conexão também modificou as relações internas entre repórteres, fotojornalistas, coordenadores de produção e editores. Em alguns dos veículos de comunicação, o modelo organizado da pauta, para orientação do repórter, foi substituído por mensagens diretas enviadas ao jornalista responsável pela cobertura. Coordenadores de produção, portanto, têm encaminhado a pauta ao repórter que, ainda em casa, ou outro local fora da redação, no horário de descanso, começa a ser acionado ao trabalho. Por meio desse canal, jornalistas também enviam textos, informações em primeira mão e imagens.

Ao mesmo tempo, constituíram-se grupos formados entre as editorias, dos quais participam editores, coordenadores de produção e repórteres. Trata-se de um canal colaborativo

²⁴ Matéria acessada em 15 de outubro de 2018. < <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,cunha-e-excluido-de-grupo-do-pmdb-no-whatsapp-logo-apos-ser-presos,10000083321>>

em que um desses integrantes lança uma informação e os demais se envolvem em uma atuação colaborativa para confirmá-la e transformá-la em notícia.

Além dos grupos entre todos de uma mesma editoria, surgiram, também, canais restritos aos editores que, na função de *gatekeeper* (WHITE, 1973), trocam informações acerca das coberturas do dia. Serve como um ambiente para solucionar assuntos que serão objeto de atenção jornalística do dia, discutir as histórias mais importantes que ganharam atenção jornalística e os casos que tiveram interesse secundário. Nessas situações, repórteres não fazem parte dos canais. A relação de comunicação direta pelo *WhatsApp* também ocorre entre repórteres e fotojornalistas para definir horários de coberturas, local da pauta e informações acerca da história.

Fica nítido, portanto, que ao passo em que o *WhatsApp* agiliza informações e torna-se ferramenta de trabalho útil, também faz com que o espaço profissional invada o pessoal, com repórteres em atuação *full-time* de forma on-line, seja com fontes individualmente ou com a chefia, também de forma restrita e em grupos. Profissionais com excesso de trabalho e culturalmente mal remunerados acabam também se tornando reféns de um aparato tecnológico que exige rapidez e agilidade.

3.1 Grupos instituídos entre informantes e jornalistas na rede

Com a possibilidade de criação de grupos no *WhatsApp*, surgiram as redes de contato criadas a partir de afinidades de tema entre os seus pares. No âmbito do jornalismo, fontes e profissionais de imprensa se uniram por meio desses canais. São ambientes dos quais participam repórteres, produtores dos mais variados tipos de mídia e informantes. Em uma estrutura coletiva, há quem informa e quem recebe a mensagem. No meio dessa troca, ocorre a interação e o relacionamento social mediado pela rede. Em meio a quem repassa a notícia, há inclusive agentes públicos. É o caso de grupos oficiais criados entre profissionais de imprensa e corporações das forças de segurança pública, o meio de coleta de dados desta pesquisa.

Nesses canais, há desde servidores que possuem o primeiro contato com a ocorrência, chamados de operacionais, até porta-vozes credenciados como representantes do órgão. Contudo, em determinadas ocorrências, quem repassa a informação são policiais ou bombeiros que atuam na rua e encaminham dados preliminares ainda no local do acontecimento. Sem o texto passar, antes, por uma organização da assessoria de imprensa, há possibilidade de maior frequência de erro maior na hora do envio da mensagem, uma vez que a narrativa, nestes casos,

não passa, antes, pela organização de um jornalista supervisor. Mas fato é que esses grupos também funcionam muito mais como uma extensão da área de comunicação das corporações.

Além do envio de ocorrências, essas instituições encaminham pautas que apenas enaltecem o trabalho de militares ou agentes, sem critério de noticiabilidade vinculado a pauta. É o caso de assuntos que tratam apenas de divulgar uma ação efetiva feita pela equipe, como entrega de brinquedos em uma comunidade carente, doação de sangue feita por policiais ou até mesmo a detenção de usuários de droga.

Em outros espaços extraoficiais, a forma de comunicação é menos institucionalizada, uma vez que não há presença dos assessores e principais porta-vozes do órgão. Assim, nesses ambientes, a maioria dos membros são os servidores da ponta, aqueles que têm o primeiro contato com a informação, e logo a repassam sem critério de filtro nem de checagem do conteúdo. Pode-se dizer, portanto, que o fluxo da comunicação nesses ambientes não oficiais é horizontalizado. Existe troca de informação constantemente entre a maioria dos integrantes e, nesse meio, nenhum deles adota a postura de liderança ou gestor.

O fato é que, com a ferramenta adaptada ao trabalho jornalístico, repórteres chegam a publicar histórias sem antes checarem a veracidade da informação. Em casos de grandes repercussões, até existe um deslocamento da equipe de profissionais da imprensa ao local do fato, mas antes que se chegue ao endereço a notícia é publicada e atualizada a medida em que jornalistas repassam detalhes da história *in loco*. Isso aconteceu em pelo menos três coberturas de assuntos relacionados à área de segurança pública na capital da república, analisados nesta tese, em um intervalo de cinco meses em 2017. Em todos esses casos, a informação chegou primeiro em grupos de *WhatsApp* de jornalistas com policiais. E antes de o profissional fazer a checagem do material, a notícia estava publicada em alguns sites de empresas jornalísticas, embora o entendimento de alguns profissionais de imprensa seja o de cruzamento de dados, conforme demonstra o resultado das entrevistas nos apêndices desta pesquisa.

Outra estratégia do *WhatsApp* que também impulsionou o uso do aplicativo nas redações foi a possibilidade de o aplicativo ser acessado pelo computador. A partir de um *QR Code*, as mensagens no celular são transpostas para a tela do monitor. Dessa forma, jornalistas têm acesso às mensagens, aos áudios, às fotos e aos vídeos como se fosse uma das páginas de navegação da internet. Com essa alternativa, os documentos são tratados diretamente no computador sem que profissionais precisem transferir esses arquivos para o próprio e-mail. Essa possibilidade surgiu em 2016.

Com a convergência de mídias, os recursos audiovisuais que chegam aos jornalistas pelo *WhatsApp* são utilizados inclusive nas mídias impressas e on-line. É o caso dos jornais diários que também possuem a *home page* na plataforma digital. No conteúdo impresso são publicadas fotos e reproduções de vídeos. Na página, consta a indicação de que, caso o leitor tenha interesse, vídeos e áudios estão postados no site. Essa conduta é adotada em algumas matérias mais detalhistas no *Correio Braziliense*, um dos veículos estudados nesta tese.

O uso da ferramenta, portanto, traz à tona alterações em praticamente todas as etapas do jornalismo e afeta, principalmente, as formas produtivas das notícias, uma vez que o *WhatsApp* funciona como instrumento captador de pauta a partir daquilo que chega aos canais dos veículos ou diretamente aos repórteres.

Assim como surgiram os novos modos de produção a partir da era da informatização em 1990, o aplicativo se apresenta como um marco da comunicação que impacta inclusive os processos de se fazer notícia de forma barata, uma vez que se economiza no tempo, no deslocamento e em investimento da equipe em uma história.

As aplicações que alavancaram a sucesso da Web são também as mais utilizadas pelos jornalistas no seu dia a dia. Algumas delas, como as redes sociais e os blogues, alteraram profundamente as rotinas de produção noticiosa, estando hoje perfeitamente integradas na actividade profissional jornalística, sobretudo em duas fases cruciais do processo de produção jornalístico: a recolha de informação e a distribuição de notícias (CANAVILHAS, 2010, p. 3)

Frente a um cenário de notícias construídas a partir das mensagens que chegam aos jornalistas por meio do *WhatsApp*, a instantaneidade e o imediatismo imperam para a publicação do fato, antes mesmo de a notícia ser tratada com a apuração devida feita pelo profissional de imprensa.

Dessa forma, o primeiro conteúdo é disponibilizado ao público e, na medida em que se encontram novos desdobramentos, a informação é atualizada, mas a primeira versão dela já pôde ser acessada, muitas vezes, de forma superficial. Ao corrigir o erro, os portais dificilmente publicam a errata ou chamam atenção para a atualização, o que também faz com que o leitor não perceba mudança na primeira versão, gerando um desserviço para os consumidores de notícia. O *WhatsApp*, portanto, tornou-se complemento da organização produtiva do repórter.

3.2 A narrativa jornalística na web

No contexto da cultura da convergência, a construção de uma narrativa jornalística direcionada para a web não se esgota apenas no texto. Desde o final da década de 1980, teve início a popularização da palavra multimídia, tecnologia que engloba som, imagem e movimento em um mesmo conteúdo, e que ficou conhecida pelos CDs-ROM, capazes de reunir enciclopédias inteiras em um único disco óptico (FERRARI, 2003). Hoje, uma das características mais destacadas do webjornalismo é justamente o potencial multimídia que as reportagens publicadas na internet têm, a partir das conexões com vídeos, entrevistas em áudio, fotos, infográficos interativos e o próprio texto.

Cabe, antes, porém, fazer uma consideração: autores (CANAVILHAS, 1999; BARBOSA, 2002; PEREIRA, 2003; MIELNICZUK, 2003; FIDALGO, 2004; MACHADO, 2008; SANTI, 2009) identificam a produção da notícia voltada para o digital em expressões como jornalismo digital, jornalismo eletrônico, jornalismo na internet, jornalismo on-line, webjornalismo, ciberjornalismo e jornalismo na web, mas que, nesta tese, serão tratadas como sinônimos, uma vez que se refere à notícia direcionada para o domínio WWW (World Wide Web). “Em linhas gerais, observa-se que autores norte-americanos utilizam o termo jornalismo online ou jornalismo digital, já os autores de língua espanhola preferem o termo jornalismo eletrônico” (MIELNICZUK 2003, p. 2; 3).

Diante das potencialidades do conteúdo na web, a produção de notícias *on-line* vai além do uso das inovações tecnológicas, a partir do momento em que ferramentas disponíveis em rede são aplicadas ao jornalismo. A construção de um produto multimodal vai ao encontro, também, de mudanças sociais e culturais dos veículos de comunicação. Jenkins (2009) considera a convergência midiática também como processo cultural e não apenas tecnológico. Se, no início da produção de conteúdo para web, a característica era um texto sem adaptações para as especificidades do *on-line* (apenas a transferência e reprodução desse material advindo de outras mídias para o digital) — chamada narrativa crossmídia (JENKINS, 2009) —, a partir de 2010 a narrativa transmídia ou transmidiática começou a surgir com mais ênfase, a partir da adaptação dos conteúdos para a plataforma digital. “Uma história transmidiática se desenrola através de múltiplos suportes midiáticos, com cada novo texto contribuindo de maneira distinta e valiosa para o todo. Na forma ideal de narrativa transmidiática, cada meio faz o que faz de melhor” (JENKINS, 2009, p. 135).

Rompendo a lógica da simples transposição do conteúdo de outras plataformas, o processo de construção de notícia no ambiente do webjornalismo acontece a partir do

cruzamento de características de outras mídias. Por meio da tríade do jornalismo digital, da sociedade em rede e da transversalidade, conteúdos *on-line* recebem tratamentos multimodais. Essa perspectiva vai ao encontro de que o jornalista, na *web*, deixa de atuar apenas e exclusivamente como repórter (WEBER, 2010) e passa a adotar uma postura de comunicador no sentido mais amplo da expressão para levar ao público a compreensão totalitária do assunto em pauta por meio de associações que complementam o conhecimento.

A partir da conexão com algoritmos, metadados, programação, *software* e recurso da base de dados, o conteúdo é acessado pelo público em diferentes plataformas, não apenas e exclusivamente no computador, mas, também, pelo celular, *tablets* e outras ferramentas de comunicação.

A criação da World Wide Web, anunciada pelo engenheiro britânico Tim Bernes Lee, no início dos anos 90, mudou as relações dos leitores com os jornais, dos jornais com os jornalistas e dos jornalistas com a rede. Do ponto de vista dos leitores, a web ampliou a participação na produção de conteúdo. Do ponto de vista da produção jornalística, alterou o conceito de notícia. Do ponto de vista empresarial, mudou a distribuição e a circulação de informação. (MOHERDAUI, 2008, p.4)

Há de se considerar, portanto, que esse processo também é fruto das estratégias mercadológicas das empresas de comunicação. Muito além da preocupação na qualidade da informação — que deveria se enquadrar como um dos aspectos mais importantes do jornalismo que lida com notícias sociais que afetam a população em geral —, veículos de comunicação, como empresas que são, arquitetam acessos, prestígio social e reconhecimento do trabalho executado na tentativa de captar mais leitores e fazer parte da relação dos veículos lidos. O investimento em convergência pode provocar, portanto, maior alcance do público alvo ao conteúdo apresentado, uma vez que oferece ao leitor a possibilidade de ele transitar entre os diversos canais, resultando na transmissão da mensagem por diferentes mercados midiáticos: sites, *podcasts*, e vídeos em canais e aplicativos próprios.

Mediante as múltiplas plataformas com linguagens próprias, o público interage com o conteúdo, uma vez que a mensagem pode ser acessada por diferentes tipos de mídia: *on-line*, televisiva, radiofônica e até impressa, como o caso de jornais a nível nacional e outros locais que também operam com a divulgação de notícia em uma *home page* na internet.

Segundo Jenkins (2009), a convergência altera a lógica como a indústria midiática opera. Ele ressalta que “a cultura da convergência representa uma transformação cultural à medida que consumidores são incentivados a procurar novas informações e fazer conexões em meio a conteúdos de mídias dispersos” (JENKINS, 2009, p. 27) e ainda afirma que as mídias

vêm sendo moldadas para a economia afetiva, em que o consumidor ideal é ativo, comprometido emocionalmente e parte de uma rede social.

Na visão do autor, a ideia da convergência midiática serve para traduzir as mudanças nas formas de relacionamento do público com os meios de comunicação. Um dos conceitos de Jenkins é a nova forma de consumo do público, chamada por ele de inteligência coletiva, e que se tornou um processo conjunto e fonte de poder. “A inteligência coletiva diz a essa capacidade das comunidades virtuais de alavancar a expertise combinada de seus membros” (JENKINS, 2009, p. 54).

Outro conceito dele é a expressão da cultura participativa. Jenkins reforça que o consumidor midiático contemporâneo reage ao conteúdo e não mais adota uma condição de receptor passivo. São internautas que integram a um sistema de regras, criado para ser consumido na coletividade.

Por fim, o autor traz a ideia da própria convergência dos meios de comunicação a partir da união de diferentes tipos de tecnologia em um mesmo canal, que antes eram tratados separadamente em meios diferentes, como foto e texto, imagem e vídeo. Na visão dele, a convergência é fundamentada em uma perspectiva culturalista e não só pelo determinismo tecnológico.

3.3 Características da narrativa digital

As novas potencialidades presentes na construção do texto jornalístico na web fazem com que as narrativas nesse formato do *on-line* estejam enquadradas na definição de terceira geração, conforme propõe Mielniczuk (2001), e seguida por Machado (2008) — este último ampliou a ideia de evolução do webjornalismo e definiu cinco etapas, mas, nesta tese, trataremos das primeiras distinções apresentadas por Mielniczuk. A autora divide o webjornalismo em três fases.

A primeira delas é o período transpositivo, ou seja, a reprodução integral do material publicado na mídia impressa para a versão digital sem nenhuma adequação às vertentes do *on-line*. Neste caso, não existem adaptações nem são levadas em consideração as especificidades do digital. Não se trabalham recursos interativos, leitura por meio de hipertextos nem se investe em recursos além do texto e de uma foto convencional do jornal impresso, como vídeo ou outras ferramentas multimidiáticas que podiam fazer parte do tratamento da notícia para a web. O que ocorre, portanto, é simplesmente a colagem de um produto pronto na internet oriundo da mídia

impressa, como impõe a narrativa crossmídia, em que o conteúdo de uma mídia tradicional é apenas replicado para outro tipo de plataforma sem atenção às características de cada formato.

A segunda etapa, chamada de período perceptivo, compreende o início de uma produção voltada para a internet, mas ainda de forma embrionária, que começou de forma experimental a partir de 1995 e permanece até hoje em alguns veículos que continuam tendo a mídia impressa como a marca principal. Consiste em considerar o modelo tradicional da versão impressa, como método de apuração e formatos de texto, mas com as notícias também sendo divulgadas na mídia *on-line*. Mesmo com a característica voltada ao jornalismo impresso, nesta fase empresas de comunicação passaram a explorar algumas poucas potencialidades do digital, como o hipertexto — possibilidade de o internauta navegar por outros conteúdos conectados ao assunto. Nesse sentido, começaram a surgir as primeiras interações com o público no ambiente conectado.

É o caso da troca de mensagens dos leitores em fóruns de discussão criados dentro de cada conteúdo e envio de e-mails por parte dos internautas como forma de comunicação com os veículos de imprensa. Com essas potencialidades, o público passou a enviar sugestões de pauta de forma mais rápida para o contexto da época a partir da possibilidade de um canal estabelecido direto com editores, coordenadores e repórteres.

Nesta fase, mesmo ainda sendo meras cópias do impresso para a Web, começam a surgir links com chamadas para notícias de fatos que acontecem no período entre as edições; o e-mail passa a ser utilizado como uma possibilidade de comunicação entre jornalista e leitor ou entre os leitores, através de fóruns de debates; a elaboração das notícias passa a explorar os recursos oferecidos pelo hipertexto. A tendência ainda era a existência de produtos vinculados não só ao modelo do jornal impresso, mas também às empresas jornalísticas cuja credibilidade e rentabilidade estavam associadas ao jornalismo impresso. (MIELNICZUCK, 2001, p.2)

A evolução do webjornalismo seguiu até o jornalismo *on-line* concebido e reconhecido como terceira geração, chamado de hipermediático. Trata-se de uma produção voltada às especificidades do meio digital, com recursos multimídia e uso de imagem, som, texto e infográfico interativo convergindo em uma única reportagem. Além de explorar os recursos hipertextuais, os jornais adaptados para o *on-line* passam a oferecer ao leitor a chance de uma leitura não-linear a partir das conexões, além de promover a customização de conteúdo voltado às características do público alvo, após pesquisa qualitativa e reconhecimento dos leitores. A convergência de mídias em um único meio tecnológico proporcionou o uso de imagens em movimento e potencialidades de rede que impactaram um modelo antes estruturalista e

tradicional. Assim como as inovações no campo cultural e tecnológico, a instantaneidade e o imediatismo também causaram impacto na forma de trabalho de jornalistas digitais que passaram a concorrer entre si em uma disputa de cunho econômico e mercadológico.

Isso não significa, porém, que as formas anteriores de mera transposição do conteúdo ou poucas adaptações à mensagem do impresso para o *on-line* deixaram de acontecer. Significa, no entanto, que iniciativas voltadas ao digital fazem com que a característica do webjornalismo ganhe identidade.

Esse é o perfil de dois veículos *on-line* analisados nesta tese: o portal *GIDF* e o site *Metrópoles* — este último criado em setembro de 2015. Ambos investem no perfil do ciberjornalismo, com produções de conteúdos especiais e que exploram as potencialidades do digital. Nesta pesquisa, a análise do *Correio Braziliense* também é voltada ao site, mas, diferente dos outros dois, o veículo, cujo jornal impresso é referência no Distrito Federal, está associado mais à segunda geração do webjornalismo, uma vez que os conteúdos impressos diários são, a grande maioria deles, transpostos ao sistema *on-line* com poucas adaptações, como inserções de hipertexto, links que relembram a cobertura de outros assuntos voltados ao mesmo conteúdo e publicação de vídeos com entrevistas em áudio.

Há, contudo, alguns claros investimentos do veículo voltado à terceira fase, quando o material é estritamente trabalhado para o digital. Nestes casos, o veículo também publica vídeos e áudios e investe em grandes reportagens com especificidades e elementos *on-line*, a exemplo de infográficos e recursos de interação com o público. Nestes casos, o veículo também destina uma *home page* diferenciada para publicação exclusiva do material.

Diante das características e diferenças da narrativa do digital se comparado ao impresso, o jornalismo voltado para a web possui identidade de conceitos e funcionalidades na estrutura do texto, como a instantaneidade, interatividade, perenidade (memória), multimídia, hipertextualidade e customização de conteúdo. (LEMOS, 1997; BONILLA, 2002).

No caso da instantaneidade, o grau de imediatismo das publicações em rede aproxima-se do atingido pelo rádio, o mais alto entre as três mídias tradicionais, seguido por TV e jornal. A informação atualizada é a característica principal da internet. Se nos outros tipos de mídia os processos de produção do noticiário levam um tempo maior de apuração, no digital o marcante é a necessidade de urgência da notícia.

Por ser rápido, fácil e barato inserir ou modificar informação na internet, o texto jornalístico é publicado imediatamente, mesmo que em alguns casos com um único período que leve o leitor a entender o que está acontecendo, e ao longo do dia atualizado e complementado.

Apesar disso, falhas de informação são detectadas, principalmente por causa da rapidez, já que muitas vezes a informação deixa de ser apurada da maneira mais completa, como demonstra a análise empírica dessa tese.

Na rede, a interatividade também é um dos conceitos de base da comunicação mediada por computador (PRIMO, 2009, p.21). Lemos (1997) e Bonilla (2002) entendem por interatividade quando há comunicação mediada por tecnologias e interação quando não há mediação tecnológica entre os seres humanos. As mídias tradicionais, por exemplo, sempre tiveram algum tipo de interação, como nas seções de cartas de jornais e TVs e nos telefonemas para programas de rádio. Na internet, porém, a interatividade do leitor ocorre por meio das redes sociais midiáticas.

O público participa de votações sobre temas polêmicos; opina em enquetes; se envolve em fóruns de discussão; envia comentários a respeito de uma notícia; reage e compartilha o tema nas próprias páginas; interage por meio de hiperlinks e chega a assumir o protagonismo na sugestão de reportagens, inclusive enviando conteúdo próprio por meio do jornalismo colaborativo.

Recuero (2009, p.25) ressalta que “rede social é gente, é interação, é troca social. É um grupo de pessoas, compreendido através de uma metáfora de estrutura, a estrutura de rede. Os nós da rede representam cada indivíduo e suas conexões, os laços sociais que compõem os grupos”.

O material jornalístico produzido *on-line* ainda pode ser guardado indefinidamente. Isso faz com que a perenidade, ou seja, a memória na web se torne coletiva por meio do processo de hiperligação entre os diversos nós que a compõe. É possível guardar-se grande quantidade de informação em pouco espaço e essa informação pode ser recuperada rapidamente numa busca por notícias. Além disso, ao ganhar o domínio da rede a informação não é mais controlada nem vigiada. Permanece no digital para ser acessada quando e onde o internauta quiser.

A memória no Jornalismo na Web pode ser recuperada tanto pelo produtor da informação, quanto pelo leitor, através de arquivos online providos com motores de busca (search engines) que permitem múltiplos cruzamentos de palavras chaves e datas (indexação). Sem limitações de espaço, numa situação de extrema rapidez de acesso e alimentação (Instantaneidade e Interactividade) e de grande flexibilidade combinatória (Hipertextualidade), o Jornalismo tem na Web a sua primeira forma de Memória Múltipla, Instantânea e Cumulativa. (PALACIOS, 2002, p.7)

A multimídia na narrativa da web, por sua vez, refere-se à convergência dos formatos das mídias tradicionais (imagem, texto e som). Segundo Lévy (1999, p.63), o termo

“multimídia significa, em princípio, aquilo que emprega diversos suportes ou diversos veículos de comunicação”. A notícia na internet pode empregar vários tipos de mídia e de formatos de arquivos de computador: imagens estáticas e em movimento, áudio, vídeo, texto em papel e notícias por celular. Seguindo a tendência de leitura não-linear, outra característica da web que proporciona uma interpretação global do conteúdo é o uso de hipertextualização. Em vez de blocos longos de construções linguísticas, sites especializados têm adotado o estilo de conexão.

Por meio de hiperlinks, o leitor tem a possibilidade de navegar por outras fontes de conteúdo e saber mais a respeito da história que está sendo transmitida. É o caso de *links* que conduzem para páginas eletrônicas da Constituição Federal, para outras legislações ou normas e casos semelhantes ao abordado ocorridos no Brasil e no mundo.

Como um dos últimos itens, a customização de conteúdo ou a chamada personalização permite conteúdos adaptados ao perfil do público por meio de um reconhecimento daquilo que os leitores buscam como consumo de notícia na rede. Sites mais modernos permitem que o internauta escolha acessar temas que apenas lhe interessem e opte pelo consumo daquelas notícias. Também é comum que se assine *newsletters* sobre assuntos específicos.

Silva Júnior (*apud* Barbosa, 2001, p.5) ressalta que o conteúdo jornalístico passa a ter a configuração de uma potência com a possibilidade de personalização de conteúdo. “Ou seja, uma série de conteúdos é armazenada não mais como depósito ou arquivo, e sim, como uma miríade de conteúdos, atualizáveis segundo a lógica de preferência, histórica e hipertextual de cada usuário”.

Ao mesmo tempo, porém, o direcionamento do conteúdo a um público específico demonstra a bolha a qual os internautas estão inseridos. Ao fazer uma pesquisa rápida na rede, a internet passa a oferecer como visualização apenas o que o leitor procura, mesmo que seja uma busca de momento. Ao visitar um restaurante, o *smartphone* ou o computador de mesa orientam os acessos para locais próximos onde a pessoa esteve ou sugestões de outros estabelecimentos ao redor daquele.

Embora seja um instrumento de apresentar ao usuário apenas o que lhe interessa, a personalização excessiva do conteúdo digital faz com que o internauta tenha acesso apenas às informações traçadas como “importantes” para ele, mas quem faz essa distinção não é a própria pessoa, mas, sim, a máquina a partir dos conteúdos que o usuário teve maior interatividade: seja através de comentários, curtidas, compartilhamentos, cliques ou acessos. A customização extrema do conteúdo, portanto, impede que internautas tenham contato espontâneo com outras

informações consideradas menos importantes pela máquina, mas avaliada como interessante por quem faz a busca.

CAPÍTULO IV

OBJETO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O objeto desta pesquisa são matérias construídas a partir de informações compartilhadas em grupos de *WhatsApp* entre fontes e jornalistas. As notícias estudadas são de três veículos de imprensa locais, todos de mídia on-line, mas de empresas de comunicação distintas, como se segue:

- 1) *GIDF*, portal de notícias das organizações *Globo*;
- 2) *Home page* da editoria de Cidades do *Correio Braziliense*, site próprio do jornal impresso *Correio Braziliense*, o mais reconhecido e tradicional veículo físico de Brasília;
- 3) Portal *Metrópoles*, de propriedade do ex-senador e empresário Luiz Estevão²⁵ (o veículo mais recente dos três analisados, inaugurado em setembro de 2015).

A seleção de tais portais de notícias se justifica em razão de eles serem os principais veículos on-line de comunicação do Distrito Federal, concorrentes entre si, e que possuem o mesmo enfoque de cobertura: assuntos locais de Brasília.

Outro recorte que se faz necessário para a pesquisa são os assuntos das matérias. Só são consideradas para efeito de análise os conteúdos que tratam de assuntos relacionados à área de segurança pública do Distrito Federal e matérias originadas em grupos de *WhatsApp* entre fontes e jornalistas. A escolha do ambiente de origem tendo o *WhatsApp* como ponto de partida tem relação com a mudança na forma de trabalho de jornalistas no monitoramento de crimes, acidentes de trânsito e ocorrências policiais no geral, como contextualizado ao longo dos capítulos anteriores.

Para se confirmar que a pauta surgiu a partir de uma informação transmitida nesses ambientes, a pesquisadora compara o horário da postagem da comunicação do fato no grupo de *WhatsApp* com fontes e a hora da matéria publicada, o que, em média, leva 20 minutos. Mesmo quando há um tempo maior de intervalo entre a mensagem postada no grupo e a matéria

²⁵ Luiz Estevão foi o primeiro senador cassado da história por quebra de decoro parlamentar. Ele está preso desde 2016 no Complexo Penitenciário da Papuda, em Brasília, por fraudes nas obras do Tribunal Regional de São Paulo. A condenação inicial era de 31 anos pelos crimes de corrupção ativa, estelionato, peculato, formação de quadrilha e uso de documento falso. Mas a pena final foi de 26 anos, sendo pelo menos 1/6 em regime fechado.

publicada, como horas, percebe-se que a narrativa jornalística não se difere em nenhum aspecto do texto publicado pelos veículos de imprensa instantes após o repasse da ocorrência no grupo. Portanto, o estudo demonstra ao longo do próximo capítulo que, em geral, as primeiras versões das narrativas jornalísticas divulgadas têm como ponto de partida o texto enviado pelas fontes no grupo de *WhatsApp* formados com jornalistas.

Além do tempo entre a comunicação do fato e a matéria publicada, as primeiras versões das matérias são divulgadas sem que haja menção ou referência às outras fontes envolvidas no caso. Também não são apresentados dados distintos dos divulgados inicialmente pelo grupo de *WhatsApp*, o que demonstra uma primeira versão baseada nos conteúdos iniciais que são transmitidos no ambiente *on-line*.

As notícias analisadas são as publicadas entre o segundo semestre de 2016, especialmente a partir de novembro, quando a pesquisadora identificou um erro jornalístico publicado na coleta dos dados, até o segundo semestre de 2018, totalizando, assim, 26 meses de análise. Significa, portanto, que a quantidade pode ser maior, porém a doutoranda não identificou a inconsistência em algum dos dados.

Para efeito de análise, são considerados erros de informação aqueles que se encaixam em alguma das situações abaixo:

- 1) Informação postada em primeiro momento por um dos veículos de comunicação estudados, mas corrigida logo após a constatação do equívoco;
- 2) Informação que, mesmo sem ser corrigida ao longo do dia, não corresponde com a realidade após outras fontes envolvidas no caso se pronunciarem ou mesmo quando a própria instituição, autora da informação, ajusta a mensagem repassada, a exemplo de quando ocorre o reenvio de mais dados.

Para confirmar que se trata de um erro jornalístico, a pesquisadora observa se a matéria objeto de análise foi atualizada ao longo do dia e o conteúdo corrigido, o que faz com que a carga de leitura tenha sido infinitamente maior do que a limitação de 23 matérias. Caso se confirme o ajuste, os horários das correções também são informados ao longo da análise. Se o erro permaneceu na matéria e ela não sofreu alteração, a pesquisadora cruza as informações publicadas com outras fontes envolvidas no caso, algumas delas oficiais, como outros órgãos do governo, para certificar a coerência da versão do primeiro conteúdo ou identificar qual foi o equívoco cometido.

No caso das matérias analisadas ao longo desta pesquisa, em grande parte o fato que motivou a notícia é verdadeiro, a ocorrência mobilizou atenção de forças de segurança pública, mas, dentre as informações publicadas, consta o erro, a inverdade dentro de uma história real que gerou ação de agentes públicos, despertou atenção de moradores e, inclusive, de jornalistas com a cobertura da notícia.

Para analisar os erros jornalísticos publicados em veículos de imprensa local, optou-se por priorizar as notícias originadas somente em grupos da área de segurança pública dos quais participam apenas jornalistas e fontes. A pesquisadora encaminhou um aviso, por e-mail, as assessorias de imprensa das corporações, com grupos de *WhatsApp* ativos com jornalistas até 2018, informando a respeito do estudo.

As comunidades organizadas apenas entre profissionais da imprensa, como o caso de repórteres e assessores de imprensa, não serão consideradas, pois, nesses casos, não há participação de informantes, apenas colaboração entre colegas de profissão que aproveitam a facilidade da plataforma interativa para debater um assunto em pauta, apresentar sugestões de personagens, divulgar um evento ou coletiva de imprensa (no caso de assessores de imprensa) e/ou compartilhar contatos de fontes.

Os primeiros grupos de *WhatsApp* entre fontes e jornalistas surgiram de forma extraoficial em 2012. A partir daquele ano, policiais que atuavam diretamente nas ocorrências, principalmente praças,²⁶ passaram a criar comunidades entre os próprios servidores da área de segurança pública e jornalistas de mais confiança que já mantinham contato com alguns deles. Só essas pessoas eram aceitas a participar dos grupos. Por não ser uma iniciativa profissional, as informações que circulavam nesses ambientes eram prematuras e continham opiniões dos policiais, além de apresentar fotos que estampavam vítimas acidentadas e/ou mortas, o que superdimensionava a exposição dos acontecimentos.

A partir de 2013 houve uma tentativa de policiais que atuavam na comunicação das corporações, principalmente os da Polícia Militar, de oficializar os grupos e as relações virtuais com jornalistas, mas o projeto só ganhou expressividade com os históricos protestos de junho daquele ano, em razão da necessidade de repórteres em manter um contato mais frequente com representantes das forças de segurança pública. Naquela época, jornalistas demandavam números de público, de efetivo, de ocorrências, entre outras ações do movimento.

Na PM, o militar que começou a organizar o grupo com a imprensa de forma institucional foi o sargento Daniel Quezado, morto em 27 de fevereiro de 2016. Depois, a

²⁶ Os praças são policiais cujas patentes são mais baixas, como soldado, cabo, sargento e subtenente.

função passou para o porta-voz da comunicação, major Michello Bueno, que até a data da defesa desta tese era o representante do cargo e, diariamente, repassava informações acerca das ocorrências no grupo. A partir de então, cresceu a quantidade de contatos estabelecidos no *WhatsApp* de forma oficial e com informações compartilhada em conteúdo multimídia: texto, fotos, vídeos e áudios de um policial fornecendo mais detalhes sobre a ocorrência, com desdobramentos e explicações.

Outro ponto de mudança nos grupos restritos a jornalistas e fontes foi o crescimento da quantidade de participantes e a unificação desses contatos. Em razão das limitações impostas pelo aplicativo em relação ao número de integrantes em uma mesma comunidade, chegaram a existir três versões de um mesmo grupo da Polícia Militar com jornalistas. A mensagem transmitida em um deles era também reproduzida nos demais. Inicialmente, o *WhatsApp* permitia a inserção de apenas 15 pessoas em um mesmo ambiente. Depois, o aplicativo ofereceu a possibilidade de acrescentar 50 internautas em um mesmo canal, passou para 100 e, desde fevereiro de 2016, a capacidade é de 256 indivíduos em um grupo, o que contribuiu para unificar as relações de contato.

Até 24 de maio de 2019, data da última consulta, eram, ao menos, 16 grupos da área de segurança pública com jornalistas (contabilizados pela pesquisadora), incluindo os do Distrito Federal e do Entorno do DF, como de Goiás, além dos nacionais. Em todos eles, as informações compartilhadas são referentes a ocorrências ou a fatos urgentes. No entanto, só serão analisados os grupos em que aconteceu de ser publicada uma informação que ocasionou em erro jornalístico.

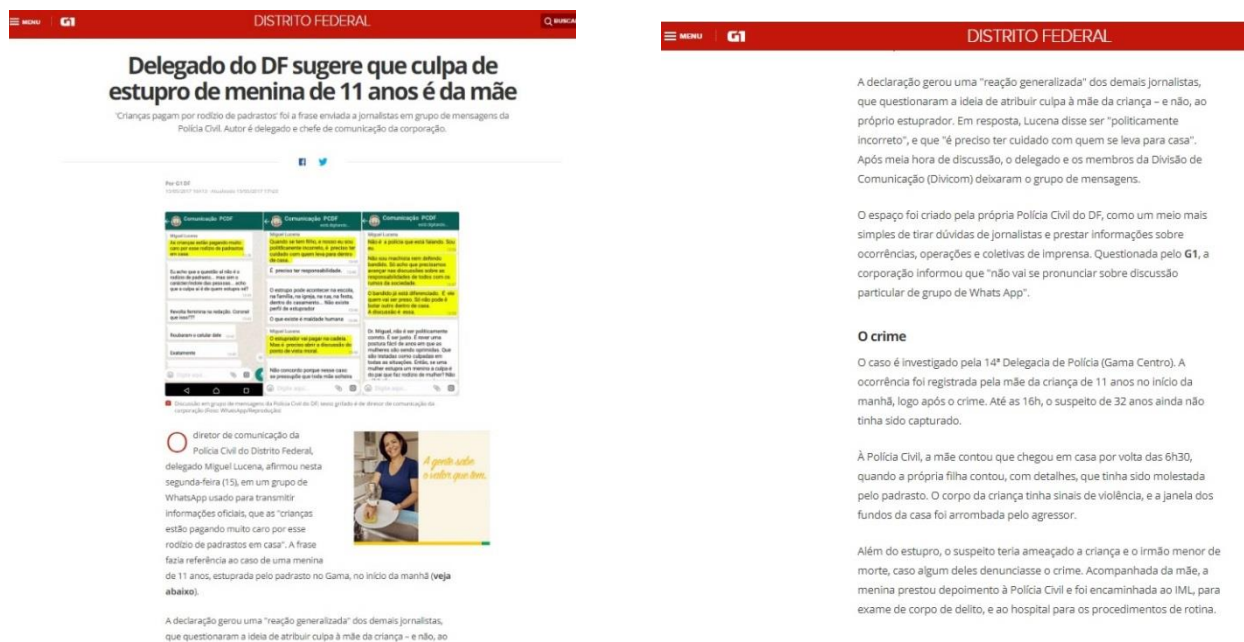
Em alguns desses grupos também acontece uma interatividade entre fontes e jornalistas por meio de debates de ideias entre agentes de segurança pública e profissionais de imprensa, discussões, exposições de pontos de vista a respeito de ocorrências e de coberturas midiáticas, além de críticas e sugestões de melhoria em ambos os ofícios e funções de quem participa do grupo. Foi inclusive em um desses momentos que o então administrador do grupo da Polícia Civil, delegado Miguel Lucena, opinou sobre uma ocorrência que envolveu o estupro de uma criança de 11 anos, em 2017.

A suspeita era de que o padrasto tinha sido o autor dos abusos. O então diretor da Divisão de Comunicação da Polícia Civil (Divicom) comentou, em 15 de maio de 2017, que “*as crianças estão pagando muito caro por esse rodízio de padrastos em casa*”. A declaração gerou reações de jornalistas dos mais variados veículos de comunicação, homens e mulheres. O delegado continuou dizendo que “*quando se tem um filho é preciso ter cuidado com quem se*

leva para dentro de casa. É preciso ter responsabilidade”. Jornalistas reagiram e Miguel Lucena se posicionou, dizendo que “o esturpador vai pagar na cadeia. Mas é preciso abrir a discussão do ponto de vista moral”. E, por fim, esclareceu: “não é a polícia que está falando. Sou eu”.

Com as declarações, jornalistas publicaram matéria a respeito do caso, inclusive com registros e reproduções da conversa no grupo, como demonstra a figura 2 divulgada abaixo. A comunidade foi extinta no mesmo dia, com a saída do delegado do grupo, e da equipe que trabalhava com ele.

Figura 2 – Matéria do *G1DF* a respeito da repercussão do depoimento de delegado



Fonte: *G1DF*

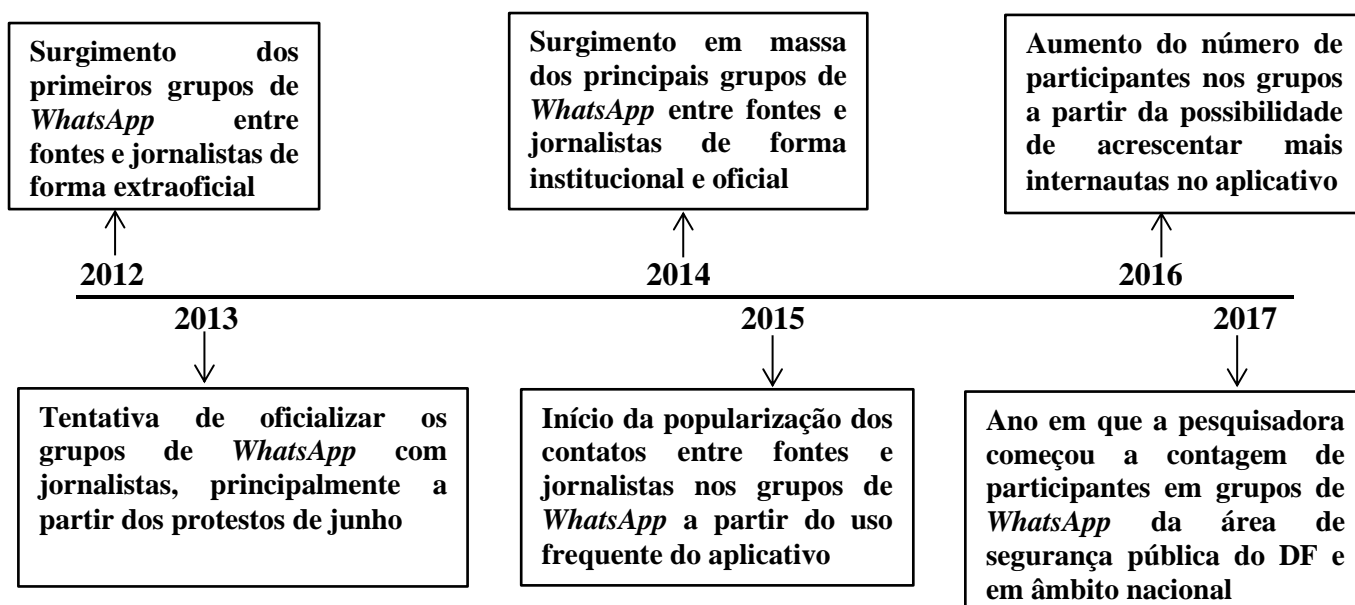
Além das comunidades oficiais, existem também as informais entre as diversas categorias e jornalistas. Inclusive há grupos restritos aos agentes de segurança pública dos quais só participam policiais, bombeiros, agentes de trânsito e policiais civis. No entanto, em alguns deles, há inserção de alguns poucos repórteres, como aqueles que são setoristas da área de segurança pública e que já têm relação de proximidade com o administrador da comunidade. Em um grupo extraoficial com policiais militares e jornalistas, havia 62 participantes em 24 de maio de 2019; em outro, com militares do DF e do Entorno de Brasília e profissionais da imprensa, existiam 25 integrantes até a data mencionada; no terceiro, que reúne bombeiros e

repórteres, eram 37 pessoas até o mesmo período e, no último, com policiais civis de Goiás e jornalistas eram 23 internautas até a data mencionada, em 24 de maio de 2019.

Como observado durante o período da pesquisa, em todos esses grupos, oficiais ou extraoficiais, repórteres iniciam a apuração da notícia repassada pelas fontes; tiram dúvidas das ocorrências; pedem contatos de policiais que participaram da história para entrevista; utilizam, algumas vezes, os áudios enviados pelas fontes e chegam até a pedir sugestão de personagens da notícia que se envolveram no caso. Por essa razão, os conteúdos jornalísticos publicados na maioria dos veículos se tornam semelhantes sem que haja um diferencial para o leitor.

Por fim, em cada um desses grupos ocorrem também reações de jornalistas por meio de mensagem quando o administrador responsável pela comunidade faz a exclusão de alguns profissionais menos atuantes no canal ou quando repórteres que já não participam mais da cobertura da área com regularidade são excluídos do grupo. Quando isso acontece, os integrantes enviam mensagens que demonstram estarem acompanhando o grupo e atentos às ocorrências e aos assuntos em pauta no ambiente *on-line* para evitar serem excluídos.

Figura 3 – *Storyline* demonstra evolução da apuração jornalística feita pelo *WhatsApp*



Fonte: autoria própria

4.1 Os grupos analisados

Nesta seção, a pesquisadora conta a história e o surgimento dos grupos analisados. A ordem dos grupos está de acordo com a frequência do compartilhamento das mensagens. Portanto, aqueles que aparecem primeiro são os que têm maior atuação no *WhatsApp*.

4.1.1 Grupo Sala de Imprensa PMDF (Polícia Militar do Distrito Federal)

A comunidade restrita a profissionais de imprensa e policiais militares foi criada oficialmente em 8 de abril de 2015 e, em 24 de maio de 2019, contava com 253 participantes. Antes de se tornar um grupo institucional, havia canais e redes de contato extraoficiais entre jornalistas e militares. A corporação foi uma das primeiras a estabilizar a relação nas redes com jornalistas devido ao trabalho operacional que equipes da PM desenvolvem e, conseqüentemente, porque os militares são os que têm primeiro acesso às ocorrências.

Desde então, a rede de contatos cresceu e tornou-se reconhecida entre jornalistas e policiais. Antes de o aplicativo aceitar maior número de participantes, existiam ao menos três grupos. As informações que eram divulgadas pelo Centro de Comunicação da PM em um dos ambientes acabavam sendo replicadas para outros onde havia repórteres que não integravam os demais. Inicialmente, os dados eram repassados sem ainda estarem consolidados. Conforme o andamento da operação, policiais que atuavam na ocorrência encaminhavam, ainda da rua, as últimas notícias relacionadas ao fato. Além disso, as fotos enviadas eram carregadas de sensacionalismo, superexposição das vítimas e exagero, como imagens que mostravam corpos e pessoas baleadas.

Desde que os canais se tornaram oficiais, houve mudança no critério de envio das informações. Em vez de notícias repassadas sem desfecho, as informações começaram a ser consolidadas por meio de pequenas notas estruturadas pelos policiais que atuam na assessoria da corporação, chamada de Centro de Comunicação da PM.

A partir da experiência, houve a preocupação por parte da Polícia Militar em divulgar que quando as informações ainda não estão estruturadas são tratadas como “*dados preliminares*”, como a própria equipe se refere. Apenas em ocorrências de última hora e que exigem mais urgência, as mensagens são encaminhadas na medida em que há atualizações, sem ainda estarem organizadas em parágrafos lineares. Além disso, um policial responsável pela comunicação da corporação acompanha a divulgação, presta mais informações e esclarece dúvidas on-line de repórteres que questionam algum detalhe repassado no grupo. O comandante do setor de comunicação também faz parte do ambiente.

As fotos enviadas se tornaram menos expositivas e a maioria do conteúdo divulgado é multimídia, com vídeo da ocorrência para atender a demanda dos veículos televisivos, áudios explicativos acerca do desdobramento do fato e contato para entrevista com o porta-voz que comandou a operação. Quanto aos jornalistas, há desde profissionais setoristas da área até

estagiários que são responsáveis pela chamada ronda nas redações e são incluídos no grupo para obterem informações de forma mais ágil.

A partir do modelo desenvolvido pela Polícia Militar da relação com jornalistas por meio de grupo de *WhatsApp*, outras comunidades entre profissionais de imprensa e fontes foram criadas pelas corporações de segurança pública. No canal da PM, as ocorrências são publicadas durante todo o dia, e até na madrugada, para auxiliar a cobertura das equipes dos veículos de imprensa que trabalham à noite.

As comunidades no *WhatsApp* e no *Telegram* servem, portanto, como contato inicial das ocorrências e notícias factuais que envolvem operações policiais. No entanto, entre todos os grupos, o da Polícia Militar é, ao mesmo tempo, o mais procurado e o que tem maior frequência de publicações da informação. Por outro lado, é aquele que, em certas ocasiões, compartilha informações ainda não consolidadas, o que aumenta a chance de erro jornalístico, como demonstra a análise empírica dessa pesquisa.

Isso acontece em coberturas de grande repercussão em que o tempo é mínimo para que as fontes possam reunir as informações em texto. Ao mesmo tempo, jornalistas questionam os detalhes seguidamente. Por essa razão, militares repassam dados preliminares, mas quando a ocorrência é tratada pela Polícia Civil, descobre-se que o impacto é menor ou maior do que o que foi repassado pelos policiais militares.

Durante a cobertura de um protesto em março de 2017, o então chefe da comunicação da PM publicou uma mensagem em que pedia desculpas por um erro de informação e solicitava paciência aos jornalistas, uma vez que, quando ocorre um fato de repercussão, profissionais de imprensa cobram resposta da corporação em tempo ágil e, muitas vezes, sem que os policiais tenham tido acesso ao desfecho do caso.

Em razão de ser a corporação que possui um contato superficial com a ocorrência, jornalistas já têm adotado o comportamento de checar os dados repassados pela Polícia Militar com outras fontes envolvidas no caso.

Um dos repórteres entrevistado nesta pesquisa explica como tem o costuma de trabalhar: “Quando é o grupo da PM, eu sempre peço para a Polícia Civil mais informações. Ou tento falar com quem agiu na ocorrência” (REPÓRTER 2, 2018, APÊNDICE C). Ao ser questionado a respeito do tempo que se leva para transformar a informação compartilhada no grupo de *WhatsApp* em notícia, o mesmo jornalista respondeu: “Depende da fonte. Se for PM, por exemplo, tenho que pedir informações para a Divicom (Divisão de Comunicação da Polícia

Civil), o que pode levar até uma hora... Se for bombeiros, na maioria das vezes dá para usar diretamente” (REPÓRTER 2, 2018, APÊNDICE C).

Mas, além de enviar informações a respeito de ocorrências policiais no grupo de *WhatsApp* com jornalistas, a Polícia Militar também utiliza o canal para divulgação do trabalho e marketing da força de segurança. Policiais que atuam na assessoria de imprensa da PM compartilham ações sociais feitas por militares, como doação de sangue, entrega de brinquedos em comunidades carentes, vídeo de gravação de fim de ano, entre outras atividades. Supostamente para não perder o contato com os informantes ou por falta de notícia no dia — duas hipóteses que precisam ser investigadas, mas não entram no escopo desta pesquisa — alguns jornalistas publicam a mensagem mesmo que, por vezes, não existam critérios de noticiabilidade que justifiquem a cobertura.

Além disso, é no grupo da PM que acontecem mais manifestações quando ocorre alguma exclusão de integrantes da imprensa. Nestes casos, jornalistas encaminham mensagens e enviam sinais de que acompanham a movimentação no grupo e monitoram as ocorrências em uma tentativa de não serem excluídos do ambiente.

4.1.2 Infos operacionais – CBMDF (Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal)

O primeiro grupo de *WhatsApp* instituído entre o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal com jornalistas surgiu em 11 de maio de 2015. Inicialmente o canal se chamava *Informação Pública CBMDF* e continha, em outubro de 2017, 232 participantes – até a conclusão desta tese, realizada no primeiro semestre de 2019, o aplicativo permitia a inserção de 256 pessoas em cada ambiente. Mas a primeira rede de contato estabelecida entre militares e jornalistas acabou extinta pelos próprios administradores que fundaram um novo ambiente entre os informantes e profissionais de imprensa.

O grupo atual recebeu o nome de *Infos Operacionais – CBMDF*. Ele surgiu em 16 de abril de 2018 e, em 24 de maio de 2019, eram 222 participantes. A justificativa para a nova consolidação do canal de contato foi um maior controle para inserção de jornalistas. Repórteres, produtores, coordenadores de pauta e editores tiveram de enviar um pedido formal para assessoria de imprensa dos bombeiros, via e-mail, para serem incluídos no dispositivo. Trata-se de uma forma de manter um controle dos jornalistas identificados que atuam em redações dos veículos de imprensa e que fazem parte do canal.

Mas, apesar do novo ambiente, a forma de contato da instituição com a imprensa, via *WhatsApp*, não se alterou. Entre os grupos para troca de informações entre fontes e jornalistas,

o do Corpo de Bombeiros é um dos que possui maior interação. Provavelmente em razão de a corporação ser também uma das instituições que primeiro atua nas ocorrências de acidentes, socorro e localização de desaparecidos, profissionais de imprensa demandam informações constantes no ambiente. As principais trocas de mensagens ocorrem quando profissionais de imprensa indagam a respeito de um fato específico ou quando a própria corporação repassa dados de uma atuação da equipe dos bombeiros.

De todos os grupos analisados, o da instituição é o que transmite conteúdos noticiosos mais consolidados. Por meio de notas estruturadas em textos informativos, administradores do grupo informam o tipo de ocorrência – se atropelamento, colisão, capotamento, afogamento, fatos relacionados a chuva (como destelhamento, queda de árvore ou desabamentos) e localização de desaparecido. Na mesma narrativa, o Corpo de Bombeiros informa o endereço do fato, detalha a dinâmica do que aconteceu, repassa nomes e idades das vítimas e dos envolvidos e, na maioria dos casos, envia fotos e vídeos para atender as demandas de veículos de diferentes mídias: on-line, televisiva e impressa.

A pesquisadora, enquanto integrante do ambiente, percebe também que existe uma cautela por parte da instituição de evitar o envio de informações fragmentadas. Isso acontece, em especial, durante troca de mensagens relativas a ocorrência de maior repercussão, como tentativas de feminicídios, por exemplo, ou ocorrências concretas de feminicídio.

Em razão da proporção de determinados assuntos, a frequência da demanda de jornalistas aumenta. Profissionais de imprensa perguntam a respeito da dinâmica da ocorrência, pedem mais atualizações sobre o caso e solicitam confirmação da quantidade dos envolvidos. Mas, antes de as informações estarem consolidadas, a instrução dada pela corporação é que se aguarde o envio de dados posteriormente encaminhados por pequenas notas estruturadas pela instituição.

Os principais conteúdos são postados por um número de celular identificado como *Infos Operacionais CBMDF*, um dos administradores do grupo. Mas também encaminham mensagens os militares específicos que atuam em atendimento de ocorrências, como alguns de patente oficiais, e equipes do setor de comunicação da instituição.

Quase todas as notas são seguidas de imagens, como fotos ou vídeos. Algumas delas com qualidade superior são registradas inclusive com câmeras profissionais por bombeiros que atuam no setor de comunicação. Outras, porém, feitas com celulares, são tiradas pelos militares durante atendimento da ocorrência.

Em razão da atuação dos bombeiros, os horários de maior circulação de mensagens são no início da manhã, no fim da tarde e começo de noite, além dos turnos de almoço. A justificativa vai ao encontro dos períodos de maior movimento nas ruas da cidade. O grupo de *WhatsApp* também se torna movimentado durante fatos de maior proporção, como crimes graves, fortes chuvas e acidentes com grande número de mortos ou feridos. Nessas circunstâncias, antes do envio de notas consolidadas a respeito do fato, militares adiantam poucos dados oficiais, mas com o pedido para que jornalistas aguardem pelos conteúdos finais.

Depois do grupo de *WhatsApp* da Polícia Militar com profissionais de imprensa, pode-se dizer que o canal do Corpo de Bombeiros com jornalistas é o segundo mais recorrido por jornalistas. Um dos motivos se deve pela vinculação que se faz às duas corporações, em razão de as instituições serem as primeiras a atuarem na hora do surgimento de uma ocorrência.

Mas, diferentemente do ambiente instituído pela PM, no grupo dos bombeiros há maior organização no sentido de evitar assuntos distintos aos registros de ocorrência. Como parte da política de permanência no canal é que não haja troca de mensagens fora de contexto, jornalistas evitam descumprir a orientação para não serem excluídos do grupo de *WhatsApp*. Dessa forma, a relação se torna profissional no sentido de não existir debates entre jornalistas e informantes. Também não há troca de ideias sobre coberturas jornalísticas ou atuações de socorro nem discussão sobre casos específicos.

Até 24 de maio de 2019, eram sete números de contato cadastrados no grupo como administradores do canal. Entre eles, estavam militares que exercem a função de assessores de imprensa, um bombeiro que atua diretamente nas ocorrências e o número de contato cadastrado como *Infos Operacionais CBMDF*, o setor de repasse das informações.

Eram esses os números que, até então, controlavam o fluxo de mensagens, faziam postagens de informações e encaminhavam, além da nota consolidada de dados das ocorrências, vídeos e fotos para atender às necessidades das equipes de jornalismo.

4.1.3 Grupo DER em Foco (Departamento de Estradas de Rodagem do DF)

O grupo não é oficial, mas foi criado por agentes de trânsito em 19 de março de 2014 e se tornou uma rede de contato reconhecida entre fontes e jornalistas. Até março de 2017, havia 95 participantes na comunidade e, em 12 de outubro de 2017, eram 112. Na última consulta, feita em 24 de maio de 2019, estavam incluídas 105 pessoas no ambiente. Apesar de não haver nenhum representante da assessoria de imprensa do órgão, quem repassa as informações são os agentes de trânsito. Por causa da atuação frequente, diária e assídua, o grupo entra nesta análise.

O contato extraoficial surgiu a partir da confiança que se estabeleceu entre alguns desses servidores que assumiram o contato com repórteres de veículos de comunicação.

As mensagens postadas no ambiente são referentes ao trânsito, como o fluxo de tráfego viário nos trechos de competência do DER-DF nos principais horários de pico, principalmente no início da manhã e na volta para casa, além de acidentes. Por não haver nenhum profissional de imprensa, as informações que circulam no grupo não são consolidadas por meio de texto em parágrafos lineares. As notícias são enviadas conforme o andamento da ocorrência, como é o caso de acidentes de trânsito. Quando acontece uma colisão, um capotamento ou atropelamento, os servidores detalham, em mensagens aleatórias, se há ou não retenção no fluxo de carros, como está o controle do trânsito no local, se providenciaram desvio para outras pistas, entre outros detalhes, além de fornecer breves informações sobre o socorro das vítimas e se o atendimento foi realizado pelo Corpo de Bombeiros ou por equipes do Samu (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência).

Diferente do que acontece nos outros grupos analisados nesta pesquisa, as fotos são tiradas pelos próprios agentes no local do fato ou, em alguns casos, acabam sendo reproduzidas das imagens do circuito de segurança do DER-DF a partir do controle por câmeras. Por essa razão, as imagens são de qualidade inferior e quase não há envio de vídeos. Além disso, por não ser um grupo oficial, as informações postadas são utilizadas pelos jornalistas em primeiro momento como início da apuração, com a indicação na matéria de termos como “*aguarde mais informações*” ou “*informações preliminares*”.

Também por não ser um grupo oficial, quando há necessidade, o contato do jornalista com o órgão é feito por meio da assessoria de imprensa a partir de demanda enviada por *e-mail*. Dessa forma, as informações veiculadas no grupo são mais úteis aos jornalistas que fazem a chamada ronda e precisam divulgar notícias relativas ao trânsito.

Apesar de o grupo ser uma comunidade extraoficial, as imagens, as fotos e, em alguns poucos casos, os vídeos que circulam acabam sendo publicados pelos veículos de mídia quando se divulga a notícia de um acidente ou de algum impacto no trânsito em vias de competência do DER-DF. Os detalhes são complementados a partir dos dados que surgem em outros grupos oficiais de segurança pública.

Em 2018, jornalistas com atuação em veículos locais passaram a ser acrescentados em outro grupo de *WhatsApp* do DER, mas este institucional. Embora o dispositivo informe que o grupo existe desde 5 de fevereiro de 2015, foi apenas em 2018 que os profissionais de imprensa passaram a fazer parte do ambiente formal. Neste espaço, assessores de imprensa do órgão

participam do canal e, entre os integrantes do grupo, há agentes de trânsito que também fazem parte do primeiro grupo extraoficial.

Mas, diferentemente do ambiente não oficial, no grupo intitulado “*Trânsito DER*” apenas os contatos identificados como administradores podem realizar postagens, o que impede uma interação entre todos os participantes no canal. A frequência de mensagens trocadas no canal, porém, se assemelha ao grupo extraoficial. São compartilhadas informações em horários de maior movimento nas vias do Distrito Federal, especialmente no início da manhã e no fim da tarde, com detalhes sobre acidentes de trânsito, bloqueio de trechos e alguma alteração em faixas de rolamento.

Em 24 de maio de 2019 eram 158 participantes no canal. Mas, para objeto de análise, só será considerado o primeiro grupo, extraoficial, que foi onde uma das informações circulou e incorreu em erro jornalístico publicado por veículos de mídia.

4.1.4 Grupo Comunicação PCDF (Polícia Civil do Distrito Federal)

A Polícia Civil, corporação responsável pela investigação de casos criminais, criou o grupo em 1º de julho de 2016. Até 19 de março de 2017, data da última consulta, eram 224 participantes. A comunidade, uma das últimas instituídas entre fontes e jornalistas, foi organizada após a mudança do responsável pela Divisão de Comunicação da Polícia Civil (Divicom), em 2016. Na ocasião, o antigo delegado foi substituído por Miguel Lucena, que, apesar de também ser servidor, tem formação em jornalismo. Antes do grupo, as divulgações de operações e o resultado de investigações eram feitas exclusivamente por e-mail. Mas, a partir da incorporação da comunidade com jornalistas, as postagens passaram a ser realizadas pelo *WhatsApp*.

Diferentemente dos grupos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, o da Polícia Civil servia para publicação de casos já finalizados, como resultado de operações. Assim, as divulgações aconteciam quando se referiam a casos de maior repercussão. Em situações de menor impacto, o canal não era utilizado de forma assídua e frequente, como os demais.

No entanto, o grupo foi extinto em 15 de maio de 2017, após uma declaração do próprio delegado Miguel Lucena a respeito de uma ocorrência de estupro em que uma adolescente de 11 anos foi abusada sexualmente do padrasto. Na ocasião, ele disse que “*as crianças pagam muito caro pelo rodízio de padrastos em casa*”. Mas, mesmo com a exclusão do grupo, o canal entra no objeto de análise, já que há erros em reportagens em que a informação

surgiu primeiro nesse meio de contato quando o canal ainda estava ativo. Por essa razão, torna-se necessária uma explicação a respeito desse ambiente que funcionou por quase um ano.

O delegado responsável pela comunicação da corporação era quem alimentava com maior regularidade as informações do grupo, mas também havia agentes que atuavam na assessoria de imprensa e fazia parte da equipe. Em algumas circunstâncias, os servidores também participavam das conversas para esclarecer dúvidas de repórteres, atualizar saldo das ocorrências, divulgar horários de coletivas de imprensa de delegados quando havia operações, entre outras atividades.

Ao contrário do que também acontece nos demais grupos, no da Polícia Civil as fotos enviadas eram tiradas com qualidade inferior. Muitas eram captadas durante a operação, o que, nem sempre, resultava em imagem de alta resolução. O que se assemelhava às outras corporações era a frequência de mensagens quando se tratava de um caso de grande relevância pública. Nessas ocasiões, aumentava a circulação de informações prestadas à imprensa no canal de contato entre a Polícia Civil e jornalistas. No entanto, em alguns casos, as informações ainda não estavam consolidadas, conforme consta na análise da matéria no estudo empírico.

Com a repercussão da declaração do delegado Miguel Lucena e a exoneração dele do cargo no dia seguinte, em 16 de maio de 2017, houve a troca do diretor da Divicom. Em 6 de julho de 2017, assumiu o cargo outro delegado que, apesar de não ter criado um novo grupo de *WhatsApp* com jornalistas, começou a repassar as mensagens em uma lista de transmissão que funciona de forma semelhante, mas sem a possibilidade de interação entre os usuários da plataforma. No entanto, as mensagens são as mesmas e enviadas individualmente para cada jornalista cadastrado na lista de transmissão.

As informações são semelhantes às repassadas quando existia o grupo, como desdobramento de alguma operação, avisos de coletivas de imprensa e atualização de algum caso de maior repercussão. Sem a possibilidade de o jornalista interagir com aquele conteúdo, a comunicação fica restrita a quem recebe a mensagem e ao delegado que transmite a informação.

4.2 O método do estudo

A pesquisa qualitativa descritiva e a netnografia são os dois métodos que norteiam esta tese. O primeiro trata da pesquisa em profundidade a partir da coleta dos dados direto no ambiente. Com as informações levantadas a partir do objeto de estudo, o interesse recai na interpretação do resultado e na construção de sentido referente ao cenário demonstrado.

Triviños (1987) ressalta que esse tipo de estudo descreve fatos de determinada realidade. Gil (1999, p. 46) reforça que a pesquisa qualitativa descritiva “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre as variáveis”.

No caso das reportagens publicadas com erro de informação e analisadas ao longo deste estudo, a pesquisadora descreve as características da mensagem publicada nos grupos de *WhatsApp*, os quais participam jornalistas e fontes da área de segurança pública, e o tratamento dado a essas informações pelos veículos de imprensa. O foco, portanto, são com os aspectos da realidade.

Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p. 32).

A pesquisadora analisa a frequência dos erros de informação publicados pelos veículos de imprensa, a responsabilidade de quem errou, ou seja, se o equívoco da transmissão do dado foi do informante ou do jornalista que interpretou a mensagem de forma contrária ao que foi repassada, e como a comunicação entre informantes e profissionais de imprensa se estrutura dentro do sistema de grupo do *WhatsApp*.

As pesquisas deste tipo (qualitativa descritiva) têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis [...] As pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática (GIL, 2008, p. 29)

Ao longo do processo, a pesquisadora descreve, de forma minuciosa, o contexto em que o erro aconteceu e analisa desde a mensagem inicial relativa à primeira informação, compartilhada no ambiente restrito entre fontes e jornalistas, até o produto final publicado.

Ao contrário do que acontece nos procedimentos experimentais e nas análises quantitativas, o interesse aqui não é demonstrar, em estatística ou números absolutos, a quantidade de vezes que o erro acontece, mas, sim, dar ênfase a um estudo exploratório de profundidade acerca do objeto. Gil (1999, p.94) explica que “métodos de pesquisa qualitativa estão voltados para auxiliar os pesquisadores a compreenderem pessoas e seus contextos sociais, culturais e institucionais”.

Em relação à pesquisa qualitativa descritiva, Marconi e Lakatos (2000, p. 77) ressaltam que os estudos descritivos “têm como objetivo conhecer a natureza do fenômeno estudado, a forma como ele se constitui, as características e processos que dele fazem parte. Nas pesquisas descritivas, o pesquisador procura conhecer e interpretar a realidade, sem nela interferir para poder modificá-la”, ou seja, o estudioso não interfere na construção da realidade, apenas observa o cenário e as variáveis vinculadas ao fenômeno.

Sendo assim, o resultado qualitativo descritivo de uma pesquisa pode se seguir de dados numéricos que demonstrem a quantidade de erros e o total de reportagens analisadas, mas sem que a estatística seja o interesse prioritário. Esses índices, neste caso, servem apenas como informação complementar a um estudo de profundidade acerca da identificação, do registro e da análise do material coletado por parte do pesquisador.

Na pesquisa qualitativa descritiva, portanto, ocorre um aprofundamento na busca do conhecimento. As características de investigação exploratória e descrição requerem exatidão e precisão dos dados coletados. Miles e Huberman (1994, apud GIL, 2008 p. 165) apresentam três etapas da análise qualitativa. Todas essas fases serão seguidas para a observação das reportagens originadas em grupos de *WhatsApp*:

- 1) A redução dos dados. Esse primeiro passo consiste em selecionar e priorizar aquilo que se pretende investigar. No caso das informações transmitidas em comunidades restritas a fontes e jornalistas no *WhatsApp*, a pesquisadora prioriza a mensagem inicial que deu origem à construção da matéria, ou seja, a informação que ocasionou no erro publicado pelos veículos de imprensa analisados. A partir dessa instrução, todas as mensagens vinculadas à ocorrência, mas que não têm relevância para a pesquisa, nem aborda erro de informação, são menosprezadas. Para isso, são definidas categorias de análise que estarão na próxima seção deste capítulo;
- 2) A apresentação. Nessa fase se organizam os dados de forma sistemática a fim de demonstrá-los a partir das diferenças, semelhanças e o inter-relacionamento entre eles. Segundo Gil (2008, p. 175), essa apresentação pode ocorrer em textos, diagramas, mapas, gráficos e matrizes que possam tornar a exposição dos dados organizada e objetiva. Segundo o autor, “nesta etapa geralmente são definidas outras categorias de análise que vão além daquelas descobertas na etapa de redução dos dados” (GIL, 2008, p. 175). Portanto, inicialmente a pesquisadora faz uma análise textual das mensagens que circularam nos grupos de *WhatsApp* entre fontes e jornalistas e apresenta os

aspectos das reportagens publicadas com erro. Ao fim de cada ciclo, a doutoranda apresenta uma tabela que demonstra o erro, a responsabilidade dele e se a informação foi ou não corrigida posteriormente. Ao fim, de forma sistemática, organiza o quantitativo das matérias com falhas em uma tabela comparativa.

- 3) Conclusão/verificação. A última fase consiste em demonstrar o significado e o sentido dos dados a partir de padrões e explicações. Mas, antes disso, a verificação exige uma revisão dos resultados. Gil (2008, p. 166) ressalta que a etapa da verificação está relacionada à elaboração da conclusão e destaca que essa fase requer a “revisão dos dados tantas vezes quantas forem necessárias para verificar as conclusões emergentes”. Na pesquisa em questão, a conclusão apresentada será um balanço das etapas anteriores junto com a verificação atrelada ao processo.

O método da netnografia, por sua vez, trata da observação empírica qualitativa do pesquisador a partir da sua inserção em comunidades *on-line*. É este o caso da pesquisadora que, enquanto jornalista, participa dos grupos de *WhatsApp* que serão analisados. A observação, portanto, se restringe a um universo virtual encaixado em uma comunidade ou grupo. No entanto, esse método não se refere à transposição da etnografia no ambiente virtual.

A netnografia é concebida para investigar fenômenos na internet. Trata-se de uma observação participante em que o pesquisador se relaciona por um período pré-determinado com o objeto inserido no meio em que se revela. “A netnografia mantém as premissas básicas da tradição etnográfica” (SÁ, 2002, p. 159), mas, uma vez que o espaço físico se difere, exigem-se, também, procedimentos específicos diferentes acerca do objeto estudado.

A netnografia serve para observar as relações na Internet através dos chats, comunidades e redes sociais. As conversas são analisadas pela troca de frases e palavras entre os usuários de Internet. Esta observação netnográfica no ambiente da Internet é uma transformação da técnica etnográfica formada pela tríade Antropologia-Etnografia Observação-Participante (TAFARELO, 2013, s/p)

A netnografia, portanto, é a observação mediada por um recurso tecnológico: seja pelo computador, pela internet ou pelas mídias sociais. Segundo Montardo e Rocha (2005), é o estudo que se localiza no ciberespaço. Alguns autores utilizam, também, a expressão “etnografia virtual” como sinônimo.

No estudo em questão, as conversas que acontecem dentro do ambiente interno entre fontes e jornalistas serão resguardadas em razão de se tratar de uma comunidade fechada, com

normas e exigências para ser acrescentado em cada um desses canais, como ser profissional de comunicação atuante em veículos de imprensa. Para realização desta tese a pesquisadora encaminhou um aviso às assessorias de imprensa das corporações, com grupos de *WhatsApp* ativos com jornalistas até 2018, informando a respeito da pesquisa.

A pesquisadora, portanto, fez a coleta do material de estudo e mantém os dados em um arquivo pessoal, mas, para não romper com a cultura do ambiente, se adota a decisão de não divulgar reproduções das mensagens e informações compartilhadas nos grupos internos de *WhatsApp* estudados.

Dessa forma, a perspectiva da pesquisa qualitativa descritiva e da netnografia se complementam. A pesquisadora também entrevista repórteres e editores dos veículos analisados.

4.3 Ferramentas de análise

A análise ocorrerá com base na pesquisa documental dos grupos e das matérias publicadas. Além disso, foram realizadas entrevistas com jornalistas dos três veículos estudados — repórteres e editores e/ou chefes de reportagem (com exceção do *GIDF* que não respondeu da participação da entrevista com editor) — a fim de se entender o processo de produção da notícia sob a ótica de profissionais de imprensa. Para realizar o levantamento desejado deste estudo, foram analisadas as informações que circularam nos grupos de *WhatsApp* e o texto publicado pelos veículos de imprensa.

Os nomes dos profissionais de imprensa que solicitam informação nos grupos de *WhatsApp* serão mantidos em sigilo, bem como os telefones de contato desses jornalistas, uma vez que se trata de um ambiente privado entre profissionais de imprensa e fontes, mas público no sentido da informação prestada. No entanto, será mencionado o cargo da pessoa que repassa a informação para demonstrar, nesta pesquisa, qual é a fonte que transmite a mensagem no grupo: se é um porta-voz da comunicação da corporação, um policial que atuou na ocorrência em si ou qualquer outra pessoa que se relacione com o fato.

Contudo, o número de contato também será mantido em segredo, independentemente da pessoa que repassa a informação, para proteção e sigilo da fonte. Essas alterações estão baseadas na explicação de Amaral (2008), que descreve a netnografia como uma metodologia adaptativa. Além disso, a pesquisadora entrou em contato com as assessorias de imprensa das corporações que mantinham os grupos de *WhatsApp* até 2018 como forma de avisá-los a respeito da pesquisa.

Na netnografia são aplicadas aferições que comprovam a confiabilidade dos informantes no ambiente de rede. É importante atestar a fidelidade dos dados para que a pesquisa não seja inviabilizada. Assim, segundo Kozinets (1997), há critérios para a escolha dos ambientes, como:

- a) Comunicações que sejam especificamente identificadas e não anônimas, como acontece nos ambientes de *WhatsApp*, já que essas informações são repassadas por informantes identificados e os dados encaminhados de forma transparente;
- b) Integração de indivíduos familiarizados entre si, como o caso de fontes e jornalistas nos grupos de *WhatsApp*, já que, como dito, profissionais de imprensa e fontes mantêm vínculo de proximidade entre si. Além do repasse de informações, há discussões e debates entre os dois interlocutores;
- c) Grupos com linguagens, símbolos e normas específicas, semelhante ao que acontece no ambiente deste estudo, já que há regras e especificidades para fazer parte desses grupos. Por exemplo, só é acrescentado o profissional de imprensa que é jornalista de algum veículo de comunicação e que se identifique como tal;
- d) Comportamentos de manutenção do enquadramento nas fronteiras de dentro e de fora do grupo, o que também acontece fora do *WhatsApp*, já que jornalistas recorrem a essas fontes de outras formas, quando necessário, por telefone, pessoalmente ou de forma interpessoal.

Segundo Amaral (2008), depois das etapas de validação da comunidade e de seus informantes, existem procedimentos básicos de transposição da etnografia para a netnografia. São, ao todo, quatro etapas:

- 1) *Entrée cultural*, ou seja, preparação do campo para obtenção de resultados efetivos;
- 2) Coleta e análise dos dados que engloba cópia de informações que se sobressaem a partir de filtros, coleta de informações resultantes da observação das práticas comunicacionais dos membros da comunidade e dados levantados em entrevistas;
- 3) Ética de pesquisa, como identificação do pesquisador inserido no grupo e sua intenção ao fazer parte desse ambiente;

- 4) *Feedback* e checagem de informações com os membros do grupo a partir de conversas com quem participa desse ambiente.

Para que a pesquisa atenda aos objetivos, foram criados alguns filtros para análise de reportagens de forma que fossem consideradas apenas aquelas que nasceram a partir de informações circuladas por grupos de *WhatsApp* entre jornalistas e fontes. Os filtros garantem que, para a análise final, só sejam levadas em conta notícias que se enquadrem em todas as categorias a seguir:

- 1) Matérias que tiveram origem a partir de mensagens circuladas em grupos restritos à comunidade jornalística com fontes no *WhatsApp*. É importante frisar que grupos estruturados apenas entre jornalistas não estão sendo analisados;
- 2) Matérias que tratam da temática de segurança pública local, limitada a territorialidade de Brasília, e que tiveram origem em grupos de *WhatsApp* das forças policiais e/ou de órgãos de trânsito do Distrito Federal, quando assim houver. Isso determina que os grupos da área em âmbito nacional não estejam enquadrados na análise;
- 3) Matérias originadas de informações compartilhadas em grupos mais utilizados nos quais as mensagens postadas são frequentes. Isso determina que só são analisados os grupos mais usuais de onde saiu a informação incorreta;
- 4) Matérias que publicaram erros originados de informações repassadas pelos grupos de segurança pública de *WhatsApp*. Para confirmar que se trata de um erro, a pesquisadora analisa se, posteriormente, o conteúdo foi ajustado e, se negativo, a doutoranda certifica a veracidade da informação com outras fontes envolvidas na cobertura;
- 5) Restrição de análise à primeira versão das matérias de cada um dos portais estudados. Essa exigência torna-se importante, pois, após a publicação da matéria inicial, os sites de notícias tendem a atualizar parte da narrativa jornalística com detalhamentos da ocorrência e, em alguns casos, correção da informação já publicada inicialmente. Por essa razão, só é considerada a primeira matéria divulgada sobre o caso, desconsiderando, posteriormente, as atualizações feitas no material.

CAPÍTULO V

ANÁLISE EMPÍRICA DAS MATÉRIAS E OBSERVAÇÕES

Nesta seção, é apresentada a análise de cada uma das notícias selecionadas para a pesquisa. A ordem será de acordo com as datas das publicações, seguindo das postagens dos anos mais recentes para os mais antigos, conforme a ordem decrescente. Por essa razão, a sequência vai das reportagens com erros identificados e publicados em 2018, 2017 e 2016.

Para a análise, além da distinção dos anos, a pesquisadora também separa os grupos de *WhatsApp* entre fontes e jornalistas dos quais as informações circularam primeiro antes de serem transformadas em notícia.

5.1 Matérias com erros identificados e publicadas em 2018

Ao longo de 2018, foram 10 notícias com algum erro de informação identificado pela pesquisadora e analisado ao longo deste capítulo. Cinco matérias foram publicadas pelo site do veículo *Correio Braziliense*, três pelo portal *Metrópoles* e duas pelo site de notícias *GIDF*.

Entre os conteúdos estudados ao longo do ano, três assuntos são comuns a mais de um veículo. É o caso do traficante preso com 13 quilos de suposta cocaína, publicado em 31 de janeiro de 2018 por todos os três portais analisados, assim como a notícia de um acidente envolvendo uma viatura da Polícia Militar, cuja informação era de que um policial havia sido levado ao hospital com traumatismo craniano. O conteúdo foi divulgado em 16 de janeiro de 2018. O terceiro caso, de um motorista que teria sido morto em um tiroteio em Ceilândia, foi publicado em 13 de janeiro de 2018 pelos portais *Correio Braziliense* e pelo *Metrópoles*.

Quanto aos grupos de *WhatsApp* onde a informação primeiro circulou no ano de 2018, estão os ambientes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, assim divididos nessa primeira parte da análise empírica.

5.1.1 Matérias com informações originadas no grupo Sala de Imprensa PMDF – (Polícia Militar do Distrito Federal; segurança pública)

As principais notícias objeto desta pesquisa tiveram informações originadas no grupo da Polícia Militar. Como visto na seção anterior, a corporação foi a precursora em incorporar o contato com repórteres por meio de canais estabelecidos no *WhatsApp*. Esse é o maior grupo em termos de participantes.

Além disso, a pesquisadora parte do princípio que, na maioria das vezes, a instituição Polícia Militar é a primeira a ter contato com a ocorrência e, por essa razão, a rotina de envio das mensagens acontece de forma mais intensa se comparada às demais redes de contato em qualquer horário do dia. Na última contagem feita, em 24 de maio de 2019, o grupo tinha 253 participantes do grupo, entre jornalistas e fontes. O máximo permitido pelo aplicativo.

5.1.1.1 Matéria *Bandidos roubam carro e ameaçam levar criança junto no Guará — Correio Braziliense*

Às 11h19 de 5 de junho de 2018, o porta-voz da comunicação da Polícia Militar compartilhou no grupo de *WhatsApp* com jornalistas a informação sobre a prisão de dois homens suspeitos de roubar um veículo na região do Guará, em Brasília, com uma criança dentro do carro. Em caixa alta, ele escreveu que “*bandidos armados são presos pela PMDF após roubarem carro no Guará com criança dentro*”. Logo em seguida, às 11h20 e às 11h21, jornalistas pediram mais informações. As 11h21, o representante da corporação apresentou mais detalhes de onde a abordagem aos presos aconteceu e informou que a ação tinha sido realizada “*há 20 minutos*”. Uma terceira jornalista perguntou se havia imagens e o informante da Polícia Militar respondeu em afirmativo.

Às 11h38, 19 minutos após a primeira informação ter sido compartilhada no grupo do *WhatsApp* com jornalistas e 17 minutos depois da última informação repassada pelo porta-voz da instituição, o site do *Correio Braziliense* publicou a notícia. Em um texto de dois parágrafos, a narrativa informou que dois homens armados tinham roubado uma *Hilux* no Guará “*com uma criança dentro*”, conforme constava na informação transmitida no grupo de *WhatsApp*. A matéria também detalhou que a Polícia Militar havia conseguido recuperar o veículo em Taguatinga, mas a narrativa não divulgou detalhes sobre o estado da suposta criança. Posteriormente, a matéria relatou que os militares precisaram fazer um cerco para prender os suspeitos após perseguição e destacou que “*segundo informações da corporação, foram recuperados diversos objetos roubados, como celulares, bolsas e carteiras, além de arma de fogo utilizada no crime*”.

No entanto, a principal informação da notícia, sobre uma criança dentro do carro, não era verdadeira. Às 11h31, antes da publicação da matéria, o porta-voz da comunicação da Polícia Militar compartilhou no grupo de *WhatsApp* os detalhes do assalto e repassou, em letras maiúsculas, que a criança não tinha sido levada, apenas ameaçaram fugir com o carro e com a vítima. Mesmo com atualização anterior à publicação da notícia, o conteúdo foi divulgado pelo

portal, mas com o título “*Bandidos roubam carro e ameaçam levar criança junto no Guará*”, o que demonstra uma correção na chamada da matéria antes dela ser postada, mas sem alteração no texto que permaneceu com a informação de que a criança estaria dentro do carro. Na primeira versão do conteúdo que foi ao ar, também não houve nenhuma entrevista.

Além disso, essa mesma versão da matéria continha no fim do texto uma indicação de “*aguarde mais informações*”, o que evidencia que a matéria seria atualizada ao longo do dia. O primeiro conteúdo que foi publicado pelo jornal também não tinha nenhuma imagem. Ao longo dos dois únicos parágrafos, nenhuma fonte foi mencionada na matéria, a não ser as informações vinculadas à corporação que repassou os dados preliminares. A possibilidade de *hiperlinks* relacionando outros conteúdos semelhantes também não foi explorada.

Ao longo do dia, no entanto, a matéria foi atualizada com a última adaptação feita às 23h17, como consta no registro da matéria. Uma nova jornalista assinou a matéria juntamente com o primeiro repórter, o que demonstra a apuração em equipe. Diferente do primeiro conteúdo, que apresentava apenas dois parágrafos de informação, a nova narrativa trouxe quatro parágrafos principais. Além da *Hilux* roubada, o novo link da matéria apresentou a informação de que carro da marca *Up* também tinha sido levado, mas ambos recuperados.

Na nova estrutura textual, um policial que participou da operação explicou como se deu a ação e esclareceu que a informação de uma suposta criança levada pelos assaltantes tinha sido repassada em primeiro momento por testemunhas, mas descartada logo depois. Para ilustrar a matéria, houve a publicação de uma foto de militares inspecionando um dos automóveis recuperados e um vídeo que mostrou a movimentação de viaturas e de policiais após a prisão, todas feitas pela corporação e postadas no grupo de *WhatsApp* com jornalistas.

O novo conteúdo apresentou, ainda, um intertítulo com cinco parágrafos de informação a respeito de outras duas ocorrências policiais. Um caso sobre roubo de residência em Samambaia e outro de perseguição a um carro em Taguatinga. Em ambas as ocorrências, houve a postagem de uma foto para cada caso. Mas, nos dois conteúdos relacionados, não houve entrevistas, apenas referência que a informação foi repassada pela Polícia Militar que, possivelmente, também encaminhou os dados no grupo de *WhatsApp* com jornalistas, mas não se pode afirmar, pois essa parte do conteúdo não foi objeto de análise por não conter erro de informação.

A narrativa analisada, portanto, demonstra que minutos após o compartilhamento da informação por parte da Polícia Militar, o conteúdo foi publicado e disponibilizado para ser acessado, mesmo sem uma aparente checagem ou cruzamento dos dados com outras fontes.

Além disso, antes da publicação da matéria, houve a correção do dado por parte do representante da comunicação da Polícia Militar que atualizou não ter tido vítima. Aparentemente, a equipe de jornalistas alterou o título, mas permaneceu com a indicação que detalhava o roubo a um veículo com uma criança dentro do automóvel. A chamada permaneceu a mesma até a última atualização da notícia, às 23h17 do mesmo dia, 5 de junho de 2018.

A seguir, nesta e em todas as outras reportagens que serão apresentadas neste estudo, a pesquisadora elabora um resumo da análise em quadro. Na estrutura abaixo, se destacam as fontes utilizadas nas matérias, a classificação de cada entrevistado segundo categoria do autor Nilson Lage (2001), além do erro de informação publicado no material jornalístico, conforme está estruturado no quadro 1 a seguir.

Quadro 1 – Tipos de fontes e erro jornalístico na matéria *Bandidos roubam carro e ameaçam levar criança junto no Guará*

Fontes consultadas e classificações	As principais questões abordadas
<p>Na primeira versão da matéria, constava apenas informações repassadas pela Polícia Militar no grupo de <i>WhatsApp</i> com jornalistas (fonte oficial).</p> <p>Após atualização da matéria, dados da Polícia Militar se mantiveram, mas houve o acréscimo da entrevista com um dos policiais que participou da ocorrência (fonte oficiosa).</p>	<p>A primeira versão da matéria tratou apenas da informação de um roubo a veículo ocorrido no Guará com uma criança dentro. Mas a informação principal de uma suposta vítima estava incorreta. O assalto aconteceu, mas os suspeitos não fugiram com uma criança no carro.</p> <p>A primeira informação que fazia referência a uma criança levada foi postada pelo portavoz da comunicação da Polícia Militar às 11h19 de 5 de junho de 2018, mas corrigida às 11h31, antes do conteúdo ser publicado. Às 11h38 a matéria foi divulgada com o texto que fazia referência ao assalto com a criança dentro do carro, mas com o título atualizado que fazia referência à ameaça de se levar uma criança.</p>

Fonte: autoria própria

5.1.1.2 Matéria *Homem mata mulher e comete suicídio em seguida na Asa Sul*” – *Correio Braziliense*

A primeira informação a respeito do caso de uma mulher assassinada pelo marido, na Asa Sul, área do Plano Piloto de Brasília, foi compartilhada pela Polícia Militar no grupo de *WhatsApp* com jornalistas às 21h37 de 6 de março de 2018, depois que uma jornalista indagou sobre um possível crime na região, mas sem saber de forma exata sobre o que se tratava. Depois

de a profissional de imprensa perguntar mais detalhes da ocorrência, a corporação compartilhou a primeira mensagem sobre o fato, mas o texto tratava apenas de informações preliminares: uma mulher vítima de assassinato cometido pelo companheiro que também tentou tirar a própria vida. Nessa primeira versão, a corporação informou que naquele momento bombeiros tentavam socorrer o autor dos disparos e também detalhou que a arma tinha sido apreendida. Três minutos depois, às 21h40, a PM confirmou a morte do homem e explicou que quando o socorro chegou ele ainda respirava, mas não resistiu. Às 21h49 e às 21h52, a corporação atualizou os dados com o ano de nascimento do casal e os nomes deles. Às 21h58 o porta-voz da instituição repassou que ambos deixaram dois filhos de 3 e 4 anos que estavam na casa da avó que ficava no andar de baixo do apartamento onde o crime aconteceu.

A frequência do compartilhamento das mensagens no grupo demonstra o hábito de a corporação compartilhar detalhes dos casos, mesmo que ainda preliminares, e abastecer os jornalistas com informações relativas às ocorrências. A primeira versão da matéria sobre o episódio foi publicada às 21h52, mesmo horário de uma das mensagens postadas no grupo da PM.

A notícia tratou do assassinato da mulher cometido pelo marido e contou que o autor dos disparos também tirou a própria vida. A narrativa ainda divulgou o nome do casal e informou que os filhos de 3 e 4 anos estavam na casa da avó, exatamente conforme repassado pela Polícia Militar. Por fim, a matéria também abordou que a polícia havia isolado a área para perícia. No entanto, verifica-se que a primeira versão da matéria publicada tinha como base apenas as informações repassadas pela Polícia Militar e postadas no grupo. Além disso, identifica-se que, até aquele momento, não havia apuração da equipe de reportagem no local do crime, uma vez que a foto da matéria era uma reprodução da imagem do edifício onde o caso aconteceu a partir de um registro do *Google Maps*.

A última atualização da matéria aconteceu às 10h28 do dia seguinte, em 7 de março de 2018. Contudo, ainda na noite da cobertura, o jornal corrigiu a informação sobre os filhos do casal. Ao contrário do que havia sido informado pela Polícia Militar, a avó das crianças não morava no andar de baixo do casal. Portanto, os filhos estavam em casa quando a mãe foi assassinada pelo pai, mas não presenciaram o crime, porque estavam com a avó na sala — a idosa também morava no mesmo apartamento, diferente da mensagem da Polícia Militar de que os dois apartamentos eram próximos um do outro.

Segundo consta no texto atualizado, após escutar os disparos a avó desceu com os netos para a casa de uma vizinha, o que pode ter gerado o entendimento por parte da corporação

de que aquele lugar seria o local de moradia da avó. Entretanto, ao corrigir o dado, o jornal não atribuiu a primeira informação à Polícia Militar. Apenas houve atualização da mensagem sem que o leitor pudesse perceber alguma modificação na informação específica.

Mas, ainda na noite da cobertura, identifica-se que, após a publicação da matéria, jornalistas compareceram ao local do crime para fazer a cobertura da ocorrência. Esse fato é identificado, pois, além das informações repassadas apenas pela Polícia Militar, houve divulgação de uma entrevista com um vizinho que não quis ser identificado e, também, com o síndico do prédio.

Além disso, o texto fez referência às informações do Corpo de Bombeiros e da Polícia Civil, o que demonstra outras informações oficiais além da inicial repassada pela PM. Contudo, a primeira versão foi construída apenas com os detalhes repassados preliminarmente pela comunicação da Polícia Militar no grupo de *WhatsApp* com jornalistas, conforme os horários de publicação demonstram, assim como a falta de outras fontes citadas na primeira versão da matéria.

Na atualização da matéria ao longo da noite, houve, ainda, a publicação de uma galeria de 11 fotos com o nome de um fotojornalista do veículo, o que reforça o deslocamento da equipe até o local da ocorrência. Além da galeria, foi publicada uma foto em destaque que introduziu a notícia e mostrou a movimentação de policiais dentro do apartamento, o que também indica a presença da equipe de reportagem no local. Mas, mesmo com as atualizações, o título da matéria se manteve o mesmo, assim como o subtítulo do conteúdo.

Quadro 2 – Tipos de fontes e erro jornalístico na matéria *Homem mata mulher e comete suicídio em seguida na Asa Sul*

Fontes consultadas e classificações	As principais questões abordadas
<p>Na primeira versão da matéria constava apenas informações repassadas pela Polícia Militar no grupo de <i>WhatsApp</i> com jornalistas (fonte oficial).</p> <p>Após atualização da matéria, alguns dados da Polícia Militar se mantiveram, mas houve a postagem das versões da Polícia Civil e do Corpo de Bombeiros (fontes oficiais), além de vizinhos (fonte testemunhal) e do síndico do prédio (fonte independente).</p>	<p>A primeira versão da matéria tratou apenas da informação de uma mulher assassinada pelo marido que, logo após cometer o crime, também tirou a própria vida. No entanto, baseada nas informações da Polícia Militar, a matéria apresentou que os dois filhos do casal, de 3 e 4 anos, estavam no andar de baixo do prédio onde morava a avó, mas essa informação estava incorreta.</p> <p>No momento do crime, as crianças estavam com a avó no mesmo apartamento onde tudo aconteceu, mas não presenciaram o caso, porque estavam na sala. Depois de escutar os tiros, a avó desceu com os netos para a casa</p>

	de uma vizinha e pediu ajuda. A idosa morava no mesmo apartamento do casal.
--	---

Fonte: autoria própria

5.1.1.3 Matéria *PM prende traficante com 13 kg de cocaína, avaliados em R\$ 1,3 milhão – Metrópoles*

A primeira informação a respeito da prisão de um traficante com cocaína avaliada em R\$ 1,3 milhão, segundo a Polícia Militar, foi publicada no grupo de *WhatsApp* com jornalistas às 21h30 de 31 de janeiro de 2018. Inicialmente, o major porta-voz responsável pela comunicação social da corporação repassou a ocorrência. Ele disse que equipes da PM tinham apreendido 13 quilos de cocaína, três quilos de crack, uma balança de precisão e R\$ 180 mil em dinheiro, em uma quadra de Ceilândia, a região administrativa mais populosa do Distrito Federal. Quatro minutos depois, às 21h54, o mesmo militar repassou que os 13 quilos de cocaína poderiam chegar a R\$ 1,3 milhão e encaminhou fotos e vídeos da ocorrência.

Quatro minutos depois da última atualização do caso no grupo, o portal *Metrópoles* divulgou a notícia. A primeira versão da matéria entrou no ar às 21h58. O texto resumiu a ocorrência divulgada pela Polícia Militar. A matéria contou sobre a ação da equipe de policiais e apresentou o balanço das drogas, dos valores encontrados e das providências tomadas, como o transporte dos entorpecentes e do suspeito à delegacia. No último parágrafo, a narrativa informou que “até a última atualização desta matéria, a Polícia Militar continuava em diligência”, o que demonstra a publicação do texto antes do desfecho do caso. A última atualização na matéria ocorreu às 22h41, conforme registro da publicação.

Em quatro parágrafos, a matéria apenas apresentou a versão compartilhada no grupo pela Polícia Militar, mas a construção da narrativa se diferenciou do texto repassado pela corporação. Neste caso, fica demonstrado que a jornalista responsável pela matéria reorganizou o texto a partir da relevância dos acontecimentos e, portanto, houve adaptação da mensagem aos critérios jornalísticos de importância. Para ilustrar a matéria, o portal utilizou uma foto enviada pela Polícia Militar no grupo de *WhatsApp* com jornalistas. Além disso, o veículo relacionou outros assuntos de apreensões de droga e prisões de traficantes no texto, como estratégia de informar ao leitor outros casos semelhantes publicados pelo portal.

No entanto, a informação principal da matéria, sobre a apreensão de 13 quilos de cocaína, estava incorreta. Um dia depois da publicação da matéria, a Polícia Civil divulgou o laudo que constatou que o material era uma mistura semelhante a pó de giz e mármore utilizado para misturar na droga, mas não se tratava do entorpecente citado. A Polícia Civil enviou uma

nota de esclarecimento à imprensa por *e-mail*. Na ocasião, além de negar que o pó seria cocaína, conforme repassado pela Polícia Militar, a Polícia Civil também informou que o dinheiro apreendido não poderia ser associado apenas ao tráfico de drogas, porque a família do preso trabalhava em bancas em uma feira de Ceilândia, região administrativa do Distrito Federal. A porção do crack foi confirmada.

Às 12h10 do mesmo dia, 1º de fevereiro de 2018, o portal publicou uma nova matéria com o resultado do exame, mas a primeira notícia baseada nas informações da Polícia Militar se manteve no ar sem alterações. No novo conteúdo, que ganhou o título “*Segundo laudo, pó branco apreendido pela PMDF não é cocaína*”, o veículo apresentou a versão da Polícia Civil. A matéria também lembrou a versão da Polícia Militar, o que demonstra uma tentativa de confronto das duas corporações, uma vez que os conteúdos eram divergentes, embora tenham sido repassados oficialmente por duas instituições.

Ao longo da nova narrativa, o texto apresentou um intertítulo de “*perigo à saúde*”. Nele, a matéria explicou sobre a prática de misturar outros produtos com drogas e os riscos para quem consome. Para atestar a informação, foi divulgada entrevista com um farmacêutico que contextualizou o acréscimo de diversas substâncias em entorpecentes, como ocorre com a maconha, cocaína, crack e *ecstasy*.

A nova notícia trouxe, ainda, um relacionamento por meio de *hiperlink* com a primeira versão da matéria que, até a data desta análise, feita em 4 de março de 2018, estava no ar. Para ilustrar a matéria, foi utilizada uma foto da apreensão dos produtos, feita pela Polícia Militar e compartilhada no grupo de *WhatsApp* com jornalistas, além de um vídeo também retirado do mesmo ambiente.

Na segunda versão da matéria, identifica-se, além das versões oficiais das duas corporações, a fonte *expert* (especialista) — conforme classificação do autor Nilson Lage (2001). Ela contextualiza a problemática e o efeito das drogas e da mistura de outras substâncias aos entorpecentes. Percebe-se, portanto, que, nesta ocasião da segunda notícia, houve uma apuração mais detalhada no sentido de ir além da urgência que o caso impõe

Quadro 3 – Tipos de fontes e erro jornalístico na matéria *PM prende traficante com 13 kg de cocaína, avaliados em R\$ 1,3 milhão*

Fontes consultadas e classificações	Quais as principais questões abordadas
Na matéria com erro de informação constava apenas a versão da Polícia Militar (fonte oficial).	Na primeira matéria a informação era de uma apreensão de 13 quilos de cocaína, avaliados em R\$ 1,3 milhão, segundo versão

<p>Na segunda versão da matéria a respeito do mesmo assunto, mas com o resultado do laudo da Polícia Civil que desmentiu a suspeita de cocaína, houve uma contextualização das versões da Polícia Militar e da Polícia Civil (fontes oficiais). Além disso, a narrativa apresentou entrevista com um especialista que tratou dos riscos das drogas e da mistura de outras substâncias (fonte <i>expert</i>).</p>	<p>apresentada pela Polícia Militar. A notícia também abordou a apreensão de R\$ 180 mil em dinheiro, além de três quilos de crack.</p> <p>No entanto, a substância que seria cocaína, na declaração da Polícia Militar, era, na verdade, um pó de giz e mármore utilizado para misturar na droga, conforme apontou um laudo da Polícia Civil um dia depois da divulgação da notícia pelos principais veículos de comunicação.</p>
--	--

Fonte: autoria própria

5.1.1.4 Matéria *PMDF prende homem apontado como um dos maiores traficantes de Ceilândia – Correio Braziliense*

A matéria do *Correio Braziliense* a respeito do mesmo assunto — apreensão de 13 quilos de cocaína em pó, avaliada em R\$ 1,3 milhão, segundo a Polícia Militar — foi publicada às 22h45 de 31 de janeiro de 2018. A primeira informação a respeito do caso foi divulgada no grupo da Polícia Militar com jornalistas às 21h30, 1h15 antes de o veículo noticiar o caso. Apesar do tempo mais longo, o conteúdo principal não se distinguiu da publicada no site do portal *Metrópoles* que postou a notícia minutos após a última informação sobre o caso ter sido compartilhada pela corporação no grupo de *WhatsApp*. Demonstra, portanto, que em certas ocasiões maior tempo entre a notícia compartilhada no canal de *WhatsApp* e publicada pelo veículo de imprensa não é garantia de apuração mais aprofundada.

Semelhante ao que foi compartilhado pelo portal *Metrópoles*, a notícia do *Correio Braziliense* demonstra que o conteúdo jornalístico foi elaborado com base, apenas, na versão da Polícia Militar, sem que houvesse outras fontes. A última atualização da matéria ocorreu às 22h58, 13 minutos após a primeira postagem da notícia.

A construção do texto também não apresentou novidades, além das informações presentes na mensagem da corporação, mas se identifica uma reconfiguração na disposição do conteúdo no sentido de contemplar primeiro os detalhes mais importantes atendendo aos critérios de noticiabilidade jornalística.

No entanto, outros detalhes destoam da versão apresentada pela Polícia Militar. É o caso do título da matéria. Nas informações compartilhadas pela corporação não houve indicação de que o homem preso seria “*um dos maiores traficantes de Ceilândia*”, como apontado pela matéria, o que demonstra uma interpretação por parte da jornalista que assina a narrativa com base nas informações repassadas no grupo.

Por outro lado, a notícia apresenta mais detalhes, como um cálculo feito pela matéria a partir dos valores repassados pela Polícia Militar de quanto seria vendida a cocaína e o *crack*. A corporação informou apenas que a suposta cocaína estava avaliada em R\$ 1,3 mil. Mas a matéria apresentou os preços da outra droga e informou que “*somando as drogas e o dinheiro, a apreensão pode ultrapassar a marca de R\$ 1,5 milhão*”. Contudo, o veículo cometeu o mesmo equívoco do portal *Metrópoles*. O veículo tratou uma das drogas como cocaína, conforme repassado pela Polícia Militar, enquanto, na verdade, o laudo da Polícia Civil desmentiu a versão.

Apesar de usar como base as informações repassadas pela corporação, a matéria do *Correio Braziliense* e do *Metrópoles* se diferem em alguns aspectos. Enquanto a do portal de notícias tratou que o homem tinha sido levado à 19ª Delegacia de Polícia, o segundo veículo que possui a marca do jornal impresso informou que o preso tinha sido encaminhado à 23ª Delegacia de Polícia. Além disso, o *Metrópoles* apresentou o valor de R\$ 170 mil encontrados na casa do homem e o *Correio Braziliense* informou R\$ 180 mil. Ao conferir os dados com a mensagem enviada pela Polícia Militar, a pesquisadora constata que o site *Correio Braziliense* retratou os dados repassados pela Polícia Militar no grupo de *WhatsApp*, mas a divergência nas informações sugere as deficiências do tratamento da notícia pelos canais de comunicação, o que acarreta em desinformação pública.

No entanto, apesar de o *Correio Braziliense* publicar as informações mais consolidadas a partir da versão da Polícia Militar, o jornal não corrigiu a notícia da falsa droga. O resultado do laudo repassado pela Polícia Civil não foi objeto de nova matéria nem se atualizou a informação na primeira postagem acerca do assunto. Demonstra, portanto, que houve desconsideração com a segunda versão oficial atualizada.

A matéria com erro estava disponível para ser acessada até a data desta análise, 4 de março de 2018. Para a pesquisadora, torna explícito, portanto, que o papel social do jornalismo, de informação ao público, se rompeu a partir do momento em que o objeto principal, a notícia, foi tratada sem de fato representar o que aconteceu. Para ilustrar a matéria, o veículo utilizou uma foto e um vídeo repassados pela Polícia Militar.

Quadro 4 – Tipos de fontes e erro jornalístico na matéria *PMDF prende homem apontado como um dos maiores traficantes de Ceilândia*

Fontes consultadas e classificações	Quais as principais questões abordadas
A matéria foi construída apenas com a versão da Polícia Militar repassada no grupo de	A matéria abordou a apreensão de 13 quilos de cocaína e 3 quilos de crack, além de R\$

<p><i>WhatsApp</i> com jornalistas (fonte oficial) sem que outras pessoas e órgãos fossem citados no texto.</p>	<p>180 mil em dinheiro na casa de um homem que seria um “<i>suposto traficante de drogas</i>”, segundo abordagem do veículo.</p> <p>No entanto, laudo da Polícia Civil desmentiu que a substância em pó seria, de fato, entorpecente e alegou que o dinheiro não podia ser associado a um suposto tráfico, porque a família do homem trabalhava em bancas de uma feira de Ceilândia.</p> <p>Apesar da versão da Polícia Civil, a matéria não foi atualizada com a nova informação nem houve a postagem de um novo conteúdo corrigindo a primeira versão baseada nas informações da Polícia Militar.</p>
---	---

Fonte: autoria própria

5.1.1.5 Matéria *Traficante que escondia droga sob cama de criança é preso em Ceilândia, no DF – GIDF*

A matéria sobre a apreensão de 13 quilos falsos de cocaína também foi tratada pelo portal *GIDF*. Apesar de publicar o erro, a notícia se difere em vários aspectos da analisada pelos outros veículos, tanto pelo portal *Metrópoles*, quanto pelo *Correio Braziliense*. A primeira diferença se refere à data da postagem. A publicação da narrativa só aconteceu às 7h01 do dia 1º de fevereiro de 2018, ou seja, quase 10 horas depois do compartilhamento da informação pela Polícia Militar no grupo de *WhatsApp* com jornalistas em 31 de janeiro de 2018.

Além disso, apesar de o texto se basear no conteúdo oficial repassado pela corporação por meio do grupo de *WhatsApp*, a notícia apresentou entrevista com um dos militares que participou da ocorrência, o que não aconteceu nos outros jornais analisados.

Por fim, a narrativa detalhou informações diferentes das postadas nos outros veículos, como onde estava a droga (escondida debaixo da cama de uma criança), a localização de um caderno de anotação e a informação de que o homem preso teria recebido a droga recentemente para revender durante o período do carnaval. Demonstra, portanto, que apesar de a notícia ser a mesma, a abordagem diferenciada só foi possível em razão de uma apuração mais detalhada, como a entrevista com o policial.

No entanto, apesar dos pontos destacados em relação às outras reportagens, um aspecto se assemelha em todas elas: a falta de outras versões nas reportagens. Observa-se que nas três reportagens o ponto de partida para a construção da notícia é a mensagem compartilhada pela Polícia Militar no grupo de *WhatsApp*. Isso ocorre mesmo na matéria do *GIDF* que, apesar de conter a entrevista com um militar da corporação, não aborda outras fontes, como a Polícia

Civil ou o delegado responsável pela investigação. Se esse enfoque fosse realizado, provavelmente poderia já ser descartada a possibilidade de a substância ser cocaína e, portanto, minimizaria o impacto da notícia, uma vez que o diferencial era o peso e o valor que a suposta droga renderia — R\$ 1,3 milhão, segundo detalhes repassados pela Polícia Militar.

Em uma matéria de seis parágrafos, o portal apresentou detalhes da dinâmica da apreensão, abordou mais informações sobre a ocorrência e contou que o homem preso foi levado à 23ª Delegacia de Polícia. O material foi atualizado às 8h34 do mesmo dia. Para ilustrar o texto, jornalistas publicaram uma foto compartilhada pela corporação no grupo de *WhatsApp* e também utilizaram um vídeo que mostra o momento da abordagem dos policiais. A matéria ainda destacou que a cama utilizada para esconder os entorpecentes seria do filho do homem que assumiu a propriedade da droga. O texto também explicou em quantos sacos a carga estava dividida.

No entanto, assim como nas outras matérias, o *GIDF* também errou ao noticiar os 13 quilos de cocaína. A versão correta só foi publicada às 14h34 do mesmo dia, após a Polícia Civil encaminhar uma nota de esclarecimento à imprensa por *e-mail*. Com o título “*‘Não há cocaína nos 13 kg de pó apreendidos’, diz Polícia Civil sobre ‘droga’ encontrada pela PMDF*”, a nova versão da matéria abordou o resultado do laudo que desmentiu se tratar de entorpecente.

Para auxiliar a compreensão do caso por parte do leitor, o *GIDF* utilizou *hiperlink* ao relembrar a ocorrência e direcionou o leitor para a primeira matéria que tratava da informação da droga, mas não houve mudanças nem ajustes no primeiro texto sobre os 13 quilos de cocaína. A narrativa permaneceu a mesma até a análise desta matéria, que aconteceu em 4 de março de 2018.

Por fim, ao relembrar o caso na nova versão da matéria, o portal utilizou parte da entrevista com o policial militar que participou da ocorrência e contou que a carga estava escondida na cama de uma criança. No entanto, não houve novas entrevistas nem a versão de algum policial civil que pudesse explicar o que seria a consistência do material.

Para ilustrar a nova versão da matéria, o portal utilizou da mesma foto do primeiro texto, uma reprodução da imagem postada pela Polícia Militar no grupo de *WhatsApp*.

Quadro 5 – Tipos de fontes e erro jornalístico na matéria *Traficante que escondia droga sob cama de criança é preso em Ceilândia, no DF*

Fontes consultadas e classificações	Quais as principais questões abordadas
A primeira versão da matéria abordou informações repassadas pela Polícia Militar	Embora a matéria também contivesse erro ao informar que policiais militares tinham

<p>(fonte oficial), mas também apresentou entrevista com um dos militares que participou da ocorrência (fonte oficiosa).</p> <p>Na segunda versão da matéria que apresentou o resultado do laudo da Polícia Civil, constavam apenas informações da nota oficial da corporação (fonte oficial). Ao lembrar o caso na matéria, o portal publicou um trecho da entrevista do policial militar que atuou na ocorrência, mas as mesmas aspas já estavam na primeira matéria sobre o caso (fonte oficiosa).</p>	<p>apreendido 13 quilos de cocaína — quando, na verdade, era uma substância branca para misturar na droga —, o texto apresentou mais detalhes da ação dos policiais e conteúdo mais completo de onde estava o material e de que forma ele foi encontrado.</p> <p>Após a Polícia Civil informar o resultado do laudo, o portal publicou uma nova versão da matéria com a resposta oficial da corporação e relacionou o conteúdo com a primeira versão que abordava sobre a droga. Mas não houve nenhum outro detalhe a respeito da ocorrência.</p>
---	---

Fonte: autoria própria

5.1.1.6 Matéria *Motorista é morto e passageiro fica ferido em novo tiroteio em Ceilândia – Correio Braziliense*

A primeira informação a respeito de um tiroteio em Ceilândia foi repassada pela Polícia Militar às 15h09 de 13 de janeiro de 2018. Inicialmente o texto informava que o motorista de um veículo tinha se aproximado de outro carro e efetuado diversos disparos. Segundo a corporação, o condutor do automóvel alvejado não tinha resistido. A instituição detalhou, ainda, que um segundo homem correu para fugir da situação, mas acabou capturado pela Polícia Civil. Minutos depois, às 15h20, o plantão da PM repassou o endereço de onde tudo aconteceu.

Vinte e um minutos após a primeira divulgação do fato no grupo de *WhatsApp* com jornalistas, às 15h30, o *site* do jornal *Correio Braziliense* publicou a notícia. Em dois parágrafos, o veículo descreveu a ocorrência repassada pela Polícia Militar, mas com mudanças de ordem de estrutura textual. Com base no conteúdo divulgado pela PM, o veículo informou a morte do motorista que foi alvo dos disparos e a captura do segundo suspeito pela Polícia Civil. Mas, além da informação repassada pela corporação, nenhuma outra fonte foi citada na matéria, apesar de a notícia lembrar os casos de violência na região em uma semana. O início do primeiro parágrafo da matéria apontou outros casos de criminalidade semelhantes, uma vez que o fato aconteceu em menos de 24 horas depois de uma troca de tiros em um posto de gasolina, também em Ceilândia.

Contudo, ao contrário do que foi repassado pela Polícia Militar, o motorista atingido pelos disparos não tinha falecido na hora do crime e chegou a ser socorrido ao hospital. Às 16h02 e 16h04 a corporação corrigiu a informação no grupo. Inicialmente a Polícia Militar ressaltou que “*não houve óbito no caso dos dois homens baleados dentro do veículo, mais*

informações chegaram a (sic) pouco”. Como complemento, a instituição reforçou que o homem tinha levado dois tiros na cabeça, um no braço e estava em “*estado gravíssimo*”. Após a correção do dado, a matéria também foi ajustada. A última atualização do conteúdo, feita às 18h51, trouxe o nome das vítimas e reforçou que o motorista de 19 anos morreu no Hospital Regional de Ceilândia (HRC).

Apesar de garantir a morte da vítima durante a noite, as alterações feitas na notícia indicam que na medida em que as informações eram publicadas no grupo da Polícia Militar com jornalistas, a matéria também era complementada. Sem outras fontes citadas na narrativa jornalística, identifica-se que, inicialmente, o texto se baseou na primeira notícia divulgada pela instituição que tratava da morte do homem. No momento em que a corporação negou o óbito, o jornal também ajustou o dado na narrativa. Mas, ao fim, o próprio veículo confirmou a morte da vítima e decidiu retornar com a informação.

Ao ajustar a notícia com base nas informações transmitidas pela Polícia Militar, jornalistas retiraram o título que indicava a morte e mudaram para “*Motoristas e passageiros são atingidos em novo tiroteio em Ceilândia*”. Mas não retomaram a chamada com a notícia da morte, mesmo ela tendo sido confirmada depois.

O subtítulo também não fez nenhuma menção ao óbito posteriormente, diferente do acontecido na primeira versão da matéria. Assim que a primeira versão da matéria foi ao ar a descrição era “*um veículo atravessou um cruzamento e abriu fogo contra a vítima, que morreu na hora. A Polícia Civil investiga o caso*”. Depois, o trecho foi atualizado para “*um veículo atravessou um cruzamento e abriu fogo contra a vítima. A Polícia Civil investiga o caso*”.

As sucessivas mudanças demonstram a confiança em apenas uma das versões oficiais, a repassada pela Polícia Militar no grupo de *WhatsApp* com jornalistas, sem que outras pessoas ou órgãos sejam citados no conteúdo, como Secretaria de Saúde ou a Polícia Civil, responsável pela investigação do caso.

Além disso, torna-se explícita a passividade da equipe em esperar a resposta da fonte no grupo e modificar o texto na medida em que uma atualização é repassada. Portanto, permanece a prática do chamado jornalista sentado (PEREIRA, 2004). Por fim, a matéria foi ilustrada com uma foto do carro baleado compartilhada pela Polícia Militar.

Quadro 6 – Tipos de fontes e erro jornalístico na matéria *Motorista é morto e passageiro fica ferido em novo tiroteio em Ceilândia*

Fontes consultadas e classificações	Quais as principais questões abordadas
A matéria apenas se baseou em informações postadas pela Polícia Militar no grupo de <i>WhatsApp</i> com jornalistas (fonte oficial)	A matéria apresentou a notícia de um tiroteio que, inicialmente, teria matado um motorista. Depois que a Polícia Militar atualizou a informação, o jornal também ajustou o conteúdo e mencionou que ele estava em estado grave. Mas, depois, a notícia confirmou o óbito do jovem de 19 anos no hospital.

Fonte: autoria própria

5.1.1.7 Matéria *Motorista é morto a tiros em cruzamento de Ceilândia – Metrôpoles*

A primeira versão da notícia sobre a morte do motorista em Ceilândia após tiroteio foi publicada às 15h47 de 13 de janeiro de 2018, 38 minutos após a Polícia Militar repassar a informação no grupo de *WhatsApp* com jornalistas. Em uma construção de quatro parágrafos, o veículo tratou a dinâmica do crime e, no último parágrafo, contextualizou a violência em Ceilândia, região administrativa com maior número de habitantes no Distrito Federal, mas a informação factual só ocupou os três primeiros parágrafos.

Com base no conteúdo disponibilizado pela corporação, o portal apresentou que “o condutor do carro alvejado morreu no local”. Com o título “*motorista é morto a tiros em cruzamento de Ceilândia*”, a matéria apresentou o que aconteceu com base na informação divulgada pela Polícia Militar no grupo de *WhatsApp* restritos a jornalistas.

No entanto, logo depois da atualização do dado pela corporação, ocorrido às 16h02 e às 16h04, o veículo também ajustou a informação. Com um parágrafo a mais, a notícia retratou a versão de um dos baleados com base no que disse a Polícia Militar. A matéria ainda abordou que o condutor do carro tinha sido atingido três vezes, sendo duas na cabeça e uma na barriga, diferente do que informou o *site Correio Braziliense*. O primeiro veículo analisado apresentou a informação de “*aproximadamente dois tiros*”.

Ao corrigir a informação da morte do motorista, o portal *Metrôpoles* apenas substituiu o conteúdo, acrescentando que a vítima estava em estado gravíssimo e que tinha sido levada ao Hospital Regional de Ceilândia, assim como outra pessoa atingida pelos disparos e que também estava no carro. Ao atualizar a matéria, o portal não fez errata nem atribuiu o equívoco à Polícia Militar.

Diferente do *Correio Braziliense*, que posteriormente confirmou o óbito da vítima e acrescentou a informação no conteúdo, fica evidente que o portal *Metrôpoles* não acompanhou

o estado de saúde do baleado, pois a informação do ferimento permaneceu até a data desta análise.

Porém, a matéria contextualizou que a cidade onde o tiroteio aconteceu, assim como outras três outras localizadas em Brasília, tinha sido acrescentada em uma lista de risco elaborada pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos que indicava esses locais como endereços perigosos. Indica, portanto, que embora a matéria tenha sido construída apenas com a versão oficial da Polícia Militar, sem a publicação de outras fontes envolvidas no caso, como a Polícia Civil, responsável pela investigação, e a Secretaria de Saúde, que poderia apresentar o estado do paciente com mais precisão, a notícia buscou contextualizar o cenário da violência na região naquela semana específica. O veículo utilizou de *hiperlinks* para direcionar o leitor às outras informações citadas.

Quadro 7 – Tipos de fontes e erro jornalístico na matéria *Motorista é morto a tiros em cruzamento de Ceilândia*

Fontes consultadas e classificações	Quais as principais questões abordadas
Na matéria apenas consta a versão oficial da Polícia Militar (fonte oficial). Nenhuma outra fonte é citada na matéria, nem mesmo as demais declarações oficiais ou de familiares das vítimas.	A notícia abordou um tiroteio em Ceilândia que deixou, a princípio, duas pessoas feridas, mas, inicialmente, a Polícia Militar informou que o motorista de um carro tinha morrido e o veículo replicou a mesma mensagem, mas ele havia sido socorrido ao hospital e falecido após ter dado entrada na unidade de saúde.

Fonte: autoria própria

5.1.2 Matérias com informações originadas no grupo Sala de Imprensa PMDF e Infos Operacionais — CBMDF

Além do grupo da Polícia Militar com jornalistas, o Corpo de Bombeiros também possui um contato direto em rede com profissionais da imprensa. Criado em 11 de maio de 2015, o primeiro ambiente reunia, até 14 de março de 2018, 250 participantes, entre jornalistas e bombeiros. Em 16 de abril de 2018, porém, a corporação reformulou o acesso pelo *WhatsApp* com jornalistas e atualizou o grupo. Em 16 de maio de 2018, havia 156 participantes que precisaram encaminhar um *e-mail* à comunicação da corporação com os dados de nome, veículo o qual trabalha e telefone para permanecer com contato. Em 11 de abril de 2019, eram 207 participantes.

As informações que circulam no canal vão desde o socorro a acidentes de trânsito até vítimas de disparos de arma de fogo atendidas pela corporação. Os dois horários com maior

fluxo de mensagens são no período da manhã, entre os horários de 6h até por volta das 11h, e no fim da tarde, a partir das 17h30. Embora não haja nenhuma comprovação atestada, a observação da pesquisadora vai ao encontro que esses horários são os mais movimentados nas ruas do Distrito Federal e, portanto, com mais probabilidade de registros de acidentes e outros episódios que ensejam na atuação dos militares do Corpo de Bombeiros.

Nesta seção, portanto, entram as análises de matérias que surgiram nos dois ambientes: grupo de jornalistas com policiais e de jornalistas com bombeiros. Observa-se que, em algumas ocasiões, as primeiras informações acerca da ocorrência são divulgadas ou no grupo da Polícia Militar ou no do Corpo de Bombeiros.

5.1.2.1 Matéria *PMs sofrem acidente em Pajero da corporação na BR-020 – Correio Braziliense*

A primeira informação que deu origem a matéria sobre um acidente com uma viatura da Polícia Militar circulou no grupo de *WhatsApp* do Corpo de Bombeiros com jornalistas. Inicialmente, às 14h57 de 16 de janeiro de 2018, um jornalista perguntou a respeito da ocorrência. Um minuto depois um dos representantes da corporação informou que a equipe estava se deslocando para o local do fato e, às 15h02, disse que havia duas vítimas, mas ainda não tinha detalhes. Ao chegar ao local, o militar compartilhou mais dados sobre o caso. Às 15h43 ele encaminhou mais informações a respeito e às 15h44 enviou fotos da viatura capotada. Mas a primeira versão da matéria entrou no ar às 15h15 com informações ainda gerais sobre o caso, 13 minutos após as primeiras informações. A medida em que equipes atualizavam a ocorrência, a notícia também era atualizada com mais dados.

De forma paralela ao que era enviado no grupo do Corpo de Bombeiros, jornalistas passaram a pedir atualização da ocorrência no grupo da Polícia Militar. A primeira mensagem de pedido de informação foi postada por uma profissional de comunicação às 15h17 e, logo depois, às 15h21 o plantão da comunicação social repassou que apurava os detalhes para serem encaminhados de forma completa. Às 16h06 a corporação repassou conteúdo acerca do caso. Explicou a dinâmica do acidente, divulgou os nomes dos militares que estavam no veículo e o estado de saúde deles. Na mensagem, a corporação detalhou que um dos policiais havia sofrido traumatismo craniano. Disse, ainda, que ele estava inconsciente e instável.

Dez minutos depois, às 16h16, a notícia foi atualizada com os detalhes enviados pela Polícia Militar. Além da PM, o Corpo de Bombeiros também confirmou o traumatismo craniano em mensagem às 16h29.

Com trechos publicados na íntegra, o site de notícias atualizou o estado de saúde das vítimas com base nas mensagens postadas pelas corporações. Mas, ao contrário do informado, um dos policiais ferido não havia sido diagnosticado com traumatismo craniano, mas, sim, com fratura de mandíbula. A informação só foi atualizada pela Polícia Militar no grupo com jornalistas às 19h19 do mesmo dia, pouco mais de três horas depois da primeira mensagem postada que confirmava o grave estado de saúde do militar.

A primeira versão da matéria apenas fazia menção ao estado de saúde dos policiais com base na mensagem divulgada pela corporação, o que demonstra a suposta falta de checagem da informação com outros órgãos envolvidos no caso, como a Secretaria de Saúde que poderia repassar atualizações precisas a respeito do paciente, ou com a família do policial que poderia informar detalhes precisos sobre a condição do policial.

A sequência de mensagens enviadas ao grupo e postadas pelo veículo de imprensa revela poucas mudanças na estrutura textual jornalística. Na mensagem divulgada pela PM constava que um dos policiais *“teve um corte na cabeça e uma possível fratura na perna”*, mas que ele estava *“consciente e estável e foi conduzido ao HRP”*. Em relação ao outro militar, o conteúdo informava que *“o outro policial teve traumatismo craniano encefálico, está inconsciente e instável, foi transportado ao HRS e está sendo transferido ao Hospital de Base”*.

Na notícia postada no veículo *on-line*, dizia que *“segundo informações da comunicação da Polícia Militar, um sargento teve escoriações, um corte na cabeça e uma possível fratura na perna”* e continuava ao dizer que ele *“foi levado para o Hospital Regional de Planaltina”*. O veículo seguiu explicando que *“o outro policial sofreu traumatismo crânio encefálico, está inconsciente e instável”*. O parágrafo terminou com a indicação de que *“socorristas o levaram para o Hospital Regional de Sobradinho, mas será transferido para o Hospital de Base do Distrito Federal”*.

As poucas alterações indicam que o jornalista responsável pelo conteúdo apenas dispôs no texto as informações retiradas da mensagem enviada pela corporação no grupo de *WhatsApp*. Além disso, o próprio lide da matéria pouco se diferencia do texto enviado pela instituição. Enquanto a mensagem da corporação dizia que *“uma viatura da PM capotou na BR-020, km 10, na altura do Supermercado Dia-a-Dia, na tarde desta terça-feira (16)”*, o texto jornalístico informava que *“uma Pajero do 13º Batalhão da Polícia Militar capotou na BR-020, sentido Planaltina, por volta das 15h desta terça-feira (16/1). O acidente aconteceu na altura do Supermercado Dia a Dia”*.

A foto publicada junto da matéria é do Corpo de Bombeiros, o que indica que a equipe também não foi deslocada ao endereço para apurar mais detalhes. A Polícia Civil, responsável pela investigação em casos de acidentes com feridos, também não é citada no texto.

Após atualização do estado de saúde do policial pela corporação, o jornal também ajustou a informação. Mas, em vez de indicar a mudança ao leitor, apenas substituiu a informação. A atualização também ocorreu após a nova versão do texto enviado pela Polícia Militar que corrigiu o diagnóstico de traumatismo craniano. Por supostamente não ter procurado outras fontes envolvidas no caso, o veículo sequer saberia o verdadeiro estado de saúde do paciente.

Quadro 8 – Tipos de fontes e erro jornalístico na matéria *PMs sofrem acidente em Pajero da corporação na BR-020*

Fontes consultadas e classificações	Quais as principais questões abordadas
Não há entrevistas nem menção a outros órgãos além das forças de segurança pública. A matéria foi construída apenas com informações repassadas no grupo de <i>WhatsApp</i> da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros (fontes oficiais)	A notícia abordou um acidente com uma viatura da Polícia Militar que deixou dois policiais feridos, mas na primeira versão constava que uma das vítimas tinha sofrido traumatismo craniano — com base no que foi informado pela Polícia Militar —, mas o paciente teve uma fratura na mandíbula. A informação só foi atualizada depois que a corporação também enviou uma mensagem corrigindo a primeira versão.

Fonte: autoria própria

5.1.2.2 Matéria Viatura da PM capota na BR-020 e dois policiais ficam feridos – Metrôpoles

A primeira versão da matéria sobre o acidente com um carro da Polícia Militar entrou no ar no site do portal *Metrôpoles* às 15h30, antes mesmo de o Corpo de Bombeiros enviar dados mais consolidados a respeito do caso. A corporação só repassou atualizações a respeito da ocorrência a partir das 15h43, mas antes disso circulavam algumas informações preliminares acerca da dinâmica do acidente no grupo. Em razão das mensagens compartilhadas, uma hipótese é que a notícia tenha sido construída a partir desses dados iniciais. Reforça essa suspeita a indicação de “*aguarde mais informações*” no fim da matéria e mantida até a data da última consulta, ocorrida em 28 de fevereiro de 2018. Sendo assim, a matéria entra como objeto de análise, uma vez que as informações não se diferem das outras reportagens construídas a

partir dos dados enviados no grupo de *WhatsApp* e teve como base o mesmo canal de informação.

Observa-se que, além de também confirmar o estado de saúde de traumatismo craniano relacionado a um dos policiais — confirmado em mensagens postadas pela Polícia Militar às 16h06 e pelo Corpo de Bombeiros às 16h29 —, o portal ainda informou que a viatura era do 14º Batalhão da Polícia Militar, diferente do publicado pelo jornal *Correio Braziliense* que indicou o 13º Batalhão da Polícia Militar. Nenhuma das corporações, no entanto, repassou esse detalhe nos grupos de *WhatsApp* com jornalistas. Indica, portanto, uma falha no processo de apuração de um dos dois veículos que, em grande parte das vezes, reféns do conteúdo que circula nesses ambientes, apenas reproduzem os textos postados pelas corporações. Portanto, o critério informativo fica prejudicado, uma vez que a informação transmitida com erro ao público desinforma mais do que esclarece.

Assim como o site do *Correio Braziliense*, a notícia do portal *Metrópoles* se ateuve somente às versões oficiais repassadas nos grupos. A matéria não apresentou nenhuma entrevista com representante dessas forças de segurança nem abordou o posicionamento de outros órgãos que poderiam ser recorridos, como a Secretaria de Saúde e a Polícia Civil, responsável pela investigação. Mas, diferente da primeira matéria analisada sobre o caso, embora a notícia do portal tenha sido construída a partir das informações postadas no grupo de *WhatsApp* com jornalistas, a construção do texto não se resumiu à reprodução das mensagens da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros.

Na matéria em questão houve informações da dinâmica do acidente e do trajeto que o veículo fez até capotar. A narrativa também detalhou os ferimentos das vítimas, mas dentro de regras jornalísticas priorizou primeiro o estado de saúde da pessoa mais grave. Além disso, a matéria publicou um vídeo, mas as imagens são da viatura já capotada feitas quando o socorro chegou e não do momento em que o acidente aconteceu.

No último parágrafo, o portal mencionou que o militar transferido para outro hospital não tinha conseguido atendimento na primeira unidade de saúde por falta de médicos. No entanto, a notícia é tratada como “*de acordo com denúncias que chegaram ao Metrópoles*”. Ou seja, indica que o repórter não se limitou à reprodução do conteúdo transmitido via *WhatsApp*, mas, provavelmente, também não procurou outras fontes que poderiam confirmar a ausência de profissionais de saúde, como a família do paciente. Novamente, a Secretária de Saúde não é mencionada no texto.

Quanto à atualização do estado de saúde do paciente, embora a Polícia Militar tenha corrigido a informação em novo texto compartilhado no grupo de *WhatsApp* às 19h19 do mesmo dia, a matéria manteve que o paciente tinha sofrido traumatismo craniano.

Portanto, diferente do primeiro conteúdo analisado do site do *Correio Braziliense*, que corrigiu o dado após a manifestação da corporação, o portal *Metrópoles* manteve a informação. Além disso, a indicação de “*aguarde mais informações*” ao fim da matéria permaneceu pelo menos até 28 de fevereiro de 2018, data da última consulta, mas a última atualização da notícia ocorreu às 17h40, conforme consta no alto da página do texto jornalístico, duas horas depois da primeira versão postada no site.

Quadro 9 – Tipos de fontes e erro jornalístico na matéria *Viatura da PM capota na BR-020 e dois policiais ficam feridos*

Fontes consultadas e classificações	Quais as principais questões abordadas
A matéria foi publicada apenas com as versões da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros (fontes oficiais). A notícia não publicou a versão de outros órgãos, como a Secretaria de Saúde, que poderia confirmar com precisão o estado de saúde da vítima, e a Polícia Civil, responsável pela investigação.	A notícia noticiou um acidente com uma viatura da Polícia Militar que levava dois policiais a bordo. Os militares ficaram feridos, mas a matéria informou que um deles tinha sofrido traumatismo craniano quando o diagnóstico era de fratura na mandíbula.

Fonte: autoria própria

5.1.2.3 Matéria *Carro da PM capota sozinho na BR-020, no DF, e deixa dois feridos graves* – *GIDF*

Assim como as matérias dos outros dois veículos analisados, o portal *GIDF* também reproduziu o mesmo erro. Com base nas informações repassadas pela Polícia Militar e pelo Corpo de Bombeiros, o *GIDF* noticiou que um dos policiais feridos tinha sofrido um traumatismo craniano. Mas, diferente dos outros conteúdos, o portal divulgou a primeira versão da matéria às 16h42, uma hora depois que as corporações tinham repassado os dados no grupo de *WhatsApp* com jornalistas. Mas, mesmo com maior tempo entre a divulgação do fato pelas fontes de informação e a publicação da matéria, a notícia pouco se diferenciou das demais apresentadas pelo jornal *Correio Braziliense* e portal *Metrópoles*.

Constam da matéria as versões oficiais das duas corporações. No entanto, além de apenas reescrever parte das mensagens encaminhadas pela Polícia Militar e pelo Corpo de Bombeiros, o portal citou em aspas trechos das informações retiradas no grupo de *WhatsApp* com jornalistas e as relacionou como dados repassados pelas instituições. Mesmo sem citar

nenhuma outra fonte na matéria, o texto apresentou ainda um intertítulo com as memórias dos acidentes envolvendo carros oficiais da Polícia Militar, bem como o número de mortos e feridos.

Uma hora depois da primeira versão publicada, a notícia foi atualizada, o que aconteceu às 17h39 do mesmo dia. Portanto, o erro da informação se manteve. O portal, assim como o *Metrópoles*, não atualizou o estado de saúde do policial que, em vez de ter sido socorrido com traumatismo cranioencefálico, conforme noticiou os três maiores veículos de imprensa do Distrito Federal, foi diagnosticado com fratura na mandíbula, informação atualizada posteriormente pela Polícia Militar no mesmo canal de informação.

Mas, em todos os três conteúdos analisados, prevalecem a construção de textos baseados apenas e exclusivamente em dados repassados pelas corporações em um ambiente de troca de mensagens com jornalistas. Neste caso, com mais ou menos tempo de apuração, o resultado foi o mesmo: falta de checagem da informação e cruzamento dos dados com outras fontes envolvidas no assunto.

Quadro 10 – Tipos de fontes e erro jornalístico na matéria *Carro da PM capota sozinho na BR-020, no DF, e deixa dois feridos graves*

Fontes consultadas e classificações	Quais as principais questões abordadas
A matéria foi construída apenas com a versão da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros (fontes oficiais). Além de citá-los em texto direto, a notícia também usou trechos em aspas para marcar a informação das corporações. No entanto, nenhuma outra fonte foi citada.	A notícia trata de um acidente com um carro da Polícia Militar que capotou com dois servidores. A matéria abordou que um deles tinha sofrido traumatismo craniano, com base nas informações repassadas pela corporação e pelo Corpo de Bombeiros, mas ele teve fratura na mandíbula.

Fonte: autoria própria

5.1.3 Análise das matérias publicadas em 2018

Do total das 10 matérias publicadas ao longo de 2018 com erro de informação que surgiram a partir de conteúdos divulgados em grupos de *WhatsApp* entre fontes de segurança pública do Distrito Federal e jornalistas, cinco são do site *Correio Braziliense*; três do portal *Metrópoles* e duas da plataforma de mídia do *GIDF*. No entanto, três coberturas a respeito do mesmo assunto são comuns a mais de um veículo de comunicação. São a matéria do dia 31 de janeiro de 2018 sobre um traficante preso com 13 quilos de suposta cocaína, publicadas pelas três mídias; a notícia de um acidente com uma viatura da Polícia Militar em 16 de janeiro de 2018, também divulgada por cada um dos sites analisados; e o caso de um motorista morto em tiroteio em 13 de janeiro de 2018, comum ao *Correio Braziliense* e ao *Metrópoles*.

Na maior parte das análises, identifica-se que o texto da mensagem repassado pelas corporações no grupo de *WhatsApp* como informação é a notícia central publicada pelos veículos de mídia. Em algumas narrativas jornalísticas, há diferenças na disposição hierárquica dos fatos, no sentido de contemplar primeiro os detalhes mais importantes atendendo aos critérios de noticiabilidade, mas as primeiras versões das reportagens pouco avançam no sentido de ir além da mensagem oficial. Raramente outras fontes são tratadas na primeira matéria, não há dados diferentes dos que foram repassados na mensagem transmitida pelos informantes nem se aprofunda a discussão para procurar elementos novos ou inéditos referentes à ocorrência.

Das 10 matérias analisadas, seis corrigiram o erro de informação após atualização do conteúdo por parte de uma das fontes oficiais também pelo mesmo canal de *WhatsApp*. O *Correio Braziliense* corrigiu quatro das cinco reportagens. Das três matérias do *Metrópoles*, o portal atualizou uma delas e corrigiu, em parte, a segunda que tratava da morte de um motorista atingido por disparos em um cruzamento em Ceilândia. O *GIDF*, por sua vez, corrigiu uma das duas matérias publicadas.

Ao longo do estudo de 2018, percebe-se que em duas coberturas referentes ao mesmo caso, sendo uma matéria publicada pelo site *Correio Braziliense* e outra pelo portal *Metrópoles*, os veículos de informação divergiram sobre detalhes da ocorrência repassados pelas fontes de informação.

Uma das matérias trata de um homem preso suspeito de estar com 13 quilos de suposta cocaína — que, depois, se confirmou não ser entorpecente —, publicada por ambos os veículos em 31 de janeiro de 2018. Enquanto o *Metrópoles* divulgou que o preso tinha sido levado à 19ª Delegacia de Polícia (Setor P Norte — Ceilândia), o *Correio Braziliense* informou que o homem tinha sido encaminhado à 23ª Delegacia de Polícia (Setor P Sul — Ceilândia),

localidades diferentes na mesma região administrativa do Distrito Federal. Além disso, o *Metrópolis* apresentou o valor de R\$ 170 mil encontrados na casa do suspeito e, o *Correio Braziliense*, R\$ 180 mil.

Ao conferir os dados com a mensagem enviada pela Polícia Militar, a pesquisadora constatou que o site *Correio Braziliense* retratou os dados repassados pela Polícia Militar no grupo de *WhatsApp*. Contudo, a divergência nas informações retrata deficiências do tratamento da notícia pelos canais de comunicação, o que acarreta em desinformação.

Em outra notícia publicada por ambos os portais em 13 de janeiro de 2018, a respeito de um motorista baleado em um cruzamento em Ceilândia, cuja informação da Polícia Militar constava que a vítima havia falecido no local (ela foi socorrida ao hospital e, depois, morreu na unidade de saúde), o portal *Metrópolis* informou que o homem tinha sido atingido três vezes, sendo duas na cabeça e uma na barriga, diferente do que noticiou o site *Correio Braziliense*, que apresentou a informação de “*aproximadamente dois tiros*”.

Ao comparar as narrativas jornalísticas com a mensagem transmitida pela Polícia Militar, a pesquisadora identificou que o portal *Metrópolis* seguiu o que foi repassado pela corporação, uma vez que a PM transmitiu que o homem “*levou aproximadamente 2 tiros na cabeça e um no braço*”. O *Correio Braziliense*, por sua vez, apenas transmitiu o início da mensagem que consta “*aproximadamente dois tiros*”, mas sem detalhar outro disparo no braço.

Ao longo do estudo, percebe-se que o *Correio Braziliense* costuma ser o primeiro que divulga a notícia após o compartilhamento da mensagem no grupo de *WhatsApp*. Apenas em uma das reportagens, referente à prisão de um homem com 13 quilos de suposta cocaína, o portal demorou 1h15 para publicar a narrativa jornalística após a informação ter sido transmitida. Mesmo assim, o conteúdo principal não se distinguiu do publicado no site do portal *Metrópolis*, que postou a notícia minutos após a última informação ter sido compartilhada pela corporação no grupo de *WhatsApp*. Demonstra, portanto, que em certas ocasiões maior tempo entre a notícia compartilhada no canal de *WhatsApp* e publicada pelo veículo de imprensa não é garantia de mais apuração.

No entanto, em todas as outras quatro matérias analisadas pelo *Correio Braziliense*, o tempo para transformar a divulgação do fato em notícia foi de 19 minutos, 15 minutos, 21 minutos e 17 minutos. Em razão da celeridade na transmissão do acontecimento, em todas as primeiras versões das matérias analisadas as respostas da Polícia Militar e/ou do Corpo de Bombeiros foram as únicas consideradas ao longo do texto.

Das cinco reportagens estudadas, apenas em duas, uma publicada em 5 de junho de 2018 e outra divulgada em 6 de março de 2018, houve citação de outras vozes além das fontes oficiais, mas após a atualização da primeira versão da matéria. Nas outras três matérias, o conteúdo principal foi única e exclusivamente a informação repassada pelo grupo de *WhatsApp* com jornalistas.

Além disso, uma matéria publicada em 31 de janeiro de 2018 pelo site *Correio Braziliense* demonstra que repórteres fizeram inferência sem que houvesse comprovação. Trata-se de uma matéria a respeito da prisão de um homem com 13 quilos de suposta cocaína — que, na verdade, se confirmou ser um pó branco semelhante a giz que não tinha relação com o entorpecente. Além do erro, a matéria citou a prisão de “*um homem apontado como um dos maiores traficantes de Ceilândia*”. Contudo, ao se comparar a informação com o texto divulgado no grupo de *WhatsApp*, a pesquisadora identificou que não há qualquer analogia feita pela Polícia Militar de que o homem seria o maior traficante da cidade ou a citação de outra fonte que comprovasse a informação.

Em outra matéria, publicada pelo *Correio Braziliense* em 4 de junho de 2018, a notícia era de um roubo de um carro com uma criança dentro, semelhante ao que foi transmitido pela Polícia Militar no grupo de *WhatsApp* com jornalistas. Mas, sete minutos antes da publicação da matéria, a corporação transmitiu a mensagem de que a criança não tinha sido levada pelos assaltantes, eles apenas ameaçaram fugir com o carro e a vítima. Mesmo assim, o veículo publicou a notícia e ao longo do texto tratou do roubo do automóvel “*com uma criança dentro*”. Mas o título era referente à última atualização da Polícia Militar de que os suspeitos tinham “*ameaçado*” levar a criança junto, o que sugere que a equipe teve tempo hábil para corrigir o título, mas a informação na matéria permaneceu.

A pesquisadora identifica, portanto, a pressa por parte dos jornalistas em divulgar a matéria, mesmo sem corrigi-la na íntegra. A notícia citada demonstra que houve tempo em atualizar a chamada do título, mas o texto permaneceu com o erro de informação.

No caso das três matérias analisadas pelo portal *Metrópoles*, o tempo entre a divulgação da mensagem nos grupos de *WhatsApp* e a publicação da notícia foi de 28 minutos, 38 minutos e, novamente, 28 minutos. Na última postagem, no entanto, o portal divulgou a primeira versão do conteúdo às 15h30, 13 minutos antes de o Corpo de Bombeiros enviar dados mais consolidados a respeito do caso. Mas, antes, circulavam informações da dinâmica do acidente no grupo, divulgadas às 15h02 pelos bombeiros — horário considerado para comparar o tempo

entre a transmissão do fato e a divulgação da narrativa jornalística — e repassadas também no grupo da PM às 15h17 e às 15h21.

Em todas as matérias, a primeira versão é baseada apenas na mensagem transmitida pela Polícia Militar e/ou Corpo de Bombeiros no grupo de *WhatsApp* com jornalistas, sem que houvesse citação de outras fontes ao longo do texto ou menção a pessoas diferentes envolvidas no caso. Em uma das matérias divulgadas pelo portal *Metrópoles*, sobre a prisão do traficante com 13 quilos de suposta cocaína, publicada em 31 de janeiro de 2018, constava no último parágrafo a informação de que “até a última atualização desta matéria, a Polícia Militar continuava em diligência”, o que demonstra a publicação do texto antes do desfecho do caso. Até a conclusão desta análise, a informação permanecia na matéria.

A terceira matéria publicada pelo portal *Metrópoles* em 16 de janeiro de 2018, referente ao capotamento de uma viatura da PM que teria deixado um policial com traumatismo craniano, o jornalista apresentou no fim do texto a indicação de “aguarde mais informações”. A orientação ao leitor indica que a matéria seria complementada, mas até a última análise feita, a indicação permanecia no texto, mesmo mais de um ano após a publicação do conteúdo.

No caso das duas notícias divulgadas pelo *GIDF*, o tempo de publicação da matéria é mais extenso se comparado ao horário da postagem da mensagem nos grupos de *WhatsApp* da Polícia Militar e/ou do Corpo de Bombeiros. Na matéria a respeito do homem preso que estaria com 13 quilos de suposta cocaína, o portal só divulgou o fato na manhã do dia seguinte, 10 horas depois da primeira menção ao caso no *WhatsApp*. Apesar do erro de informação, uma vez que o veículo também publicou a notícia incorreta de que a substância seria droga, a matéria apresentou entrevista com um dos militares que participou da ocorrência, o que não aconteceu nos outros portais analisados.

A matéria também ofereceu ao leitor mais detalhes de onde estava a droga (escondida debaixo da cama de uma criança), informou a localização de um caderno de anotação e detalhou que o homem preso teria recebido a carga recentemente para revender durante o período do carnaval do ano de 2018, em Brasília. Demonstra, portanto, que apesar de a notícia ser a mesma, a abordagem diferenciada só foi possível em razão de uma apuração mais detalhada, como a entrevista com o policial.

Na segunda matéria do *GIDF*, o tempo de publicação foi de uma hora após a transmissão do fato no grupo de *WhatsApp*. Mas, mesmo com horário estendido, a notícia pouco se diferenciou das demais apresentadas pelo site do *Correio Braziliense* e pelo portal *Metrópoles*. Além disso, o *GIDF*, assim como o *Metrópoles*, não atualizou o estado de saúde

do policial que, em vez de ter sido socorrido com traumatismo crânio encefálico, conforme noticiaram os três maiores veículos de imprensa do Distrito Federal, foi diagnosticado com fratura na mandíbula.

As matérias analisadas ao longo de 2018 sugerem, portanto, deficiências na apuração. Praticamente todas as reportagens não têm outras fontes nas primeiras versões dos textos. Em duas coberturas também houve divergências em relação às informações divulgadas pelo site *Correio Braziliense* e pelo portal *Metrópoles* referentes ao mesmo assunto. E das 10 reportagens estudadas, três mantiveram o erro.

Quanto ao equívoco jornalístico, em todas as matérias a incoerência do dado surgiu de uma informação incorreta divulgada pela fonte e transmitida pelos veículos de imprensa. Erra, portanto, tanto a corporação que repassou a notícia dos casos quanto os jornalistas que, sem checar nem cruzar os dados com outras fontes envolvidas no caso, também cometeram a falha.

Em nove coberturas, a notícia surgiu do grupo de *WhatsApp* exclusivo da Polícia Militar. Em apenas uma a informação foi divulgada tanto pela Polícia Militar quanto pelo Corpo de Bombeiros no grupo de *WhatsApp* com jornalistas

Nessas, e em todas as análises de cada ano, a pesquisadora publica uma tabela explicativa que demonstra os veículos de imprensa analisados, o quantitativo das matérias com erro, os números dos conteúdos corrigidos, além de detalhes sobre quem errou: fonte e jornalista ou apenas o jornalista. É o que mostra a estrutura da tabela 2 abaixo.

Tabela 2 – Demonstrativo gráfico da análise ao longo do ano de 2018

VEÍCULO	MATÉRIAS		QUEM ERRA	
	MATÉRIAS COM ERRO	MATÉRIAS QUE TIVERAM INFORMAÇÃO CORRIGIDA	JORNALISTA	FONTE E JORNALISTA
<i>G1DF</i>	2	1	Fonte e jornalista nas duas matérias	
<i>Correio Braziliense</i>	5	4	Fonte e jornalista nas cinco matérias	
<i>Metrópoles</i>	3	2 (sendo uma total e outra parcial)	Fonte e jornalista nas três matérias	
TOTAL:	10	7 (70%)	100% fonte e jornalista	

Fonte: autoria própria

5.2 Matérias com erros identificados e publicadas em 2017

Ao longo do ano de 2017, a pesquisadora identificou erros de informação em matérias publicadas entre os meses de março até dezembro. No entanto, a ordem das reportagens está organizada a partir dos grupos de *WhatsApp* onde a informação se originou. Assim sendo, aparecem primeiro os conteúdos que surgiram a partir de conteúdos divulgados no ambiente da Polícia Militar com jornalistas, porque é esse o canal com maior frequência de compartilhamento de ocorrências com profissionais de imprensa.

5.2.1 Matérias com informações originadas no grupo Sala de Imprensa PMDF – (Polícia Militar do Distrito Federal; segurança pública)

Em 2018, a pesquisadora analisou 11 matérias com algum erro de informação identificado. Do total, seis foram publicadas pelo site do *Correio Braziliense*, quatro pelo portal *Metrópoles* e apenas uma pelo *GIDF*, mantendo o *Correio Braziliense* como o veículo que mais divulga notícias equivocadas, conforme demonstrou o resultado de 2018.

Mas, dentre as notícias, quatro assuntos são comuns a mais de um veículo. É o caso de um assassinato que teria sido motivado por som alto, em Ceilândia, região administrativa mais populosa do Distrito Federal, e que ocorreu na madrugada do Natal, publicado pelo *Correio Braziliense* e pelo *Metrópoles* em 25 de dezembro de 2017; além da notícia de um suposto feto encontrado em uma quadra do Plano Piloto, também divulgada por ambos os veículos em 23 de agosto de 2017, bem como uma ocorrência de um suposto motorista de Uber preso por tráfico de drogas, publicada por ambos os portais.

Um dos assuntos mais emblemáticos de toda a análise, porém, foi divulgado pelos três veículos. Trata-se do caso de uma suposta onça que teria sido vista na área externa do prédio do Palácio do Itamaraty. No entanto, o Zoológico de Brasília se manifestou, um dia depois, alegando que se tratava de um gato e não de um felino de grande porte.

A seguir, constam todas as matérias com erro identificado pela pesquisadora ao longo do ano de 2017.

5.2.1.1 Matéria *Briga de vizinho por som alto termina em morte na madrugada de Natal* – *Correio Braziliense*

Na manhã do Natal de 2017, a comunicação social da Polícia Militar compartilhou no grupo de *WhatsApp* com jornalistas a informação de um homicídio em Ceilândia ocorrido após uma briga por causa de som alto. O texto foi enviado às 7h14 de 25 de dezembro de 2017 após uma jornalista perguntar, às 7h11, por informações sobre um suposto crime na região. Em resposta, a corporação citou o horário em que o assassinato ocorreu e o motivo do crime que teria sido som alto. Jornalistas questionaram a dinâmica e solicitaram o nome da vítima, mas às 7h17 a instituição repassou que não tinha mais detalhes e apenas complementou que o local estava aguardando perícia.

Com base nos poucos detalhes, o *site* do *Correio Braziliense* publicou a primeira versão da matéria às 8h51, após mais de uma hora e meia do comunicado no grupo. Em um texto de três parágrafos, o veículo divulgou a morte de um homem até então com idade desconhecida. O jornalista que assina o texto ainda escreveu que, segundo testemunhas, o motivo seria o som alto, mas creditou à Polícia Militar a informação de que não havia mais detalhes do caso. A narrativa ainda abordou que os bombeiros chegaram ao local, mas a vítima não tinha resistido e acrescentou qual delegacia estava investigando o caso.

A última atualização da primeira versão do texto aconteceu às 9h49 de 25 de dezembro de 2017. No entanto, diferente do que foi repassado pela Polícia Militar, a briga que motivou o assassinato teria ocorrido por causa de um suposto acerto de contas e não tinha relação com som alto. Percebe-se, portanto, que mesmo a informação tendo sido publicada mais de uma hora depois do compartilhamento da mensagem no grupo de *WhatsApp*, a matéria ainda assim foi construída apenas com a versão oficial da Polícia Militar. Neste caso, o intervalo de tempo entre a comunicação do fato e a divulgação da notícia não correspondeu a um maior tempo de apuração. Chega-se a essa afirmação a partir da narrativa textual que não contempla a versão de outras fontes ou pessoas envolvidas.

No entanto, a matéria sofreu modificações ao longo do dia e o enfoque se alterou. A equipe de reportagem se deslocou até o endereço do crime, o que é demonstrado a partir da publicação de uma foto autoral com o crédito de um fotógrafo do veículo, além das entrevistas realizadas com testemunhas e policiais. A nova versão tratou que a vítima, de 23 anos, voltava de uma distribuidora de bebidas no momento em que levou os tiros. A suspeita era de que os autores estariam em uma moto. Segundo informações da matéria, o local seria um ponto de droga. A versão da narrativa foi atualizada às 21h39 do mesmo dia.

No novo texto, diferente da primeira versão, houve relatos de moradores que não quiseram se identificar, assim como entrevistas com policiais. O texto também divulgou a

declaração de parente da vítima. Além disso, o novo lide descartou a primeira versão apresentada pela PM, de crime motivado por som alto, a partir de um depoimento de um dos investigadores. Foi ele quem indicou o provável acerto de contas.

Mas, na nova versão da matéria, o jornalista esclareceu a provável vinculação inicialmente feita de que o crime teria sido motivado por uma briga de som alto. Segundo a matéria, a vítima participava de uma comemoração que tinha durado até a madrugada. O texto explicou que, segundo testemunhas, ela morava na casa em frente onde acontecia essa comemoração de Natal quando, às 5h40, saiu para comprar bebida e foi morta.

A cobertura demonstra, portanto, que a primeira versão do conteúdo contemplou apenas as informações repassadas pela Polícia Militar no grupo de *WhatsApp* com jornalistas. Com a notícia já publicada, a equipe de reportagem provavelmente se deslocou até o endereço da ocorrência, como a imagem e o próprio texto indicam, e constatou uma nova história. A partir do que indicou a nova apuração, a narrativa foi atualizada, mas a primeira matéria com erro já tinha sido divulgada

Quadro 11 – Tipos de fontes e erro jornalístico na matéria *Briga de vizinho por som alto termina em morte na madrugada de Natal*

Fontes consultadas e classificações	Quais as principais questões abordadas
<p>A primeira versão da matéria contemplou apenas a versão da Polícia Militar (fonte oficial).</p> <p>No conteúdo atualizado, houve entrevista com moradores e pessoas que presenciaram o homicídio (fonte testemunhal), com parente da vítima (fonte independente) e o policial que participou da investigação do caso (fonte ofíciosa).</p>	<p>Na primeira publicação, a matéria tratou da morte de uma pessoa após uma briga que supostamente havia sido motivada por som alto. As informações foram repassadas pela Polícia Militar.</p> <p>No entanto, após a equipe de reportagem ir até o local do fato, constatou-se que a vítima tinha sido baleada provavelmente em um acerto de contas, conforme contou o investigador da ocorrência e testemunhas que presenciaram o caso.</p>

Fonte: autoria própria

5.2.1.2 Matéria *Briga entre vizinhos por som alto provoca morte em Ceilândia – Metrôpoles*

O portal *Metrôpoles* levou mais tempo para publicar a informação de um homicídio em Ceilândia, mas, mesmo assim, o conteúdo não se diferenciou da primeira versão também divulgada pelo jornal *Correio Braziliense*. Em um texto curto de três parágrafos, o veículo reescreveu parte das informações repassadas pela Polícia Militar. A mensagem da corporação foi publicada no grupo de *WhatsApp* com jornalistas às 7h14 de 25 de dezembro de 2017 e a

matéria foi divulgada às 9h38. Mas em um intervalo de mais de duas horas e meia não houve informação diferente da repassada pela instituição.

Em uma nota curta, a narrativa jornalística detalhou que o crime tinha acontecido por volta das 6h30 e que a motivação seria uma briga por causa do som alto, seguindo o que foi repassado pela Polícia Militar no grupo de *WhatsApp* com jornalistas. O texto ainda noticiou que o Corpo de Bombeiros chegou ao local, mas a vítima não tinha resistido. No fim, a notícia citou a delegacia que investigava o caso. No entanto, não houve nenhuma outra versão na matéria além do conteúdo repassado pela Polícia Militar. A Polícia Civil, responsável por apurar o caso, não foi citada no texto nem outras pessoas que poderiam prestar depoimentos, como vizinhos.

A pesquisadora identificou ainda que, diferente do primeiro veículo analisado, aparentemente a equipe de reportagem do *Metrópoles* não se deslocou até o endereço da ocorrência para obter mais detalhes. Essa hipótese é reforçada a partir da ausência de relatos de testemunhas e vizinhos, como houve na segunda versão da narrativa atualizada do site *Correio Braziliense*, além da falta de imagem autoral do ambiente onde o crime aconteceu e entrevista com policiais responsáveis pela investigação.

No fim da matéria do portal *Metrópoles*, havia a informação de que, até aquele momento, ninguém havia sido identificado, mas a última atualização da matéria aconteceu às 9h42, menos de 10 minutos depois que o conteúdo foi publicado. A matéria também não foi contextualizada com a informação de que o crime ocorreu no dia de Natal. Para ilustrar o conteúdo, o portal utilizou uma foto geral de uma arma apontada, mas que não tem referência com o homicídio.

Como o portal é um veículo digital, há relacionamento de outros assuntos de crime por meio de uma espécie de “*saiba mais*” e associação de *hiperlinks*. Há indicação de duas brigas que terminaram na delegacia. Uma discussão entre vizinhos em Samambaia que também provocou morte, além de um desentendimento entre irmãos que acabou em registro de ocorrência.

No entanto, o conteúdo do caso da morte em Ceilândia se manteve conforme a primeira versão da matéria, sem novos desdobramentos e sem o depoimento de outras fontes, mesmo que oficiais, como a Polícia Civil, responsável pela investigação.

Quadro 12 – Tipos de fontes e erro jornalístico na matéria *Briga entre vizinhos por som alto provoca morte em Ceilândia*

Fontes consultadas e classificações	Quais as principais questões abordadas
Só houve utilização de trechos da mensagem repassada pela Polícia Militar no grupo de <i>WhatsApp</i> com jornalistas (fonte oficial).	<p>A matéria tratou da morte de uma pessoa provocada após discussão em razão de som alto, conforme informado pela Polícia Militar. As informações foram construídas a partir da mensagem da corporação no grupo de <i>WhatsApp</i> com jornalistas.</p> <p>No entanto, conforme divulgado por outros portais de notícia (a partir da declaração feita por policiais que atuaram na ocorrência) a vítima teria sido baleada provavelmente em um acerto de contas que não tinha relação com som alto.</p>

Fonte: autoria própria

5.2.1.3 Matéria *Moradores encontram feto dentro de preservativo na quadra 313 Sul – Correio Braziliense*

Sete minutos foi o tempo que o site esperou para publicar uma notícia compartilhada no grupo da Polícia Militar com jornalistas. A informação postada no *WhatsApp* tratava de um “suposto feto encontrado” na quadra 313 da Asa Sul, conforme compartilhado pela corporação. A mensagem foi encaminhada pela comunicação da PM às 15h59 de 23 de agosto de 2017 e às 16h06 uma matéria no *site* do *Correio Braziliense* afirmou se tratar de um feto. Essa matéria é a que foi publicada em tempo menor do que todas as outras analisadas.

Em um conteúdo que conteve, ao todo, seis linhas, divididas em três pequenos parágrafos de duas linhas cada, o veículo confirmou a informação – que ainda era tratada como suspeita – e publicou uma foto que mostrava peritos da Polícia Civil e militares no local.

Sem nenhuma informação que comprovasse o feto, como um laudo ou resultado preliminar da perícia, o veículo confirmou a história. Além disso, o site ainda colocou na manchete da *home page* a notícia: “*Feto é encontrado por moradores em frente a bloco da 313 Sul*”, o que demonstra que o veículo confirmou uma tese que ainda era tratada como suspeita. Na capa do portal, havia, ainda, três sequências de fotos que mostravam uma sacola onde estaria o suposto bebê e policiais no endereço.

Somente às 17h20, mais de uma hora após a publicação, o veículo atualizou o caso. Dentro da sacola encontrada, havia, em vez de um feto, uma cenoura e uma banana no interior de um preservativo, conforme resposta enviada pela Polícia Civil a imprensa. No mesmo link da notícia que foi ao ar às 16h06, o jornal acrescentou as informações complementares da Polícia Civil, que recolheu o material e identificou não se tratar de um feto.

Quando houve atualização da matéria, os únicos acréscimos feitos no texto do *Correio Braziliense* foram as relativas às informações repassadas pela Polícia Civil. Não houve publicação de errata. O veículo de imprensa detalhou que “a Polícia Civil negou” ser um feto o material que estava dentro de um preservativo encontrado na quadra 313 Sul. E, assim como da primeira vez, os profissionais do veículo fizeram uma manchete no portal que dizia: “*Polícia Civil diz que material encontrado na 313 Sul não era um feto*”.

Com a nova abordagem, o site fez uma atualização do título da matéria e compartilhou a notícia no *Facebook*. Nas redes sociais, pela internet, o veículo ainda tentou amenizar o caso, usando a estratégia de interação com o público, ao escrever “*you não vai acreditar no que era*”.

Mas, entre as reações, uma internauta comentou: “*Esse correio é uma piada. Soltam uma matéria dizendo que encontraram um feto (diga-se de pagassem, sem o laudo da perícia) [sic] e depois tiveram de ratificar toda a matéria. Deram um furo de reportagem, literalmente! Piada*”, conforme demonstra a figura 4, postada logo abaixo.

Demonstra, portanto, a frustração por parte de uma leitora e, ao mesmo tempo, a interpretação por parte do público que o conteúdo foi ao ar sem antes ter sido checado ou revisado.

Figura 4 – Comentário de internauta na página do *Facebook* do *Correio Braziliense*



Fonte: *Correio Braziliense*

Quadro 13 – Tipos de fontes e erro jornalístico na matéria *Moradores encontram feto dentro de preservativo na quadra 313 Sul*

Fontes consultadas e classificações	Quais as principais questões abordadas
<p>A primeira versão do texto foi organizada apenas com informações repassadas pela Polícia Militar (fonte oficial).</p> <p>Com a atualização da matéria, o site também acrescentou a resposta da Polícia Civil (fonte oficial).</p>	<p>A matéria tratou e confirmou a notícia de um feto encontrado no interior de um preservativo deixado dentro de uma sacola na quadra 313 da Asa Sul, conforme informado pela Polícia Militar no grupo de <i>WhatsApp</i> com jornalistas. Contudo, a corporação repassou que seria um suposto embrião.</p> <p>Só depois da resposta da Polícia Civil o veículo de imprensa atualizou o <i>link</i> da matéria e publicou que, em vez de um feto, havia restos de legumes e frutas na sacola abandonada.</p>

Fonte: autoria própria

5.2.1.4 Matéria *Moradores encontram suposto feto na 313 Sul – Metrôpoles*

A notícia publicada pelo veículo, embora tenha sido mais prudente em não confirmar que se tratava de um feto, mas, sim, de uma suspeita, seguindo o que foi divulgado pela Polícia Militar no grupo de *WhatsApp* com jornalistas, foi publicada 30 minutos após a mensagem da corporação. A matéria entrou no ar às 16h29 de 23 de agosto de 2017, enquanto a informação foi compartilhada às 15h59 do mesmo dia. Embora não contivesse erro a primeiro momento no conteúdo narrativo, uma vez que a matéria trabalhou com a expressão “*suposto feto*”, a matéria entra no objeto de análise desta pesquisa em razão de ter sido construída apenas a partir da mensagem no grupo de *WhatsApp* que informou da suspeita sem antes o portal checar que, na verdade, havia restos de legumes na sacola encontrada.

Se tivesse ocorrido apuração jornalística antes da publicação do caso, a equipe de jornalistas teria descartado a suspeita de um embrião e, dessa forma, o conteúdo noticioso nem existiria, já que não haveria feto e, portanto, restos de legumes jogados fora não entram como critério de notícia.

Em uma matéria curta, de oito linhas divididas em três breves parágrafos, o veículo replicou o conteúdo da mensagem repassada pela Polícia Militar. Além disso, a primeira versão da matéria destacou que policiais estavam no local e realizavam a perícia no material, o que reflete a publicação instantânea do conteúdo, antes do desfecho do caso.

A construção do texto revelou, ainda, incoerência entre a informação repassada e a publicada. Um dos trechos da matéria dizia que “*os militares encontraram o material biológico*

dentro de um preservativo, o que levanta suspeita de que seja um embrião”, mas a corporação repassou, no grupo, que “uma pessoa encontrou o embrião dentro de um preservativo e chamou a Polícia Militar”. Há, portanto, uma diferença no conteúdo, uma vez que, se o material tivesse sido encontrado pelos militares, a hipótese de que se tratava de um feto poderia ter sido descartada. Isso porque, policiais, mesmo não sendo peritos, identificariam que, na verdade, eram restos de legumes e frutas.

Ao fim da notícia, havia, ainda, a indicação de “*aguarde mais informações*”, expressão mantida até a última atualização da matéria. Torna-se explícita, portanto, a intenção do portal em noticiar o caso de forma rápida, ainda que a notícia não estivesse construída por completo.

A matéria só começou a ser atualizada às 17h30, quando a Polícia Civil descartou se tratar de um feto. Dessa vez, a matéria explicou que o material tinha sido encontrado por uma gari, que achou estranha a sacola e entrou em contato com a Polícia Militar. Por fim, o texto esclareceu que a perícia da Polícia Civil constatou que o material eram restos de cenoura e banana dentro de um preservativo, conforme resposta encaminhada a imprensa. Com as alterações, o título da matéria se transformou em “*Suposto feto encontrado na 313 Sul eram restos de cenoura e banana*”.

A última atualização da matéria foi feita às 18h30, duas horas após a primeira publicação. Na última versão, o texto mais extenso contextualizou o caso, contou sobre a dinâmica da história e apresentou quatro fotos registradas por um fotojornalista do veículo, o que indica ter ido um profissional ao local em busca de mais detalhes do caso.

Quadro 14 – Tipos de fontes e erro jornalístico na matéria *Moradores encontram suposto feto na 313 Sul*

Fontes consultadas e classificações	Quais as principais questões abordadas
A matéria não apresentou entrevistas. A notícia foi construída com as informações repassadas, inicialmente, pela Polícia Militar e, depois, atualizada com a nota da Polícia Civil, que descartou se tratar de um feto (fontes oficiais).	A matéria se ateve à primeira notícia sobre a suspeita de um feto encontrado em uma sacola, mas, na verdade, havia restos de legumes e frutas na sacola encontrada. Após ter acesso à informação de que se tratava de restos de legumes a partir da constatação da Polícia civil, o portal retificou a notícia com base no dado oficial da corporação.

Fonte: autoria própria

5.2.1.5 Matéria Polícia Militar procura ‘onça’ que invadiu Palácio do Itamaraty – Metrôpoles

A informação de um suposto felino, compartilhada no grupo da Polícia Militar com jornalistas às 23h35 de 21 de agosto de 2017, se transformou em notícia nos principais jornais do Distrito Federal. Dentre os três portais analisados (*Metrôpoles*, *GIDF* e *Correio Braziliense*), o primeiro a publicar o caso foi o *Metrôpoles*. Trinta e três minutos após a informação circular no grupo, o veículo apresentou a matéria. Já era 0h08 do dia 22 de agosto de 2017, quando o veículo confirmou que a suposta onça havia circulado no Palácio do Itamaraty. A PM informou ter identificado o animal em uma área externa, atrás do Anexo II do Itamaraty.

Com base na informação transmitida pela Polícia Militar no grupo de *WhatsApp* com jornalistas, o portal publicou se tratar de uma onça. A matéria, de seis parágrafos, trouxe, ainda, as informações sobre o suposto bichano e uma entrevista com um dos policiais que atendeu a ocorrência. Também houve dados do suposto animal que teria rondado o Palácio do Itamaraty, como peso e possível espécie.

Contudo, nem mesmo a própria PM havia garantido que o animal era uma onça. Na nota publicada pela corporação, a informação era de que o bicho seria um felino de médio porte e havia a suspeita de que fosse uma onça-pintada preta de aproximadamente 60 quilos, mas nenhuma confirmação. Só no dia seguinte, ao desdobrar a notícia, o *GIDF* descobriu que o bicho poderia ser um gato — e não uma onça —, com base em análises de pesquisadores biólogos, mas a primeira notícia havia sido divulgada pelos principais veículos de comunicação, inclusive pelo *GIDF*.

Por *e-mail*, o Zoológico de Brasília também confirmou, no dia 23 de agosto de 2017, que, pelo porte do animal, seria um animal doméstico e não uma onça. Entretanto, todas as reportagens que diziam ser uma onça estavam nos principais sites de notícia, tanto locais quanto a nível nacional, para serem acessadas. O único jornal que retificou a informação foi o *GIDF*.

Quanto ao tratamento do conteúdo, a matéria do *Metrôpoles* informou que o bicho foi flagrado por imagens das câmeras de segurança, mas não houve nenhum vídeo ou informação a respeito das imagens na primeira versão publicada em razão, provavelmente, do horário da cobertura.

Por ser madrugada, as fotos que mostram o bichano na Esplanada dos Ministérios só foram divulgadas na manhã do dia seguinte, quando o portal fez uma nova matéria apenas para divulgar os vídeos que identificavam o suposto animal.

Quadro 15 – Tipos de fontes e erro jornalístico na matéria *Polícia Militar procura “onça” que invadiu Palácio do Itamaraty*

Fontes consultadas e classificações	Quais as principais questões abordadas
<p>Além das informações factuais repassadas no grupo da polícia pela própria comunicação da corporação (fonte oficial), o veículo publicou a entrevista de um policial (fonte oficiosa) na primeira matéria veiculada sobre a onça.</p> <p>Na segunda matéria publicada, com o vídeo do animal, não houve fonte adicional, apenas informações transmitidas pela Polícia Militar no grupo de <i>WhatsApp</i> com jornalistas (fonte oficial).</p>	<p>Na primeira matéria, o veículo informou sobre as buscas de policiais por uma onça teria sido vista no Palácio do Itamaraty.</p> <p>O texto jornalístico detalhou tamanho, porte e espécie do suposto bichano e também apresentou uma entrevista com um dos policiais, que atribuiu o aparecimento da onça a uma queimada em área próxima.</p> <p>No entanto, o Zoológico de Brasília informou, um dia depois, que não se trataria de um animal selvagem, mas, sim, de um bicho com porte doméstico.</p>

Fonte: autoria própria

5.2.1.6 Matéria Onça invade prédio do Itamaraty em Brasília após incêndio em mata próxima – GIDF

A mesma notícia sobre o suposto aparecimento de uma onça em área próxima ao Palácio do Itamaraty foi publicada pelo portal *GIDF*. Embora o primeiro horário da publicação da matéria tenha sido às 23h11 de 21 de agosto de 2017, a informação só foi compartilhada no grupo da Polícia Militar às 23h35. A última atualização do conteúdo pelo *GIDF* foi registrada às 23h38, depois da divulgação da mensagem no grupo. Há, portanto, duas hipóteses: 1) se a notícia surgiu a partir da mensagem do grupo, o primeiro horário pode ter sido um erro de sistema ao disponibilizar o *link* para o internauta; 2) o repórter que assina a matéria poderia estar em outra cobertura na Esplanada dos Ministérios e, ao perceber a movimentação da polícia no Palácio do Itamaraty, descobriu a ocorrência e fez primeiro a cobertura.

Em razão do horário, a primeira suspeita parece mais viável e, além disso, a primeira versão da matéria não difere das outras no tocante ao conteúdo. São publicadas as mesmas informações que apareceram no grupo de *WhatsApp*, e os dados acerca do porte e da estatura do animal são idênticos. Também há a mesma contextualização do incêndio que poderia ter sido o causador da fuga do suposto felino. Sendo assim, a análise dessa matéria entra nesta seção, uma vez que existe a suspeita por parte da pesquisadora de a construção da matéria ter sido baseada apenas no compartilhamento do conteúdo pela Polícia Militar no grupo com jornalistas e, portanto, o horário apenas ter sido adiantado.

A matéria do portal inicialmente confirmou que o animal era uma onça e atribuiu a informação à Polícia Militar. Após os quatro parágrafos iniciais, a matéria apresentou um intertítulo em que tratou da suspeita do incêndio como sendo um fator causador da fuga do suposto felino. A construção do texto foi feita, portanto, apenas com as informações oficiais repassadas pela corporação. Em um dos trechos houve, inclusive, um período entre aspas que marcou a informação da fonte oficial, mas não houve representante identificado na matéria.

Dois dias depois, o portal publicou uma notícia maior. Às 15h46 de 23 de agosto de 2017, o portal divulgou a matéria em que dois especialistas biólogos analisaram as filmagens. Segundo eles, tratava-se de um gato em razão do porte do animal, e não de uma onça. O portal novamente procurou a Polícia Militar, que manteve o discurso da suspeita do felino. Além de fotos e vídeos, o *GIDF* publicou a declaração em vídeo do major do Batalhão de Polícia Ambiental ratificando ser uma onça. E, durante a noite, às 19h22, o veículo atualizou a notícia com a informação de uma nova inspeção realizada pelos militares no endereço.

Policiais retornaram ao local onde o bichano havia passado e fizeram medições. Para a PM, tratava-se de uma onça. A informação foi novamente postada no grupo da PM pelo telefone do plantão da comunicação às 19h11 de 23 de agosto de 2017 e publicada pelo jornal 11 minutos depois.

A cobertura demonstrou, portanto, que a informação postada nos grupos se tornou notícia principal. Aparentemente sem cruzar nem checar os dados com outros possíveis órgãos ou pessoas envolvidas no caso, principais veículos de imprensa divulgaram a informação. Dessa vez, confirmou-se que não se tratava de um felino, conforme análise de especialistas e do próprio Zoológico de Brasília.

Quadro 16 – Tipos de fontes e erro jornalístico na matéria *Onça invade prédio do Itamaraty em Brasília após incêndio em mata próxima*

Fontes consultadas e classificações	Quais as principais questões abordadas
Na primeira versão, a matéria publicou apenas informações postadas no grupo oficial da Polícia Militar (fonte oficial). A matéria não trouxe entrevista com outras fontes adicionais.	Na primeira matéria, as informações tratavam de uma onça que teria circulado no Palácio do Itamaraty, segundo o portal.
Na segunda notícia que tratou o bicho como gato, a matéria publicou entrevistas com estudiosos (fontes experts) e com o major da Polícia Militar (fonte oficial).	No segundo material, o texto apresentou versões de especialistas e da polícia para esclarecer que o animal era um gato, e não uma onça. O próprio Zoológico de Brasília se posicionou indo ao encontro da tese de que seria um animal doméstico de pequeno porte confundido com um bichano selvagem

Fonte: autoria própria

5.2.1.7 Matéria *Batalhão ambiental faz buscas a uma onça em anexo do Palácio do Itamaraty – Correio Braziliense*

A última publicação acerca do caso por um veículo de imprensa local foi a do *Correio Braziliense*. Apesar de a mensagem no grupo da PM ter sido divulgada às 23h35 de 21 de agosto de 2017, o jornal só publicou a informação às 6h47 do dia seguinte, com atualização às 7h17 do mesmo dia (22 de agosto de 2017). Com relação ao tratamento do conteúdo, a matéria foi a menor na extensão. O site tratou das mesmas informações publicadas pelos outros veículos, mas sem entrevista com nenhum representante da PM.

Contudo, o veículo foi cauteloso no tratamento da notícia. Ao longo de todo o texto, o *Correio Braziliense* tratou do “*suposto felino de médio porte*” e atribuiu a informação da onça ao Batalhão Ambiental da PM, que repassou a notícia, mas o título assume que seria uma onça ao dizer que “*Batalhão ambiental faz buscas a uma onça em anexo do Palácio do Itamaraty*”.

Quanto à construção do texto, o veículo replicou as mesmas expressões da mensagem da PM, como “*felino de médio porte*”. Em relação a transformação da mensagem repassada pela Polícia Militar aos critérios e técnicas jornalísticas, pouco se muda da narrativa. Foi o que demonstrou um trecho da matéria que informou: “*o animal adulto foi visto por funcionários do Itamaraty durante o monitoramento das câmeras de segurança, por volta das 21h*”, ao passo em que a mensagem no grupo da PM é de que “*os funcionários do Ministério notaram o animal no monitoramento das câmeras*”.

A demora de mais de sete horas para a publicação da notícia, contudo, pode ter relação com o horário de trabalho dos jornalistas. Como a mensagem só foi compartilhada no grupo de *WhatsApp* pouco antes da meia-noite do dia anterior, o conteúdo, provavelmente, ficou sob responsabilidade da primeira equipe que chegasse ao expediente no dia seguinte.

Uma segunda notícia foi publicada no mesmo dia pelo veículo, às 18h24, com atualização às 18h36, mas para divulgar apenas imagens em vídeo da suposta onça rondando a região, semelhante o que fez o portal *Metrópoles*. O conteúdo da segunda matéria do *Correio Braziliense*, no entanto, não difere da primeira publicada pelo jornal.

Quadro 17 – Tipos de fontes e erro jornalístico na matéria *Batalhão ambiental faz buscas a uma onça em anexo do Palácio do Itamaraty*

Fontes consultadas e classificações	Quais as principais questões abordadas
Na primeira matéria, não foram ouvidas outras fontes, além das informações	Na primeira matéria, a abordagem foi a respeito da suposta onça encontrada nas proximidades do Palácio do Itamaraty.

<p>presentes na mensagem compartilhada pela polícia (fonte oficial).</p> <p>Na segunda matérias, as informações se repetiram e também não houve entrevistas, apenas menção ao nome de um policial como sendo o informante dos dados. O militar se enquadraria como fonte oficiosa.</p>	<p>No entanto, diferente do que foi noticiado, o Zoológico de Brasília informou que se referia a um animal de pequeno porte, provavelmente gato, e não uma onça.</p>
--	--

Fonte: autoria própria

5.2.1.8 Matéria *Menina de 14 anos é estuprada em Santa Maria – Correio Braziliense*

A matéria intitulada “*Menina de 14 anos é estuprada em Santa Maria*” foi produzida a partir da informação divulgada no grupo de *WhatsApp* da Polícia Militar com jornalistas às 15h24 de 15 de março de 2017. Dezenove minutos depois, às 15h43, a matéria estava publicada. Inicialmente, a PM informou, pelo número do plantão da corporação, que flagrou um homem de 38 anos mantendo relações sexuais com uma adolescente de 14 dentro de um carro estacionado em um matagal próximo a um colégio na quadra 401 de Santa Maria, região administrativa do Distrito Federal, distante aproximadamente 35 quilômetros do Plano Piloto. Na mesma mensagem, a PM explicou que a equipe flagrou o homem e a menina nus dentro do veículo. Segundo a corporação, ela pediu socorro.

O veículo, no entanto, além de confirmar o estupro, disse que “*a vítima foi obrigada a entrar no carro do agressor*” e afirmou que a menina foi abusada e violentada. Para explicar o caso, utilizou trechos da nota da PM, como: “*eles já estavam nus no carro*” e “*o ato estava acontecendo quando os policiais interromperam*” – frases idênticas ao que foi repassado pela corporação no grupo de *WhatsApp*. Também não houve outras fontes na matéria, além do detalhamento da ocorrência disponibilizada pela PM no grupo.

Às 16h13, a PM informou que o delegado havia libertado o homem e a adolescente, levados à delegacia. Além disso, a corporação informou que o delegado teria desqualificado o crime de estupro. “*Segundo o mesmo (o delegado), a adolescente, de 14 anos, é uma viciada em drogas e estava fazendo programa por R\$ 20,00*”, informou a mensagem da PM no grupo. Depois da notícia, a imprensa procurou a versão da Polícia Civil no grupo de *WhatsApp* que ainda existia com jornalistas. Às 21h05, o então diretor de comunicação explicou que não houve desclassificação do crime, uma vez que o investigador entendeu que sequer tinha ocorrido um ato ilegal, por se tratar de um programa sexual. “*A menor admitiu na DP que era programa. A tia corroborou a versão de que a sobrinha se prostituí*”, detalhou. E ainda alegou, às 21h25, que o suposto pedido de socorro, conforme a PM passou, não tinha sido ouvido por ninguém,

“*nem mesmo pela jovem*”, o que deixa a entender um ataque à Polícia Militar que teria repassado o caso.

A partir das manifestações da Polícia Civil, o veículo mudou a abordagem da matéria e o título passou a ser “*Homem é detido com jovem de 14 anos perto de escola em Santa Maria*”. A última atualização do conteúdo aconteceu no dia seguinte, 16 de março de 2017, às 10h59. Neste caso, a nova versão da matéria tratou do entendimento da Polícia Civil de que não houve abuso, mas, sim, um relacionamento consentido com base no depoimento da própria vítima e de familiares da adolescente, que confirmaram se tratar de um programa.

Na última versão da matéria, o posicionamento da Polícia Militar de que teria sido um estupro foi atribuída à adolescente. “*Segundo um dos policiais, a jovem gritou por socorro e o acusou de estupro*”, ressaltou um dos trechos da notícia. A nova narrativa foi construída, basicamente, com a resposta da Polícia Civil, com cópias literais da mensagem do diretor de comunicação da Polícia Civil, como: “*o delegado responsável pela ocorrência entendeu então que não houve crime*”. Além disso, a matéria contou que “*a tia da jovem, que foi buscá-la na delegacia, confirmou que a jovem fazia esse tipo de atividade para sustentar o vício em drogas*”. No entanto, no então grupo da Polícia Civil, o delegado apenas informou que “*a tia corroborou a versão de que a menina se prostitui*”, sem citar se os programas eram feitos para sustentar o vício.

No mesmo dia da última atualização da matéria, 16 de março de 2017, uma nova matéria publicada informou que a menina era acompanhada pelo Conselho Tutelar da região. Houve, também, uma entrevista com o conselheiro que explicou a trajetória de vulnerabilidade da adolescente. Ele, inclusive, destacou que a menina tinha histórico de exploração sexual. A matéria relembrou os dois lados, o da Polícia Militar, que alegou ser estupro, e o da Polícia Civil, que não identificou o crime, e também abordou a visão de um advogado para explicar o crime de estupro e a legislação.

Mesmo com a correção de que não houve estupro, segundo investigação da Polícia Civil, a matéria permanecia com a memória dos casos de abusos sexuais, o que identifica o posicionamento do *Correio Braziliense* de que seria um crime de estupro.

Quadro 18 – Tipos de fontes e erro jornalístico na matéria *Menina de 14 anos é estuprada em Santa Maria*

Fontes consultadas e classificações	Quais as principais questões abordadas
Na primeira matéria com erro, objeto desta análise, constava informações repassadas pela Polícia Militar (fonte oficial).	A divergência entre a versão da PM, que alegou ter ocorrido um crime de estupro, e a posição da Polícia Civil, que entendeu se

<p>Após a manifestação da Polícia Civil, a notícia foi atualizada apenas com as declarações da corporação, mas com o contraponto, ainda, da PM (fontes oficiais).</p>	<p>tratar de um programa com base no depoimento da adolescente de 14 anos e da tia dela à delegacia.</p> <p>Mesmo com a correção da matéria, o texto ainda lembrou casos de estupros no DF, o que revela a posição do veículo de reafirmar o crime.</p>
---	---

Fonte: autoria própria

5.2.1.9 Matéria *Motorista do Uber é preso por tráfico; ele confessou que entregava drogas a clientes – Correio Braziliense*

Também em março de 2017, uma matéria do site *Correio Braziliense* foi atualizada horas depois de publicada por erro jornalístico. A matéria, embasada na informação divulgada no grupo de *WhatsApp* da Polícia Militar, destacava que um motorista do aplicativo de transporte particular *Uber* tinha sido preso por tráfico de drogas no momento em que entregava entorpecentes a um casal. A mensagem foi postada pelo plantão da comunicação da PM na comunidade do *WhatsApp* com jornalistas às 7h15 do dia 11 de março de 2017. Às 8h39, a notícia foi publicada com o título “*Motorista do Uber é preso por tráfico; ele confessou que entregava drogas a clientes*”, apenas com a versão da Polícia Militar, sem, inicialmente, ter a posição da empresa *Uber* nem a versão da Polícia Civil. A matéria, portanto, tomou como base a nota divulgada pela assessoria de imprensa da PM e a transformou em texto jornalístico.

Quando se compara o texto divulgado pela PM e o publicado no veículo de mídia, percebe-se a semelhança entre as narrativas, o que demonstra a falta de adaptação da matéria a técnicas jornalísticas. Na matéria, o trecho “*Segundo a Polícia Militar, a equipe desconfiou de um homem que estava parado em um Gol, próximo a um casal*” é quase idêntico à mensagem no grupo: “*Os policiais desconfiaram de um homem que estava em um VW/Gol parado na via próximo a um casal*”. O texto do jornal continua explicando que, “*ao fazer a abordagem, os militares encontraram 175 microselos de LSD, uma porção de maconha e comprimidos de ecstasy*”, a mesma sequência informada pela PM. A narrativa jornalística ainda destacou que “*os policiais se deslocaram até a casa do suspeito e localizaram, ainda, ampolas de anabolizante*”, trecho idêntico ao da PM.

A notícia permaneceu no ar até as 19h59 do mesmo dia, quando a notícia foi alterada a partir da declaração da empresa do *Uber* de que o motorista não fazia parte do quadro de colaboradores. Assim, o título se transformou para “*Motorista é preso por tráfico e confessa que entregava drogas a clientes*”. Apesar da correção, a estrutura da matéria se manteve.

Jornalistas retiraram, apenas, os termos que identificavam o homem preso como condutor do aplicativo e acrescentaram um parágrafo com o depoimento da empresa de que a pessoa nunca esteve cadastrada na plataforma da firma. Tanto que, apesar da modificação no título, o *link* de acesso à matéria ainda tratava da chamada anterior de que o motorista era vinculado ao *Uber*.

O *SEO* (*Search Engine Optimization*) – ou otimização de busca, em português – estava com a referência antiga até dia 16 de abril de 2019, data da última consulta. São as palavras do *SEO*, buscadas pelo internauta na rede, que fazem uma matéria ser bem classificada no *ranking* de busca e ter mais acesso. (http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/03/11/interna_cidadesdf,579925/motorista-do-uber-e-presos-por-trafego-ele-confessou-que-entregava-dro.shtml).

As *tags* da matéria, ou seja, as palavras-chaves que também fazem com que o material seja encontrado na rede, ainda tratavam do motorista vinculado ao *Uber*. Demonstra que, embora tenha se modificado o texto da matéria, as informações técnicas continuavam se referindo ao homem preso como condutor do aplicativo, informação fornecida pela Polícia Militar e republicada pelos veículos de comunicação sem que antes fosse checada a veracidade com a própria empresa.

Quadro 19 – Tipos de fontes e erro jornalístico na matéria *Motorista do Uber é preso por tráfico; ele confessou que entregava drogas a clientes*

Fontes consultadas e classificações	Quais as principais questões abordadas
<p>A primeira matéria foi construída apenas com base nas informações divulgadas no grupo da Polícia Militar com jornalistas (fonte oficial).</p> <p>Ao atualizar a matéria, todas as informações da PM foram mantidas. Acrescentaram, apenas, a declaração da empresa <i>Uber</i> que negava que o motorista fosse cadastrado na plataforma (fonte oficial).</p>	<p>A matéria abordou a história de um motorista preso por tráfico de drogas na quadra 7 do Park Way. Ele estava dentro do carro, próximo a um casal, quando policiais desconfiaram da atitude dele. No veículo, militares encontraram drogas e, na casa do homem, ampolas de anabolizantes.</p> <p>A matéria tratou que ele seria motorista do <i>Uber</i>, conforme detalhes divulgados pela Polícia Militar, mas só depois de a assessoria da empresa procurar pelo veículo, a notícia atualizou com a versão do aplicativo.</p>

Fonte: autoria própria

5.2.1.10 **Matéria *Homem se passava por motorista do Uber para entregar drogas* – *Metrópoles***

Um intervalo de 24 minutos foi o tempo que o portal *Metrópolis* levou para também construir a matéria baseada na informação publicada pela Polícia Militar, se comparado o horário da mensagem circulada no grupo e a hora da postagem da matéria. As 7h15 de 11 de março de 2017, a corporação informou sobre a prisão de um homem por tráfico de drogas. O texto ainda dizia que o suspeito assumiu aos policiais que era motorista do aplicativo *Uber* e que vendia entorpecentes. O veículo analisado postou a notícia às 7h39 do mesmo dia. No texto, o portal contou sobre a prisão, deu as características do homem e confirmou que, segundo a Polícia Militar, ele era condutor do aplicativo de transporte particular. O *Metrópolis* escreveu que, “segundo a corporação, ele (suspeito) aproveitava as corridas para fazer entrega das drogas”. A notícia só foi corrigida às 20h52 do mesmo dia, quando a assessoria de imprensa da informou que o homem não era cadastrado na *Uber*.

No grupo de *WhatsApp*, logo após o compartilhamento da mensagem pela assessoria da PM, a jornalista que assina a matéria indagou se o preso fazia uma entrega da droga quando foi flagrado pela polícia e recebeu como resposta da corporação que “ele reconheceu que fazia entrega, sim”. Contudo, o policial ainda contrapôs que “neste caso específico não foi possível confirmar”. Mesmo assim, a matéria confirmou a informação que o suspeito usava da função como *Uber* para fazer entrega da droga.

Além disso, trechos da mensagem publicada na íntegra no grupo da corporação com jornalistas apareciam no texto construído pelo veículo, o que reflete a precarização da construção da narrativa informativa. É o caso do início do segundo parágrafo do narrativa. O texto “de acordo com a PM, policiais militares do Grupo Tático Operacional (Gtop 45) desconfiaram de um homem que estava em um VW/Gol parado na via próximo a um casal e realizaram a abordagem” é semelhante ao trecho da mensagem “os policiais desconfiaram de um homem que estava em um VW/Gol parado na via próximo a um casal e realizaram a abordagem”.

Às 20h52 do mesmo dia, a matéria foi atualizada. O início do lide foi alterado para “um homem que se dizia trabalhar para o aplicativo *Uber* foi preso”. O restante do conteúdo foi mantido e acrescentado, no penúltimo parágrafo, o posicionamento da empresa. Mesmo com a informação de que “o homem nunca esteve cadastrado na plataforma”, repassada pela empresa, a construção da matéria permaneceu, o que reflete não ter ocorrido alteração no conteúdo.

Demonstra, portanto, uma notícia copiada quase que na íntegra o conteúdo de divulgação da Polícia Militar. Fica explícito para a pesquisadora que a ocorrência demonstra

mais a efetividade da corporação na prisão do suspeito do que uma notícia de interesse público, uma vez que a notoriedade estava no fato de o homem ser motorista do *Uber*; um aplicativo usado com frequência pela população e que exige histórico de bons antecedentes dos motoristas cadastrados.

Se o suspeito não era condutor do aplicativo, a matéria, do ponto de vista jornalístico, não teria relevância pública, uma vez que o histórico de prisões de traficantes no Distrito Federal é corriqueiro e nem todos os casos são noticiados pela mídia.

Quadro 20 – Tipos de fontes e erro jornalístico na matéria *Homem se passava por motorista do Uber para entregar drogas*

Fontes consultadas e classificações	Quais as principais questões abordadas
<p>A matéria não publicou entrevistas com fontes, mas as informações utilizadas para construção da notícia eram aquelas baseadas nas mensagens da Polícia Militar (fonte oficial).</p> <p>Depois da correção do texto, a notícia abordou, ainda, a declaração da empresa <i>Uber</i> (fonte oficial).</p>	<p>A matéria tratou de um suposto motorista do <i>Uber</i> que aproveitava as corridas para fazer entrega de droga. Em uma dessas viagens, ele foi flagrado pela Polícia Militar repassando entorpecentes a um casal no Park Way, região administrativa do Distrito Federal distante aproximadamente 20 km do Plano Piloto, e acabou preso.</p> <p>No entanto, o suspeito não era cadastrado no aplicativo de transporte, segundo a própria empresa. Mesmo assim, o portal de notícias manteve a informação com base na mensagem da Polícia Militar.</p>

Fonte: autoria própria

5.2.2 Matérias com informações originadas no grupo DER em Foco – Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal (DER-DF; trânsito)

O grupo, criado em 19 de março de 2014, é utilizado para o compartilhamento de informações a respeito de acidentes, alterações do trânsito, prisões de motoristas flagrados por embriaguez ao volante, resultado de *blitzes* e retenções do fluxo de veículos. Portanto, as mensagens postadas nesse canal são, na maior parte das vezes, factuais em razão das ocorrências momentâneas. Quando se trata de casos de maior repercussão, ocorrem debates entre agentes e jornalistas. Na última contagem, em 16 de abril de 2019, participavam do grupo 104 pessoas, entre fontes e jornalistas.

O canal é extraoficial. Não participam dele, portanto, integrantes da assessoria de imprensa do órgão. O ambiente oficial foi criado em 2015, mas apenas em 2018 que jornalistas

passaram a ser acrescentados ao grupo intitulado “*Trânsito DER*”. Na última contagem realizada, também feita em 16 de abril de 2019, eram 151 integrantes.

No entanto, a informação compartilhada e que foi publicada com erro jornalístico foi divulgada pelo primeiro ambiente, não oficial. A matéria entra na análise desta tese, portanto, porque a mensagem originada circulou em um canal instituído entre agentes de trânsito e profissionais de imprensa que, mesmo sem ser institucionalizado, é um ambiente onde há interação e intensa troca de informações, principalmente no início da manhã, hora de circulação intensa nas principais vias de Brasília, no fim da tarde, horário de volta para casa, e em circunstâncias de acidentes ou batidas graves.

5.2.2.1 Matéria *Família morre após ser atropelada por um adolescente no Gama – Correio Braziliense*

A primeira informação a respeito de um acidente que matou duas irmãs e uma criança de 6 meses foi divulgada no grupo da Polícia Militar com jornalistas às 9h24 de 27 de agosto de 2017. A mensagem foi compartilhada pelo número de telefone do plantão da comunicação da PM. Após 11 minutos do compartilhamento da primeira informação no grupo de *WhatsApp*, a notícia do site do *Correio Braziliense* foi publicada, às 9h35. Logo depois, às 9h37 e às 10h57, a corporação atualizou o caso no grupo com mais detalhes da ocorrência e o jornal também acrescentou os dados na matéria. A informação repassada tanto pela PM quanto pelo Corpo de Bombeiros era de que cinco vítimas tinham sido atropeladas, das quais três não tinham resistido: duas jovens irmãs, e um bebê de 6 meses. Uma criança de 2 anos e o avô tinham sido socorridos e levados ao hospital, segundo informações repassadas pelas duas corporações no grupo de *WhatsApp* com jornalistas.

Mas, às 10h35, durante um debate sobre as circunstâncias do acidente no grupo de *WhatsApp* com agentes de trânsito do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal (DER-DF), um jornalista compartilhou a mensagem de que o idoso tinha morrido a caminho da unidade de saúde. Dezenove minutos depois, às 10h54, o jornal publicou a informação da morte dele. Mas, ao contrário do que havia sido dito, o idoso continuava internado e sob cuidados médicos.

A matéria só foi corrigida e atualizada às 11h32. Ao ajustar a informação, o jornal atribuiu a responsabilidade da informação da morte do avô à Polícia Militar. No entanto, não houve, em momento algum durante a troca de mensagens no grupo de *WhatsApp* da PM com jornalistas, a divulgação dessa informação por parte da corporação. Pelo contrário, uma das

mensagens postadas às 9h34 por policiais no grupo confirmou a quantidade de três mortos. A corporação ainda repassou os nomes das vítimas que não resistiram: duas jovens de 22 e 19 anos e da criança de 6 meses. Novamente, a identidade do idoso não tinha sido compartilhada na mensagem da Polícia Militar, porque não se tratava de morte.

Uma das hipóteses para o erro, portanto, vai ao encontro da rapidez em atualizar o caso. Possivelmente diante da preocupação em publicar o conteúdo com agilidade, o jornal pode ter se baseado apenas na mensagem de um jornalista de outro veículo no *WhatsApp*, já que não havia entrevista na primeira matéria analisada. Outra suspeita é de que pode ter ocorrido falta de checagem da informação ou cruzamento de dados com outros órgãos envolvidos na cobertura. Ao ter acesso à informação sobre a morte do idoso, a equipe poderia se certificar da veracidade da informação com o Corpo de Bombeiros, com alguma fonte de dentro do hospital para onde o paciente foi socorrido ou mesmo com familiares que possam ter se deslocado para o acidente. O veículo só corrigiu o conteúdo 38 minutos após a notícia ir ao ar.

Além do erro de informação, a forma como o texto foi apresentado tornou-se semelhante à mensagem compartilhada no grupo pela PM, o que reflete uma reorganização da narrativa sem adequá-la aos padrões ou técnicas profissionais. Em um trecho da matéria, constava: “*o jovem, que apresentava sinais de embriaguez, tentou fugir, mas foi detido próximo a um matagal.*” A frase é quase idêntica ao que a Polícia Militar repassou, ao dizer que “*o condutor tentou fugir dos policiais, mas foi detido próximo a um matagal.*” Pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), uma pessoa com menos de 18 anos não é presa nem detida, mas, sim, apreendida, conforme a menção legal. Como o jornal aparenta apenas ter reproduzido o texto da corporação, a expressão “*detido*” foi mantida.

No mesmo parágrafo, o jornal informou que, “*por se tratar de menor de idade, a ocorrência está sendo registrada na Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA).*” Trecho literal da mensagem da PM, que repassou: “*por se tratar de menor de idade, a ocorrência está sendo registrada na DCA.*” Demonstra, portanto, a cópia de algumas partes da mensagem e a falta de técnica jornalística, já que “*menor de idade*” é um jargão utilizado na linguagem policial para se tratar de adolescente. Em alguns trechos da matéria, portanto, não houve transformação da mensagem em notícia com viés jornalístico.

Além de as informações repassadas pela Polícia Militar constarem na matéria, havia, também, dados do Corpo de Bombeiros e do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) – ambos enviados também por grupos de *WhatsApp* com jornalistas, o que demonstra e corrobora o forte movimento dos contatos estabelecidos entre fontes e jornalistas pelo

aplicativo de mensagens eletrônicas. O canal de comunicação do Samu com jornalistas, no entanto, foi extinto em 2018.

A última atualização na matéria analisada do *Correio Braziliense* ocorreu às 19h18 do mesmo dia, com entrevistas de vizinhos que escutaram o impacto da batida, fotos do local do acidente com o crédito vinculado a um fotógrafo do veículo de imprensa, o que demonstra um deslocamento da equipe de reportagem, além de um texto mais completo com oito parágrafos e imagens de reprodução das vítimas.

Quadro 21 – Tipos de fontes e erro jornalístico na matéria *Família morre após ser atropelada por um adolescente no Gama*

Fontes consultadas e classificações	As principais questões abordadas
<p>Inicialmente, a matéria apresentou apenas informações compartilhadas pelas forças de segurança pública, principalmente as enviadas pela PM, mas também houve reproduções de dados do Corpo de Bombeiros e do Samu, inclusive vinculando as informações a essas instituições (fontes oficiais).</p> <p>Após a atualização, a matéria divulgou informações repassadas por um policial que atendeu a ocorrência (fonte oficiosa), além de constar entrevista com duas moradoras que escutaram o barulho do acidente (fonte testemunhal).</p>	<p>A primeira versão da matéria tratou apenas do acidente e da morte de integrantes de uma mesma família, provocado por um adolescente de 17 anos embriagado, e que pegou o carro do pai escondido.</p> <p>No entanto, o erro de informação estava na notícia da morte de um idoso. A mensagem foi repassada por um jornalista no grupo de <i>WhatsApp</i> com agentes de trânsito e publicada pelo jornal 19 minutos depois.</p>

Fonte: autoria própria

5.2.3 Análise das matérias publicadas em 2017

Ao todo, foram 11 matérias analisadas ao longo de 2017 e publicadas no mesmo ano. Seis são do site *Correio Braziliense*, quatro do portal *Metrópoles* e apenas uma do *GIDF*. Mas quatro conteúdos são comuns a mais de um veículo de mídia. É o caso da matéria sobre uma suposta briga entre vizinhos que terminou em morte na noite de Natal, divulgada em 25 de dezembro de 2017 pelo *Correio Braziliense* e pelo portal *Metrópoles*; a matéria sobre um suposto feto encontrado em uma quadra da Asa Sul, publicada em 23 de agosto de 2017 também por ambos os sites; a notícia de invasão de uma suposta onça no Palácio do Itamaraty, em 21 de agosto de 2017, divulgada pelas três mídias analisadas, além de um suposto motorista de *Uber* preso por tráfico de drogas, noticiada em 11 de março de 2017, tratada pelo *Correio Braziliense* e também pelo portal *Metrópoles*.

Em todas as matérias analisadas, a primeira versão do conteúdo que foi ao ar continha apenas a indicação da versão oficial das corporações repassada no grupo de *WhatsApp*. Mas, na medida em que o conteúdo foi atualizado com desdobramentos, deslocamento da equipe de reportagem ao local do fato e transmissão de mais detalhes por parte dos informantes no ambiente de *WhatsApp*, os veículos também ajustam a notícia publicada inicialmente com o lado institucional das forças de segurança pública.

Em todas as matérias analisadas ao longo de 2017, apesar de os veículos de imprensa corrigem o erro de informação, nenhum deles divulgou uma errata que identificasse a alteração. Em outras circunstâncias, no entanto, o conteúdo não foi ajustado. Isso ocorreu em três das 11 matérias em que o erro de informação se manteve.

Uma delas é do *Correio Braziliense*, referente à notícia de uma suposta onça que teria sido vista no Palácio do Itamaraty. Um dia após o caso, o Zoológico de Brasília informou que o animal, na verdade, era um gato e tinha sido visto do lado de fora do órgão público.

Outras duas matérias que não passaram por correção são do portal *Metrópoles*. Uma delas se refere à mesma notícia do bichano que não foi atualizada com as novas características do felino. A segunda foi a respeito da suposta briga por som alto entre vizinhos que terminou em morte na noite de Natal. A Polícia Civil, no entanto, confirmou que o crime ocorreu em razão de uma rixa por disputa de droga e os envolvidos não eram vizinhos. A matéria não foi atualizada com a nova versão.

Em relação ao tempo entre a transmissão do fato no grupo de *WhatsApp* com jornalistas e a publicação da notícia, o site *Correio Braziliense*, diferentemente dos conteúdos analisados em 2018, levou mais de uma hora para divulgação da notícia (se considerar o primeiro horário

da divulgação da ocorrência no grupo de *WhatsApp*). Isso aconteceu em três das matérias. Mas em outras quatro coberturas o intervalo de tempo foi de seis minutos, 19 minutos, 11 minutos e 27 minutos.

Uma das reportagens com erro jornalístico publicado pelo veículo e que se tornou emblemática em razão do tempo para publicar a notícia foi a de um suposto feto encontrado em uma quadra da Asa Sul. O conteúdo foi publicado em 23 de agosto de 2017, seis minutos após o compartilhamento da primeira mensagem no *WhatsApp*. O tratamento da notícia demonstrou que, além de apenas retratar uma das versões — a da Polícia Militar repassada no grupo com jornalistas — a equipe de repórteres ainda interpretou a informação diferente do que tinha sido repassado. Enquanto a corporação transmitiu a notícia de um “*suposto feto encontrado*”, o veículo confirmou ser um embrião ao divulgar “*moradores encontram feto dentro de preservativo na quadra 313 Sul*”.

Somente horas depois que a Polícia Civil divulgou o resultado do laudo, o veículo publicou que, na verdade, o “suposto feto” era restos de cenoura e banana. Sem divulgar errata nem outra indicação de ajuste da informação, o veículo de imprensa detalhou que “*a Polícia Civil negou*” ser um feto o material que estava dentro de um preservativo encontrado na quadra 313 Sul. A cobertura gerou manifestações de leitores nas redes sociais da internet contrários ao veículo.

Quanto à cobertura da suposta onça vista no Palácio do Buriti, o *Correio Braziliense* também seguiu a notícia repassada pela fonte oficial, mas, assim como as outras duas mídias estudadas, errou ao dar ênfase de que o animal seria uma onça. Ao cruzar o dado com a mensagem inicial, a pesquisadora identifica que o primeiro conteúdo repassado pela PM citava um felino, com ênfase para uma suposta onça, mas os três principais veículos de imprensa do Distrito Federal afirmaram ser uma onça. Ao mesmo tempo em que o site foi o que demorou a publicar a notícia, a matéria foi a menor em termos de tamanho. Percebe-se, portanto, apenas uma transposição de um boletim de ocorrência repassado pela força policial.

Em outra notícia, a respeito de um suposto motorista de aplicativo de transporte preso por tráfico de drogas, publicada em 11 de março de 2017, além do erro de informação — depois se confirmou que o homem não era vinculado à empresa de transporte particular —, a comparação da mensagem transmitida pela Polícia Militar com a notícia divulgada demonstra semelhanças entre as narrativas. Sem adaptar o conteúdo a critérios jornalísticos de relevância, o site reproduziu a mesma sequência de informações repassadas pela Polícia Militar, com trechos idênticos ao conteúdo divulgado, o que reflete a cópia por parte de jornalistas da equipe.

Além disso, embora a matéria tenha sido corrigida após a confirmação de que o suspeito não era motorista de aplicativo, o endereço eletrônico de acesso à notícia ainda tratava da chamada anterior vinculando o preso ao aplicativo de transporte. Portanto, apesar de uma modificação no título e ao longo da narrativa jornalística, a busca pela matéria ainda continuava com erro de informação até a data de análise do material.

Conclui-se, portanto, que em pelo menos duas das seis reportagens analisadas pelo *Correio Braziliense* o erro ocorreu também por uma falha na interpretação da informação por parte dos jornalistas. Além de uma possível falta de checagem e ausência de cruzamento da informação com outras fontes envolvidas na cobertura, em dois casos o site potencializou o equívoco em razão de confirmar fatos ainda tratados como suspeitos, como o caso do suposto feto encontrado na quadra da Asa Sul e do suposto animal felino visto nas proximidades do Palácio do Itamaraty.

Mas, ao passo em que o veículo se antecipa em confirmações de casos ainda tratados como suspeitos e comete erros jornalísticos, verifica-se que em três coberturas houve, após a divulgação do erro, a ampliação na cobertura. Em um dos casos, publicado em 25 de dezembro de 2017, o *Correio Braziliense* inicialmente reproduziu a ocorrência repassada pela Polícia Militar depois de mais de uma hora e meia do compartilhamento da informação no grupo de *WhatsApp* a respeito de uma suposta briga entre vizinhos motivada por som alto que tinha terminado em tragédia.

Mas, na última publicação da matéria, feita na tarde do mesmo dia, identifica-se o investimento na apuração por parte da equipe de reportagem que se deslocou ao endereço. A equipe de jornalistas descobriu, então, que diferentemente do informado, tratava-se de uma briga por dívida de droga e os envolvidos não eram vizinhos. Por fim, a matéria trouxe entrevistas com policiais civis que participaram da ocorrência, moradores e testemunhas.

O mesmo ocorreu com outras duas matérias, uma publicada em 27 de agosto de 2017, a respeito do atropelamento e morte de três pessoas da mesma família, e outra divulgada em 15 de março de 2017, sobre uma menina de 14 anos supostamente estuprada. Na primeira ocasião, o jornal errou ao divulgar a morte de um idoso também atropelado e integrante da família moradora do Gama, região administrativa do Distrito Federal.

O idoso tinha ficado ferido, foi socorrido e encaminhado ao hospital. Na última atualização da notícia, além da versão oficial encaminhada por fontes de informação em grupos de *WhatsApp*, a matéria também deu ênfase às testemunhas do acidente, a moradores próximos ao local e policiais. Por fim, a equipe de jornalistas retirou a informação da morte do idoso.

Na segunda matéria, embora não se perceba deslocamento da equipe ao local do fato, a pesquisadora identificou um investimento na cobertura por parte do veículo de comunicação. Um dia depois da matéria que informou o estupro de uma adolescente e, posteriormente, o ajuste do erro — após a Polícia Civil transmitir que, na verdade, tratava-se de um programa sexual feito pela menina —, o *Correio Braziliense* elaborou um novo conteúdo em que ampliou a discussão sobre a situação de vulnerabilidade que a garota enfrentava em razão das condições familiares e sociais.

Portanto, a pesquisadora conclui que, ao mesmo tempo em que o veículo erra, o site também procura ampliar a discussão e corrigir o conteúdo em temas de maior impacto, como ocorreu em três das seis matérias publicadas. Nas outras três narrativas, o *Correio Braziliense* ajustou o equívoco em duas e manteve uma notícia com erro: a da suposta onça que teria sido vista nos anexos do Palácio do Itamaraty — o Zoológico de Brasília, posteriormente, informou se tratar de um gato.

O portal *Metrópoles*, por sua vez, publicou três conteúdos. Em dois deles ajustou a informação. Uma relativa ao suposto motorista de *Uber* preso por tráfico e drogas e a segunda a respeito do suposto feto encontrado na Asa Sul. No caso da primeira matéria, a notícia foi publicada em 11 de março de 2017, 24 minutos após a Polícia Militar divulgar a informação no grupo de *WhatsApp* com jornalistas. Contudo, além do erro na notícia — depois se confirmou que o homem não era vinculado ao aplicativo — o veículo também publicou que o suspeito aproveitava corridas para fazer entrega do entorpecente.

No entanto, ao comparar a narrativa com o texto publicado pela corporação, não se identifica essa confirmação por parte da PM. Assim como ocorreu no *Correio Braziliense*, o portal também aproveitou trechos literais da transmissão do fato aos profissionais de imprensa para construção da notícia, o que demonstra, em alguns momentos da narrativa, não ter ocorrido uma reorganização do conteúdo no sentido de atender aos critérios de relevância jornalística.

Após manifestação da assessoria da empresa de aplicativo desmentindo que o homem seria motorista de *Uber*, a matéria também ajustou o título, mas com a indicação de que “*o motorista se passava por motorista de Uber para entregar drogas*”, o que não foi confirmado pela Polícia Militar. A PM repassou que ele seria condutor de aplicativo, mas não que utilizaria da função de motorista da empresa para praticar o tráfico de drogas. A construção da notícia permaneceu a mesma.

Nas duas outras matérias publicadas pelo portal, em 25 de dezembro de 2017, a respeito da suposta briga entre vizinhos que terminou em morte, e a divulgada em 21 de agosto de 2017,

a respeito da suposta onça que teria sido vista no anexo do Palácio do Itamaraty, o veículo não corrigiu as informações. No primeiro caso, mesmo com o tempo de duas horas entre a divulgação do fato pela corporação e a transmissão da notícia, a narrativa não se diferenciou da publicada inicialmente pelo *Correio Braziliense*. Em um texto de três parágrafos, o texto limitou-se a apenas reproduzir um boletim de ocorrência sem que a notícia fosse atualizada. Das três mídias analisadas, o *Metrópoles* foi o primeiro a publicar a mensagem em um tempo de 33 minutos e não atualizou a informação.

Na última matéria analisada do portal em 2017 a respeito de um suposto feto encontrado em uma quadra da Asa Sul e publicada em 23 de agosto de 2017, identifica-se que, embora o veículo tenha seguido a mensagem da fonte oficial ao tratar o caso como suposto, a narrativa também fez parte da análise, uma vez que o veículo seguiu com o mesmo equívoco ao dar ênfase a uma suspeita de localização de um falso embrião, repassada de forma prematura pela Polícia Militar. Após o pronunciamento da Polícia Civil, a matéria também foi atualizada de que se tratava de restos de cenoura e banana, mas a primeira versão já tinha sido acessada por leitores que tiveram contato com uma primeira notícia exagerada a respeito do fato. No entanto, pesquisadora identifica deslocamento da equipe de jornalistas e o investimento em aprofundar o caso a partir de entrevistas publicadas na última atualização da matéria, o que demonstra a fala de outras vozes envolvidas na cobertura.

O *GIDF*, por sua vez, publicou apenas uma matéria em 21 de agosto de 2017 sobre a história da onça vista nas proximidades do Palácio do Itamaraty. O veículo foi o único que depois atualizou o conteúdo e, em uma nova matéria, afirmou que o animal era um gato, com base em análises feitas por estudiosos a partir das imagens e confirmada pelo Zoológico de Brasília, mas, assim como nas matérias iniciais dos outros veículos analisados, o *GIDF* apenas abordou a versão oficial repassada no grupo de *WhatsApp* da Polícia Militar com jornalistas, sem que houvesse outras versões ao longo do texto.

Dois dias depois da primeira matéria, publicada em 23 de agosto de 2017, o *GIDF* divulgou uma notícia mais analítica e menos factual. Na ocasião, dois especialistas biólogos, que pesquisam felinos de grande porte do cerrado, analisaram as filmagens e confirmam que, pela estatura do animal, não se tratava de uma onça, mas, sim, de um gato. O Zoológico de Brasília também confirmou que, na verdade, o bichano seria um felino de porte menor do que uma onça.

Identifica-se, portanto, que em todas as primeiras versões analisadas e publicadas pelos três veículos de imprensa estudados, o ponto de partida inicial é a mensagem compartilhada pelas fontes de segurança pública no grupo de *WhatsApp* com jornalistas.

Em determinados casos, não há desdobramentos das histórias e a matéria se torna uma reprodução de um boletim de ocorrência das forças policiais. Em outras ocasiões, no entanto, percebe-se um deslocamento por parte da equipe de jornalistas ao local do fato e, assim, ocorre a inserção de outras vozes além da oficial ao longo da matéria.

Tabela 3 – Demonstrativo gráfico da análise ao longo do ano de 2017

VEÍCULO	MATÉRIAS		QUEM ERRA	
	MATÉRIAS COM ERRO	MATÉRIAS QUE TIVERAM INFORMAÇÃO CORRIGIDA	JORNALISTA	FONTE E JORNALISTA
<i>G1DF</i>	1	1	Na única matéria, erra o jornalista	
<i>Correio Braziliense</i>	6	5	Em três matérias erra o jornalista Em outras três, fonte e jornalista	
<i>Metrópoles</i>	4	2	Em uma matéria erra o jornalista Em três, fonte e jornalista	
TOTAL:	11	8 (72%)	55% erram fonte e jornalista 45% erra só o jornalista	

Fonte: autoria própria

5.3 Matérias com erros identificados e publicadas no segundo semestre de 2016

Embora a coleta de dados para a análise tenha iniciado a partir do segundo semestre de 2016, a primeira matéria com erro de informação identificado pela pesquisadora foi publicada em novembro daquele ano. A cobertura é referente a um policial militar baleado na cabeça durante uma tentativa de assalto em Ceilândia, região mais populosa do Distrito Federal. Os dois veículos que publicaram a notícia, site do *Correio Braziliense* e do portal *Metrópoles*, divulgaram a informação da ocorrência.

Contudo, durante atualização, os portais noticiaram que a vítima tinha falecido após dar entrada no hospital. Contudo, o homem passou por cirurgia e ficou internado, diferentemente do noticiado pelos dois sites, conforme apresentado em análise textual abaixo.

5.3.1 Matérias com informações originadas no grupo Comunicação PCDF

O grupo criado em 1º de julho de 2016 pelo então diretor da Divisão de Comunicação da Polícia Civil (Divicom) com jornalistas era movimentado. Tinha, até 19 de março de 2017 (data da última consulta), 224 pessoas, entre informantes da corporação e profissionais de imprensa. Mas, em 15 de maio do mesmo ano, o canal que servia como contato entre jornalistas e a instituição foi extinto após a saída do próprio administrador do grupo. O delegado, como mencionado, fez o comentário de que “*as crianças pagam caro pelo rodízio de padrastos em casa*” após a ocorrência de uma adolescente de 11 anos estuprada pelo então companheiro da mãe, no Gama, região administrativa do Distrito Federal, aproximadamente 40 quilômetros de Brasília. A informação foi veiculada pelos principais jornais.

Antes de o grupo de *WhatsApp* ser excluído, jornalistas recorriam ao grupo para perguntar sobre ocorrências, tirar dúvidas de operações da Polícia Civil e pedir mais detalhes dos casos investigados. Por essa razão, mesmo extinto, as reportagens com falhas na apuração originadas neste canal ao longo de sua atividade serão objetos de análise.

5.3.1.1 Matéria Policial é baleado na cabeça durante assalto em Ceilândia – *Correio Braziliense*

A informação da morte de um policial baleado na cabeça durante um assalto em Ceilândia, região mais populosa do Distrito Federal, compartilhada pelo então diretor de comunicação da Polícia Civil no grupo de *WhatsApp* com jornalistas, foi publicada pelo *Correio*

Braziliense logo após a divulgação. No entanto, o jornal errou ao noticiar a morte da vítima. A notícia foi publicada em 4 de novembro de 2016.

A primeira versão da matéria, publicada às 15h49, teve origem com a informação do crime no grupo de *WhatsApp* da Polícia Militar e tratava da ocorrência em si: um policial baleado durante um assalto. Às 17h40, o site publicou a morte do policial após o então diretor de comunicação da Polícia Civil confirmar, no grupo, o óbito da vítima às 17h37. O intervalo de tempo entre a postagem da morte do militar no canal de comunicação do *WhatsApp* da Polícia Civil com jornalistas e a publicação da morte do policial pelo veículo de mídia foi de três minutos, o que demonstra a probabilidade de jornalistas não terem confirmado a informação com a Secretaria de Saúde do DF, com alguma fonte do hospital ou com familiares.

Às 18h01, no entanto, uma das servidoras integrantes da área de comunicação da Polícia Civil repassou que “[o policial] está no Hospital de Base. Saiu da cirurgia e está em estado gravíssimo”. Às 18h12, o então diretor pediu desculpas no grupo: “gente, eu recebi uma informação no grupo e devo ter me atrapalhado. Na ocorrência constava que sim (para o óbito), mas mudaram para latrocínio tentado”, ao explicar sobre o erro de informar a morte do policial. E, depois, às 18h22, disse: “aqui no grupo eu não confirmo mais nada, só troco ideias”. A conduta reflete uma sucessão de equívocos e informações incompletas repassadas à imprensa sem que a própria assessoria de imprensa da Polícia Civil checasse a veracidade delas. Além disso, demonstra insegurança por parte do delegado responsável que ora confirmou a morte da vítima, ora disse que a informação era de outra integrante da equipe e, depois, confessou ter “se atrapalhado”.

A notícia da morte do militar permaneceu publicada até as 18h28. Ao corrigir a informação, o veículo de imprensa atribuiu a responsabilidade do erro a falha da Polícia Civil. Sem publicar nota de esclarecimento nem errata, o site adotou o recurso de dizer que, “apesar de a Polícia Civil ter divulgado, inicialmente, que o PM havia morrido, a comunicação da Polícia Militar do DF informou que o policial está sendo estabilizado pelos médicos”. Com quatro pequenos parágrafos, a matéria só tratou da correção da informação a respeito da morte da vítima ao fim da narrativa. Todos os outros detalhes noticiados continuavam sendo de informações divulgadas no grupo da Polícia Civil e no da Polícia Militar.

Ao contrário do que foi informado minutos depois de o crime acontecer, o policial morreu quase três meses após ter sido baleado, em 27 de janeiro de 2017. Na ocasião, o site do jornal *Correio Braziliense* publicou nova matéria, mas, novamente, sem que houvesse entrevista citada ao longo da notícia.

Quadro 22 – Tipos de fontes e erro jornalístico na matéria *Policial é baleado na cabeça durante assalto em Ceilândia*

Fontes consultadas e classificações	Quais as principais questões abordadas
As informações foram tratadas apenas a partir de informações veiculadas nos grupos de <i>WhatsApp</i> da Polícia Civil e da Polícia Militar com jornalistas (fontes oficiais).	<p>Na primeira matéria, a informação foi de um policial militar baleado durante uma tentativa de assalto. O veículo de imprensa noticiou que a vítima não teria resistido, como informou o então delegado que chefiava a comunicação da Polícia Civil.</p> <p>A informação do óbito, no entanto, era falsa e o site corrigiu a notícia posteriormente. O militar faleceu em 27 de janeiro de 2017, mais de dois meses após o crime.</p>

Fonte: autoria própria

5.3.1.2 Matéria *Após confirmar morte de PM, PCDF diz que servidor está em estado grave – Metrôpoles*

Assim como o *Correio Braziliense*, o portal *Metrôpoles* publicou, inicialmente, a informação de um policial baleado na cabeça durante uma tentativa de latrocínio. A primeira mensagem a respeito da ocorrência compartilhada no grupo de *WhatsApp* com jornalistas ocorreu às 15h27 de 4 de novembro de 2016, quando o então diretor de comunicação da Polícia Civil confirmou o crime. Três minutos depois, às 15h30, o veículo publicou a notícia de que o militar havia sido atingido na cabeça e fez atualizações na matéria a medida em que novas informações eram repassadas. Com a notícia da morte do policial, compartilhada pelo delegado responsável pelo grupo e então diretor da Divisão de Comunicação da Polícia Civil feita às 17h37, o portal *Metrôpoles* confirmou a informação do óbito da vítima, seguindo a confirmação da Polícia Civil, mas que não condizia com a realidade.

Inicialmente, o veículo tinha apenas informado a respeito de uma ocorrência de um policial ferido. Com a confirmação da morte do militar pela Polícia Civil, o portal divulgou o óbito, atribuindo a confirmação à corporação. Mas, em razão das contradições da própria instituição a respeito das informações repassadas, às 18h40 o veículo corrigiu a matéria e transferiu a responsabilidade do erro à Polícia Civil. O título, que informava a morte do policial, foi alterado para “*Após confirmar morte de PM, PCDF diz que servidor está em estado grave*”. O conteúdo reflete que o portal se baseou nas informações compartilhadas nos grupos das forças de segurança pública, mas incorreu no erro por, aparentemente, não checar nem confirmar a notícia com outras possíveis fontes envolvidas no caso. A matéria confiou, portanto, em apenas

um dos lados oficiais, sem cruzar a informação com as outras fontes envolvidas no processo, mesmo que oficiais, como a Secretaria de Saúde ou profissionais do Hospital de Base.

A matéria ainda foi publicada com a orientação ao leitor de “*aguarde mais informações*” ao final. Essa é uma estratégia utilizada pelos portais de notícia on-line para esclarecer ao internauta que haverá acréscimo de informações. Contudo, a indicação permaneceu na matéria até 12 de outubro de 2017 – data da última consulta –, ou seja, quase um ano depois ainda havia um conteúdo incompleto sendo acessado pelos leitores.

A forma da narrativa também demonstrou que a construção da matéria foi elaborada apenas com base nas informações da Polícia Civil. Em 27 de janeiro de 2017, assim como o *Correio Braziliense*, o portal *Metrópoles* noticiou a morte do policial. O conteúdo, no entanto, foi ao ar apenas com base nas informações da Polícia Militar, que compartilhou a mensagem no grupo com jornalistas.

Quadro 23 – Tipos de fontes e erro jornalístico na matéria *após confirmar morte de PM, PCDF diz que servidor está em estado grave*

Fontes consultadas e classificações	Quais as principais questões abordadas
A primeira matéria, objeto desta análise, foi construída apenas com informações repassadas pela Polícia Civil e pela Polícia Militar (fontes oficiais).	Na matéria original analisada, o portal <i>Metrópoles</i> informou sobre a morte de um policial militar que tinha sido baleado na cabeça durante uma tentativa de assalto. A notícia a respeito do óbito da vítima foi repassada pela Polícia Civil no grupo de <i>WhatsApp</i> com jornalistas. Provavelmente sem confirmar o conteúdo com outras fontes, o portal publicou a notícia, mas o policial não havia falecido. Ele morreu em janeiro de 2017, dois meses após a falsa informação.

Fonte: autoria própria

5.3.2 Análise das matérias publicadas em 2016

No segundo semestre de 2016, foram duas matérias identificadas pela pesquisadora com erro de informação. Uma delas publicada pelo site *Correio Braziliense* e a outra pelo portal *Metrópoles*, mas ambas as notícias referentes à mesma cobertura: um policial militar que não teria resistido após ser vítima de um roubo em Ceilândia. O homem, no entanto, foi socorrido ao hospital e morreu em 27 de janeiro de 2017, dois meses após o fato, diferentemente do informado pelos dois portais de notícia minutos após a ocorrência.

A informação da morte, porém, foi enviada pelo então diretor de comunicação da Polícia Civil no grupo de *WhatsApp* com jornalistas. Sem aparentemente checar a informação com familiares nem confirmar o estado de saúde com alguma fonte do hospital, os dois sites de notícia publicaram a informação repassada pela Polícia Civil que, embora seja uma instituição oficial, não é a responsável por confirmar estado de saúde de pacientes. O episódio demonstra, portanto, passividade dos veículos de imprensa que reproduziram um conteúdo transmitido por uma instituição oficial apenas por ser uma fonte mantida pelo Estado, mas que, nessa circunstância, não era a mais fidedigna para confirmar a morte de uma vítima já socorrida ao hospital.

A matéria do *Correio Braziliense* foi publicada inicialmente às 15h49 de 4 de novembro de 2016 e tratava apenas de um policial baleado durante um assalto, com base nas informações transmitidas pela Polícia Militar no grupo de *WhatsApp* com jornalistas. Mas, às 17h37, o diretor de comunicação da Polícia Civil repassou a mensagem da morte da vítima e o site de notícias reproduziu o conteúdo às 17h40, ou seja, três minutos após a primeira informação de óbito, o que demonstra, para a pesquisadora, não ter tido tempo de jornalistas checarem a afirmação nem confirmarem a mensagem com outras fontes envolvidas na cobertura. Na ocasião, percebe-se que o erro foi ocasionado tanto por parte da fonte que repassou a notícia, quanto por parte do veículo de imprensa que, sem atestar a veracidade da informação, publicou a notícia, mas por acreditar que, tendo sido repassada por uma fonte oficial, estaria confirmada e isenta de qualquer vício.

A notícia da morte do militar permaneceu publicada até o fim da tarde do mesmo dia. Ao corrigir a informação, o *Correio Braziliense* atribuiu a responsabilidade do erro à Polícia Civil. Sem publicar nota de esclarecimento nem divulgar errata, o jornal adotou o recurso de reforçar que, “apesar de a Polícia Civil ter divulgado, inicialmente, que o PM havia morrido, a Comunicação da Polícia Militar do DF informou que o policial está sendo estabilizado pelos

médicos”. Com quatro pequenos parágrafos, a matéria só tratou da correção da informação da morte da vítima ao fim da notícia, sem nenhuma indicação de mudança para o leitor que, tendo acessado o primeiro conteúdo, consumiu uma informação inverídica da morte do policial baleado.

O portal *Metrópoles*, por sua vez, publicou a primeira versão da matéria três minutos após a confirmação de que um policial militar tinha sido baleado na cabeça, mas sem mencionar inicialmente o óbito. Com a confirmação da morte da vítima repassada pela Polícia Civil às 17h37, o veículo também publicou a notícia em seguida. A pesquisadora identifica, portanto, a dependência das atualizações feitas pelas fontes oficiais no grupo de *WhatsApp* com jornalistas. À medida em que ocorrem desdobramentos enviados pelas fontes oficiais no dispositivo, os conteúdos noticiosos dos veículos de imprensa também são atualizados com base nas mensagens transmitidas.

A versão que informava a morte do policial permaneceu no ar até as 18h40 de 4 de novembro de 2016, quando o veículo corrigiu a informação e atribuiu a responsabilidade do erro à corporação. O título, que informava a morte do policial, foi alterado para “*Após confirmar morte de PM, PCDF diz que servidor está em estado grave*”.

Mas, embora a Polícia Civil tenha se equivocado na informação, erraram também ambos os portais de notícias que, aparentemente sem checar o dado com outras possíveis fontes envolvidas no caso, publicaram a notícia confirmada por uma fonte que não tem relação com atualizações de estado de saúde de pacientes no hospital. Demonstra, portanto, falhas no processo de apuração jornalística.

A matéria do portal *Metrópoles* ainda foi publicada com a orientação de “*aguarde mais informações*” ao fim da narrativa. A indicação para o leitor, contudo, permaneceu até o dia da análise, o que indica não terem ocorrido novas atualizações na narrativa.

Muito além do erro jornalístico, os veículos de imprensa também têm a responsabilidade com o efeito da informação. A partir de uma notícia com informações erradas, familiares e amigos do policial morto podem ser noticiados de forma incorreta a respeito do óbito de um parente e, assim, gerar efeitos psicológicos e emocionais. Portanto, o jornalismo, cuja responsabilidade é com a informação de interesse público, torna-se contestado e criticado, uma vez que, nestes casos, desinforma e presta desserviço à população e, principalmente, à família que acessa uma informação incorreta.

Em 27 de janeiro de 2017, assim como o site *Correio Braziliense*, o portal *Metrópoles* noticiou a morte do policial. O conteúdo, no entanto, foi ao ar apenas com base nas informações

da Polícia Militar, que compartilhou a mensagem no grupo com jornalistas. Abaixo, segue a última tabela demonstrativa da análise das duas reportagens com erro de informação identificado no segundo semestre de 2016, quando o estudo teve início.

Tabela 4 – Demonstrativo gráfico da análise ao longo do segundo semestre do ano de 2016

VEÍCULO	MATÉRIAS		QUEM ERRA	
	MATÉRIAS COM ERRO	MATÉRIAS QUE TIVERAM INFORMAÇÃO CORRIGIDA	JORNALISTA	FONTE E JORNALISTA
<i>Correio Braziliense</i>	1	1	Fonte e jornalista	
<i>Metrópoles</i>	1	1	Fonte e jornalista	
TOTAL:	2	2 (100%)	100% fonte e jornalista	

Fonte: autoria própria

CAPÍTULO VI

O USO DO *WHATSAPP* COMO FERRAMENTA DE APURAÇÃO SOB A ÓTICA DE REPÓRTERES E EDITORES

Nesta seção do capítulo, a pesquisadora apresenta, de forma descritiva e narrativa, os resultados das entrevistas obtidas com repórteres e editores dos veículos analisados: site do *Correio Braziliense*, *GIDF* e portal *Metrópoles*. Responderam ao questionário cinco jornalistas, sendo três repórteres, um de cada organização midiática, e dois editores, os quais integram o *Correio Braziliense* e o *Metrópoles*. Mesmo a pesquisadora tendo enviado a *Rede Globo*, em 6 de fevereiro de 2019, todos os documentos exigidos para entrevistar um dos editores do *GIDF*, e tendo cumprido todas as exigências determinadas, a empresa de comunicação respondeu, em abril, que não participaria da pesquisa, mesmo com a sugestão da doutoranda de sigilo da fonte. A emissora não apresentou o motivo para isso. A entrevista com um dos repórteres do *GIDF*, por sua vez, foi acertada diretamente entre pesquisadora e jornalista, sem que se pedisse uma intermediação com a empresa, e, portanto, negociada entre pesquisadora e entrevistado.

Os questionários aplicados aos repórteres e editores são distintos, voltados cada um para a categoria e posição dos entrevistados. Por isso, existem perguntas feitas apenas para repórteres e outras exclusivas para editores, sem que haja alteração quando os questionamentos são voltados a cada uma das funções. Em ambos formulários, a pesquisadora elaborou três fases de rodada de perguntas, como está disposto na tabela 5, a seguir:

Tabela 5 – Fases do questionário aplicado para repórteres e editores entrevistados

Categoria	Etapa 1 de perguntas	Etapa 2 de perguntas	Etapa 3 de perguntas
Repórteres	A produção de notícias pelo <i>WhatsApp</i>	A relação com o editor e a pressa em publicar o material	A relação entre fontes e jornalistas nos grupos de <i>WhatsApp</i>
Editores	A construção da notícia pelo <i>WhatsApp</i>	A edição e o relacionamento com o repórter	A participação do editor nos grupos

Fonte: autoria própria

Para que houvesse uma organização e linearidade do conteúdo recebido, os questionários foram primeiro aplicados a repórteres. Para todos, a pesquisadora enviou o formulário por e-mail, em setembro de 2018, com a possibilidade de que os entrevistados não fossem identificados ao longo da tese, caso assim fosse de interesse. Na condição de

responderem ao relatório, todos pediram o anonimato, mas concordaram que fosse divulgado o vínculo com o veículo de comunicação para situá-los segundo o local de fala. O nome de cada um dos jornalistas, tempo de profissão e experiências profissionais integram apenas o banco de dados da pesquisadora e não são publicados ao longo deste estudo. Assim sendo, a identificação de cada um é feita de acordo com a ordem de recebimento do formulário preenchido, numerando conforme a ordem de repórter 1, repórter 2 e repórter 3. Todas as respostas foram devolvidas entre setembro de 2018 e outubro de 2018.

Após o compilado e organização do questionário aplicado a esse grupo de jornalistas, a pesquisadora enviou o relatório de perguntas a editores, o que foi feito em janeiro de 2019. As respostas foram obtidas entre janeiro de 2019 e fevereiro de 2019. Assim como os repórteres, editores também pediram que os nomes fossem preservados e, portanto, são mencionados ao longo deste trabalho como editor 1 e editor 2, também conforme a ordem de envio das respostas, como está disposto na tabela 6, a seguir.

Tabela 6 – Vinculação de repórteres e editores conforme o veículo em que atuam

Quem são os repórteres	Quem são os editores	Veículo os quais atuam
Repórter 1	Editor 1	Portal <i>Metrópoles</i>
Repórter 2	*	<i>GIDF</i>
Repórter 3	Editor 2	Site do <i>Correio Braziliense</i>

Fonte: autoria própria

*não houve retorno de entrevista de editor do *GIDF*

Nesta seção, para realizar o tratamento das respostas dos jornalistas em narrativa linear, a pesquisadora separou os temas tratados por repórteres e editores em três grandes blocos:

- 1) O relacionamento dos jornalistas com as fontes e a participação deles nos grupos de *WhatsApp* com fontes;
- 2) A pressa pela publicação da notícia e a consequente ausência de checagem da informação/cruzamento de dados;
- 3) Os problemas decorrentes das informações que circulam em grupos de *WhatsApp* entre fontes e jornalistas.

Mas nem todas as respostas serão reproduzidas na íntegra nesta parte da seção do capítulo, uma vez que todas elas constam nos apêndices desta pesquisa com a versão original das respostas obtidas, sem qualquer edição feita por parte da pesquisadora. Nesta parte,

portanto, são consideradas apenas as respostas que fazem relação com cada um dos blocos mencionados acima, mas mantendo as transcrições literais respondidas pelos jornalistas.

Ainda nesta seção, nas citações diretas e/ou indiretas, todas as respostas serão tratadas a partir da identificação do jornalista como repórter 1, 2 ou 3 e editor 1 ou 2, seguida do ano em que se obteve as respostas: 2018 ou 2019, bem como o apêndice onde as respostas estão situadas. Além disso, para que não haja identificação pelo gênero, todos os entrevistados serão tratados no masculino, independente se mulheres ou homens. O leitor pode conferir o conteúdo na íntegra ao acessar os apêndices desta tese.

6.1 O relacionamento dos jornalistas com as fontes e a participação de repórteres nos grupos de *WhatsApp*

A dependência de jornalistas de grupos de *WhatsApp* constituídos entre fontes e profissionais de imprensa é tamanha que editor 1, do *Metrópoles*, considerou obrigatória a participação de repórteres no canal de comunicação. Trata-se, portanto, de uma nova lógica comunicacional em que esses canais se tornaram uma extensão das reuniões de pauta. Significa que tudo o que é transmitido na rede de contato entre informantes da área de segurança pública e repórteres é avaliado como uma notícia em potencial para ser publicada.

Os repórteres são obrigados a estarem em grupos oficiais (PMDF, PCDF, TJDFT, MPDFT, Justiça Federal, GDF, CLDF, DER-DF...) [*sic*] para estarem por dentro do que ocorre na área de cobertura deles. No caso de repórteres de nacionais, participam de grupos de suas áreas de cobertura... O comportamento nos grupos deve se restringir à apuração e a questionamentos relacionados a ela. Não devem se envolver em polêmicas que não dizem respeito a eles e qualquer acusação ou confusão que envolva o nome do veículo, devem informar aos editores (EDITOR 1, 2019, APÊNDICE F)

A exigência da participação de jornalistas nos respectivos grupos vai ao encontro da necessidade de o repórter acompanhar integralmente o noticiário do dia, de ter acesso aos desdobramentos dos casos e de ser informado com rapidez de fatos momentâneos. Entre os repórteres entrevistados, todos os três mencionaram que utilizam o *WhatsApp* diariamente para apuração de notícias, além de outras formas de contato, como e-mail, ligações e encontros pessoais em pautas específicas, mas o acompanhamento dos dados via aplicativo imperam. Eles também frisaram que os grupos são oficiais, como uma estratégia de dizer que as informações enviadas por informantes e porta-vozes credenciados pela instituição nos grupos representam o posicionamento da corporação perante o assunto e, portanto, com vínculo de confiança atribuído.

Jornalista do portal *Metrópoles*, e que consta nesta tese como repórter 1, informou que integra grupos de *WhatsApp* entre fontes e profissionais de comunicação há três anos. “Participo de nove grupos. O assunto predominante é segurança” (REPÓRTER 1, 2018, APÊNDICE B). A pessoa também frisou que tanto repórteres quanto editores do veículo fazem parte dos canais e, portanto, há um acompanhamento das pautas que estão sendo trabalhadas pelos jornalistas. Repórter 1 mencionou como, geralmente, acontece o fluxo de produção:

Existe uma orientação de fazer matérias a partir de informações divulgadas nos grupos oficiais, mencionados anteriormente. No entanto, nem tudo é publicado, avaliamos o que é relevante (...). A cobrança ocorre quando deixamos passar alguma notícia importante que foi publicada em algum grupo. Quando isso acontece apuramos e publicamos rapidamente (REPÓRTER 1, 2018, APÊNDICE B)

Um dos trechos da entrevista com editor 1, realizada quatro meses depois da pesquisadora aplicar o questionário ao repórter, confirmou a inserção dos jornalistas chefes nos ambientes. “Todos os nossos editores de cidades estão nos grupos. É importante ter os editores nos grupos, porque já se faz uma triagem do que vale matéria ou não. Importante também porque em caso de dúvidas eles podem questionar diretamente as fontes” (EDITOR 1, 2019, APÊNDICE F). No portal, em casos de necessidade, o editor também produz o conteúdo, conforme explicação abaixo.

O editor, nesse caso (quando repórteres estão envolvidos em outras matérias jornalísticas), atua como um repórter. Sem problema algum. Quando é algo mais simples, o próprio editor pode fazer sozinho ou o repórter. Quando é algo mais complicado, podemos envolver várias pessoas entre editores e repórteres, dividindo as tarefas, para que a informação seja checada e apurada com mais rapidez (EDITOR 1, 2019, APÊNDICE F).

Segundo repórter a responder os questionamentos foi jornalista do *GIDF*, identificado como repórter 2 e que integra grupos de *WhatsApp* entre fontes e jornalistas desde 2014. A pessoa explicou que a maior parte dos canais que participa são relativos a assuntos de segurança e política. Assim como repórter 1, repórter 2 também enfatizou que o ambiente é um meio de acesso às informações oficiais repassadas por corporações de segurança pública. “Primeiro é importante saber que aquele é um grupo de trabalho. Se é um grupo dos bombeiros, por exemplo, o que é dito lá é oficial. É a instituição falando. Ao mesmo tempo, é o nosso papel ir além” (REPÓRTER 2, 2018, APÊNDICE C). Portanto, há consonância entre os jornalistas entrevistados de que o ambiente é oficial e institucionalizado e, portanto, com grau de confiança estabelecido.

Repórter 2 ainda ressaltou que os critérios adotados para uma informação compartilhada no grupo entre fontes e jornalistas no *WhatsApp* se tornar objeto de pauta no veículo onde trabalha são a relevância e o interesse público.

A orientação é de sempre tentar ir além. O objetivo não é ser o primeiro a publicar, mas sim de fazer o texto mais redondo. Não fazemos tudo o que postam lá. Só o que é mais relevante, com a pegada que queremos. Eu chego às 5h. Então na maioria das vezes, eu mesmo vejo uma notícia e me pauto. Mas é importante que os editores também estejam no grupo. Podem ter um olhar diferente (REPÓRTER 2, 2018, APÊNDICE C)

Jornalista do *Correio Braziliense*, identificado como repórter 3 é mais crítico em relação à participação em grupos de *WhatsApp* com fontes de informação. Para repórter 3, o *WhatsApp* tornou-se uma ferramenta útil aliada ao processo produtivo, porém, nas palavras do entrevistado, “invade o espaço pessoal do profissional. Jornalistas são mal remunerados pela intensidade de trabalho e, nesse sentido, o uso do aplicativo é um desrespeito contra as classes” (REPÓRTER 3, 2018, APÊNDICE D). Repórter 3 lembrou a resistência que teve ao aderir à nova forma de comunicação com informantes e detalhou os excessos.

Não me recordo o ano exato (da entrada nos grupos). Foi em meados de 2013, durante as manifestações. Tive uma resistência grande pois, ao mesmo tempo que o aplicativo agiliza a comunicação, te coloca muito mais intensamente em contato com o trabalho. Principalmente em horários em que não estamos trabalhando (REPÓRTER 3, 2018, APÊNDICE D)

A mesma também enfatizou que a organização de jornalistas e fontes no *WhatsApp* agiliza a produção, mas, ao mesmo tempo em que é benéfica, “institucionaliza as pautas e tira profundidade de determinados grupos de pautas, em que não é possível contar apenas com respostas oficiais” (Ibdem).

Os grupos de polícia e bombeiro são fontes de produção de material online para “movimentar” os sites de notícias. O aplicativo também é utilizado como forma de se aproximar dos leitores em busca de pautas e denúncias, o que, da mesma forma, é uma orientação superior. Mas a apuração continua sendo o principal elemento da produção jornalística (REPÓRTER 3, 2018, APÊNDICE D)

Repórter 3 explicou, ainda, que existe mais de um jornalista de um mesmo veículo em grupos e “há sempre mais de um repórter pautado para acompanhar o fluxo de informação em conjuntos de grupos e fontes” (Ibdem). Como critério para que uma informação compartilhada no grupo entre fontes e jornalistas no *WhatsApp* se torne objeto de pauta no veículo em que trabalha, repórter 3 pontuou que a apuração jornalística “é o principal critério para determinar

se determinada informação compartilhada por *WhatsApp* pode, ou não, se tornar matéria” (REPÓRTER 3, 2018, APÊNDICE D).

Editor do *Correio Braziliense* identificado como editor 2 lembrou a importância dos grupos de *WhatsApp* entre fontes e jornalistas para a velocidade na postagem das notícias e, conseqüentemente, para a chegada da informação ao leitor. A mesma pessoa enfatizou que, no caso da cobertura de local, os temas principais dos grupos de *WhatsApp* instituídos entre fontes e profissionais de comunicação são trânsito e polícia.

Editor 2 ainda explicou que assuntos de polícia e trânsito compartilhados nesses ambientes tendem a ser objeto de cobertura jornalística no veículo. Também mencionou que alguns dos editores do *Correio Braziliense* participam dos ambientes e também escrevem matérias.

Editor 2, por fim, esclareceu que os repórteres necessitam integrar esses grupos “em razão da agilidade que a internet exige” (EDITOR 2, 2019, APÊNDICE G). “Costumo dar orientações (aos repórteres) apenas quando percebo conduta inapropriada, mas são muito raros os casos, até porque esses grupos têm as próprias regras de conduta” (Ibdem).

Quanto à relação estabelecida nos grupos por ambas as partes — informantes e jornalistas — a maioria dos profissionais de comunicação que participou da entrevista enfatizou que o contato é profissional. “É um contato profissional. Pessoalmente, evito misturar as coisas. Os dois lados sabem que não somos ‘amigos’, apesar de termos boas relações. O interesse lá é apenas pela notícia, no meu entendimento. Há colegas que exageram” (REPÓRTER 2, 2018, APÊNDICE D).

Mas repórter 3, vinculado ao *Correio Braziliense*, ponderou que “há, cada vez mais, um distanciamento profissional. Claro que isso muda a medida que jornalista e fonte se aproximam segundo exigência das coberturas” (REPÓRTER 3, 2018, APÊNDICE D).

A mesma pessoa revelou a frequências de mensagens por dia em um grupo de *WhatsApp*, o que indica o excesso do compartilhamento de dados. “Diariamente, recebo mais de 400 mensagens. É impossível acompanhar todas” (REPÓRTER 3, 2018, APÊNDICE D).

Mas tanto repórter 1, quanto repórter 2, enfatizaram que a troca de mensagens ocorre de forma mais intensa pela manhã, pois “acumula informação da noite anterior e da madrugada” (REPÓRTER 1, 2018). A mesma observação é seguida por repórter 2, do *GIDF*. “(Há compartilhamento de mais informação) principalmente na largada da manhã, meu horário” (REPÓRTER 2, 2018, APÊNDICE C).

Embora todos tenham dito que utilizam outras formas de apuração, como contato via e-mail, ligações e encontros presenciais, os repórteres também foram unânimes ao destacar que o contato com as fontes via grupos de *WhatsApp* “é mais rápido (se comparado a e-mail, telefone e encontro pessoal) e não exige tanta formalidade” (REPÓRTER 1, 2018, APÊNDICE B). A mesma pessoa ressaltou que adota como critério priorizar fatos com maior relevância noticiosa.

Para repórter 2, os grupos de informação no *WhatsApp* são uma forma de democratizar a informação:

O grupo de wpp [*sic*] permite à fonte ter uma espécie de lista de transmissão, por onde ele tem controle da informação que será repassada. Ao mesmo tempo, no grupo, também conseguimos apurar. A informação respondida a mim também pode ser aproveitada pelo colega. Todos ganham (REPÓRTER 2, 2018, APÊNDICE C)

Repórter 3, por sua vez, destacou que o *WhatsApp* aproxima, de certa forma, o contato entre repórter e fonte. “Apesar de instrumentalizar a comunicação, por *WhatsApp*, é mais fácil se aproximar das fontes, que por outros meios eletrônicos” (REPÓRTER 3, 2018, APÊNDICE D).

Em todas as cinco entrevistas realizadas com repórteres e editores, portanto, os profissionais foram unânimes em ressaltar a facilidade que os grupos de *WhatsApp* instituídos entre fontes e jornalistas trouxeram para a etapa da produção da notícia. A maioria ressaltou que a ferramenta, considerada nesta tese como mensageiro e não rede social, oferece uma comunicação rápida, fornece informações que chegam por via oficial e, dentro de uma plataforma interativa, permite que repórteres esclareçam dúvidas e sejam respondidos de forma célere em comparação à troca de e-mails — ainda usual entre repórteres e assessores de imprensa, mas cada vez mais substituída também por grupos de *WhatsApp*.

Mas, ao mesmo tempo, a pesquisadora observa a estratégia de a todo o tempo os entrevistados enfatizarem que os grupos de *WhatsApp* são oficiais e, portanto, as informações compartilhadas no canal podem ser utilizadas, porque é a instituição se posicionando. Aparenta, portanto, uma postura dos jornalistas em se livrar da responsabilidade do erro, uma vez que o entendimento dos profissionais é de que “foi a fonte oficial quem enviou a informação”.

6.2 A pressa pela publicação da notícia e a consequente ausência de checagem da informação/cruzamento de dados

A partir das respostas coletadas dos profissionais de imprensa que aceitaram responder aos questionários, identifica-se que, devido a uma cultura de se creditar à fonte oficial a legitimidade da informação transmitida, etapas de checagem e de cruzamento de dados acontecem em dois momentos: quando o repórter suspeita da origem do conteúdo ou quando o dado é repassado por uma fonte cujo assunto não é atribuição dela – exemplo de a Polícia Militar responder sobre um tema de competência da Polícia Civil.

Editor 1, do portal *Metrópoles*, respondeu que se a informação é enviada em um grupo oficial “e ela tiver confirmada, não for uma informação preliminar, pode ser publicada” (EDITOR 1, 2019, APÊNDICE F). Mas, ao mesmo tempo, ponderou que se o dado surgir de outras fontes, eles precisam ser checados “como todas as demais pautas. Todos os lados ouvidos” (Ibdem).

O posicionamento vai ao encontro do vínculo de confiança atribuído às fontes mantidas pelo Estado. Porém, no caso de informações compartilhadas em grupos de *WhatsApp* entre fontes e jornalistas, a maior parte dos conteúdos contém dados ainda preliminares, mesmo que essa informação não seja dita pelos informantes.

Para selecionar uma informação que circula no grupo de *WhatsApp* entre fonte e jornalista e transformá-la em notícia, editor 1 detalhou que “basta, a princípio, eles (conteúdos) serem verdadeiros” (EDITOR 1, 2019, APÊNDICE F).

Apesar de enfatizar intensamente a necessidade de checagem, editor 1 reconheceu que o portal publica informações imediatas originadas em grupos oficiais, quando a urgência do caso assim impõe. Na visão da pessoa, se o conteúdo vier de uma instituição e não ser um dado preliminar, ela é verdadeira e passível de publicação. “Se (a informação) vier de órgão oficial, a primeira publicação pode ser imediata, colocando-se um aguarde mais informações para posterior conclusão. Se vir de fonte não oficial, o tempo vai depender da checagem da veracidade da informação” (EDITOR 1, 2019, APÊNDICE F).

Repórter 1, integrante do mesmo portal de notícias, também lembrou que a maior parte dos grupos é oficial e, portanto, o princípio é de que a informação compartilhada nesse ambiente seja real, mas explicou quais são as etapas geralmente cumpridas pelos profissionais do site. “Em alguns casos, principalmente envolvendo ocorrências policiais, costumamos checar com outras fontes, como a Polícia Civil, que é a responsável pelo registro formal da ocorrência” (REPÓRTER 1, 2018, APÊNDICE B).

Repórter 1 também explicou como reorganiza os dados repassados em grupos de *WhatsApp* instituídos entre fontes e jornalistas em forma de matéria. “Pegamos as principais

informações, apuramos detalhes complementares e escrevemos” (REPÓRTER 1, 2018, APÊNDICE B).

A justificativa de que as informações partem de via oficial e, portanto, são confiáveis também é lembrada por repórter 2, do *GIDF*. O amparo nas versões institucionais, portanto, é um dos motivos que leva ao erro jornalístico, uma vez que conduz repórteres a não conferirem os dados com outras pessoas envolvidas na cobertura, como o caso emblemático da Escola Base, cujo um delegado, fonte oficial, era o principal informante da imprensa.

Jornalista do *GIDF*, repórter 2 lembrou que é necessário ir além da transmissão do conteúdo, mas disse: “Se é um grupo dos bombeiros, por exemplo, o que é dito lá é oficial. É a instituição falando” (REPÓRTER 2, 2018, APÊNDICE C). Nota-se, portanto, um discurso de respaldo da atividade profissional, uma vez que a informação tratada partiu de uma fonte oficial e, portanto, com critério de confiabilidade.

Repórter 2 detalhou, ainda, como se organiza na hora de checar informações. “Se for PM, por exemplo, tenho que pedir informações para a Divicom (Divisão de Comunicação da Polícia Civil), o que pode levar até uma hora (para transformar a informação em notícia). Se for bombeiros, na maioria das vezes dá para usar diretamente” (REPÓRTER 2, 2018, APÊNDICE C).

A resposta vai ao encontro do fluxo também seguido por repórter 1, do portal *Metrópoles*, o que demonstra uma preocupação dos jornalistas entrevistados com o conteúdo que é repassado no grupo de *WhatsApp* pela Polícia Militar. Na análise desta tese, a pesquisadora constata que o canal é o que mais compartilha dados que resultam em erros jornalísticos nas matérias publicadas pelos portais de notícia, provavelmente por ser a corporação que primeiro tem acesso ao fato e, portanto, lida com conteúdos ainda preliminares.

Repórter 2, do *GIDF*, também detalhou que as informações publicadas em grupos de *WhatsApp* entre fontes e jornalistas aparecem quase na íntegra em alguns sites analisados, o que vai ao encontro da observação empírica da pesquisadora de que, em determinadas matérias, não há sequer reorganização dos dados no sentido de priorizar aspectos jornalísticos na narrativa. A mesma pessoa comentou a respeito:

As matérias tendem a ser pasteurizadas. Alguns veículos apenas copiam e colam, sem nem questionar alguns pontos das informações ou pedir mais detalhes (...) Ao mesmo tempo em que facilitaram a apuração, criou (sic) uma mesmice. Acho até que, querendo ou não, é uma forma de as fontes controlarem a forma como a notícia é publicada. Não costuma sair muito do que eles avisam pelos grupos de *wpp* (sic) (REPÓRTER 2, 2018, APÊNDICE C)

Repórter 2 ainda frisou que o objetivo do portal *GIDF* não é ser o primeiro a publicar a notícia, o que explica a diferença de horários mais estendidos da postagem das matérias do veículo se comparado aos outros veículos. “A orientação é de sempre tentar ir além. O objetivo não é ser o primeiro a publicar, mas sim de fazer o texto mais redondo. Não fazemos tudo o que postam lá. Só o que é mais relevante, com a pegada que queremos” (REPÓRTER 2, 2018, APÊNDICE C).

Repórter 2 também enfatizou que, no veículo em que trabalha, o objetivo é ir além da informação repassada no grupo de *WhatsApp*, o que reforça, também, o resultado obtido na análise das matérias. “A ideia é sempre tentar complementar... Senão a matéria fica igual à dos outros. Por exemplo, quando é o grupo da PM, eu sempre peço para a Polícia Civil mais informações. Ou tento falar com quem agiu na ocorrência. Muitas vezes não era bem assim” (REPÓRTER 2, 2018, APÊNDICE C).

Repórter do *Correio Braziliense*, identificado como 3, é mais enfático ao dizer que os grupos funcionam de forma semelhante às informações antes enviadas por e-mail pelas corporações, uma vez que, para ele, os canais são oficiais. Por isso, na visão da pessoa, o *WhatsApp* funciona como um facilitador dessa comunicação.

Uma mensagem oficial em um grupo oficial é uma forma mais ágil de se comunicar, mas tem o mesmo valor de uma informação via fonte oficial enviada por e-mail. Uma denúncia de terceiros, por outro lado, tem um valor muito maior, mas também exige um trabalho de apuração mais aprofundado. No caso de uma fonte jornalística, acredito que seja semelhante. É o pontapé para uma apuração maior, que tem o aplicativo como um facilitador (REPÓRTER 3, 2018, APÊNDICE D)

Repórter 3 ainda reforçou ser possível a produção de matérias apenas com informações que circulam nesses ambientes, o que também vai ao encontro da suspeita de falta de checagem da informação com outras fontes e ausência de cruzamento de dados. “(...) cobertura de pequenos casos policiais ou acidentes, é possível desenvolver um texto apenas com a informação divulgada oficialmente nesses espaços” (REPÓRTER 3, 2018, APÊNDICE D).

A posição do repórter 3 demonstra a confiança irrestrita ao canal por ser a instituição se posicionando de forma oficial. Mas a mesma pessoa também ponderou ao dizer que “em outras situações, porém, a informação pode servir como um passo inicial para a apuração, que exige cruzar dados e procurar, como sempre, todos os atores envolvidos na história em questão” (REPÓRTER 3, 2018, APÊNDICE D).

Na visão do repórter 3, informações sobre ocorrências de menor impacto e que circulam em ambientes oficiais podem ter a apuração restrita ao *WhatsApp*, o que também atesta deficiências no cumprimento de todas as fases do trabalho de apuração jornalística.

Como foi dito anteriormente, depende da complexidade e da exigência de informações de cada matéria. A apuração de um acidente sem vítimas ou uma perseguição policial sem feridos e que termina bem pode tranquilamente ficar restrita ao *WhatsApp*. Esses mesmos casos, com resultados diferentes, precisam de investimento de tempo e apuração muito maiores do que o que a fonte oficial pode fornecer. Mas isso, claro, se nos restringimos a grupos oficiais. Em grupos informais, por outro lado, a informação vai exigir outro tratamento que pode qualificar o material (REPÓRTER 3, 2018, APÊNDICE D).

A mesma pessoa ainda reconheceu que o aplicativo agilizou a informação, melhorou o contato entre jornalistas e fontes, mas, para o repórter, oficializou a produção jornalística. “Ao mesmo tempo, institucionaliza as pautas e tira profundidade de determinados grupos de pautas, em que não é possível contar apenas com respostas oficiais. Claro que isso também depende da proatividade do repórter. É útil como ferramenta de trabalho” (REPÓRTER 3, 2018, APÊNDICE D).

Editor 2, do *Correio Braziliense*, foi quem respondeu de forma mais breve aos questionamentos, mas ponderou que, embora os grupos de *WhatsApp* entre fontes e jornalistas tenham agilizado o trabalho de produção das notícias, “o repórter não pode perder esse senso de responsabilidade com a notícia” (EDITOR 2, 2019, APÊNDICE G).

Contrariando o que disse o repórter do veículo a respeito do fluxo de tratamento da informação compartilhada nesses ambientes, editor 2 garantiu que jornalistas saem a campo para apurar um dado transmitido nos grupos entre fontes e jornalistas no *WhatsApp*, mas disse ser difícil especificar uma frequência, alegando, que “talvez uma vez ao dia seja o mais usual” (EDITOR 2, 2019, APÊNDICE G).

A mesma pessoa também pontuou que não existem diferenças de apuração de uma pauta. “A apuração deve ser consistente, responsável e comprometida de qualquer forma (...) As informações devem ser checadas quando não fizeram sentido, complementadas com mais informações e é necessário procurar outras fontes para confirmá-las” (EDITOR 2, 2019, APÊNDICE G).

Os jornalistas entrevistados são unânimes ao reconhecer que a checagem e o cruzamento de dados são etapas que devem ser cumpridas por todos os produtores de notícia. Mas também confirmaram que confiam nos grupos oficiais, criados entre informantes e jornalistas, uma vez que as mensagens são repassadas por porta-vozes da instituição e, portanto, com vínculo de

credibilidade, já que é o representante da corporação se posicionando sobre uma ocorrência, semelhante ao que aconteceria em uma troca de e-mail, ou em outras formas de contato, conforme a visão dos produtores de notícia.

Contudo, por um mito de confiança irrestrita atribuído às fontes oficiais, ocorrem, em certos casos, ausência do cumprimento de todas as fases de apuração jornalística incorrendo, assim, no erro, como demonstram as 23 matérias analisadas ao longo desta tese. As respostas dos entrevistados nesta tese vão ao encontro desta constatação.

6.3 Os problemas decorrentes das informações que circulam em grupos de *WhatsApp* entre fontes e jornalistas

Ao passo em que os grupos de *WhatsApp* facilitaram as formas de acesso de jornalistas às fontes e permitiram contato mais ágil dos repórteres com as informações, esses canais também causaram dependência dos produtores de notícia com a troca de mensagens. Todos os três repórteres e editores que responderam ao questionário comentaram ser relativo o tempo que um jornalista demanda para tratar uma informação circulada no grupo de *WhatsApp* em matéria jornalística, mas repórter 1, do portal *Metrópoles*, e repórter 3, do *Correio Braziliense*, disseram que, em alguns casos, levam de 20 minutos até uma hora no tratamento da notícia.

Há casos em que consigo escrever uma nota em cerca de 20 ou 30 minutos. Isso ocorre quando a fonte passa os dados completos, sem brechas para questionamento ou uma apuração mais profunda. Coisas simples como informações de trânsito. Porém, quando é necessário acionar outros órgãos, o tempo pode triplicar. O *WhatsApp* é apenas algo complementar da minha rotina de trabalho. Claro que veio para facilitar. Porém, as notícias que mais gosto de fazer, geralmente, não saem de lá. Ainda dou preferência para contatos feitos pessoalmente ou por telefone (ligações). Também uso e-mail com frequência (REPÓRTER 1, 2018, APÊNDICE B)

Se for algo simples, é o tempo que leva para transformar a apuração em texto e preencher os formulários de postagem do site. De 20 minutos a uma hora, dependendo da complexidade. Em outros casos o tempo varia segundo o teor e o valor da matéria. É difícil precisar (REPÓRTER 3, 2018, APÊNDICE D)

Repórter 2, do *GIDF*, por sua vez, informou que o tempo despendido para tratar uma informação em notícia depende da fonte, mas mencionou que pode levar até uma hora, se precisar solicitar informações a outros órgãos.

Em relação à qualidade das matérias originadas a partir dos grupos de *WhatsApp* com fontes, os repórteres confirmaram basear-se nas informações oficiais, quando elas estão consolidadas pelas fontes, para trabalhar a narrativa jornalística. Mas repórter do *GIDF* chamou

atenção para a chance de erro. “Em última instância, se a corporação erra e a gente publica, então a gente erra também” (REPÓRTER 2, 2018, APÊNDICE C). A constatação vai ao do resultado da análise empírica desta tese.

Jornalista do portal *Metrópoles*, por sua vez, repórter 1 considerou que o produto depende da capacidade do jornalista que o produz, independente da origem da informação. “A apuração e um olhar diferente sobre cada caso determinam se as reportagens são atrativas ou não. O *WhatsApp* pode te entregar informações completas, mas a forma como o repórter trata a notícia e a entrega aos leitores faz diferença” (REPÓRTER 1, 2018, APÊNDICE B).

A rapidez no tratamento da informação também impera nos sites de notícia, com exceção da resposta escrita por repórter 2, vinculado ao *GIDF*, que destacou não ser objetivo do portal o primeiro a publicar.

Os critérios são o de responder às perguntas básicas do lide, não deixando nenhuma lacuna ou dúvida. Por mais que aquilo seja informação oficial, temos que questionar as instituições em caso de dúvida. Em última instância, se a corporação erra e a gente publica, então a gente erra também (REPÓRTER 2, 2018, APÊNDICE C)

Já repórter do portal *Metrópoles* destaca que “o tempo, principalmente para jornais online, é o menor possível” (REPÓRTER 1, 2018, APÊNDICE B), mas diz que, “em casos mais delicados, optamos por segurar a matéria até o posicionamento de todos os citados” (Ibidem). Jornalista do *Correio Braziliense*, repórter 3 chegou a mencionar que, se o fato assim exigir, a narrativa jornalística é escrita ainda com o profissional fazendo a apuração. “Isso tem muita relação com a gravidade da notícia. Se há pressa, o texto é escrito durante a apuração, mas ouvir outras fontes é obrigatório” (REPÓRTER 3, 2018, APÊNDICE D).

O resultado são matérias curtas, às vezes de dois a três parágrafos, que não esclarecem toda a dinâmica do fato para o leitor. No portal *Metrópoles*, editor 1 disse não haver um tamanho padrão para as matérias. “Se é um fato que se explica em dois parágrafos, esse deverá ser o tamanho. Se precisar mais, deve ser escrito mais” (EDITOR 1, 2019, APÊNDICE F). Nesse sentido, a resposta também atesta a conclusão da análise empírica do estudo, de conteúdos sucintos, que apenas resumem o fato, sem que haja contextualizações nas suas primeiras versões.

Editor 2, do *Correio Braziliense*, também reconheceu que as matérias são curtas na extensão. “A maioria são matérias pequenas, de até seis parágrafos” (EDITOR 2, 2019, APÊNDICE G). No entanto, editor 2 reforçou a necessidade de complemento da informação ao longo do dia e frisou a necessidade de checagem do conteúdo. “A agilidade facilita muito o trabalho, mas cria uma certa comodidade que nem sempre favorece a boa apuração. O repórter

não pode perder esse senso de responsabilidade com a notícia” (EDITOR 2, 2019, APÊNDICE G).

Já repórter do *GIDF* ponderou que, enquanto a informação for importante, haverá espaço, o que também reflete o resultado de matérias mais aprofundadas trabalhadas pelo portal de notícias da *Globo*. “Não há limitação (de espaço). Só não pode haver engodo. Começamos (o texto) com a pegada mais legal. Nem sempre a instituição, ao mandar no grupo, vê da mesma forma que a gente” (REPÓRTER 2, 2018, APÊNDICE C).

Com base nas respostas, a pesquisadora reflete que, entre os jornalistas entrevistados, é unânime a percepção de que os grupos de *WhatsApp* favoreceram o trabalho de reportagem, mas, ao mesmo tempo, há uma crítica para uma apuração de qualidade. “Vejo de forma positiva, tudo que vier para dar celeridade ao trabalho, o tornar dinâmico é muito bem-vindo. Só é preciso usar com cautela para não fazer um desserviço à população publicando notícias mal apuradas” (REPÓRTER 1, 2018, APÊNDICE B).

Repórter 3 do *Correio Braziliense* considerou que os grupos de *WhatsApp* tornaram mais ágil a comunicação e o contato entre jornalistas e fontes, mas avaliou que, ao mesmo tempo, oficializou a produção jornalística. “Não podemos abdicar do questionamento e da apuração como formas de se aproximar de uma ‘verdade criteriosa’ A maior dificuldade é a intensidade dessas transformações em relação às transformações do meio profissional, sempre mais lentas” (REPÓRTER 3, 2018, APÊNDICE D).

Repórter 2 do *GIDF* considerou que a forma de contato é positiva para ambas as partes: informantes, que têm um controle da informação repassada, e jornalistas, que conseguem apurar num ambiente mais veloz, portanto, na visão dele, “a informação respondida a mim também pode ser aproveitada pelo colega (sic). Todos ganham” (REPÓRTER 2, 2018, APÊNDICE C).

Editor 1 do *Metrópoles* comentou que os grupos “representam um ganho de tempo muito grande, garantem acesso a um maior número de notícias, você da redação pode estar participando da vida de várias comunidades. Só é preciso fazer a checagem correta dos fatos” (EDITOR 1, 2019, APÊNDICE F).

Por fim, jornalistas também destacaram investimentos em preenchimentos de informações que garantem a visualização do conteúdo no topo da pesquisa do *Google*. Editor do portal *Metrópoles* explicou que faz *tags* (palavras chaves de busca na internet) e título com as expressões importantes para fazer com que as reportagens do site sejam as primeiras buscadas no *Google*.

No *Correio Braziliense*, repórter 3 explicou que essa tarefa também ocorre com objetivo de maior leitura. “O tamanho mínimo (do texto), muitas vezes está ligado à exigência de caracteres para ganhar relevância no *Google*. O tamanho de uma matéria também varia segundo o grau de importância do assunto naquele momento, e segundo a quantidade de informação disponível” (REPÓRTER 3, 2018, APÊNDICE D).

As respostas refletem, portanto, que além de um jornalismo de qualidade, com atenção para as notícias de interesse público, veículos de imprensa também se atêm ao que gera receita e publicidade paga, como é o caso do maior alcance de acesso por parte dos leitores. Diante dessa preocupação, as notícias, mesmo com erro de informação, são publicadas com todos os requisitos que garantem a visualização do conteúdo no topo da busca do *Google*.

CONCLUSÃO

A inquietação para o desenvolvimento desta tese surgiu entre 2014 e 2015 quando, na condição de jornalista, a doutoranda percebeu semelhanças nas abordagens das matérias de segurança pública divulgadas pelos portais de notícias do Distrito Federal. Em narrativas jornalísticas curtas, o texto se assemelha à reprodução de boletins de ocorrência. As notícias apresentam a dinâmica do fato, descrevem a condição das pessoas envolvidas e informam qual foi a atuação das corporações envolvidas, mas sem que haja entrevistas de pessoas, os personagens da notícia, ou aprofundamento do caso. Em quase cinco anos de observações iniciais, essa estrutura nas primeiras versões das matérias pouco mudou. Na época, em razão das repetições, a pesquisadora constatou que a maior parte dessas notas surgiam de informações divulgadas por fontes oficiais em grupos de *WhatsApp* com jornalistas. A ideia inicial deste trabalho, portanto, era analisar as semelhanças dos conteúdos dos portais de notícias que pouco oferecia diferencial ao público leitor.

Mas, embora as coberturas jornalísticas fossem comuns a grande parte dos sites de notícias, a pesquisadora identificou equívocos em parte das matérias. Algumas das narrativas apresentavam dados divergentes, outras noticiavam conteúdos ainda sem desfecho e havia, ainda, aquelas que divulgavam informações em proporção maior do que a real, o que impacta na amplitude de casos simples. Foi o que se sucedeu em uma matéria analisada em 2018 de roubo de veículo, mas que um dos portais analisados, o *Correio Braziliense*, tratou como assalto a um automóvel com uma criança dentro do carro.

Com o desejo de descobrir se as incoerências entre o fato transmitido e o publicado era constante nas matérias diárias dos portais de notícia do Distrito Federal — e com intuito de saber de onde partia o erro —, a pesquisadora passou a monitorar as ocorrências divulgadas nos grupos de *WhatsApp* entre jornalistas e fontes. Consequentemente, também começou a acompanhar as matérias de cada caso, cujo conteúdo transmitido ao público era divergente do repassado à imprensa. Ao realizar esse levantamento ainda embrionário, a pesquisadora observou nas narrativas o erro de informação: seja ele total ou parcial. Significa que em determinados casos a notícia central, motora da publicação, estava incorreta, como o caso do suposto feto que teria sido encontrado em uma quadra do Plano Piloto, em 2017.

Em outras circunstâncias, dentro de uma história factível, constava a inverdade, ou seja, o dado errado, como é o caso da maior parte dos conteúdos analisados ao longo desta tese. Não trata de dizer que a matéria é falsa ou que a principal notícia do texto está incorreta, mas

na narrativa jornalística encontra-se a inconsistência na informação. Ou seja, o fato que motivou a matéria é real, mas parte da transmissão está errada. É o caso de uma das matérias analisadas de 2016 que tratou do assalto de um policial militar em Ceilândia, região administrativa mais populosa do Distrito Federal. O fato aconteceu, conforme o informado, mas, diferentemente do noticiado pelos portais de notícia, a vítima não morreu no dia do crime. Ela foi socorrida, permaneceu dois meses internada no hospital, e a morte foi confirmada em janeiro de 2017. Muito além da desinformação pública, o fato gera efeitos para uma família já abalada psicologicamente e que ainda precisa lidar com notícias falsas a respeito do caso.

A partir da coleta dos dados e de uma revisão bibliográfica aprofundada acerca da temática, nasceu a proposta desta pesquisa: identificar e analisar erros de informação publicados em matérias jornalísticas oriundas em grupos de *WhatsApp* entre fontes da área de segurança pública e jornalistas. Para comprovar que a notícia surgiu em ambientes de comunicação instituídos no aplicativo de mensagem instantânea entre informantes e profissionais de imprensa, a pesquisadora cruzou a mensagem original transmitida no ambiente e as matérias divulgadas pelos três principais portais de notícia locais: *G1DF*, *Correio Braziliense* e *Metrópoles*.

Em parte das matérias analisadas, a pesquisadora identificou, inclusive, reproduções literais de trechos do texto repassado por porta-vozes da instituição em narrativas jornalísticas, o que demonstra não ter ocorrido transformação da linguagem conforme as regras profissionais para compreensão por parte do público leitor. Outro indicativo de que a matéria se originou após a divulgação do fato pelo grupo de *WhatsApp* se referiu ao tempo em que a instituição repassou o comunicado no ambiente e o horário da postagem da matéria. Em 15 das 23 matérias analisadas, o prazo entre a divulgação do fato no grupo de *WhatsApp* e a publicação da matéria foi menor do que uma hora, o que corresponde a 65,21% dos casos. O intervalo médio entre a comunicação da ocorrência no ambiente de *WhatsApp* e a divulgação dela foi de 20 minutos. Ao mesmo tempo, isso não significa que um maior tempo de publicação tenha relação com uma apuração mais profunda, como demonstra o estudo.

Diante da identificação dos três fatores — que as matérias da área de segurança pública eram semelhantes em todos os portais, que o meio o qual elas surgiam eram os grupos de *WhatsApp* entre fontes e jornalistas e que havia inconsistências entre a informação publicada e o fato real —, a pesquisadora também observou que em todas as primeiras versões das matérias analisadas aparentemente não ocorria checagem nem cruzamento de dados com outras fontes envolvidas na cobertura antes da publicação da notícia.

A afirmação é atestada por outros três pontos: o horário da postagem da notícia ultrapassou mais de uma hora após a divulgação da informação no grupo de *WhatsApp* em apenas oito das 23 matérias (34,78%), o que sugere não ter tempo hábil para que jornalistas possam confirmar o caso com outros envolvidos; a correção da notícia após a manifestação de outra fonte oficial que, se procurada antes da publicação da matéria, poderia ter prestado outro tipo de informação ou negado a primeira versão; e a indicação de “*aguarde mais informações*” ao fim das matérias, o que também indica a publicação de dados preliminares. Há, portanto, de se questionar qual a dimensão do poder das instituições públicas na construção de narrativas jornalísticas.

Nas matérias analisadas houve o rompimento em pelo menos uma das etapas de apuração jornalística: a de checagem e/ou de cruzamento de dados com outras fontes envolvidas na cobertura. A falha em um desses processos pode ter sido um fator preponderante para o erro de informação. Algumas das justificativas para uma apuração incompleta, no entanto, podem ter relação com a pressa e a busca pela rapidez na divulgação do caso. Diante de um mercado que prioriza cada vez mais velocidade na divulgação de histórias factuais — mesmo com riscos ao conteúdo —, repórteres se baseiam em mensagens ainda preliminares de fontes que, embora oficiais, tiveram um contato ainda inicial com ocorrências, como é o caso das informações repassadas por corporações como a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros. A partir do envio de conteúdo por essas instituições, jornalistas constroem o texto jornalístico sem antes confirmar os dados com demais envolvidos no fato narrado.

Ouro aparente motivo tem relação com a credibilidade vinculada à fonte oficial e o discurso de veracidade, conforme detalhado no capítulo 2 a respeito de fontes. Ao fazer parte de um grupo de troca de mensagens entre fontes e jornalistas no *WhatsApp*, instituído por corporações da segurança pública, o repórter, editor ou produtor da notícia toma como verídico o conteúdo compartilhado, em razão de ser um canal de comunicação institucional. Contudo, sem checar informações transmitidas com os devidos órgãos de competência, o profissional de imprensa acaba sujeito ao equívoco no tratamento da notícia.

Se erra a fonte que, em certas situações, transmite um detalhe sem que seja da competência da instituição, erra também o repórter, como identificado em 18 das 23 matérias analisadas, quando o equívoco partiu de ambas as partes: fonte e jornalista. Em cinco notícias, o erro partiu do jornalista que lidou com fatos ainda tratados como suspeitos.

O terceiro embasamento que justificaria o rompimento na etapa de apuração tem relação com o excesso de trabalho e a consequente falta de tempo de repórteres em se dedicar

à cobertura das pautas. Na maior parte dos casos, jornalistas monitoram até três casos de repercussão no dia ou mais, conforme respostas obtidas nas entrevistas. Em outros, a função do jornalista é acompanhar as ocorrências postadas nos grupos de *WhatsApp* e produzir notas a partir do que é compartilhado. Portanto, se houver cinco casos de repercussão, o profissional assume todas as produções dos conteúdos, o que gera uma sobrecarga de tarefa e consequente riscos às coberturas jornalísticas em razão do acúmulo de obrigações e etapas a serem cumpridas.

Também envolvidos em uma pressão direta ou indireta da chefia para publicar conteúdos com agilidade, profissionais que atuam em redação passam a estabelecer um contato de proximidade com algumas das fontes oficiais. No momento em que o porta-voz da instituição se pronuncia, jornalistas assumem o risco da publicação e divulgam a notícia sem que antes todas as confirmações sejam efetivadas com outros envolvidos. Nem sempre o informado pela instituição é de atribuição ao órgão e, portanto, se erra a fonte erra também o jornalista ao confiar na única versão. É o caso de forças policiais confirmarem estado de saúde de pacientes em hospital, atribuição da Secretaria de Saúde, de equipes médicas do hospital ou de familiares da vítima.

Uma das hipóteses para o comportamento dos sites de notícia em publicar mesmo que de forma superficial uma notícia ainda sem impacto comprovado pode estar relacionada com a economia da mídia. É o que acontece, por exemplo, quando um veículo divulga uma informação veiculada no *WhatsApp* ainda sem checagem. Além do interesse público voltado para a notícia, a quantidade de acessos de internautas ao conteúdo também está vinculada diretamente à determinada matéria, além do aumento da procura pelo portal como fonte de busca. Portanto, para além da competição jornalística de se publicar uma notícia em primeira mão, existe a suspeita de a divulgação ser também uma estratégia empresarial para a organização midiática divulgar determinada notícia, mesmo sem se aprofundar na apuração e na cobertura.

Contudo, a pesquisadora é resistente ao pensar que o erro seja proposital, uma vez que coloca em xeque a credibilidade do veículo, do jornalista e, consequentemente, das matérias divulgadas pelo site. Mas noticiar um fato de repercussão resulta em acessos e conteúdo mais lido. Indicação, essa, que vale para outro estudo que não foi objeto desta tese.

O resultado de uma possível competição jornalística e mercadológica são matérias publicadas em um intervalo curto de tempo entre o compartilhamento da mensagem no grupo de *WhatsApp* e a publicação da notícia. Mas, mesmo em reportagens que demoraram até um dia para serem divulgadas, há erro de informação identificado, como a matéria do site do

Correio Braziliense a respeito de uma suposta onça que teria sido vista nas proximidades do Palácio do Itamaraty. A pesquisadora percebe, portanto, que para além da imprensa em divulgar a notícia, também há uma postura passiva de jornalistas frente aos recursos de tecnologia ofertados.

Por causa do excesso de trabalho ou possível desgaste da rotina, repórteres têm se limitado a apurar histórias em grupos de *WhatsApp* com fontes, o que gera menos saída às ruas para ouvir pessoas e checar fatos. A consequência são notícias que se transformam simplesmente em uma reprodução de boletins de ocorrência enviados por órgãos de segurança pública. Ao mesmo tempo, o imediatismo das notícias, a curta extensão no tamanho das narrativas e a falta de profundidade no tratamento dos casos fazem com que as matérias se tornem pequenas notas de casos policiais.

Quanto ao estudo empírico, a pesquisadora identificou que, dos veículos analisados, o *Correio Braziliense* foi o que mais apresentou falhas em notícias publicadas. Das 23 matérias analisadas, 12 foram divulgadas pela página eletrônica do jornal, o que corresponde a mais da metade (52,17%). Oito foram do portal *Metrópoles* (34,78%) e três do *G1DF* (13,04%). Uma das hipóteses para o resultado é que, diante de um momento de mudança no perfil do público e no consumo da notícia, em que o acesso a plataforma digital impera entre os usuários, o jornal tenta recuperar acessos a partir de matérias factuais publicadas no site. As mesmas notícias também constam no impresso do dia seguinte, mas, na imprensa em competir no mercado por acessos, a informação compartilhada nos grupos de *WhatsApp* por fontes aparece, em poucos minutos, publicada no veículo com mudanças sutis na construção do texto jornalístico.

Outro ponto de percepção é que das 12 matérias analisadas com algum erro de informação identificado, em nove o veículo publicou informação inverídica porque a fonte também errou. Em três casos, porém, o *Correio Braziliense* assumiu o equívoco ao confirmar informação ainda tratada como suspeita, como o suposto feto que teria sido encontrado em uma quadra do Plano Piloto.

O portal *Metrópoles* também apresentou sucessivas falhas, mas com frequência menor se comparadas às do primeiro veículo mencionado. O portal exclusivamente digital teve oito matérias com algum tipo de informação falsa, sendo três publicadas em 2018, quatro em 2017 e apenas uma constatada em 2016 que se refere à mesma cobertura do *Correio Braziliense* feita no segundo semestre do respectivo ano.

No portal *Metrópoles*, das oito matérias analisadas, em apenas uma o erro ocorreu por interpretação equivocada por parte do repórter. Trata-se da suposta onça vista nas proximidades

do Palácio do Itamaraty. Mesmo com a informação da Polícia Militar de que a suspeita seria de um animal felino de grande porte (com a informação de uma suposta onça), o portal confirmou se tratar de uma onça. Nos outros sete conteúdos analisados e publicados pelo veículo, a atribuição do erro foi tanto da fonte que repassou o dado inconsistente quanto do jornalista que, sem confirmar a informação, divulgou a notícia com apenas um dos lados.

Dos veículos analisados, o *GIDF* foi o que menos apresentou erro. Ao todo, houve três matérias com algum tipo de falha ao longo dos 30 meses de análise, sendo duas publicadas em 2018 e uma em 2017. Todas elas, no entanto, levaram horas a mais para ser publicada, diferentemente da maior parte dos demais conteúdos analisados. Inclusive o próprio veículo reparou uma das matérias a partir de uma iniciativa própria do site em levar imagens de circuito interno do Palácio do Itamaraty que mostravam a suposta onça nas proximidades do órgão público para especialistas analisarem a estrutura do animal.

Na ocasião, estudiosos confrontaram a informação da Polícia Militar de que o felino seria de grande porte. Foi a nova matéria do portal que, inclusive, pautou outros veículos ao discutir se o bichano seria ou não uma onça. Na ocasião, o Zoológico de Brasília confirmou se tratar de um gato e não de uma onça.

Ainda sobre as matérias analisadas do *GIDF*, em duas a atribuição do erro foi tanto da fonte quanto do jornalista. Mas, em uma delas, da suposta onça, o portal também afirmou se tratar do animal, enquanto a Polícia Militar ainda relacionava o caso como suspeito. Contudo, em todos os conteúdos analisados, as narrativas do *GIDF* eram maiores na extensão se comparadas as dos outros dois veículos também estudados, o que demonstra um esforço na apresentação de mais detalhes nos conteúdos divulgados pelo *GIDF*.

Uma observação particular da pesquisadora, que não consta estruturada nesta pesquisa, uma vez que não houve outros erros identificados em matérias do portal *GIDF*, indica uma possível cautela do veículo em esperar para publicar informação oriunda de grupos de *WhatsApp*, suspeita confirmada a partir da entrevista com um repórter do veículo. Um exemplo é o caso do suposto motorista do aplicativo Uber que, segundo o que a Polícia Militar repassou, traficava droga. Enquanto o site *Correio Braziliense* e o portal *Metrópoles* publicaram a notícia instantes após a mensagem da Polícia Militar e incorreram em erro, o *GIDF* esperou e só divulgou o conteúdo 3h15 após o compartilhamento do caso no grupo, mas ofereceu uma narrativa diversa ao informar mais detalhes a respeito do motorista.

Portanto, enquanto os dois primeiros veículos divulgaram o conteúdo minutos após o compartilhamento da mensagem, em uma disputa mercadológica, o *GIDF* publicou a notícia

horas depois, mas com informações que incrementam a narrativa. Assim também ocorreu na matéria de um homem preso suspeito com suposta quantia de cocaína. Embora o portal também tenha incorrido em erro, o veículo apresentou mais detalhes, como um caderno de anotações encontrado na casa do homem e a informação de que a suposta droga seria comercializada durante o carnaval.

Quanto aos grupos de *WhatsApp* entre fontes e jornalistas, a pesquisadora constatou que a maior parte das matérias é oriunda de informações no canal da Polícia Militar. Por ser uma corporação que tem um primeiro contato com o caso, são os militares que, geralmente, repassam as primeiras mensagens de uma ocorrência aos profissionais da imprensa. Por esse mesmo motivo, são os policiais que, na maior parte das vezes, transmitem dados ainda preliminares sujeitos a falhas. Quando confrontada com outras fontes, como a Polícia Civil, responsável pela investigação dos casos policiais, a história é divergente da apresentada ou o impacto da ocorrência é menor do que o noticiado inicialmente.

O ambiente de *WhatsApp* entre o Corpo de Bombeiros e jornalistas também aparece ao longo desta tese em razão de duas notícias terem surgido a partir de informações trocadas no canal. Contudo, apesar de a corporação, assim como a Polícia Militar, ser uma das primeiras a atuar em ocorrências, as informações transmitidas no grupo são menos suscetíveis a erros em razão da transmissão de dados em notas previamente consolidadas e repassadas após o desfecho da atuação dos militares, o que não acontece de forma estabelecida no ambiente da Polícia Militar. Nesse segundo canal, algumas informações são divulgadas por meio de pequenas notas, mas, quando ocorrem fatos de maior repercussão, o porta-voz encaminha informações aleatórias, que ele recebe de última hora, mas com a indicação de conteúdos preliminares.

O grupo do *DER em Foco*, por sua vez, fez parte desta análise em razão de uma mensagem equivocada ter circulado no ambiente. No entanto, a informação não foi postada por nenhum agente de trânsito nem por administradores do grupo. Ainda assim, demonstra que, nesses ambientes, o foco não é restrito apenas às notícias, o que, muitas vezes, rompe a barreira da informação e passa para debates e discussões entre membros do grupo, jornalistas e fontes. Foi o que aconteceu em uma matéria de 27 de agosto de 2017 publicada pelo *Correio Braziliense*, em que uma das falhas aconteceu em consequência de o site ter se baseado em uma informação repassada por outro profissional de imprensa durante uma discussão do caso no grupo.

Este estudo, portanto, traz para reflexão se a busca de acessos por parte dos veículos de comunicação ou se a pressa em publicar uma notícia antes dos portais concorrentes tem

pautado equipes de jornalistas que se atêm à superficialidade da mensagem e constroem narrativas com base em uma das versões oficiais pelo vínculo de credibilidade atribuído a essas fontes. Nesses casos, repórteres deixam de confrontar informações obtidas com outros atores envolvidos na cobertura e não checam nem cruzam o conteúdo com outras fontes.

Este estudo não se esgota nele mesmo. Como desdobramento da pesquisa, uma das sugestões é verificar se ao longo dos anos os erros diminuem, e se a razão para a redução seria o retorno de uma apuração completa com todos os caminhos cumpridos.

O que esta tese demonstrou, portanto, foi o impacto dos grupos de *WhatsApp* instituídos entre fontes da área de segurança pública e jornalistas no processo de produção das notícias publicadas, bem como o erro jornalístico publicado como consequência do rompimento de etapas de apuração, como a falha no cruzamento de dados.

A atividade de cruzar informações está mais voltada, hoje, a agências de checagem criadas ao longo do tempo, mas sendo princípio básico da profissão de jornalista, ensinado desde os semestres iniciais do curso de graduação, e necessários a todos os profissionais, principalmente aos inseridos em redações de portais de notícia.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Cláudio. **A regra do jogo**. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

ADGHIRNI, Zélia Leal. Mudanças estruturais no jornalismo: travessia de uma zona de turbulência. In: PEREIRA, Fábio; MOURA, Dione; ADGHIRNI, Zelia. (Orgs.). **Jornalismo e sociedade**. Teorias e Metodologias. Florianópolis: Insular, 2012.

ALSINA, Miguel Rodrigo. **A construção da notícia**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

AMARAL, Adriana; RECUERO, Raquel; MONTARDO, Sandra. Blogs: mapeando um objeto. In: **Anais do GT História da Mídia Digital do VI Congresso Nacional de História da Mídia**, Niterói, UFF, Rio de Janeiro, 2008.

_____. **Blogs.com: estudos sobre blogs e comunicação**. Momento Editorial. 2009.

ARAÚJO, Lucas Vieira de. A web e o jornalismo de dados: mapeamento de conceitos chave. **Dispositiva**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Faculdade de Comunicação e Artes da PUC Minas, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 144-163.

ARISTÓTELES. **Arte retórica e arte poética**. 14. ed. São Paulo: Ediouro, 1999.

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica – as técnicas do jornalismo**. v. 2. São Paulo: Ática, 1990.

BALDESSAR, Maria José. Apontamentos sobre o uso do computador e o cotidiano dos jornalistas. In: XXIV CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2001, Campo Grande. **Anais eletrônicos**. Campo Grande: Uniderp, UCDB e UFMS, 2001. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2001/papers/NP2BALDESSAR.PDF>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

BARBOSA, Suzana. **Jornalismo digital e a informação de proximidade: o caso dos portais regionais, com estudo sobre o UAI e o iBahia**. Dissertação (Dissertação em Comunicação) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Salvador(BA), Novembro de 2002.

_____. **Jornalismo online: dos sites noticiosos aos portais locais**. Artigo apresentado no XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – **Intercom**, Campo Grande (MS), setembro de 2001.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BOGONI, Fabricia; KRAEMER; Luciana. O Uso de Reportagem com Auxílio de Computador (RAC) por Jornalistas Investigativos: Um Estudo de Casos Múltiplos. In: II Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo, 2015, São Paulo. **Anais eletrônicos**. São Paulo: Universidade Anhembi-Morumbi, 2015. Disponível em: <http://www.abraji.org.br/seminario/PDF/2/fabricia_bogoni_luciana_kraemer.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2017.

BONILLA, Maria Helena Silveira. **Escola aprendente: desafios e possibilidades postos no contexto da sociedade do conhecimento**. 2002. Tese (Doutorado), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002. Disponível em: Acesso em: 20 jun. 2017.

BOWMAN, Shayne; WILLIS, Chris. **Nosotros, el medio**. The Media Center, 2003. Disponível em: <<http://www.hypergene.net/wemedia/espanol.php>>. Acesso em 15 nov. 2016.

BRUNS, Axel. Gatekeeping, gatewatching, realimentação em tempo real: novos desafios para o jornalismo. **Brazilian Journalism Research**, Austrália, v.7, n. 11, p. 119-140. 2011.

_____. **Gatewatching**: collaborative online news production. Nova York: Peter Lang, 2005.

CAMPELLO, Bernadete Santos; CEDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite. **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

CANAVILHAS, João. Do gatekeeping ao gatewatcher: o papel das redes sociais no ecossistema mediático. In: II Congresso Internacional Comunicación 3.0, 2010, Salamanca. **Anais eletrônicos**. Universidad de Salamanca. Disponível em: <<http://campus.usal.es/~comunicacion3punto0/comunicaciones/061.pdf>>. Acesso em: 17. mai. 2017.

CANTANHÊDE, Eliane. O jornalismo e a “fonte” – muito trabalho, bastante credibilidade e uma pitada de bom senso. In: SEABRA, Roberto; SOUSA, Vivaldo de. **Jornalismo político**. Teoria, História e Técnicas. Rio de Janeiro: Record, 2006.

CARDOSO, Gustavo. **A mídia na sociedade em rede**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação**: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **A sociedade em rede**. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

CHAPARRO, Manuel Carlos. Iniciação a uma teoria das fontes: tipificação das fontes. **O xis da questão** (blog), 2009. Disponível em: <<http://www.oxisdaquestao.com.br/>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

_____. Jornalismo na fonte. In: DINES, Alberto; MALIN, Mauro (Org.). **Jornalismo brasileiro**: no caminho das transformações. Brasília: Banco do Brasil, 1996. p.132-154.

_____. **Pragmática do jornalismo**: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística. São Paulo: Summus Editorial, 1994.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo. Contexto, 2006.

COOK, Timothy. House members as newsmakers: the effects of televising Congress. **Legislative Studies Quarterly**, v.11, n.2, p. 203-226, maio 1986.

D'ANDRÉA, Carlos; MACIEL, Gabriele. Edição jornalística x edição colaborativa: tensões na home da Folha Online. In: SCHWINGEL, Carla; ZANOTTI, Carlos (Orgs.). **Produção e colaboração no jornalismo digital**. Florianópolis: Insular, 2010.

ERBOLATO, Mário. **Técnicas de codificação em jornalismo**: redação, captação e edição no jornal diário. 5. ed. São Paulo: Ática S.A, 1991.

FERRARI, Pollyanna. **Jornalismo digital**. São Paulo: Contexto, 2003.

FOLHA DE S. PAULO. **Manual da redação da Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2001.

FONSECA, Virginia; LINDEMANN, Cristiane. **Webjornalismo participativo**: repensando algumas questões técnicas e teóricas. 2007. Disponível em <http://www.pucrs.br/famecos/pos/revfamecos/34/virginia_fonseca.pdf > Acesso em: 15 mai. 2017.

FONTCUBERTA, Mar de. **La noticia**: pistas para percibir el mundo. Barcelona: Ed. Paidois Ibérica, 1996.

CUNHA, Osmária; FORMIGA SOBRINHO, Asdrubal Borges. Whatsapp é um produto criativo? Uma abordagem culturalista do novo meio de comunicação.. In: Eneus Trindade; Clotilde Perez. (Org.). **O sistema publicitário & a semiose ilimitada**. 1ed. São Paulo: INMOD / ABP2 / PPGCOM – ECA – USP, 2014, v. 1, p. 878-892.

FORTES, Leandro. **Os segredos das redações**: o que os jornalistas só descobrem no dia a dia. São Paulo: Contexto, 2008.

GANS, Herbert J. **Deciding what's news**: a study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time. New York: Vintage, 1980.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIRADO, Maria Cecília. **Reportagem**: a arte da investigação. São Paulo: Arte & Ciência, 2004.

HOUSTON, Brant. **Computer-Assisted Reporting**: a practical guide. Nova York: St. Martin's Press, 1996.

JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. Tradução Suzana Alexandria. 2ª ed. São Paulo: Aleph, 2009

JORGE, Thais de Mendonça. **Manual do foca**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

JORGE, Thais de Mendonça. Pirâmide e hipernotícia. Elementos para uma discussão sobre o texto no jornalismo digital. In: ADGHIRNI, Zélia; MOURA, Dione; PEREIRA, Fábio. (Orgs.). **Jornalismo e sociedade**: teorias e metodologias. Florianópolis: Insular, 2012.

KIRK, Elizabeth. **Evaluating information found on the internet**. Disponível em: <<http://mlton.mse.jhu.edu:8001/research/education/net.html>> Acesso em: 20 abr. 2017.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo**. O que os jornalistas devem saber e o público exigir. São Paulo: Geração, 2003.

KOZINETS, Robert V. **On netnography: Initial Reflections on Consumer Research Investigations of Cyberculture**. Evanston, Illinois, 1997

KRAEMER, Luciana; NASCIMENTO, Solano. O uso de RAC por estudantes de jornalismo na fiscalização de políticas públicas: um estudo de casos múltiplos. In: 11º ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 2013, Brasília. **Anais eletrônicos**. Brasília: Universidade de Brasília, 2013. Disponível em: <[file:///C:/Users/Vilmontes/Downloads/2482-6355-2-PB%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/Vilmontes/Downloads/2482-6355-2-PB%20(4).pdf)>. Acesso: 15 nov. 2016

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LASSWELL, Harold. The structure and function of communications in society. In: BRYSON (Org.). **The communications of ideas**. Nova Iorque: Editora Harper, 1948.

LIMA JÚNIOR, Walter. Jornalismo inteligente na era do *data mining*. **Líbero**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, ano IX, n. 18, p. 119-126. 2006.

_____. Mídia social conectada: produção colaborativa de informação de relevância social em ambiente tecnológico digital. In: SCHWINGEL, Carla; ZANOTTI, Carlos. (Orgs.). **Produção e colaboração no jornalismo digital**. Florianópolis: Insular, 2010.

_____. Primórdios das fontes digitais na produção do jornalismo tradicional. In: XXX CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2007, Santos. **Anais eletrônicos**. Santos: Unisantos, Unisanta, Unimonte, 2007. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R1605-2.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 16.

LEMONS, André. Arte eletrônica e cibercultura. **Revista da Famecos**, Porto Alegre, n. 6, maio 1997.

MACHADO, Elias. et al. O Jornalismo digital no Diário.com.br: modelos de produção de conteúdos no Diário Catarinense Online. **Anais do VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**. Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo. UMESP (Universidade Metodista de São Paulo), 2008.

_____; PALACIOS, Marcos. Um modelo híbrido de pesquisa: a metodologia aplicada ao GJOL. In: LAGO, Claudia. & BENETTI, Márcia. **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

_____. **O ciberespaço como fonte para os jornalistas**. Salvador: Calandra, 2003.

MIELNICZUK, Luciana. Características e implicações do jornalismo na Web. Trabalho apresentado no **II Congresso da SOPCOM**. Lisboa, 2001.

_____. Sistematizando alguns conhecimentos sobre jornalismo na web. In: MACHADO, Elias, PALACIOS, Marcos. **Modelos de jornalismo digital**. Salvador: Calandra, 2003.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Rio de Janeiro – RJ: Editora 34, 1999.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e jornalismo**. A saga dos cães perdidos. 2. ed. São Paulo: Hacker Editores, 2002.

MARTINO, Luís Mauro de Sá. **Teoria das mídias digitais: linguagens, ambientes e redes**. 2. ed. Petrópolis. Vozes, 2015.

MATTELARD, Armand, MATELLARD, Michéle. **Histórias das teorias da comunicação**. São Paulo: Loyola, 1999.

MEYER, Philip. **Precision journalism: A reporter's introduction to social science methods**. 4. ed. England: Rowman & Littlefield Publishing Group, 2002

MIELNICZUK, Luciana. **Características e implicações do jornalismo na Web**. 2001. disponível em http://www.facom.ufba.br/jol/pdf/2001_mielniczuk_caracteristicasimplicacoes.pdf. Acessado em maio 2017.

MOHERDAUI, Lucina. Em busca de um modelo de composição para os jornais digitais. In: **Anais do II Simpósio Nacional da ABCiber** (Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura). São Paulo – SP, 2008.

MOLOTCH, Harvey; LESTER, Marilyn. As notícias como procedimento intencional. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega Editoria, 1999.

_____. Narrativas jornalísticas e conhecimento de mundo: representação, apresentação ou experimentação da realidade? In: PEREIRA, Fábio; MOURA, Dione; ADGHIRNI, Zélia. (Orgs.). **Jornalismo e sociedade**. Teorias e metodologias. Florianópolis: Insular, 2012.

MONTARDO, Sandra Portella; ROCHA, Paula. Jung. Netnografia. Incursões metodológicas na cibercultura. **Revista E-compós**, 2005, v. 4, Brasília. Disponível em: <file:///C:/Users/isa.stacciarini/Downloads/55-164-1-PB.pdf> Acesso em 4 abr. 2018.

MOUILLAUD, Maurice. O sistema das citações. In: **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

NASCIMENTO, Solano. **Jornalismo sobre investigações: relações entre o Ministério Público e a imprensa**. 2007. 216 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

NEVEU, Érik. **Sociologia do jornalismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

PALACIOS, Marcos. **Jornalismo Online, informações e memória. Comunicação apresentada nas jornadas de Jornalismo Online**. Porto: Universidade de Beira Interior, 2002.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2006.

PEREIRA, Fábio Henrique. “O ‘Jornalista Sentado’ e a Produção da notícia on-line no **Correio Web**”. Em: Em Questão. Porto Alegre: UFRGS, v. 10, n. 1, p. 95-108, jan/jun. 2004. Disponível em <http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/85>. Acesso em 15 maio. 2017.

PEREIRA JUNIOR, Luiz Costa. **A apuração da notícia: métodos de investigação na imprensa**. Petrópolis: Vozes, 2006.

PINTO, Ana Estela de Sousa. **Jornalismo diário**. Reflexões, recomendações, dicas e exercícios. São Paulo: Publifolha, 2009.

PRIMO, Alex. Interatividade. In: SPYER, Juliano. **Para Entender a Internet – Noções, práticas e desafios da comunicação em rede**. 2009.

RECUERO, Raquel.. Redes Sociais. In: SPYER, Juliano. **Para Entender a Internet – Noções, práticas e desafios da comunicação em rede**. 2009.

_____. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

SÁ, Simone Pereira de Sá. Netnografias nas redes digitais. In: PRADO, José Luiz. **Crítica das práticas midiáticas**. São Paulo: Hacker editores, 2002.

SALES, Rodrigo de; ALMEIDA, Patrícia Pinheiro de. Avaliação de fontes de informação na internet: avaliando o site do NUPILL/UFSC. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 4, n. 2, p. 67-87, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/2022/2143>> Acesso em: 20 abr. 2017.

SANTOS, Rogério. **A fonte não quis revelar**. Porto: Ed. Campo das Letras, 2006.

_____. **A negociação entre jornalistas e fontes**. Coimbra: Ed. Minerva, 1997.

_____. **Jornalistas e fontes de informação**. Coimbra: Ed. Minerva, 2003.

SCHLESINGER, Philip. Os jornalistas e a sua máquina do tempo. In: TRAQUINA, Nelson. (Org.) **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1993

_____. **Putting ‘reality’ together**. Londres e Nova Iorque: Methuen, 1978.

SCHMITZ, Aldo Antonio. **Fontes de notícias: ações e estratégias das fontes no jornalismo**. Florianópolis: Combook, 2011.

SERRA, Antônio. **O desvio nosso de cada dia**: a representação do cotidiano num jornal popular. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

SERRANO, Estrela. **Jornalismo e elites do poder**. 1999. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/serrano-estrela-jornalismo-elites-poder.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

SILVEIRA, Denise T.; CÓRDOVA, Fernanda P. A pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana E.; SILVEIRA, Denise T (Orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SIGAL, Leon.V. **Reporters and officials – The organisation and politics of newsmaking**. Lexington: D.C. Heath, 1973.

SOUSA PINTO, Ana Estela. **Jornalismo diário**. São Paulo, Publifolha, 2009.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media**. Porto: Ed. Universidade Fernando Pessoa, 2006.

STORCH, Sérgio. **As redes sociais já fazem parte de nosso jeito de pensar**. 2007. Disponível em: <<http://revista.intranetportal.org.br/2007/10/as-redes-sociais-ja-fazem-parte-de-nosso-jeito-de-pensar/>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

TAFARELO, Cláudia Siqueira César. Análise crítica entre etnografia e netnografia: métodos de pesquisa empírica. In: 9º Interprogramas de mestrado **Faculdade Casper Líbero**. Disponível em: <<https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2014/04/Cl%C3%A1udia-Siqueira-C%C3%A9sar-Tafarelo.pdf>>. Acesso em: 4 abr. 2018.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: Uma teoria social da mídia. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

TOMAÉL, Maria Inês et al. Critérios de qualidade para avaliar fontes de informação na internet. In: TOMAÉL, Maria Inês; VALENTIM, Marta Lígia Pomim. **Avaliação de fontes de informação na internet**. Londrina: Eduel, 2004.

TRAQUINA, Nelson. As notícias. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo**: questões, teorias e estórias. Lisboa: Vega, 1993.

_____. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

_____. **Teorias do jornalismo**: A tribo jornalística, uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005.

_____. **Teorias do jornalismo**: Por que as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2004.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987

TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. 2. ed. Lisboa: Vega, 1993.

WEBER, Carolina Teixeira. Gatekeeper e gatewatching – repensando a função de selecionador no webjornalismo. **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**, 2010

Entrevistas

EDITOR 1. **Editor 1**: depoimento por e-mail [jan. 2019]. Entrevistadora: Isa Coelho Stacciarini. Brasília: contato via e-mail, 2019. Entrevista concedida como parte da pesquisa para a tese

EDITOR 2. **Editor 2**: depoimento por e-mail [fev. 2019]. Entrevistadora: Isa Coelho Stacciarini. Brasília: contato via e-mail, 2019. Entrevista concedida como parte da pesquisa para a tese

REPÓRTER 1. **Repórter 1**: depoimento por e-mail [set. 2018]. Entrevistadora: Isa Coelho Stacciarini. Brasília: contato via e-mail, 2018. Entrevista concedida como parte da pesquisa para a tese

REPÓRTER 2. **Repórter 2**: depoimento por e-mail [set. 2018]. Entrevistadora: Isa Coelho Stacciarini. Brasília: contato via e-mail, 2018. Entrevista concedida como parte da pesquisa para a tese

REPÓRTER 3. **Repórter 3**: depoimento por e-mail [out. 2018]. Entrevistadora: Isa Coelho Stacciarini. Brasília: contato via e-mail, 2018. Entrevista concedida como parte da pesquisa para a tese

APÊNDICES

APÊNDICE A: Formulário de entrevista com repórteres dos veículos *Correio Braziliense*, *Metrópoles* e *G1DF*

Nome: *necessário para compor como arquivo no banco de dados da pesquisadora, mas, na tese, será identificado com letras ou número. O nome não será publicado no trabalho final*

Tempo de profissão: *restrito ao banco de dados da pesquisadora*

Formação e experiências profissionais: *restrito ao banco de dados da pesquisadora*

1ª etapa – A produção de notícias pelo *WhatsApp*

- 1) Com que frequência você utiliza o *WhatsApp* para apuração de notícias?
- 2) Como é feita a produção de notícias em grupos restritos entre fontes e jornalistas no *WhatsApp*? Outras fontes envolvidas no caso são procuradas?
- 3) Em qual ano você começou a fazer parte de grupos restritos entre fontes e jornalistas no *WhatsApp*? Aproximadamente em quantos você está inserido e qual o assunto da maioria deles? Por exemplo: segurança pública, política (nacional/local), educação...
- 4) Ao ter acesso a uma informação no grupo de *WhatsApp* entre fontes e jornalistas, qual critério você adota para o tratamento daquele conteúdo antes da publicação da matéria?
- 5) Quanto tempo você gasta para transformar a informação compartilhada no grupo de *WhatsApp* entre fontes e jornalistas em notícia?
- 6) Além do uso do *WhatsApp*, quais outras ferramentas você utiliza para apuração de notícia? Por exemplo, troca de e-mail, ligação por telefone, contato privado com assessor de imprensa pelo *WhatsApp* ou pessoalmente...
- 7) Qual a relação estabelecida entre fontes e jornalistas em ambientes de grupos fechados no *WhatsApp*?
- 8) Qual sua avaliação a respeito da criação de grupos entre fontes e jornalistas para compartilhamento de informações?
- 9) Qual sua avaliação sobre a qualidade das matérias produzidas a partir de informações compartilhadas em grupos de fontes e jornalistas no *WhatsApp*?
- 10) Na sua visão, de que forma esses contatos entre fontes e jornalistas no *WhatsApp* impactaram a forma de produção da notícia?

2ª etapa – A relação com o editor e a imprensa em publicar o material

- 1) Existe alguma orientação em produzir matérias a partir de informações que circulam em grupos de fontes e jornalistas no *WhatsApp*? Como isso acontece?
- 2) Quais são os critérios adotados para que uma informação compartilhada no grupo entre fontes e jornalistas no *WhatsApp* se torne objeto de pauta?

- 3) De que forma os grupos de *WhatsApp* são acompanhados para que não se perca uma informação postada? Por exemplo: são os editores que monitoram e pautam os repórteres ou isso é feito por cada jornalista por iniciativa própria?
- 4) Quando você se depara com uma informação relevante compartilhada no grupo entre fontes e jornalistas no grupo de *WhatsApp*, primeiro avisa ao editor ou faz o texto antes e, depois, comunica ao responsável?
- 5) Existe alguma orientação para a quantidade de postagens de matérias por dia para cada repórter? Se sim, qual a média?
- 6) Há alguma cobrança dos editores ou coordenadores para publicação da informação compartilhada no grupo entre fontes e jornalistas no *WhatsApp*? Se sim, de que forma ela acontece?
- 7) Diante da pressa em publicar a informação, qual o tempo você tem para procurar outras fontes envolvidas no caso repassado no grupo entre fontes e jornalistas no *WhatsApp*?
- 8) Qual critério para a escolha de fontes?
- 9) Existe alguma instrução do tamanho do texto elaborado a partir das informações compartilhadas no grupo entre fontes e jornalistas no *WhatsApp*? Se sim, qual a ordem?
- 10) De que forma as informações repassadas nos grupos entre fontes e jornalistas no *WhatsApp* são reorganizadas em forma de narrativa jornalística?

3ª etapa – A relação entre fontes e jornalistas nos grupos de *WhatsApp*

- 1) Qual a relação estabelecida entre fontes e jornalistas nos grupos de *WhatsApp*?
- 2) Qual a postura adotada por cada um desses profissionais nesse ambiente?
- 3) Geralmente, nos grupos em que você participa, qual a frequência de informações postadas nesses ambientes e os horários em que há mais compartilhamento de dados?
- 4) A partir de sua experiência profissional, qual a diferença entre o contato com fontes por outros meios (e-mail, telefone, encontro presencial) e pelo grupo do *WhatsApp*?
- 5) Qual a sua opinião sobre essas novas formas de relacionamento com fontes e a produção de notícias por meio de grupos de *WhatsApp* estabelecidos dessa forma?

APÊNDICE B: entrevista com repórter do portal *Metrópoles*

Identificação na tese: **REPÓRTER 1**

Perguntas encaminhadas por e-mail em 10/9/2018. Respostas obtidas em 14/9/2018

1ª etapa – A produção de notícias pelo *WhatsApp*

1) Com que frequência você utiliza o *WhatsApp* para apuração de notícias?

R1: Diariamente.

2) Como é feita a produção de notícias em grupos restritos entre fontes e jornalistas no *WhatsApp*? Outras fontes envolvidas no caso são procuradas?

R1: A maior parte dos grupos usados na redação é composta por fontes oficiais: Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e Polícia Rodoviária Federal (PRF). No entanto, em alguns casos, principalmente envolvendo ocorrências policiais, costumamos checar com outras fontes, como a Polícia Civil, que é a responsável pelo registro formal da ocorrência.

3) Em qual ano você começou a fazer parte de grupos restritos entre fontes e jornalistas no *WhatsApp*? Aproximadamente em quantos você está inserido e qual o assunto da maioria deles? Por exemplo: segurança pública, política (nacional/local), educação...

R1: Entrei há três anos. Participo de nove grupos. O assunto predominante é segurança.

4) Ao ter acesso a uma informação no grupo de *WhatsApp* entre fontes e jornalistas, qual critério você adota para o tratamento daquele conteúdo antes da publicação da matéria?

R1: A relevância do fato.

5) Quanto tempo você gasta para transformar a informação compartilhada no grupo de *WhatsApp* entre fontes e jornalistas em notícia?

R1: Difícil estimar uma média de tempo. Há casos em que consigo escrever uma nota em cerca de 20 ou 30 minutos. Isso ocorre quando a fonte passa os dados completos, sem brechas para questionamento ou uma apuração mais profunda. Coisas simples como informações de trânsito. Porém, quando é necessário acionar outros órgãos, o tempo pode triplicar.

6) Além do uso do *WhatsApp*, quais outras ferramentas você utiliza para apuração de notícia? Por exemplo, troca de e-mail, ligação por telefone, contato privado com assessor de imprensa pelo *WhatsApp* ou pessoalmente...

R1: O *WhatsApp* é apenas algo complementar da minha rotina de trabalho. Claro que veio para facilitar. Porém, as notícias que mais gosto de fazer, geralmente, não saem de lá. Ainda dou preferência para contatos feitos pessoalmente ou por telefone (ligações). Também uso e-mail com frequência.

7) Qual a relação estabelecida entre fontes e jornalistas em ambientes de grupos fechados no *WhatsApp*?

R1: O aplicativo, sem dúvidas, ajuda a aproximar as pessoas, constrói uma relação de confiança. Além de facilitar o contato e proporcionar uma resposta rápida para o repórter e para assessores de imprensa.

8) Qual sua avaliação a respeito da criação de grupos entre fontes e jornalistas para compartilhamento de informações?

R1: Vejo de forma positiva, tudo que vier para dar celeridade ao trabalho, o tornar dinâmico é muito bem-vindo. Só é preciso usar com cautela para não fazer um desserviço a população publicando notícias mal apuradas.

9) Qual sua avaliação sobre a qualidade das matérias produzidas a partir de informações compartilhadas em grupos de fontes e jornalistas no *WhatsApp*?

Sem preenchimento de resposta

10) Na sua visão, de que forma esses contatos entre fontes e jornalistas no *WhatsApp* impactaram a forma de produção da notícia?

R1: A qualidade da matéria depende da capacidade do jornalista que a produz, não importa da onde vem a informação. A apuração e um olhar diferente sobre cada caso determinam se as reportagens são atrativas ou não. O *WhatsApp* pode te entregar informações completas, mas a forma como o repórter trata a notícia e a entrega aos leitores faz diferença.

2ª etapa – A relação com o editor e a imprensa em publicar o material

1) Existe alguma orientação em produzir matérias a partir de informações que circulam em grupos de fontes e jornalistas no *WhatsApp*? Como isso acontece?

R1: Existe uma orientação de fazer matérias a partir de informações divulgadas nos grupos oficiais, mencionados anteriormente. No entanto, nem tudo é publicado, avaliamos o que é relevante.

2) Quais são os critérios adotados para que uma informação compartilhada no grupo entre fontes e jornalistas no *WhatsApp* se torne objeto de pauta?

R1: A relevância e o interesse público.

3) De que forma os grupos de *WhatsApp* são acompanhados para que não se perca uma informação postada? Por exemplo: são os editores que monitoram e pautam os repórteres ou isso é feito por cada jornalista por iniciativa própria?

R1: Todos acompanham os grupos. Editores e repórteres.

4) Quando você se depara com uma informação relevante compartilhada no grupo entre fontes e jornalistas no grupo de *WhatsApp*, primeiro avisa ao editor ou faz o texto antes e, depois, comunica ao responsável?

R1: Avisamos ao editor antes. Sempre comunicamos o que vamos fazer.

5) Existe alguma orientação para a quantidade de postagens de matérias por dia para cada repórter? Se sim, qual a média?

R1: Não existe.

6) Há alguma cobrança dos editores ou coordenadores para publicação da informação compartilhada no grupo entre fontes e jornalistas no *WhatsApp*? Se sim, de que forma ela acontece?

R1: A cobrança ocorre quando deixamos passar alguma notícia importante que foi publicada em algum grupo. Quando isso acontece apuramos e publicamos rapidamente.

7) Diante da pressão em publicar a informação, qual o tempo você tem para procurar outras fontes envolvidas no caso repassado no grupo entre fontes e jornalistas no *WhatsApp*?

R1: O tempo, principalmente para jornais online, é o menor possível. Em casos mais delicados optamos por segurar a matéria até o posicionamento de todos os citados.

8) Qual critério para a escolha de fontes?

R1: Credibilidade.

9) Existe alguma instrução do tamanho do texto elaborado a partir das informações compartilhadas no grupo entre fontes e jornalistas no *WhatsApp*? Se sim, qual a ordem?

R1: Não existe.

10) De que forma as informações repassadas nos grupos entre fontes e jornalistas no *WhatsApp* são reorganizadas em forma de narrativa jornalística?

R1: Pegamos as principais informações, apuramos detalhes complementares e escrevemos.

3ª etapa – A relação entre fontes e jornalistas nos grupos de *WhatsApp*

1) Qual a relação estabelecida entre fontes e jornalistas nos grupos de *WhatsApp*?

R1: Profissional.

2) Qual a postura adotada por cada um desses profissionais nesse ambiente?

Sem preenchimento de resposta

3) Geralmente, nos grupos em que você participa, qual a frequência de informações postadas nesses ambientes e os horários em que há mais compartilhamento de dados?

R1: Durante a manhã pois acumula informação da noite anterior e da madrugada.

4) A partir de sua experiência profissional, qual a diferença entre o contato com fontes por outros meios (e-mail, telefone, encontro presencial) e pelo grupo do *WhatsApp*?

R1: No *WhatsApp* é mais rápido e não exige tanta formalidade.

5) Qual a sua opinião sobre essas novas formas de relacionamento com fontes e a produção de notícias por meio de grupos de *WhatsApp* estabelecidos dessa forma?

R1: Facilitou, trouxe agilidade e ampliou o meu número de contatos. No entanto, as notícias que surgem no *WhatsApp* precisam ser apuradas e trabalhadas com cautela.

APÊNDICE C: entrevista com repórter do portal *G1DF*

Identificação na tese: **REPÓRTER 2**

Perguntas encaminhadas por e-mail em 10/9/2018. Respostas obtidas em 17/9/2018

1ª etapa – A produção de notícias pelo *WhatsApp*

1) Com que frequência você utiliza o *WhatsApp* para apuração de notícias?

R2: Todo dia.

2) Como é feita a produção de notícias em grupos restritos entre fontes e jornalistas no *WhatsApp*? Outras fontes envolvidas no caso são procuradas?

R2: A ideia é sempre tentar complementar... Senão a matéria fica igual à dos outros. Por exemplo, quando é o grupo da PM, eu sempre peço para a Polícia Civil mais informações. Ou tento falar com quem agiu na ocorrência. Muitas vezes não era bem assim... Ou às vezes tem uma pegada mais legal.

3) Em qual ano você começou a fazer parte de grupos restritos entre fontes e jornalistas no *WhatsApp*? Aproximadamente em quantos você está inserido e qual o assunto da maioria deles? Por exemplo: segurança pública, política (nacional/local), educação...

R2: 2014, principalmente segurança e política.

4) Ao ter acesso a uma informação no grupo de *WhatsApp* entre fontes e jornalistas, qual critério você adota para o tratamento daquele conteúdo antes da publicação da matéria?

R2: Primeiro é importante saber que aquele é um grupo de trabalho. Se é um grupo dos bombeiros, por exemplo, o que é dito lá é oficial. É a instituição falando. Ao mesmo tempo, é o nosso papel ir além.

5) Quanto tempo você gasta para transformar a informação compartilhada no grupo de *WhatsApp* entre fontes e jornalistas em notícia?

R2: Depende da fonte. Se for PM, por exemplo, tenho que pedir informações para a Divicom, o que pode levar até uma hora... Se for bombeiros, na maioria das vezes dá para usar diretamente.

6) Além do uso do *WhatsApp*, quais outras ferramentas você utiliza para apuração de notícia? Por exemplo, troca de e-mail, ligação por telefone, contato privado com assessor de imprensa pelo *WhatsApp* ou pessoalmente...

R2: Ultimamente, principalmente e-mail, *WhatsApp*, telefone com fonte ou assessor de imprensa. Também tem o *Twitter*. Em casos específicos, quando é para denúncia, prefiro encontrar pessoalmente para passar confiança num primeiro contato.

7) Qual a relação estabelecida entre fontes e jornalistas em ambientes de grupos fechados no *WhatsApp*?

R2: É um contato profissional. Pessoalmente, evito misturar as coisas. Os dois lados sabem que não somos "amigos", apesar de termos boas relações. O interesse lá é apenas pela notícia, no meu entendimento. Há colegas que exageram.

8) Qual sua avaliação a respeito da criação de grupos entre fontes e jornalistas para compartilhamento de informações?

R2: Acho válido. Sou a favor da transparência. Essa é uma forma de democratizar as informações.

9) Qual sua avaliação sobre a qualidade das matérias produzidas a partir de informações compartilhadas em grupos de fontes e jornalistas no *WhatsApp*?

R2: As matérias tendem a ser pasteurizadas. Alguns veículos apenas copiam e colam, sem nem questionar alguns pontos das informações ou pedir mais detalhes...

10) Na sua visão, de que forma esses contatos entre fontes e jornalistas no *WhatsApp* impactaram a forma de produção da notícia?

R2: Ao mesmo tempo em que facilitaram a apuração, criou uma mesmice. Acho até que, querendo ou não, é uma forma de as fontes controlarem a forma como a notícia é publicada. Não costuma sair muito do que eles avisam pelos grupos de *wpp*.

2ª etapa – A relação com o editor e a imprensa em publicar o material

1) Existe alguma orientação em produzir matérias a partir de informações que circulam em grupos de fontes e jornalistas no *WhatsApp*? Como isso acontece?

R2: A orientação é de sempre tentar ir além. O objetivo não é ser o primeiro a publicar, mas sim de fazer o texto mais redondo. Não fazemos tudo o que postam lá. Só o que é mais relevante, com a pegada que queremos.

2) Quais são os critérios adotados para que uma informação compartilhada no grupo entre fontes e jornalistas no *WhatsApp* se torne objeto de pauta?

R2: Os critérios são o de responder às perguntas básicas do lide, não deixando nenhuma lacuna ou dúvida. Por mais que aquilo seja informação oficial, temos que questionar as instituições em caso de dúvida. Em última instância, se a corporação erra e a gente publica, então a gente erra também. A relevância e o interesse público.

3) De que forma os grupos de *WhatsApp* são acompanhados para que não se perca uma informação postada? Por exemplo: são os editores que monitoram e pautam os repórteres ou isso é feito por cada jornalista por iniciativa própria?

R2: Eu chego às 5h. Então na maioria das vezes, eu mesmo vejo uma notícia e me pauto. Mas é importante que os editores também estejam no grupo. Podem ter um olhar diferente.

4) Quando você se depara com uma informação relevante compartilhada no grupo entre fontes e jornalistas no grupo de *WhatsApp*, primeiro avisa ao editor ou faz o texto antes e, depois, comunica ao responsável?

R2: Aviso antes.

5) Existe alguma orientação para a quantidade de postagens de matérias por dia para cada repórter? Se sim, qual a média?

R2: Não há.

6) Há alguma cobrança dos editores ou coordenadores para publicação da informação compartilhada no grupo entre fontes e jornalistas no *WhatsApp*? Se sim, de que forma ela acontece?

R2: Apenas quando a informação é relevante.

7) Diante da pressão em publicar a informação, qual o tempo você tem para procurar outras fontes envolvidas no caso repassado no grupo entre fontes e jornalistas no *WhatsApp*?

R2: Na medida do possível, tentamos. Pelo menos expandir. Por exemplo, é um caso de roubo, colocamos as estatísticas no texto também.

8) Qual critério para a escolha de fontes?

R2: Tem que ser a que esteja diretamente envolvida com o assunto.

9) Existe alguma instrução do tamanho do texto elaborado a partir das informações compartilhadas no grupo entre fontes e jornalistas no *WhatsApp*? Se sim, qual a ordem?

R2: Enquanto a informação for importante, há espaço. Não há limitação. Só não pode haver engodo.

10) De que forma as informações repassadas nos grupos entre fontes e jornalistas no *WhatsApp* são reorganizadas em forma de narrativa jornalística?

R2: Começamos com a pegada mais legal. Nem sempre a instituição, ao mandar no grupo, vê da mesma forma que a gente. Depois, a ideia é deixar o texto mais direto e objetivo possível. Nariz de cera nunca.

3ª etapa – A relação entre fontes e jornalistas nos grupos de *WhatsApp*

1) Qual a relação estabelecida entre fontes e jornalistas nos grupos de *WhatsApp*?

R2: A intenção é que seja estritamente profissional.

2) Qual a postura adotada por cada um desses profissionais nesse ambiente?

R2: Apesar de ser um ambiente de trabalho, o bom humor tem que imperar.

3) Geralmente, nos grupos em que você participa, qual a frequência de informações postadas nesses ambientes e os horários em que há mais compartilhamento de dados?

R2: Principalmente na largada da manhã, meu horário.

4) A partir de sua experiência profissional, qual a diferença entre o contato com fontes por outros meios (e-mail, telefone, encontro presencial) e pelo grupo do *WhatsApp*?

R2: O grupo de *wpp* permite à fonte ter uma espécie de lista de transmissão, por onde ele tem controle da informação que será repassada. Ao mesmo tempo, no grupo, também conseguimos apurar. A informação respondida a mim também pode ser aproveitada pelo colega. Todos ganham.

5) Qual a sua opinião sobre essas novas formas de relacionamento com fontes e a produção de notícias por meio de grupos de *WhatsApp* estabelecidos dessa forma?

R2: Sem preenchimento de resposta.

Identificação na tese: **REPÓRTER 3**

Perguntas encaminhadas por e-mail em 10/9/2018. Reenviadas em 09/10/2018, em razão do prazo. Respostas obtidas em 09/10/2018.

1ª etapa – A produção de notícias pelo *WhatsApp*

1) Com que frequência você utiliza o *WhatsApp* para apuração de notícias?

R3: Diariamente.

2) Como é feita a produção de notícias em grupos restritos entre fontes e jornalistas no *WhatsApp*? Outras fontes envolvidas no caso são procuradas?

R3: Os grupos agilizam a comunicação e a divulgação de notícias entre jornalistas. Em alguns casos, mais simples, como cobertura de pequenos casos policiais ou acidentes, é possível desenvolver um texto apenas com a informação divulgada oficialmente nesses espaços. Às vezes em mais de um. Por exemplo, usar os dados da Polícia Militar e dos Bombeiros sobre um mesmo caso. Em outras situações, porém, a informação pode servir como um passo inicial para a apuração, que exige cruzar dados e procurar, como sempre, todos os atores envolvidos na história em questão.

3) Em qual ano você começou a fazer parte de grupos restritos entre fontes e jornalistas no *WhatsApp*? Aproximadamente em quantos você está inserido e qual o assunto da maioria deles? Por exemplo: segurança pública, política (nacional/local), educação...

R3: Não me recordo o ano exato. Foi em meados de 2013, durante as manifestações. Tive uma resistência grande pois, ao mesmo tempo que o aplicativo agiliza a comunicação, te coloca muito mais intensamente em contato com o trabalho. Principalmente em horários em que não estamos trabalhando.

4) Ao ter acesso a uma informação no grupo de *WhatsApp* entre fontes e jornalistas, qual critério você adota para o tratamento daquele conteúdo antes da publicação da matéria?

R3: Depende muito da relação com a fonte. Uma mensagem oficial em um grupo oficial é uma forma mais ágil de se comunicar, mas tem o mesmo valor de uma informação via fonte oficial enviada por e-mail. Uma denúncia de terceiros, por outro lado, tem um valor muito maior, mas também exige um trabalho de apuração mais aprofundado. No caso de uma fonte jornalística, acredito que seja semelhante. É o pontapé para uma apuração maior, que tem o aplicativo como um facilitador.

5) Quanto tempo você gasta para transformar a informação compartilhada no grupo de *WhatsApp* entre fontes e jornalistas em notícia?

R3: Se for algo simples, é o tempo que leva para transformar a apuração em texto e preencher os formulários de postagem do site. De 20 minutos a uma hora, dependendo da complexidade. Em outros casos o tempo varia segundo o teor e o valor da matéria. É difícil precisar.

6) Além do uso do *WhatsApp*, quais outras ferramentas você utiliza para apuração de notícia? Por exemplo, troca de e-mail, ligação por telefone, contato privado com assessor de imprensa pelo *WhatsApp* ou pessoalmente...

R3: Todas essas ferramentas. Cada pauta tem necessidades próprias. Uma que demande investigação pode precisar de uma campana, por exemplo. Uma fonte de difícil acesso também pode exigir plantões em locais estratégicos.

7) Qual a relação estabelecida entre fontes e jornalistas em ambientes de grupos fechados no *WhatsApp*?

R3: Sem resposta

8) Qual sua avaliação a respeito da criação de grupos entre fontes e jornalistas para compartilhamento de informações?

R3: Agiliza a informação e é útil nesse sentido. Ao mesmo tempo, institucionaliza as pautas e tira profundidade de determinados grupos de pautas, em que não é possível contar apenas com respostas oficiais. Claro que isso também depende da proatividade do repórter. É útil como ferramenta de trabalho. Muito útil. Porém, invade o espaço pessoal do profissional. Jornalistas são mal remunerados pela intensidade de trabalho e, nesse sentido, o uso do aplicativo é um desrespeito contra as classes.

9) Qual sua avaliação sobre a qualidade das matérias produzidas a partir de informações compartilhadas em grupos de fontes e jornalistas no *WhatsApp*?

R3: Varia muito. Como foi dito anteriormente, depende da complexidade e da exigência de informações de cada matéria. A apuração de um acidente sem vítimas ou uma perseguição policial sem feridos e que termina bem pode tranquilamente ficar restrita ao *WhatsApp*. Esses mesmos casos, com resultados diferentes, precisam de investimento de tempo e apuração muito maiores do que o que a fonte oficial pode fornecer. Mas isso, claro, se nos restringimos a grupos oficiais. Em grupos informais, por outro lado, a informação vai exigir outro tratamento que pode qualificar o material.

10) Na sua visão, de que forma esses contatos entre fontes e jornalistas no *WhatsApp* impactaram a forma de produção da notícia?

R3: Tornaram mais ágil em todos os casos, o contato entre jornalistas e fontes. Mas oficializou demais a produção jornalística.

2ª etapa – A relação com o editor e a imprensa em publicar o material

1) Existe alguma orientação em produzir matérias a partir de informações que circulam em grupos de fontes e jornalistas no *WhatsApp*? Como isso acontece?

R3: Sim. Os grupos de polícia e bombeiro são fontes de produção de material online para “movimentar” os sites de notícias. O aplicativo também é utilizado como forma de se aproximar dos leitores em busca de pautas e denúncias, o que, da mesma forma, é uma orientação superior.

2) Quais são os critérios adotados para que uma informação compartilhada no grupo entre fontes e jornalistas no *WhatsApp* se torne objeto de pauta?

R3: A apuração continua sendo o principal elemento da produção jornalística. É o principal critério para determinar se determinada informação compartilhada por *WhatsApp* pode, ou não, se tornar matéria.

3) De que forma os grupos de *WhatsApp* são acompanhados para que não se perca uma informação postada? Por exemplo: são os editores que monitoram e pautam os repórteres ou isso é feito por cada jornalista por iniciativa própria?

R3: As duas coisas. Há sempre mais de um repórter de um mesmo veículo em grupos e há sempre mais de um repórter pautado para acompanhar o fluxo de informação em conjuntos de grupos e fontes.

4) Quando você se depara com uma informação relevante compartilhada no grupo entre fontes e jornalistas no grupo de *WhatsApp*, primeiro avisa ao editor ou faz o texto antes e, depois, comunica ao responsável?

R3: Dependendo da gravidade, faço os dois ao mesmo tempo.

5) Existe alguma orientação para a quantidade de postagens de matérias por dia para cada repórter? Se sim, qual a média?

R3: Não.

6) Há alguma cobrança dos editores ou coordenadores para publicação da informação compartilhada no grupo entre fontes e jornalistas no *WhatsApp*? Se sim, de que forma ela acontece?

R3: Sim. Por telefone, pessoalmente ou por *WhatsApp*.

7) Diante da pressa em publicar a informação, qual o tempo você tem para procurar outras fontes envolvidas no caso repassado no grupo entre fontes e jornalistas no *WhatsApp*?

R3: Isso tem muita relação com a gravidade da notícia. Se há pressa, o texto é escrito durante a apuração, mas ouvir outras fontes é obrigatório. O tempo para isso depende também da disponibilidade dessas fontes.

8) Qual critério para a escolha de fontes?

R3: Depende da matéria a ser apurada. O ideal é ouvir ambos os lados de um assunto, a parte prejudicada, os órgãos de governo ou empresas responsáveis por um determinado problema, segundo cada apuração exigir.

9) Existe alguma instrução do tamanho do texto elaborado a partir das informações compartilhadas no grupo entre fontes e jornalistas no *WhatsApp*? Se sim, qual a ordem?

R3: O tamanho mínimo, muitas vezes está ligado à exigência de caracteres para ganhar relevância no Google. O tamanho de uma matéria também varia segundo o grau de importância do assunto naquele momento, e segundo a quantidade de informação disponível.

10) De que forma as informações repassadas nos grupos entre fontes e jornalistas no *WhatsApp* são reorganizadas em forma de narrativa jornalística?

R3: Seguindo o aspecto mais importante da notícia. No caso de um acidente grave, por exemplo, a informação mais importante é a dos bombeiros, seguido das outras corporações envolvidas no atendimento da ocorrência. Mas isso, levando em conta apenas uma apuração por *WhatsApp*. Uma informação de um único grupo também pode ser reorganizada para ressaltar um aspecto considerado, pelo veículo, como mais importante. O texto jornalístico não equivale, em estrutura, à informação divulgada.

3ª etapa – A relação entre fontes e jornalistas nos grupos de *WhatsApp*

1) Qual a relação estabelecida entre fontes e jornalistas nos grupos de *WhatsApp*?

R3: Varia segundo a intensidade do contato entre jornalista e fonte.

2) Qual a postura adotada por cada um desses profissionais nesse ambiente?

R3: É algo que segue em transformação. Mas há, cada vez mais, um distanciamento profissional. Claro que isso muda a medida que jornalista e fonte se aproximam segundo exigência das coberturas.

3) Geralmente, nos grupos em que você participa, qual a frequência de informações postadas nesses ambientes e os horários em que há mais compartilhamento de dados?

R3: Varia segundo o grupo e o dia. É difícil especificar. Mas, diariamente, recebo mais de 400 mensagens. É impossível acompanhar todas. Também não é de meu interesse.

4) A partir de sua experiência profissional, qual a diferença entre o contato com fontes por outros meios (e-mail, telefone, encontro presencial) e pelo grupo do *WhatsApp*?

R3: Apesar de instrumentalizar a comunicação, por *WhatsApp*, é mais fácil se aproximar das fontes, que por outros meios eletrônicos. O encontro presencial é sempre mais produtivo, quando possível.

5) Qual a sua opinião sobre essas novas formas de relacionamento com fontes e a produção de notícias por meio de grupos de *WhatsApp* estabelecidos dessa forma?

R3: Faz parte das transformações tecnológicas dos meios de comunicação. Mas não podemos abdicar do questionamento e da apuração como formas de se aproximar de uma “verdade criteriosa”. A maior dificuldade é a intensidade dessas transformações em relação às transformações do meio profissional, sempre mais lentas.

APÊNDICE E: Formulário de entrevista com editores dos veículos *Correio Braziliense*, *Metrópoles* e *G1DF*

Nome: *necessário para compor como arquivo no banco de dados da pesquisadora, mas, na tese, será identificado com letras ou número. O nome não será publicado no trabalho final*

Tempo de profissão: *restrito ao banco de dados da pesquisadora*

Formação e experiências profissionais: *restrito ao banco de dados da pesquisadora*

1ª Parte – A construção da notícia pelo WhatsApp

- 1) Qual a influência dos grupos restritos a jornalistas e fontes no *WhatsApp* para a produção de notícias no veículo?
- 2) Quais são os critérios adotados para avaliar se uma informação compartilhada nesse ambiente será passível de cobertura jornalística?
- 3) De que forma o repórter é designado ou instruído a apurar aquela informação?
- 4) Em média, quanto tempo o repórter tem para tratar a informação compartilhada no grupo entre fontes e jornalistas no *WhatsApp* e publicá-la?
- 5) Além do *WhatsApp*, quais outras fontes são sugeridas ao repórter na hora da apuração de uma notícia compartilhada em grupos entre fontes e jornalistas?
- 6) O repórter sai a campo para apurar uma informação compartilhada em grupos entre fontes e jornalistas no *WhatsApp*? Se sim, qual a frequência? Se não, por que isso não é feito?
- 7) Há algum monitoramento da quantidade de acessos dos leitores a cada uma das notícias após a publicação? Se sim, qual a percepção das matérias construídas a partir de informações que circulam em grupo de fontes e jornalistas no *WhatsApp*? Por exemplo, são as mais lidas?
- 8) Que tipo de assunto compartilhado nesses ambientes tende a ser objeto de cobertura jornalística no veículo?
- 9) Em média, qual o tamanho das matérias que tiveram origem em grupos entre fontes e jornalistas no *WhatsApp*?
- 10) Em geral, nesses assuntos que originaram em grupos entre fontes e jornalistas no *WhatsApp* há algum desdobramento ou suíte do caso nos dias seguintes? Se não, por que?

2ª Etapa – A edição e o relacionamento com o repórter

- 1) Como acontece o fluxo da notícia? Por exemplo, ao finalizar a matéria, o repórter repassa o texto a um editor ou coordenador de pauta ou tem a liberdade de publicar o conteúdo?
- 2) De que forma é feita a edição desses conteúdos? O editor cruza as informações ou as checka no próprio grupo entre fontes e jornalistas no *WhatsApp*?

- 3) Existe alguma instrução ou manual que orienta a edição das matérias? Se não, qual critério adotado?
- 4) Como é o ritmo de trabalho de editor e repórter? E o que os diferencia, uma vez que os dois profissionais são jornalistas?
- 5) Quais são as instruções dadas aos repórteres quanto às informações que circulam nos grupos entre fontes e jornalistas no *WhatsApp*?
- 6) Quais as diferenças de apuração de uma pauta designada ao repórter pelo editor ou coordenador de produção e aquela que surge a partir de uma informação compartilhada nos grupos entre fontes e jornalistas no *WhatsApp*?
- 7) Os editores ou coordenadores de produção do veículo também fazem parte desse ambiente no *WhatsApp*? Se sim, por que? Há alguma prática deles também produzirem notícias em situações esporádicas caso haja um acúmulo de trabalho dos repórteres?
- 8) Por que existe a necessidade de os repórteres estarem nesses grupos de *WhatsApp*? Eles recebem alguma instrução de como se portar no ambiente, uma vez que representam o veículo naquele espaço? Se sim, quais algumas das considerações?
- 9) Qual o tamanho aconselhado do texto? Por que?
- 10) Qual a sua opinião sobre essas novas formas de relacionamento com fontes e a produção de notícias por meio de grupos de *WhatsApp* estabelecidos dessa forma?

3ª Etapa – A participação do editor nos grupos

- 1) Há alguma diferença do relacionamento entre repórter e fontes e entre editor e fontes nos grupos de *WhatsApp*? Quais?
- 2) Existe a prática do editor ou do coordenador de pauta que fazem parte dos grupos produzirem conteúdos para o site quando repórteres estão com outras matérias jornalísticas? De que forma isso acontece?
- 3) Quando o editor ou coordenador de pauta produz conteúdo para o site, as outras fontes envolvidas na cobertura são procuradas pelo repórter (a pedido do editor/coordenador) ou essa mesma pessoa é quem conduz toda a apuração?
- 4) Quem edita o texto do editor ou do coordenador de pauta nessas ocasiões? Como isso acontece? Por exemplo, a matéria precisa ser enviada antes a outro jornalista para correções ou o editor/coordenador publica e, depois, o material é editado?

APÊNDICE F: entrevista com editor do portal *Metrópoles*

Identificação na tese: **EDITOR 1**

Perguntas encaminhadas por e-mail em 3/1/2019. Respostas obtidas em 20/1/2019

1ª Parte – A construção da notícia pelo *WhatsApp*

1) Qual a influência dos grupos restritos a jornalistas e fontes no *WhatsApp* para a produção de notícias no veículo?

E1: São fontes primárias de informação. Na maioria das vezes são necessárias apurações complementares. Alguns são de órgãos oficiais. Outras, de grupos de jornalistas que compartilham opiniões sobre os temas. Neste caso, se tornam fontes importantes de medir a repercussão dos fatos. Em outros casos, são grupos de comunidades. Neste caso, ajudam a ampliar a cobertura de dentro das redações. Mas todas as informações precisam ser checadas.

2) Quais são os critérios adotados para avaliar se uma informação compartilhada nesse ambiente será passível de cobertura jornalística?

E1: São vários. Potencial de audiência, se afetam um grande número de pessoas, denúncias graves, assuntos polêmicos, se estão relacionados à política editorial do veículo, se vão provocar alguma mudança de comportamento. Basta, a princípio, serem verdadeiros. Por isso, a necessidade de checagem.

3) De que forma o repórter é designado ou instruído a apurar aquela informação?

E1: Procurar os envolvidos no assunto, checar com as autoridades relacionadas, ouvir a comunidade afetada por aquelas notícias, repercutir. A primeira coisa é saber se ela é verdadeira e ouvir todas as versões, pessoas e órgãos envolvidos.

4) Em média, quanto tempo o repórter tem para tratar a informação compartilhada no grupo entre fontes e jornalistas no *WhatsApp* e publicá-la?

E1: Depende da fonte. Se vier de órgão oficial, a primeira publicação pode ser imediata, colocando-se um aguarde mais informações para posterior conclusão. Se vir de fonte não oficial, o tempo vai depender da checagem da veracidade da informação.

5) Além do *WhatsApp*, quais outras fontes são sugeridas ao repórter na hora da apuração de uma notícia compartilhada em grupos entre fontes e jornalistas?

E1: Os personagens envolvidos na história. Pessoas, famílias, comunidade, autoridades...

6) O repórter sai a campo para apurar uma informação compartilhada em grupos entre fontes e jornalistas no *WhatsApp*? Se sim, qual a frequência? Se não, por que isso não é feito?

E1: Neste caso vai depender da gravidade e profundidade da informação. Se por telefone se resolve, não há necessidade de sair. Se for um tema mais grave, que mereça uma apuração mais aprofundada, por demorar horas, dias, pode sair mais de uma vez da redação. Cada situação é diferente.

7) Há algum monitoramento da quantidade de acessos dos leitores a cada uma das notícias após a publicação? Se sim, qual a percepção das matérias construídas a partir de informações que circulam em grupo de fontes e jornalistas no *WhatsApp*? Por exemplo, são as mais lidas?

E1: Sim. Todas as publicações têm controle de audiência. Não existe uma percepção se as matérias de *WhatsApp* são mais ou menos lidas. Não é a origem que prevalece. Depende do

conteúdo. Pegando com exemplo o grupo da PMDF. Tem notícias que bombam (casos mais graves, assassinatos, estupros, violência doméstica, e tem outros que não).

8) Que tipo de assunto compartilhado nesses ambientes tende a ser objeto de cobertura jornalística no veículo?

E1: Como falei anteriormente, os que mexem mais com a vida das pessoas, denúncias de corrupção, crimes bárbaros, atos de preconceito, problemas da comunidade que afetam maior número de pessoas (apagão, buraco, alagamento....) Barracos (brigas) entre vizinhos, assuntos curiosos também rendem bastante.

9) Em média, qual o tamanho das matérias que tiveram origem em grupos entre fontes e jornalistas no *WhatsApp*?

E1: Varia. Podem ser registros de dois parágrafos ou matérias maiores de 10 parágrafos. Vai depender da dimensão e da repercussão do assunto

10) Em geral, nesses assuntos que originaram em grupos entre fontes e jornalistas no *WhatsApp* há algum desdobramento ou suíte do caso nos dias seguintes? Se não, por que?

E1: Se são assuntos de grande repercussão, são feitas suítes. Mas se são assuntos que se encerram neles mesmo (um acidente sem vítimas que sequer houve interdição do trânsito, por exemplo).

2ª Etapa – A edição e o relacionamento com o repórter

1) Como acontece o fluxo da notícia? Por exemplo, ao finalizar a matéria, o repórter repassa o texto a um editor ou coordenador de pauta ou tem a liberdade de publicar o conteúdo?

E1: Se não é o próprio editor quem faz e publica direto, o repórter precisa passar pela edição. Ele não publica direto.

2) De que forma é feita a edição desses conteúdos? O editor cruza as informações ou as checa no próprio grupo entre fontes e jornalistas no *WhatsApp*?

E1: A princípio, a tarefa de apurar e checar é do repórter. Existe um elo de confiança entre ele e o editor. Mas, se o editor considera, ao ler a matéria, que há falhas de apuração e checagem, ele retorna a matéria para o repórter e auxilia no aprofundamento da apuração.

3) Existe alguma instrução ou manual que orienta a edição das matérias? Se não, qual critério adotado?

E1: Não existe um manual físico. Existem regras na edição que são basicamente as mesmas na reportagem. Ao editor cabe garantir que a apuração foi feita como deveria, se todas as partes e versões foram ouvidas e estão contadas, o editor se preocupa com o ordenamento da história, se está bem compreendida, bem escrita, com a linguagem correta, português correto, fotos, infográficos, vídeos, áudios, *tags*, título com as palavras importantes para ranquear no *Google*, etc...

4) Como é o ritmo de trabalho de editor e repórter? E o que os diferencia, uma vez que os dois profissionais são jornalistas?

E1: São funções diferentes. O repórter é a ponta com a fonte. O editor é a ponte com quem vai ler. O editor, geralmente, é uma pessoa mais experiente. Está bem atenta à missão de seu veículo. Tem que garantir que o que está sendo publicado está correto.

5) Quais são as instruções dadas aos repórteres quanto às informações que circulam nos grupos entre fontes e jornalistas no *WhatsApp*?

E1: Checar a veracidade. Acompanhar as repercussões.

6) Quais as diferenças de apuração de uma pauta designada ao repórter pelo editor ou coordenador de produção e aquela que surge a partir de uma informação compartilhada nos grupos entre fontes e jornalistas no *WhatsApp*?

E1: Vai depender de que grupo vem. Se vem de um grupo de um órgão oficial e ela tiver confirmada (não for uma informação preliminar), ela pode ser publicada. Mas se vier de outras fontes, precisa ser checada como todas as demais pautas. Todos os lados ouvidos.

7) Os editores ou coordenadores de produção do veículo também fazem parte desse ambiente no *WhatsApp*? Se sim, por que? Há alguma prática deles também produzirem notícias em situações esporádicas caso haja um acúmulo de trabalho dos repórteres?

E1: Todos os nossos editores de cidades estão nos grupos. Eles podem produzir sim. Sempre. É importante ter os editores nos grupos, porque já se faz uma triagem do que vale matéria ou não. Importante também porque em caso de dúvidas eles podem questionar diretamente as fontes.

8) Por que existe a necessidade de os repórteres estarem nesses grupos de *WhatsApp*? Eles recebem alguma instrução de como se portar no ambiente, uma vez que representam o veículo naquele espaço? Se sim, quais algumas das considerações?

E1: Os repórteres são obrigados a estarem em grupos oficiais (PMDF, PCDF, TJDFT, MPDFT, Justiça Federal, GDF, CLDF, DER-DF...) para estarem por dentro do que ocorre na área de cobertura deles. No caso de repórteres de nacionais, participam de grupos de suas áreas de cobertura.... O comportamento nos grupos deve se restringir à apuração e a questionamentos relacionados a ela. Não devem se envolver em polêmicas que não dizem respeito a eles e qualquer acusação ou confusão que envolva o nome do veículo, devem informar aos editores.

9) Qual o tamanho aconselhado do texto? Por que?

E1: O texto deve ser do tamanho que explique a história. Se é um fato que se explica em dois parágrafos, esse deverá ser o tamanho. Se precisar mais, deve ser escrito mais.

10) Qual a sua opinião sobre essas novas formas de relacionamento com fontes e a produção de notícias por meio de grupos de *WhatsApp* estabelecidos dessa forma?

E1: Muito importantes. Representam um ganho de tempo muito grande, garantem acesso a um maior número de notícias, você da redação pode estar participando da vida de várias comunidades. Só é preciso fazer a checagem correta dos fatos.

3ª Etapa – A participação do editor nos grupos

1) Há alguma diferença do relacionamento entre repórter e fontes e entre editor e fontes nos grupos de *WhatsApp*? Quais?

E1: Não. Às vezes, a fonte tem um respeito maior pelo editor.

2) Existe a prática do editor ou do coordenador de pauta que fazem parte dos grupos produzirem conteúdos para o site quando repórteres estão com outras matérias jornalísticas? De que forma isso acontece?

E1: Sempre. O editor, nesse caso, atua como um repórter. Sem problema algum.

3) Quando o editor ou coordenador de pauta produz conteúdo para o site, as outras fontes envolvidas na cobertura são procuradas pelo repórter (a pedido do editor/coordenador) ou essa mesma pessoa é quem conduz toda a apuração?

E1: Depende. Quando é algo mais simples, o próprio editor pode fazer sozinho ou o repórter. Quando é algo mais complicado, podemos envolver várias pessoas entre editores e repórteres, dividindo as tarefas, para que a informação seja checada e apurada com mais rapidez.

4) Quem edita o texto do editor ou do coordenador de pauta nessas ocasiões? Como isso acontece? Por exemplo, a matéria precisa ser enviada antes a outro jornalista para correções ou o editor/coordenador publica e, depois, o material é editado?

E1: O material produzido pelo editor é publicado diretamente. Todas as matérias passam por revisão. As mais urgentes, podem ser publicadas e revisadas a posteriori. Outras, mais frias, podem ser revisadas antes.

APÊNDICE G: entrevista com editor do site do *Correio Braziliense*

Identificação na tese: **EDITOR 2**

Perguntas encaminhadas por e-mail em 17/1/2019. Respostas obtidas em 6/2/2019

1ª Parte – A construção da notícia pelo *WhatsApp*

1) Qual a influência dos grupos restritos a jornalistas e fontes no *WhatsApp* para a produção de notícias no veículo?

E2: Contribuem para a velocidade na postagem das notícias e, conseqüentemente, na chegada da informação ao leitor.

2) Quais são os critérios adotados para avaliar se uma informação compartilhada nesse ambiente será passível de cobertura jornalística?

E2: Depende. No caso da cobertura de cidades, os temas principais são trânsito e polícia. O interesse do público, medido por meio de ferramentas de audiência, por exemplo, é um deles. Outros critérios como se há mortes, impactos no trânsito, tipo de crime (contra a vida) são levados em consideração sempre.

3) De que forma o repórter é designado ou instruído a apurar aquela informação?

E2: Orientação por telefone, pessoalmente ou por grupo de *WhatsApp* usado para fins profissionais.

4) Em média, quanto tempo o repórter tem para tratar a informação compartilhada no grupo entre fontes e jornalistas no *WhatsApp* e publicá-la?

E2: Depende da relevância da pauta e da facilidade de acesso às informações. Há matérias mais curtas que levam de uma hora a duas para ficarem prontas e outras que demandam um dia todo de apuração. Na internet, usualmente começamos com postagens menores, a partir de informações preliminares, para depois atualizar o conteúdo ao longo do tempo.

5) Além do *WhatsApp*, quais outras fontes são sugeridas ao repórter na hora da apuração de uma notícia compartilhada em grupos entre fontes e jornalistas?

E2: Nos casos mais recorrentes da cobertura de cidades, fontes oficiais distintas daquelas de onde partiram as informações - Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Polícia Rodoviária Federal, Departamento de Trânsito, Ministério Público, etc. Em algumas situações, especialistas também.

6) O repórter sai a campo para apurar uma informação compartilhada em grupos entre fontes e jornalistas no *WhatsApp*? Se sim, qual a frequência? Se não, por que isso não é feito?

E2: Sim, difícil especificar uma frequência, mas talvez uma vez ao dia seja o mais usual.

7) Há algum monitoramento da quantidade de acessos dos leitores a cada uma das notícias após a publicação? Se sim, qual a percepção das matérias construídas a partir de informações que circulam em grupo de fontes e jornalistas no *WhatsApp*? Por exemplo, são as mais lidas?

E2: Há. Precisaria ser feito um levantamento para afirmar com certeza a origem da notícia e a audiência, mas acredito que essa não seja a regra.

8) Que tipo de assunto compartilhado nesses ambientes tende a ser objeto de cobertura jornalística no veículo?

E2: Polícia e trânsito.

9) Em média, qual o tamanho das matérias que tiveram origem em grupos entre fontes e jornalistas no *WhatsApp*?

E2: Difícil dizer, mas a maioria são matérias pequenas, de até seis parágrafos.

10) Em geral, nesses assuntos que originaram em grupos entre fontes e jornalistas no *WhatsApp* há algum desdobramento ou suíte do caso nos dias seguintes? Se não, por que?

E2: Às vezes, sim. Depende da relevância do assunto e do número de acessos.

2ª Etapa – A edição e o relacionamento com o repórter

1) Como acontece o fluxo da notícia? Por exemplo, ao finalizar a matéria, o repórter repassa o texto a um editor ou coordenador de pauta ou tem a liberdade de publicar o conteúdo?

E2: Os textos passam por edição antes da publicação.

2) De que forma é feita a edição desses conteúdos? O editor cruza as informações ou as checa no próprio grupo entre fontes e jornalistas no *WhatsApp*?

E2: Quando acha necessário, sim.

3) Existe alguma instrução ou manual que orienta a edição das matérias? Se não, qual critério adotado?

E2: Existe um manual de mídias convergentes adotado pela redação, com orientação gerais em relação ao estilo textual.

4) Como é o ritmo de trabalho de editor e repórter? E o que os diferencia, uma vez que os dois profissionais são jornalistas?

E2: O repórter é responsável por apurar, checar, e escrever o texto. O editor é responsável por pautar e editar o texto.

5) Quais são as instruções dadas aos repórteres quanto às informações que circulam nos grupos entre fontes e jornalistas no *WhatsApp*?

E2: Devem ser recheçadas quando não fizeram sentido, complementadas com mais informações e é necessário procurar outras fontes para confirmá-las.

6) Quais as diferenças de apuração de uma pauta designada ao repórter pelo editor ou coordenador de produção e aquela que surge a partir de uma informação compartilhada nos grupos entre fontes e jornalistas no *WhatsApp*?

E2: Não há diferença. A apuração deve ser consistente, responsável e comprometida de qualquer forma.

7) Os editores ou coordenadores de produção do veículo também fazem parte desse ambiente no *WhatsApp*? Se sim, por que? Há alguma prática deles também produzirem notícias em situações esporádicas caso haja um acúmulo de trabalho dos repórteres?

E2: Alguns, sim, participam e escrevem matérias.

8) Por que existe a necessidade de os repórteres estarem nesses grupos de *WhatsApp*? Eles recebem alguma instrução de como se portar no ambiente, uma vez que representam o veículo naquele espaço? Se sim, quais algumas das considerações?

E2: Em razão da agilidade que a internet exige. Costumo dar orientações apenas quando percebo conduta inapropriada, mas são muito raros os casos, até porque esses grupos têm as próprias regras de conduta.

9) Qual o tamanho aconselhado do texto? Por que?

E2: Não estabelecemos limite. As regras de indexação exigem tamanhos específicos, mas caso haja interesse jornalístico publicamos mesmo se elas não forem atendidas.

10) Qual a sua opinião sobre essas novas formas de relacionamento com fontes e a produção de notícias por meio de grupos de *WhatsApp* estabelecidos dessa forma?

E2: A agilidade facilita muito o trabalho, mas cria uma certa comodidade que nem sempre favorece a boa apuração. O repórter não pode perder esse senso de responsabilidade com a notícia.

3ª Etapa – A participação do editor nos grupos

1) Há alguma diferença do relacionamento entre repórter e fontes e entre editor e fontes nos grupos de *WhatsApp*? Quais?

E2: Creio que não.

2) Existe a prática do editor ou do coordenador de pauta que fazem parte dos grupos produzirem conteúdos para o site quando repórteres estão com outras matérias jornalísticas? De que forma isso acontece?

E2: Há casos, sim. Como são todos jornalistas, não há diferença no processo.

3) Quando o editor ou coordenador de pauta produz conteúdo para o site, as outras fontes envolvidas na cobertura são procuradas pelo repórter (a pedido do editor/coordenador) ou essa mesma pessoa é quem conduz toda a apuração?

E2: Ela conduz a apuração.

4) Quem edita o texto do editor ou do coordenador de pauta nessas ocasiões? Como isso acontece? Por exemplo, a matéria precisa ser enviada antes a outro jornalista para correções ou o editor/coordenador publica e, depois, o material é editado?

E2: Normalmente o texto é publicado direto. Cabe ao profissional que escreveu contatar um colega para que revise.

ANEXOS

ANEXO A

Matéria *Bandidos roubam carro e ameaçam levar criança junto no Guará*

Fonte: *Correio Braziliense*

Data de publicação: 5/6/2018

The screenshot shows a news article on the Correio Braziliense website. The header includes the site's logo and navigation icons. The main headline is "Bandidos roubam carro e ameaçam levar criança junto no Guará". Below the headline is a sub-headline: "Polícia militar perseguirá os criminosos e conseguiu detê-los em Taguatinga". The article text describes an incident where two armed men stole a car in the Guará neighborhood, threatening to take a child with them. The police eventually tracked them down in Taguatinga. The article also mentions that the suspects were taken to a police station and that various stolen items, such as cell phones, wallets, and a car, were recovered. A "Tags" section lists #pndf, #roubo, #crime, #guará, and #violência. Below the article is a "Sem Comentários" section and a "Veja também" section with three image thumbnails. On the right side, there is a "MAIS LIDAS" section with a list of five related articles.

Bandidos roubam carro e ameaçam levar criança junto no Guará
Polícia militar perseguirá os criminosos e conseguiu detê-los em Taguatinga

Dois homens armados roubaram uma Hilux no Guará com uma criança dentro antes sexta-feira (3/6). Polícia militar conseguiu recuperar o veículo em Taguatinga.

Os militares pediram fôlego com o carro e prenderam os criminosos após perseguição. Segundo informações da corporação, foram recuperados diversos objetos roubados, como celulares, bolsas e cartões, além da arma de fogo utilizada no crime.

Agende suas informações

Tags #pndf #roubo #crime #guará #violência

Sem Comentários

Veja também

- Erva "milagre da natureza"
- Sandra Bullock e outros

MAIS LIDAS

1. 05/06/2018 - Governo - **Desaparecido sobre o caso, ministro apresenta relatório do STJ**
2. 05/06/2018 - Governo - **Prova de que levou mais 12 dias para saber se normal ou doença, Pádua**
3. 05/06/2018 - Governo - **GGF aprova 1.021 emendas, mas o Decreto de Saúde**
4. 05/06/2018 - Governo - **Acadêmicos e urbanistas pedem revisão de projeto de reforma do Plano**
5. 05/06/2018 - Governo - **Comissão do STF analisa em processo 100 mil e 500 mil**

ANEXO B

Matéria: *Homem mata mulher e comete suicídio em seguida na Asa Sul*

Fonte: *Correio Braziliense*

Data de publicação: 6/3/2018

Homem mata mulher e comete suicídio em seguida na Asa Sul

Elson da Silva, que usou uma arma de fogo para cometer o crime, chegou a ser socorrido pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, mas morreu no local

postado em 06/03/2018 21:52 / atualizado em 06/03/2018 22:12



Um homem de 40 anos matou a companheira, Romilda Souza, 42, e depois tirou a própria vida nesta terça-feira (6/3), em um apartamento no bloco C da quadra 406, na Asa Sul.

Elson da Silva, que usou uma arma de fogo para cometer o crime, chegou a ser socorrido pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, mas morreu no local.

De acordo com a Polícia Militar, o casal tinha dois filhos, de 3 e 4 anos. As crianças estavam na casa da avó, que fica um andar abaixo do apartamento onde o crime aconteceu.

ANEXO C

Matéria: *PM prende traficante com 13 kg de cocaína, avaliados em R\$ 1,3 milhão*

Fonte: *Metrópoles*

Data de publicação: 31/1/2018

METRÓPOLES TRANSITO AGORA

DF CONCURSOS & EMPREGOS ENTRETENIMENTO GASTRONOMIA VIDA & ESTILO SAI DO SÉRIO BRASIL MUNDO ESPORTES COLINAS E BLOCOS

PM prende traficante com 13kg de cocaína, avaliados em R\$ 1,3 milhão

Na casa do suspeito, em Ceilândia, ainda foram encontrados R\$ 170 mil em espécie



A Polícia Militar do Distrito Federal apreendeu mais de 13kg de cocaína pura na noite desta quarta-feira (31/1), em Ceilândia. A quantidade de droga, segundo a PM, foi avaliada em R\$ 1,3 milhão.

De acordo com os policiais que participaram da ocorrência, o suspeito, identificado apenas como Diego, foi pego em flagrante, vendendo parte da droga na QNM 4.

MAIS SOBRE O ASSUNTO

- Polícia Militar prende homem considerado o maior traficante da Asa Sul
- Polícia Militar prende traficante com ajuda do WhatsApp

Na casa do traficante, a polícia encontrou 3kg de crack e R\$ 170 mil em espécie. Foram recolhidos também uma balança de precisão e um caderno com anotações da venda dos entorpecentes.

Até a última atualização desta matéria, a Polícia Militar continuava em diligência na casa de Diego. Após as buscas, o suspeito seria levado para a 19ª Delegacia de Polícia (P Norte).

ANEXO D

Matéria: *PMDF prende homem apontado como um dos maiores traficantes de Ceilândia*

Fonte: *Correio Braziliense*

Data de publicação: 31/1/2018

 CORREIO BRAZILIENSE

CIDADES

PMDF prende homem apontado como um dos maiores traficantes de Ceilândia

De acordo com a corporação, só a apreensão de cocaína pode chegar a R\$ 1,3 milhão. O homem foi encaminhado à 23ª DP

T+ T-    consentimento:  Facebook  Google+  Twitter

 postado em 31/01/2018 22:45 / atualizado em 31/01/2018 22:59



Um homem apontado como um dos maiores traficantes de Ceilândia foi preso, na noite desta quarta-feira (31/1). A prisão aconteceu após a Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) receber uma denúncia anônima, informando sobre o crime, que acontecia dentro da casa do suspeito. No local, que fica na QNM 04, a equipe encontrou mais de 13 quilos de cocaína pura, três de crack, além de, aproximadamente, R\$ 180 mil reais em dinheiro.

[Leia as últimas notícias do Distrito Federal](#)

Além da droga e do dinheiro, uma balança de precisão e facas, com resquícios de entorpecentes, foram apreendidos. A corporação estima que cada quilo de cocaína custe entre R\$ 80 mil a 100 mil. Já os 3kg de crack foram avaliados em R\$ 60 mil. Somando as drogas e o dinheiro, a apreensão pode ultrapassar a marca de R\$ 1,5 milhão.



ANEXO E

Matéria: *Traficante que escondia droga sob cama de criança é preso em Ceilândia, no DF; vídeo*

Fonte: *G1DF*

Data de publicação: 31/1/2018

MEMU **G1** DISTRITO FEDERAL BUSCAR

Traficante que escondia droga sob cama de criança é preso em Ceilândia, no DF; vídeo

Ao todo, havia 13kg de cocaína debaixo da cama. Outros 3kg de crack foram encontrados no banheiro; polícia acredita que droga seria revendida no Carnaval.

01/02/2018 07h07 - Atualizado há 11 meses

f t g+ in



Traficante que escondia droga sob cama infantil é preso em Ceilândia, no DF; vídeo

A Polícia Militar prendeu na noite desta quarta-feira (31) um traficante que escondia 13 quilos de cocaína debaixo de uma cama infantil em uma casa de Ceilândia, no Distrito Federal. Na mesma residência, ainda havia outros três quilos de crack escondidos no banheiro e de R\$ 180 mil em espécie.

A apreensão foi na QNM 4, de Ceilândia Norte. Os militares chegaram até a casa do traficante, de 25 anos, depois de uma denúncia anônima. Ele ainda tentou enganar os policiais, dizendo que morava em outra residência do mesmo lote.

"A todo momento, ele falava que a casa dele era a do fundo para tirar a atenção da guarnição porque a droga estava toda lá dentro. Mas a gente já sabia", disse o sargento José Cláudio Borina, que fez a prisão.

Debaixo da cama de criança, a cocaína estava armazenada em sete sacos plásticos. O homem se recusou a dizer para a polícia de quem era o quarto. "Mas tudo faz crer que [a cama] seja do filho dele porque é a casa onde ele mora com a esposa", acrescentou Borina.



Debaixo da cama de criança, a cocaína estava armazenada em sete sacos plásticos. O homem se recusou a dizer para a polícia de quem era o quarto. "Mas tudo faz crer que [a cama] seja do filho dele porque é a casa onde ele mora com a esposa", acrescentou Bonina.



Drugs, dinheiro e outros objetos apreendidos na casa do suspeito, em Celândia — Foto: Polícia Militar/Divulgação

O suspeito também negou ser dono das entorpecentes, disse apenas que estava apenas "guardando" o produto para um amigo. No entanto, de acordo com a denúncia recebida pela PM, ele tinha acabado de receber a droga para revender durante o carnaval.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

Anúncio fechado por **Google**

O homem foi levado para a 23ª Delegacia, em Celândia Norte, onde foi autuado por tráfico de drogas. Com ele, tinha também um caderno com anotações que indicam a venda da droga, uma balança de precisão, relógios e óculos importados.

Veja mais notícias sobre o crime no **G1 DF**.

[BRASÍLIA](#)
[DISTRITO FEDERAL](#)

ANEXO F

Matéria: *Motorista é morto e passageiro fica ferido em novo tiroteio em Ceilândia*

Fonte: *Correio Braziliense*



Data de publicação: 13/1/2018

 CORREIO BRAZILIENSE

CIDADES

Motorista é morto e passageiro fica ferido em novo tiroteio em Ceilândia

Um veículo atravessou um cruzamento e abriu fogo contra a vítima, que morreu na hora. A Polícia Civil investiga o caso

T+ T-    compartilhar  Facebook  Google+  Twitter

 postado em 13/01/2018 15:39 / atualizado em 13/01/2018 15:44



Menos de 24 horas após um tiroteio deixar seis pessoas feridas, em um posto de gasolina de Ceilândia, um novo caso de violência assustou os moradores da cidade mais populosa do Distrito Federal neste sábado (13/1). Um carro, ainda não identificado pelas autoridades policiais do DF, atravessou a passagem de outro automóvel em um cruzamento e um dos ocupantes abriu fogo. O motorista do veículo morreu na hora. O carona também foi atingido, tentou correr, mas foi capturado pela Polícia Civil do Distrito Federal. Até a última atualização desta reportagem, ainda não havia informação da ligação dele com qualquer crime.

[Leia as últimas notícias de Cidades](#)

O incidente aconteceu nas imediações da Feira do P Sul, na QNP 38/40, Setor P Sul. Homens da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) isolaram a área, para que a perícia pudesse ser feita. Ninguém foi preso.

Aguarde mais informações

ANEXO G

Matéria: *Motorista é morto a tiros em cruzamento de Ceilândia*

Fonte: *Metrópoles*

Data de publicação: 13/1/2018

The image is a screenshot of a news article from the website 'Metrôpoles'. The article title is 'Motorista é morto a tiros em cruzamento de Ceilândia'. Below the title is a sub-headline: 'Suspeito foi preso pela Polícia Civil. Caso ocorre horas após homicídio de 19 em ponto de gasolina da região'. The main image shows a dark-colored car with bullet damage to the driver's side window and door. The article text is in Portuguese and includes several sections: 'MÁS SOBRE O ASSUNTO' with three bullet points, 'Rajada de tiros em ponto de gasolina de Ceilândia' (repeated), 'De acordo com a corporação, cinco dos feridos chegaram, por vezes pelados, em busca de atendimento médico. A PM afirma que apenas um homem, atingido por dois disparos, ficou no local para aguardar socorro do Corpo de Bombeiros.', and 'Aguarda mais informações'. On the right side, there is a 'MÁS LIDOS' section with four small images and titles: 'Charles Prater vai em defesa de Nando Costa', 'Luzia Linsmarck ganha foto como acadêmica e desfilou grã', 'Mãe e irmã de Nereus que gravou de Bruna Marquetti, de', and 'São José? Família Araripe, prima e veredito Lombardi para se manter no Rio'. The website's navigation bar at the top includes categories like 'CONCURSOS & EMPREGOS', 'ENTERTENIMENTO', 'CARTOMANIA', 'VIDA & ESTILO', 'SAÚDE', 'MUNDOS', 'ESPORTES', 'CULINÁRIA & BEBIDAS', and 'MÁS'.

ANEXO H

Matéria: *PMs sofrem acidente em Pajero da corporação na BR-020*

Fonte: *Correio Braziliense*

Data de publicação: 16/1/2018

<p>CORREIO BRAZILIENSE</p> <p>CIDADES</p> <h3>PMs sofrem acidente em Pajero da corporação na BR-020</h3> <p>Uma equipe do Corpo de Bombeiros está no local e presta socorro às vítimas</p> <p>postado em 16/01/2018 15:15 / atualizado em 16/01/2018 15:15</p> 	<p>CIDADES</p> <p>Uma Pajero do 13º Batalhão da Polícia Militar capotou na BR-020, sentido Planaltina, por volta de 15h desta terça-feira (16/1). O acidente aconteceu na altura do Supermercado Dia a Dia. Dois PMs que trabalham na área administrativa da corporação ficaram feridos. Um sofreu traumatismo craniano e, o outro, uma fratura exposta na perna.</p> <p>Leia as últimas notícias do Distrito Federal</p> <p>Segundo informações da comunicação da Polícia Militar, o sargento Edmilson Inácio dos Santos teve escoriações, um corte na cabeça e uma possível fratura na perna, e foi levado para o Hospital Regional de Planaltina.</p> <p>O outro policial, o também sargento Wilton Nunes de Almeida sofreu traumatismo</p> <p>Anúncio fechado por Google</p>
<p>CIDADES</p> <p>Segundo informações da comunicação da Polícia Militar, o sargento Edmilson Inácio dos Santos teve escoriações, um corte na cabeça e uma possível fratura na perna, e foi levado para o Hospital Regional de Planaltina.</p> <p>O outro policial, o também sargento Wilton Nunes de Almeida sofreu traumatismo cranioencefálico está inconsciente e instável. Socorristas o levaram para o Hospital Regional de Sobradinho, mas será transferido para o Hospital de Base do Distrito Federal.</p> <p>Uma equipe do Corpo de Bombeiros socorreu as vítimas que foram transportadas, posteriormente, pelo helicóptero da PM. O carro da corporação foi parar no canteiro central. Além dos bombeiros, uma equipe da Polícia Rodoviária Federal e outra da PM estão no local.</p>	<p>CIDADES</p> <p>O outro policial, o também sargento Wilton Nunes de Almeida sofreu traumatismo cranioencefálico está inconsciente e instável. Socorristas o levaram para o Hospital Regional de Sobradinho, mas será transferido para o Hospital de Base do Distrito Federal.</p> <p>Uma equipe do Corpo de Bombeiros socorreu as vítimas que foram transportadas, posteriormente, pelo helicóptero da PM. O carro da corporação foi parar no canteiro central. Além dos bombeiros, uma equipe da Polícia Rodoviária Federal e outra da PM estão no local.</p> <p>Tags: polícia militar acidente pm pajero br-020 bombeiros socorro</p>

ANEXO I

Matéria: *Vídeo. Viatura da PM capota na BR-020 e dois policiais ficam feridos*

Fonte: *Metrópoles*

Data de publicação: 16/1/2018



Vídeo. Viatura da PM capota na BR-020 e dois policiais ficam feridos

Segundo informações preliminares, um deles teria sido arremessado para fora da Pajero



16/01/2018 15:38 - atualizado em 16/01/2018 17:40

Dois policiais militares ficaram feridos em um grave acidente na tarde desta terça-feira (16/1), na BR-020, na entrada de Sobradinho. A Mitsubishi Pajero do 14º Batalhão da PM, onde estavam os militares, capotou e rolou pelo barranco, próximo a um supermercado que fica às margens da rodovia.

Os policiais são os sargentos Wilton Nunes de Almeida e Edmilson Inácio dos Santos. Um deles foi arremessado para fora do veículo e sofreu um profundo corte na cabeça. De acordo com informações preliminares, um dos militares acabou removido ao Hospital Regional de Sobradinho (HRS) e outro ao de Planaltina (HRP), para serem estabilizados.

De acordo com informações do Corpo de Bombeiros, o sargento Wilton está entubado, inconsciente, o estado dele é grave. Há um médico na viatura acompanhando a vítima.

Edmilson teve escoriações, além de um corte na cabeça e uma possível fratura na perna, está consciente e estável. Já Wilton Nunes de Almeida sofreu traumatismo cranioencefálico, está inconsciente e instável.

PUBLICIDADE

RECOMENDADOS

-  Professor n colecionar em concurs
-  20 famosos

ANEXO J

Matéria: *Carro da PM capota sozinho na BR-020, no DF, e deixa dois feridos graves*

Fonte: *G1DF*

Data de publicação: 16/1/2018



Carro da PM capota sozinho na BR-020, no DF, e deixa dois feridos graves

Policiais foram levados aos hospitais de Sobradinho e Planaltina, com fraturas e escoriações. Motivo do acidente é desconhecido; não há registro de outros carros envolvidos.

16/01/2018 10:42 - Atualizado há um ano



Veículo da PM após supostagem na BR-020, a caminho de Planaltina (DF) — foto: Letícia Carvalho/G1

Um veículo da Polícia Militar do Distrito Federal capotou sozinho, na tarde desta terça-feira (16), em um trecho da BR-020 no sentido Plano Piloto-Planaltina. Dois militares estavam no interior do carro, modelo Mitsubishi Pajero, e ficaram gravemente feridos.

Segundo o Corpo de Bombeiros e a PM, o carro era conduzido por um terceiro sargento de 42 anos. Ele teve traumatismo craniano e laceração (corte) no couro cabeludo, e foi encaminhado em estado grave, inconsciente e instável, para o Hospital Regional de Sobradinho.

O outro ferido é um segundo sargento da PM, de 47 anos. Ele foi atendido e transportado pelo Corpo de Bombeiros ao Hospital Regional de Planaltina com suspeita de fratura na perna esquerda e vários machucados pelo corpo. Segundo os bombeiros, ele estava "consciente, orientado e estável".

Por volta das 17h30, o motorista do veículo foi transferido, por terra, para o Hospital de Base do DF. Segundo o Corpo de Bombeiros, ele estava entubado, e ainda inconsciente. Um médico acompanhou o policial durante o trajeto.

ANEXO K

Matéria: *Briga de vizinho por som alto termina em morte na madrugada de Natal*

Fonte: *Correio Braziliense*

Data de publicação: 25/12/2017

 CORREIO BRAZILIENSE

CIDADES

CIDADES POLÍTICA/BRASIL ECONOMIA MUNDO ESPORTES ENTRETENIMENTO CIÊNCIA/SAÚDE EU,ESTU

Início / Cidades-DF / Briga de vizinho por som alto termina em morte na madrugada de Natal

Por você, sempre.

Briga de vizinho por som alto termina em morte na madrugada de Natal

O crime aconteceu na QNN 5 Conj D, em Ceilândia Norte. Até o momento nenhum suspeito foi identificado

T+

T-



compartilhar:

 Facebook

 Google+

 Twitter

 postado em 25/12/2017 08:51 / atualizado em 25/12/2017 09:49

Um homem de idade desconhecida foi morto na madrugada da segunda-feira de Natal (25/12) após uma briga entre vizinhos em Ceilândia. Segundo relatos de testemunhas, o motivo teria sido o som alto. A Polícia Militar esteve no local por volta das 6h30, mas ninguém quis comentar o crime. Até às 8h50 o corpo ainda estava no endereço.

[Leia as últimas notícias no Distrito Federal](#)

Moradores chegaram a acionar o socorro do Corpo de Bombeiros. Equipes se deslocaram para atender a ocorrência por volta das 6h30, mas, ao chegar ao local, constataram que a vítima não tinha mais sinais vitais. O crime aconteceu na QNN 5 Conj D, em Ceilândia Norte. Até o momento nenhum suspeito foi identificado.

A 15ª Delegacia de Polícia (Ceilândia Centro) investiga o caso. Peritos da Polícia Civil foram acionados para tentar desvendar o crime.

Aguarde mais informações

Tags: som alto Briga de vizinho pdf pddf assassinato crime ceilândia morte

ANEXO L

Matéria: *Briga entre vizinhos por som alto provoca morte em Ceilândia*

Fonte: *Metrópoles*

Data de publicação: 25/12/2017

METRÓPOLES TRÁNSITO AGORA Pesquisar

DF CONCURSOS E EMPREGOS ENTERTENIMENTO CANTINHEIRA VIDA E ESTILO SAÍDA DO SÉRIO BRASIL MUNDO ESPORTES COLUNAS E BLOCOS MAIS

vizinho postando fotos na web zanzear celular dele de enchente é criticada massacrada na web mas não percebe um detalhe questiona jovem de foto viral

Briga entre vizinhos por som alto provoca morte em Ceilândia

O crime ocorreu por volta das 6h30, desta segunda-feira (25/12). A 15ª Delegacia de Polícia (Ceilândia Centro) investiga o caso

MUNDO / BRASIL

25/12/2017 09:38. atualizado em 25/12/2017 09:42

MAS SOBRE O ASSUNTO

- Briga de vizinhos acaba em morte em Samambaia
- No DF, briga entre irmãos não levou a longa prisão na delegacia
- Família de pai e filho assassinados por vizinho deixa condomínio

Um homem morreu após ser baleado no conjunto D da QNN 5, em Ceilândia Norte na manhã desta segunda-feira (25/12). A motivação da morte, segundo informações preliminares da Polícia Militar, seria uma briga devido ao som alto vindo da casa de um vizinho.

De acordo com a PM, o crime ocorreu por volta das 6h30. Testemunhas teriam acionado o Corpo de Bombeiros mas, quando os militares chegaram ao endereço, a vítima já estava sem vida.

Até o momento nenhum suspeito foi identificado. A 15ª Delegacia de Polícia (Ceilândia Centro) investiga o caso.

MAS LIDAS

ILUMINAÇÃO
Taverna fustada por cliente em motel se vizinho postando fotos na web

CELEBRANDO
Luciele di Camargo briga com Denilson depois de zanzear celular dele

RELEVANTE
Casa feita por Fato 3

ANEXO M

Matéria: *Moradores encontram feto dentro de preservativo na quadra 313 Sul*

Fonte: *Correio Braziliense*

Data de publicação: 23/8/2017

☰ CORREIO BRAZILIENSE

CIDADES

Moradores encontram feto dentro de preservativo na quadra 313 Sul

Área foi isolada e Polícia Civil realiza perícia no local

T+ T-



compartilhar

f Facebook

g+ Google+

Twitter

🕒 postado em 23/08/2017 16:08 / atualizado em 23/08/2017 16:15



Um feto foi encontrado na quadra 313 Sul, na tarde desta quarta-feira (23/8), por moradores do Bloco C. A Polícia Militar foi acionada.

[Leia mais notícias em Cidades](#)

Ainda não há informações sobre quem teria abandonado o feto. A área foi isolada e, por volta das 16h, peritos da Polícia Civil estavam no local para perícia.

Segundo a PM, o feto foi encontrado dentro de um preservativo.

Aguarde mais informações.

Tags: 313 sul feto brasilia polícia

ANEXO N

Matéria: *Moradores encontram suposto feto na 313 Sul*

Fonte: *Metrópoles*

Data de publicação: 23/8/2017



Moradores encontram suposto feto na 313 Sul

*Polícia Militar foi chamada por uma pessoa que passava pelo local.
Peritos analisam o material biológico*

23/08/2017 16:29 . ATUALIZADO EM 23/08/2017 16:48

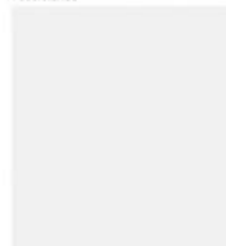


A Polícia Militar foi acionada nesta quarta-feira (23/8) para checar uma ocorrência de um suposto feto encontrado nas proximidades do Bloco C da 313 Sul.

Ao chegarem ao local, por volta das 14h30, os militares encontraram o material biológico dentro de um preservativo, o que levanta suspeita de que seja um embrião. A PM foi chamada por uma pessoa que passava pelo local.

Peritos da Polícia Civil foram chamados pela PM e já estão no bloco da 313 Sul. Segundo a Divisão de Comunicação da PCDF, não se trata de um feto, mas, até o momento, a corporação não informou o que é o material encontrado. *(Aguarde mais informações)*

PUBLICIDADE



ANEXO O

Matéria: *Polícia Militar procura “onça” que invadiu Palácio do Itamaraty*

Fonte: *Metrópoles*

Data de publicação: 21/8/2017

METRÓPOLES 26° Min 18° Máx 26° TRÂNSITO AGORA Pesquisar

UF CONCURSOS & EMPREGOS ENTERTENIMENTO GASTRONOMIA VIDA & ESTILO SAI DO SÉRIO BRASIL MUNDO ESPORTES COLINAS E BLOCS MAIS

Polícia Militar procura “onça” que invadiu Palácio do Itamaraty

Felino de médio porte foi flagrado por uma câmera com sensores de movimento. Após mais de uma hora de buscas, animal não foi encontrado

20/08/2017 7:02:08, ATUALIZADO EM 20/08/2017 7:10:04

f 1.7 K

t

+

e

m

Um felino de médio porte invadiu o Palácio do Itamaraty na noite desta segunda-feira (21/8). O animal foi flagrado pelas câmeras de segurança do prédio e, até as 23h10, o Batalhão Ambiental da Polícia Militar realizou buscas para encontrar o bicho, sem sucesso.

De acordo com o coordenador do grupamento ambiental, tenente Antônio Louzeiro, a suspeita é de que o animal seja uma onça-pintada ou preta, de porte médio com cerca de 60 kg. Segundo o militar, ninguém ficou ferido com o incidente.

Publicação



Mais sobre o assunto

- PM resgata capivara no Gama e devolve animal ao seu habitat natural
- Jacaré cai de morto no Vale do Ananás e Polícia Ambiental resgata o animal
- Batalhão Ambiental resgata jiboia no Jardim Botânico nesta quinta

O animal foi percebido por funcionários do ministério, que acionaram a PM por volta das 21h. Uma câmera com sensor de movimento flagrou o felino enquanto ele passava por uma área atrás do Anexo II do palácio. As gravações, no entanto, não foram divulgadas pelo Ministério das Relações Exteriores.

O tenente Louzeiro explica que a equipe do Batalhão Ambiental fez uma busca minuciosa nas imediações do palácio, inclusive nas árvores, mas não conseguiu encontrar o bicho.

Segundo o militar, o aparecimento do animal pode estar relacionado a uma queimada ocorrida nesta segunda (21), na região entre a via N2 e a L4, próximo ao Palácio do Planalto. O fogo devastou 4 mil metros quadrados de mata.

“Esses animais precisam de uma grande cobertura de vegetação e, quando essas queimadas ocorrem, eles ficam sem cobertura e acabam seguindo para outros lugares”, explicou o tenente Louzeiro.

Publicidade

Metrópoles 2.238.476 curtidas

Últimas notícias

- ECONOMIA** 1897 Receita: prazo para devedor admitir ao IRFis acabará no próximo dia 31
- INDICA** 1800 Taylor Swift divulga capa e título de seu novo álbum
- BRASIL** 1550 Pais levam faixa sincera à formatura da filha em Tocantins e viralizam
- CINEMA** 1504 Festival de Brasília anuncia programação completa da edição 50
- TRANSPORTE** 1521 Mais motoristas são multados por impedir passagem de emergência

Publicidade

GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA

1º MÊS GRÁTIS

+ 5X R\$242,00

ANEXO P

Matéria: *Onça invade prédio do Itamaraty em Brasília após incêndio em mata próxima*

Fonte: *G1DF*

Data de publicação: 21/8/2017

Onça invade prédio do Itamaraty, em Brasília, após incêndio em mata próxima

PM Ambiental foi chamada e fazia buscas até as 23h; não há registro de incidentes. Imagens mostram animal adulto na área interna do prédio, mas ministério não divulgou gravação.



21/08/2017 22:11 - Resolvido 21/08/2017 23:08



Equipe da PM Ambiental do DF busca áreas do Itamaraty após invasão de onça (Foto: Diego André/TV Globo)

Uma onça de porte médio invadiu as dependências do Palácio do Itamaraty, no centro de Brasília, na noite desta segunda-feira (21). Segundo a Polícia Militar, imagens das câmeras de segurança do prédio confirmam que o animal chegou a andar pela área interna de um dos anexos, na Esplanada dos Ministérios. As imagens não foram divulgadas.



Até as 23h, equipes da PM Ambiental ainda faziam buscas na garagem do prédio e na área externa. De acordo com a corporação, não havia registro de pessoas feridas ou ameaçadas diretamente pela onça, até aquele mesmo horário.

Pelas imagens, o comandante do grupamento ambiental diz suspeitar que o animal seja uma onça pintada ou preta, de porte médio e cerca de 60 kg. Pelas imagens, o animal chegou a rondar uma área atrás do anexo II do Itamaraty - prédio conhecido como "Bolo de Noiva" pelo formato arredondado.

No momento do chamado, por volta das 21h30, a equipe da PM atendia a uma ocorrência em São Sebastião, a 23 km de distância. Quando os militares chegaram ao Itamaraty, cerca de 40 minutos depois, o felino já não estava na mira das câmeras de segurança.



No momento do chamado, por volta das 21h30, a equipe da PM atendia a uma ocorrência em São Sebastião, a 23 km de distância. Quando os militares chegaram ao Itamaraty, cerca de 40 minutos depois, o felino já não estava na mira das câmeras de segurança.



Equipe da PM Ambiental do DF busca o onça do Itamaraty após invasão de onça (Foto: Diego Anzini/TV Globo)

Incêndio próximo

No início da noite, um foco de incêndio atingiu área de mata próxima ao Itamaraty, entre a Esplanada dos Ministérios e a Vila Planalto. Funcionários da pasta federal acreditam que a onça tenha se assustado com as chamas, e fugido em direção à área central de Brasília.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

ANEXO Q

Matéria: *Batalhão ambiental faz buscas a uma onça em anexo do Palácio do Itamaraty*

Fonte: *Correio Braziliense*

Data de publicação: 22/8/2017

Correio BRAZILIENSE Cidades

Batalhão ambiental faz buscas a uma onça em anexo do Palácio do Itamaraty

A onça foi vista por funcionários do Itamaraty durante o monitoramento das câmeras de segurança. O Batalhão fez uma varredura na área do anexo II e na garagem



MAIS LIDAS

1. [Onça pintada é resgatada em Santa Maria](#)
2. [Onça pintada é resgatada em Santa Maria](#)

A presença de um felino de médio porte na área externa do Ministério das Relações Exteriores (MRE) surpreendeu funcionários e fez o Batalhão de Polícia Militar Ambiental (BPMA) do Distrito Federal ser acionado na noite dessa segunda-feira (21/8). Os policiais fizeram buscas no anexo II do Palácio do Itamaraty, mais conhecido como "bolo de noiva", em busca do bicho, que não foi localizado.

[Leia mais notícias em Cidades](#)

AIS

[Onça resgatada pela Polícia Militar](#)

[Onça não resgatada de maus-tratos no](#)

[Campestrê é resgatado em Santa Maria](#)

O animal adulto foi visto por funcionários do Itamaraty durante o monitoramento das câmeras de segurança, por volta das 21h. Após analisar os vídeos, o Batalhão Ambiental afirmou que provavelmente se trate de uma onça pintada ou preta, de porte médio, e pesando aproximadamente 60kg. As imagens das câmeras de segurança não foram divulgadas pelo ministério.



Segundo os vídeos e relatos dos funcionários, o felino chegou a rondar a área atrás do anexo II, onde as buscas foram concentradas. Os policiais também fizeram uma varredura na garagem, estendendo o perímetro de onde calcularam que o animal deveria estar, mas a onça não foi encontrada. Um saracá, animal que serve de alimento para animais como a onça, foi encontrado caminhando por lá.

De acordo com o tenente Lousetto, ninguém foi ferido. As buscas foram finalizadas pouco depois da meia-noite desta terça-feira (22/8). A suspeita, segundo a Polícia Militar Ambiental, é de que o animal tenha se direcionado à região fugindo de queimadas ou de ocupações irregulares.

ANEXO R

Matéria: *Menina de 14 anos é estuprada em Santa Maria*

Fonte: *Correio Braziliense*

Data de publicação: 15/3/2017



ANEXO S

Matéria: *Motorista do Uber é preso por tráfico; ele confessou que entregava drogas a clientes*

Fonte: *Correio Braziliense*

Data de publicação: 11/3/2017

Correio Braziliense CIDADES

CIDADES POLÍTICA BRASÍL ECONOMIA MUNDO ESPORTES ENTRETENIMENTO CIÊNCIAS SAÚDE EDUCAÇÃO CONCURSOS CLASSIFICADOS BLOG

Início > Cidades-DF > Motorista é preso por tráfico e confessa que entregava drogas a clientes



Motorista é preso por tráfico e confessa que entregava drogas a clientes

O acusado estava com microsafo de R\$ 1.500, uma porção de maconha, comprimidos de ecstasy e uma ampola de anabolizante.

Compartilhar: Facebook Google+ Twitter

Postado em 11/03/2017 06:39 / atualizado em 11/03/2017 19:39



POLÍCIA MILITAR DISTRITO FEDERAL

Um motorista foi preso suspeito de tráfico de drogas na Quadra 7 do Park Way. O crime ocorreu na madrugada de sexta-feira (11/03). Segundo a Polícia Militar, o suspeito descartava de um veículo que estava parado em um Galp, próximo a um casal. Ao fazer a abordagem, os militares encontraram 175 microsafo de LSD, uma porção de maconha e comprimidos de ecstasy.

Leia mais notícias em Cidades

Os policiais se deslocaram até o caso do suspeito e localizaram, ainda, ampolas de anabolizante. Ele disse aos PMs que trabalhava como motorista do Uber, mas, por meio da assessora, a empresa negou qualquer vínculo empregatício com o suspeito. "A pessoa citada nunca esteve cadastrada na plataforma", informou o Uber.

De acordo com a reportagem, ele assumiu que entregava drogas aos clientes, mas, neste caso, não foi possível confirmar, porque, segundo a PM, os militares fizeram a prisão antes da segunda entrega dos entorpecentes ao casal.

Os policiais militares o encontraram à 21ª Delegacia de Polícia (Egástonpa Sul), onde o acusado foi acusado por tráfico de drogas.

Tags: park way; ad; ecstasy; anabolizante; maconha; droga; tráfico; uber

Almofada da Leiturinha

Receba toda mês as melhores livros infantis e Jovens Adultos

leiturinha.com.br

Mais Links promovidos por parceiros para você



Alta qualidade e acabamento impecável, compre agora por R\$ 99,90

W/Suacatti



China diz que uma guerra com a Coreia do Norte não teria vencedor

Notícias + fotos + comentários

11/03 - 01:30:02 / "Devoze pro Ende" (pretexto) benzodiazepinas (tradicionais de rua)

11/03 - 01:30:02 / Outros pedem o controle e cobram cultura para a patrão do Cante

ANEXO T

Matéria: *Homem se passava por motorista do Uber para entregar drogas*

Fonte: *Metrópoles*

Data de publicação: 11/3/2017

Homem se passava por motorista do Uber para entregar drogas

Ele foi abordado e preso pela PM. No interior do veículo, foram encontrados 175 selo de LSD, uma porção de maconha e comprimidos de ecstasy.

11/03/2017 7:30, ATUALIZADO EM 11/03/2017 20:52



Um homem, que dizia trabalhar para o aplicativo Uber, foi preso na madrugada deste sábado (11/3) pela Polícia Militar na Quadra 7 do Park Way. Segundo a corporação, ele aproveitava as corridas para fazer entrega de drogas.

De acordo com informações da PM, policiais militares do Grupo Tático Operacional (Gtop 45) desconfiaram de um homem que estava em um VW/Gol parado na via próximo a um casal e realizaram a abordagem.

No interior do veículo, foram encontrados 175 selo de LSD, uma porção de maconha e comprimidos de ecstasy. Os policiais foram até a casa do homem e localizaram ampolas de anabolizantes. A Uber informou que realizou uma busca e não identificou os dados do homem no sistema. "Essa pessoa nunca esteve cadastrada na plataforma", declarou o serviço.



O detido assumiu aos policiais que além de motorista do aplicativo Uber também vendia entorpecentes. Ele foi encaminhado à 21ª Delegacia de Polícia (Taguatinga) e autuado por tráfico de drogas.



ÚLTIMAS NOTÍCIAS

- PRÁTICA**
14:03 No STF, Gilmar Mendes é relator de caso com ministro cotado para TSE.
- CULMINÂNCIA**
13:38 Madonna curte noite com fantasia inspirada em "A Bela e a Fera".
- TELEVISÃO**
13:14 Aumento no consumo de vídeos online põe em xeque o futuro da televisão.
- PRÁTICA**
12:09 Ex-presidente Lula traça roteiro de viagens.

Anexo U

Matéria: *Família morre após ser atropelada por um adolescente no Gama*

Fonte: *Correio Braziliense*

Data de publicação: 27/8/2017


CORREIO BRAZILIENSE CIDADES Facebook Instagram YouTube Twitter

Família morre após ser atropelada por um adolescente no Gama


Segundo a Polícia Militar, o jovem apresentava sinais de embriaguez e carro que ele conduzia capotou após se chocar com um poste e atingiu a família de cinco pessoas que andava pela pista de cooper

postado em 27/08/2017 08:25 / atualizado em 27/08/2017 11:22


compartilhar Facebook Google+ Twitter



Mais para você [Link promovido por asosa](#)



Jovem de Brasília ganha muito dinheiro trabalhando 2 horas por dia em casa. Veja como!
Revista Ciência



Janot vê múltiplas causas para suspeição de Gilmar no caso do rei do ônibus

Notícias + lidas - comentadas

09:20 27/08/2017
Família morre após ser atropelada por um adolescente no Gama

08:42 27/08/2017
Dia de 'guerra', prefeitos recorrem a parceiros contra a violência

Uma vizinha que não quis identificar diz que eles faziam esse trajeto diariamente para ir ao comércio e resolver outros afazeres. "De manhã ou tarde, sempre passavam por aqui. Fico imaginando se isso acontece durante a semana, várias pessoas fazem caminhada", relata.

Vanessa Quintino, 20 anos, mora em frente ao local do acidente. Ao ouvir um barulho forte, saiu junto com outros vizinhos para ver o que tinha ocorrido e presenciou a cena. "Tinha muita poeira e uma criança em pé sozinha. Segurei ele para não ir na pista e para não ver a situação das duas mulheres. A única coisa que dizia era carro", contou.

Leia mais notícias em Cidades



O jovem, que apresentava sinais de embriaguez, tentou fugir, mas foi detido próximo a um matagal. De acordo com a corporação, ele foi encaminhado para 20ª Delegacia de Polícia (Gama). Por se tratar de um menor de idade, a ocorrência está sendo registrada na Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA). O adolescente tem várias passagens na polícia.

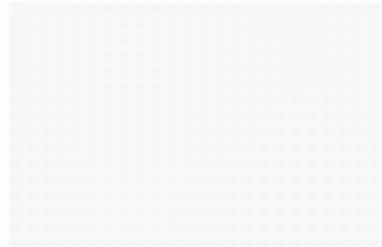
A polícia confirmou o estado de embriaguez do jovem e também a informação de que o carro era Hyundai Azera, de cor preta, placa JY 3006 DF era de propriedade do pai do jovem.



Devido ao acidente, o trânsito ficou interditado e a Companhia Energética de Brasília (CEB) foi até o local por conta do poste que foi danificado. A Polícia Militar do DF ficou no local aguardando a perícia.

Tags: adolescente embriaguez atropelamento gama vítimas bebê

08:02 - 27/08/2017
Brasília se destaca por



Correio Braziliense
Correio Braziliense YouTube 999+



Recomendado Para Você

Links promovidos por laboola

ANEXO V

Matéria: *Policial é baleado na cabeça durante assalto em Ceilândia*

Fonte: *Correio Braziliense*

Data de publicação: 4/11/2016

CORREIO BRAZILIENSE CIDADES

CIDADES POLÍTICA/BRASIL ECONOMIA MUNDO ESPORTES ENTRETENIMENTO CIÊNCIA/SAÚDE EU, ESTUDANTE CONCURSOS CLASSIFICADOS BLOGS Q

Início / Cidades-DF / Policial é baleado na cabeça durante assalto em Ceilândia



Garanta lá nos bancos este guia completo com os melhores estabelecimentos e profissionais de Brasília.

Policial é baleado na cabeça durante assalto em Ceilândia

O PM foi levado ao hospital regional da cidade em estado gravíssimo. Duas mulheres também foram atingidas

T+ T- Compartilhar: Facebook Google+ Twitter

postado em 04/11/2016 15:49 / atualizado em 04/11/2016 18:28

O policial militar Pedro Gonçalves Pereira Neto foi baleado na cabeça e teve o carro levado por bandidos em Ceilândia Norte, nesta sexta-feira (4/11). Ele foi encaminhado ao Hospital Regional de Ceilândia em estado gravíssimo.

O Pálio Vermelho que ele conduzia foi localizado às margens da BR-070, em frente ao Atacadão Dia a Dia, no sentido Águas Lindas (GO).

Leia mais notícias em Cidades

Testemunhas informaram à polícia que os bandidos não sabiam que se tratava de um PM. Duas mulheres que passavam pelo local também foram atingidas. A tentativa de latrocínio, roubo seguido de morte, ocorreu próximo a uma área escolar da cidade.

Apesar de a Polícia Civil ter divulgado, inicialmente, que o PM havia morrido, a Comunicação da Polícia Militar do DF informou que o policial está sendo estabilizado pelos médicos. Por volta das 18h20, Pedro Gonçalves passava por uma cirurgia, segundo a Polícia Civil.

Tags: [assalto](#) [tiro](#) [civil](#) [policial](#)



Almofada da Leituriinha

Leituriinha, uma nova surpresa a cada mês para o seu pequeno.

Mais para você Links promovidos por taboas



Como combater a calvície definitivamente

Saúde em foco



